

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

***OS MAUS-TRATOS À CRIANÇA: LIAMES ENTRE A FAMÍLIA E A
INTERVENÇÃO***

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Cristina Sofia Vasconcelos Aveiro

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias

Porto, Setembro de 2010

*A criança que ri na rua,
A música que vem no acaso,
A tela absurda, a estátua nua,
A bondade que não tem prazo –*

*Tudo isso excede este rigor
Que o raciocínio dá a tudo,
E tem qualquer cousa de amor,
Ainda que o amor seja mudo.*

Fernando Pessoa

Resumo

Os maus-tratos à criança: liames entre a família e a intervenção é um estudo de caso sobre a actuação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vila Nova de Gaia.

Após uma breve visão diacrónica do lugar da criança na sociedade, recorre-se a contributos da Sociologia centrados nas transformações da família e suas repercussões na criança. Destaca-se o papel da família, da escola e da sociedade nesta questão, além dos direitos da criança e do papel do Estado. Apresenta-se uma visão tipológica dos maus-tratos a menores, a sua etiologia, os seus factores de risco e alguns modelos de intervenção. Afirmam-se a necessidade de formação específica dos agentes de intervenção que se movem num complexo quadro normativo de que sobressaem a *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Crianças* (CNUDC) e, sobretudo, as leis portuguesas relativas aos direitos dos menores promulgadas na passada década de noventa. Referem-se, neste contexto, organismos previstos nestas leis, distinguindo-se as CPCJ.

Procede-se à recolha dos discursos de profissionais da CPCJ em questão e de outros informantes, com experiência na área dos maus-tratos, num registo de cariz subjectivo das suas representações sobre o fenómeno — dada a sua sensibilidade —, através de entrevistas semi-estruturadas, da análise do *Relatório de Actividades do Ano de 2009*, da Comissão, e da observação do seu espaço.

A experiência revela alguns entraves ao trabalho dos agentes de intervenção, nomeadamente grande volume de trabalho processual, em boa parte burocrático, casos pontuais de descoordenação e exiguidade de recursos, a ponto de estar para breve a criação de uma segunda CPCJ no concelho. Não obstante, são de realçar o empenho profissional, a responsabilidade e a determinação dos técnicos, pessoas dedicadas à causa que abraçaram.

Palavras-chave: maus-tratos, criança, família, intervenção, Estado, modernidade

Abstract

Child maltreatment: links between the family and the intervention is a case study on the performance of the Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) of Vila Nova de Gaia.

After a brief diachronic account of the child's place in society, sociological contributions on family transformations and its effects on the child are explored. The roles of the family, the school and society are highlighted in this regard, as well as the rights of the child and the role of the State. A typology of maltreatment against minors is presented, including its aetiology, associated risk factors and some models of intervention. The need for specific training for intervention agents is stressed, bearing in mind the complexity of the normative framework which characterises this field, namely the *United Nations Convention on the Rights of the Child* (UNCRC) and specifically the Portuguese legislation on minors' rights adopted in the 1990's. In this context, reference is made to organs mentioned in this legislation, especially to CPCJ.

The subjective representations on child maltreatment of professionals from the CPCJ in question and of other informants with experience in the field were gathered through semi-structured interviews, the analysis of the CPCJ's 2009 Activity Report and through the observation of the Commission's space.

Some obstacles hindering the work of the intervention agents were identified, such as a procedural work overload (a significant part of the work being highly bureaucratic in nature), some cases of lack of coordination, and the scarcity of resources, which together culminated in the decision to set up a second CPCJ in the municipality. Nevertheless, the professional engagement, the responsibility, the determination and the dedication of the technical staff shall be highlighted.

Keywords: maltreatment, child, family, intervention, State, modernity.

Résumé

Les mauvais traitements aux enfants: liens entre la famille et l'intervention est une étude de cas sur le rôle joué par la Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vila Nova de Gaia.

Après une brève perspective diachronique sur la place de l'enfant dans la société, on recourt à la contribution de la Sociologie centrée sur la transformation de la famille et son impact sur l'enfant. On souligne le rôle de la famille, de l'école et de la société sur cette question, outre les droits de l'enfant et le rôle de l'État. On présente une typologie de mauvais traitements à des mineurs, leur étiologie, leurs facteurs de risque et des modèles d'intervention. On soutient la nécessité de formation spécifique des agents d'intervention qui travaillent dans un cadre réglementaire complexe qui met en valeur la Convention des Nations Unies sur le droit de l'enfant (CNUDE) et, en particulier, les lois portugaises concernant les droits des mineurs promulguées pendant les années quatre-vingt-dix du XXème siècle. On indique, à cet égard, des organisations prévues dans ces lois, en relevant les CPCJ.

On compile les discours de professionnels de la CPCJ étudiée et d'autres informateurs ayant une expertise dans le domaine des mauvais traitements, en enregistrant leurs représentations subjectives du phénomène — en raison de leur sensibilité — au moyen d'interviews semi-structurées, de l'analyse du *Rapport d'activités de l'année 2009*, de la Commission, et de l'observation de l'espace de celle-ci.

L'expérience montre certains obstacles au travail des agents d'intervention, en particulier une grande quantité de travail procédurier, largement bureaucratique, des cas occasionnels de manque de coordination et exigüité de ressources, ce qui mènera bientôt à la création d'une seconde CPCJ dans la commune. Toutefois, il faut mettre en valeur l'engagement professionnel, la responsabilité et la détermination des experts, des gens dévoués à la cause qu'ils embrassent.

Mots-clés: mauvais traitements, enfant, famille, intervention, État, modernité.

Agradecimentos

Quando se finaliza qualquer trabalho, ainda para mais quando este coincide com o concluir de uma fase da vida dedicada ao amadurecimento de um interesse pelo estudo do mundo social, subsiste a necessidade de nomear aqueles que de perto ou de longe continuamente marcaram a sua presença. Este é, portanto, o momento de exprimir a minha gratidão e o meu reconhecimento a todos aqueles que de certa forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Torna-se, assim, um imperativo de consciência manifestar os meus agradecimentos ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pelo acolhimento e constante apoio institucional de que tive o privilégio de usufruir.

A todos os Professores que me nortearam num percurso académico de cinco anos, o meu profundo reconhecimento pelos ensinamentos que me transmitiram de modo a poder assimilá-los. Em particular, seja-me permitido expressar à Professora Doutora Isabel Dias, orientadora desta dissertação, a minha gratulação não só pelo seu profundo conhecimento sobre a temática em estudo, o que se revelou fundamental, mas também pelas suas palavras de incentivo em momentos de maior insegurança no decorrer do meu trabalho.

Muito grata, registo com muito apreço o contributo da Professora Paula Guerra para a minha integração como investigadora na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vila Nova de Gaia. Aos profissionais da CPCJ de Vila Nova de Gaia um muito-obrigado pela forma como fui recebida e acarinhada por toda a equipa técnica desta Comissão. À vice-presidente não posso deixar de dedicar uma palavra especial pelo entusiasmo com que acolheu este trabalho e pela sua incansável dedicação e disponibilidade em todas as suas etapas.

À directora do Instituto de Medicina Legal do Porto, um muito-obrigado pela sua colaboração e profundidade analítica advinda do seu conhecimento sobre a temática. À fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia agradeço toda atenção dispensada desde o primeiro contacto e a sabedoria que me foi transmitindo para a compreensão dos modos de transformação do fenómeno em estudo.

Aos meus Colegas de jornada académica, o meu muito-obrigado pelos momentos de companheirismo num quotidiano partilhado e solidário.

À Marlene e à Laura estou grata pelo carinho, amizade e empenho com que me presentearam.

À Nádia um obrigado pela sua amizade, interesse e incessantes desafios que foi lançando. À Catarina, à Michelle e à Rita, um obrigado pelo privilégio de, cada uma à sua maneira, me brindar com a sua amizade. À Salomé, um obrigado pela sua presença constante. À Sandra, um obrigado pelo seu carinho e preocupação. À Delfina, um obrigado pelo seu bom humor e ternura. À Juliana, um agradecimento por todos os momentos que passámos. Agradeço a pura amizade, a partilha constante de emoções, a confiança mútua. Foram fundamentais o seu interesse e apoio no decorrer deste trabalho.

Às tias Eulália, Lúcia e Lúcia, um sincero obrigado por tudo. A vossa atenção, empenho e carinho têm para mim um valor incalculável.

À Raquel, um obrigado pelos momentos de companheirismo, distração e de alegria que passámos, que em muito contribuíram para quebrar um conjunto de rotinas de trabalho.

Aos meus Pais e irmão, o mais profundo obrigado pelo seu amor, pelo seu esforço e pelo seu desvelo sem limites.

Ao Ricardo, um sincero reconhecimento pela força, tranquilidade, confiança e incentivo que sempre me transmitiu.

A todos, o meu bem-hajam!

Cristina Sofia Vasconcelos Aveiro

Índice

	pág.
Resumo	iii
Abstract	iv
Résumé	v
Agradecimentos	vi
Índice	viii
Índice de esquemas, gráficos, mapa e quadros	xii
Elenco das principais abreviaturas	xiv
Introdução	1
Parte I — Enquadramento teórico e metodológico	4
Capítulo I — Contributos para a compreensão da infância e dos maus-tratos à criança	4
1. Génese da problemática	4
1.1. O lugar da criança no seio da família moderna	5
2. Contributos para a compreensão do fenómeno dos maus-tratos infantis: principais indicadores de abuso	10
3. Os maus-tratos: da criança aos agentes de socialização e de intervenção	21
3.1. A protecção da criança e a promoção dos seus direitos	23
3.2. Os diferentes níveis de prevenção	30
4. Das dinâmicas familiares no mundo moderno ao papel da intervenção do Estado face aos maus-tratos a menores	32
Capítulo II — Identificação do objecto empírico e enquadramento metodológico	37
1. As Comissões de Protecção das Crianças e Jovens na encruzilhada do fenómeno dos maus-tratos a menores	37
1.1. O papel da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens na compreensão da articulação entre as esferas privada e pública	39
2. Estratégia metodológica	43
Parte II — O caso da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia	52
Capítulo III — A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia na encruzilhada de múltiplos processos	52
1. Breve contextualização do concelho de Vila Nova de Gaia	52
2. Um primeiro olhar sobre as modalidades de funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia	54

3. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia: entre os processos e as modalidades de intervenção	58
3.1. Uma abordagem holística do fenómeno: caracterização dos menores vítimas de maus-tratos e as suas famílias no concelho de Gaia	62
Capítulo IV — Os maus-tratos a menores: representações e patamares de intervenção	69
1. Construção de uma perspectiva multidisciplinar: a importância da complementaridade	69
2. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens enquanto instância de mediação institucional	76
3. Representações dos liames entre a família e a intervenção por parte dos técnicos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia	82
Considerações finais	89
Referências bibliográficas	95
Legislação consultada	103
Anexos	104
Anexo n.º 1. Construção	105
1.1. Instrumentos auxiliares de planeamento da pesquisa	105
1.1.1. Cronograma de investigação	105
1.2. Instrumentos de recolha	107
1.2.1. Guião de entrevista semi-estruturada à presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia	107
1.2.2. Guião de entrevista semi-estruturada à vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia	109
1.2.3. Guião de entrevista semi-estruturada às psicólogas da CPCJ de Vila Nova de Gaia	111
1.2.4. Guião de entrevista semi-estruturada às assistentes sociais da CPCJ de Vila Nova de Gaia	113
1.2.5. Guião de entrevista semi-estruturada à professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia	115
1.2.6. Guião de entrevista semi-estruturada à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto	117
1.2.7. Guião de entrevista semi-estruturada à fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia	119
1.3. Instrumentos de tratamento	121
1.3.1. Tipologia de análise do <i>Relatório de Actividades</i> da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia no ano de 2009	121
1.3.2. Principais eixos condutores na situação de observação directa	124
1.3.3. Tipologia de análise vertical da entrevista à presidente CPCJ de Vila Nova de	125

Gaia	
1.3.4. Tipologia de análise vertical da entrevista à vice-presidente CPCJ de Vila Nova de Gaia	127
1.3.5. Tipologia de análise vertical das entrevistas aos psicólogos da CPCJ de Vila Nova de Gaia	129
1.3.6. Tipologia de análise vertical das entrevistas aos assistentes sociais da CPCJ de Vila Nova de Gaia	131
1.3.7. Tipologia de análise vertical da entrevista à professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia	133
1.3.8. Tipologia de análise vertical da entrevista à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto	135
1.3.9. Tipologia de análise vertical da entrevista à fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia	137
1.3.10. Tipologia de análise horizontal das entrevistas aos técnicos e responsáveis da CPCJ de Vila Nova de Gaia	139
Anexo n.º 2. Resultados	141
2.1. Desenho da sala de espera da CPCJ de Vila Nova de Gaia	141
2.2. Informação estatística acessória à leitura do <i>Relatório de Actividades</i> da CPCJ de Vila Nova de Gaia referente ao ano de 2009	142
2.3. Grelhas de análise vertical e horizontal preenchidas	147
2.3.1. Grelha de análise vertical da entrevista à presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia	147
2.3.2. Grelha de análise vertical da entrevista à vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia	152
2.3.3. Grelha de análise vertical da entrevista à psicóloga I da CPCJ de Vila Nova de Gaia	159
2.3.4. Grelha de análise vertical da entrevista à psicóloga II da CPCJ de Vila Nova de Gaia	165
2.3.5. Grelha de análise vertical da entrevista à assistente social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia	170
2.3.6. Grelha de análise vertical da entrevista à assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia	176
2.3.7. Grelha de análise vertical da entrevista à professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia	181
2.3.8. Grelha de análise vertical da entrevista à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto	185

2.3.9. Grelha de análise vertical da entrevista à fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia	194
2.3.10. Grelha de análise horizontal dos técnicos da CPCJ de Vila Nova de Gaia	202

Índice de esquemas, gráficos, mapa e quadros

Esquemas

	pág.
Esquema n.º 1. <i>Síntese das principais transformações na família com a Modernidade</i>	7
Esquema n.º 2. <i>Esquema simplificado sobre a questão dos maus-tratos em crianças</i>	13
Esquema n.º 3. <i>Pirâmide de H. Rostad (adaptada)</i>	25
Esquema n.º 4. <i>Formas de intervenção</i>	27
Esquema n.º 5. <i>Modelo de Análise</i>	42
Esquema n.º 6. <i>Estratégia metodológica</i>	45

Gráficos

	pág.
Gráfico n.º 1. <i>Número de processos instaurados, por ano</i>	58
Gráfico n.º 2. <i>Agente de sinalização</i>	59
Gráfico n.º 3. <i>Motivo da intervenção</i>	60
Gráfico n.º 4. <i>Caracterização da criança/jovem, por género e faixa etária (N=2028)</i>	62
Gráfico n.º 5. <i>Naturalidade da criança/jovem (N=2028)</i>	63
Gráfico n.º 6. <i>Agregado com quem vive a criança/o jovem (N=2028)</i>	64
Gráfico n.º 7. <i>Tipo de agregado com quem vive a criança/o jovem (N=2028)</i>	65
Gráfico n.º 8. <i>Rendimentos/Situação perante o trabalho do agregado familiar (N=166)</i>	67
Gráfico n.º 9. <i>Caracterização social do meio envolvente (N=2028)</i>	67

Mapa

	pág.
Mapa n.º 1. <i>Mapa de freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia</i>	52

Quadros

	pág.
Quadro n.º 1. <i>Articulação entre os objectivos da pesquisa e a estratégia metodológica adoptada</i>	51

Quadro n.º 2. <i>População residente no concelho de Vila Nova de Gaia, por grupo etário</i>	53
Quadro n.º 3. <i>População activa, empregada, desempregada e taxa de actividade e desemprego de 2001 do concelho de Vila Nova de Gaia</i>	54
Quadro n.º 4. <i>Volume global de processos no ano de 2009</i>	59
Quadro n.º 5. <i>Medidas de promoção/protecção aplicadas</i>	61
Quadro n.º 6. <i>Escolaridade do agregado familiar (pais ou representante legal)</i>	66

Elenco das principais abreviaturas

CNUDC — Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Crianças

CPM — Comissão de Protecção de Menores

CPCJ — Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CPCJP — Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

DREN — Direcção Regional de Educação do Norte

EMCIJ — Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

IML — Instituto de Medicina Legal

INE — Instituto Nacional de Estatística

IPSS — Instituições Particulares de Solidariedade Social

RSI — Rendimento Social de Inserção

Introdução

A problemática dos maus-tratos tem vindo a ganhar uma maior visibilidade social, tanto ao nível do debate público como igualmente no que concerne à sua problematização científica. Importa compreender este fenómeno à luz das relações que estabelece com outras esferas da vida social (*e.g.*, a família, a escola, os meios de comunicação), sem ignorar que o património científico construído pela Sociologia ao longo das últimas décadas proporciona já alguns instrumentos que nos permitem relacionar esta problemática com um conjunto de transformações sociais mais profundas ao nível da família, que alteram a face do próprio objecto.

Este é um debate que nunca se pode afastar de questões como a difusão do poder social e os mecanismos de legitimação da intervenção do Estado sobre o fenómeno. As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) — particularmente a do concelho de Vila Nova de Gaia, objecto do nosso estudo — inserem-se na esfera da intervenção ao nível da promoção e protecção de menores, assentando a sua acção num trabalho com as famílias e com os menores vítimas de maus-tratos. É, assim, pelo seu papel na articulação entre as esferas da família e da intervenção que os técnicos da CPCJ de Vila Nova de Gaia se tornam os interlocutores privilegiados na abordagem compreensiva do fenómeno que se pretende estudar.

É a partir deste compromisso teórico e empírico que nos propomos encetar uma estratégia dinâmica e pluridimensional do fenómeno, à luz de um conjunto de questionamentos e objectivos passíveis de uma aproximação por via desta mesma dialéctica entre a revisão do estado da *arte* e o trabalho de terreno. Pretende-se, assim, apreender os fundamentos das questões fulcrais que orientaram a nossa pesquisa: de que modo as transformações sociais que têm vindo a ocorrer no cerne da família reconfiguram os papéis e «jogos de afectos» envolvidos na socialização da criança?; qual o papel do Estado e das instituições de apoio às vítimas de maus-tratos na visibilidade social do fenómeno?; quais os limites envolvidos na intervenção do Estado na protecção das crianças?

Neste sentido, a partir de um quadro teórico aprofundado para a compreensão da criança sujeita a maus-tratos no mundo contemporâneo, é nosso propósito analisar as principais transformações da família, o lugar da criança e as principais instituições sociais envolvidas no seu processo de socialização, assim como enquadrar teoricamente a multiplicidade de agentes sociais envolvidos na protecção dos menores; sistematizar as várias dimensões do conceito de maus-tratos na sua dimensão mais analítica e vivenciada, bem

como a visibilidade social que o fenómeno tem vindo a ganhar nos últimos anos; recolher discursos de alguns dos profissionais que trabalham na CPCJ de Vila Nova de Gaia e de outros informantes privilegiados com experiência de trabalho com crianças vítimas de maus-tratos; e, por último, debater teórica e criticamente os principais desafios que se colocam à intervenção do Estado sobre os menores vítimas de maus-tratos, a partir do debate em torno da família e do Estado.

Procura-se, deste modo, estabelecer um conjunto de dimensões analíticas que vão ao encontro de um quadro de motivações iniciais que guiaram esta pesquisa e que se traduziram na própria construção teórica do objecto, mas que, acima de tudo, realçam a necessidade de privilegiar um horizonte de perspectivas de cariz mais subjectivo de quem lida diariamente com as famílias e os menores. Assim, a articulação entre a observação directa do espaço da Comissão e um conjunto de relatos dos técnicos pertencentes à Comissão Restrita da CPCJ de Vila Nova de Gaia afiguraram-se como os principais instrumentos a partir dos quais se procura problematizar os desafios à intervenção no concelho.

Na primeira parte do nosso trabalho, pretendemos construir um quadro geral de leitura das transformações na família moderna e do lugar da criança no seu seio. A partir deste exercício de contextualização, procura-se problematizar os diferentes tipos de maus-tratos, assim como identificar os principais indicadores de abuso. De seguida, é nosso objectivo identificar os principais agentes de socialização e intervenção no domínio dos maus-tratos à criança, de forma a iniciar uma discussão em torno dos diferentes níveis de prevenção. Neste cenário de debate alargado em prol da articulação entre as esferas privada e pública, importa ter em conta um leque de transformações mais gerais que afectam ambas as esferas e que colocam o acento na necessidade de compreensão do papel do Estado.

Ao tomarmos como eixo analítico a dimensão processual dos fenómenos, a contextualização do objecto de estudo afirma-se como um exercício fundamental de aproximação às lógicas dos maus-tratos à criança. Neste sentido, num segundo capítulo do nosso trabalho, visa-se conceptualizar o papel da CPCJ na encruzilhada do fenómeno, voltando já o olhar para a realidade da Comissão no concelho de Vila Nova de Gaia. Após este exercício, procura-se definir um conjunto de dimensões e de relações entre conceitos que demonstram a multidimensionalidade associada ao fenómeno e à sua realidade no concelho. Este é ainda o momento de delimitação da estratégia metodológica a prosseguir, como também de reflexão em torno dos limites e das virtualidades do método.

Desta forma, partindo de uma perspectiva compreensiva que reconhece a inter-relação entre o processo de construção do conhecimento sociológico e a própria realidade, reconhece-

-se que todo o exercício de compreensão sociológica é entendido como uma tarefa de atribuição de sentidos e significados à acção dos agentes por via da comunicação verbal e não verbal (cf. Fernandes, 1983, p. 149-156). Grande parte desta tarefa de construção da realidade assenta numa postura de constante interrogação sobre os fenómenos, mas, igualmente, de cruzamento de perspectivas e técnicas que, conjugadas, ensaiam um quadro de compreensão mais amplo do fenómeno, evidenciando simultaneamente a própria especificidade e provisoriedade dos resultados encontrados.

Na segunda parte do nosso trabalho, nos capítulos III e IV, procura-se dar conta desta tarefa de atribuição de sentidos, através de um exercício de contextualização do concelho de Vila Nova de Gaia e da análise do *Relatório de Actividades do ano de 2009*, da CPCJ do mesmo concelho. A par deste exercício de aproximação à realidade do fenómeno neste concelho, procura-se dar conta do cruzamento da informação obtida a partir das nove entrevistas semi-estruturadas realizadas aos técnicos e outros informantes, por nós privilegiados, com os registos de observação do espaço da Comissão e da situação de entrevista, reunidos no diário de campo.

Procura-se, assim, esboçar uma perspectiva que cruze os diversos níveis de análise, sendo a partir dos discursos dos técnicos que encontramos, de forma manifesta ou latente, um conjunto de dimensões que conduzem o estudo a uma (re)conceptualização das transformações sociais advindas com a modernidade, que serviram de mote a todo o exercício aqui sumariamente exposto.

Parte I — Enquadramento teórico e metodológico

Capítulo I — Contributos para a compreensão da infância e dos maus-tratos à criança

1. Génese da problemática

Tomar como objecto de estudo os maus-tratos à criança tem subjacente a necessidade de compreensão das transformações ocorridas no seio da família moderna, assim como nos modos como as crianças são encaradas, não só na família como também pelas diferentes instituições sociais. A análise em torno das transformações ocorridas ao nível da esfera doméstica torna-se, desta maneira, o ponto de partida para o trabalho a desenvolver.

Como defende Dias (2004), é na família moderna que encontramos um paradoxo evidente, no sentido em que esta é o *locus* por excelência da afectividade e transmissão de valores entre as diferentes gerações, ao mesmo tempo que essa mesma família se afirma como “um lugar de sujeição e de exercício da violência sobre os seus membros, nomeadamente sobre as crianças, as mulheres, os idosos e, inclusive, os homens” (p. 31).

Se, por um lado, é na família e na esfera doméstica que encontramos os ingredientes necessários¹ para o desencadear de situações de risco, por outro lado, é também na interacção com o domínio familiar que encontramos um dos maiores desafios à intervenção social sobre o fenómeno. Os desafios à intervenção não se restringem às dificuldades de sinalização e acção propriamente ditas sobre os maus-tratos. Estes constrangimentos à intervenção afirmam-se como o ponto de partida para um debate em torno da centralidade da família na sociedade moderna, enquanto agente de socialização e de transmissão de valores, que dita à partida os limites de intervenção de outras instituições sociais no seu interior.

Na prossecução do nosso objectivo de compreender o fenómeno dos maus-tratos infantis a partir de um entendimento alargado sobre as principais dinâmicas de transformação e de reprodução da família moderna, pretendemos listar um conjunto de *contributos teóricos* que nos permitam adoptar uma visão abrangente e dinâmica sobre o nosso objecto de estudo. Para tal, procuraremos, ao longo deste exercício de enquadramento conceptual, abordar o lugar da criança no seio da família ocidental através de uma perspectiva diacrónica, que permita a construção de uma acepção multidimensional sobre os modos de estruturação ou pilares da família moderna. De seguida, tal como já fomos enunciando, é propósito nosso

¹ Os mesmos elementos que constituem a família moderna — a afectividade, a privacidade e a autenticidade — são em si mesmo catalisadores de fenómenos de maus-tratos e da sua perpetuação ao longo do tempo (Dias, 2004).

apresentar um conjunto de vários contributos que nos permitam compreender os diferentes tipos de maus-tratos, a problematização dos factores de risco e as diversas modalidades de intervenção existentes.

1.1. O lugar da criança no seio da família moderna

“The history of childhood is a nightmare from which we have only recently begun to awaken. The further back in history one goes, the lower the level of child care, and the more likely children are to be killed, abandoned, beaten, terrorized and sexually abused.”

(L. De Mause, *apud* Almeida; André; Almeida, 2001, p. 23)

Conceptualizar as transformações na esfera da família e as consequentes representações sociais associadas à infância implica a realização de um exercício de análise histórica dos modos de transformação destes dois fenómenos em particular, ao mesmo tempo que se torna necessário um exercício de compreensão das transformações sociais mais vastas que ultrapassam estes dois domínios de análise. Pretendemos com isto demonstrar a circularidade que qualquer análise do social tem em si inerente, pelo que devemos ter sempre em consideração a reciprocidade de todos os processos de transformação social.

No Antigo Regime, até meados do século XVII, e em muitos casos mesmo até às primeiras décadas do século XVIII, a criança era malvista, da mesma forma que a duração temporal da infância era reduzida. Tal como defende Ariès (1981) na linha de Maisons-Laffitte, esta infância consistia num breve período de vulnerabilidade, uma vez que, no momento em que a criança adquiria “algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.” (p. 10). Quando a criança conseguia superar os primeiros perigos, era comum passar a viver noutra casa que não a da família. Nestas circunstâncias, as trocas afectivas e as comunicações sociais — entendidas como dimensões essenciais do processo de socialização — eram feitas fora da família, normalmente por vizinhos, amigos e amas.

Na sociedade de então, o sentimento afectivo actual que normalmente emana da infância não existia. Ariès realça mesmo que o sentimento despertado pela infância naquela época não implica necessariamente afeição pelas crianças, mas sim “a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto,

mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (Ariès, 1981, p.156). Ao procurar-se realçar as especificidades da família no Antigo Regime, a ideia que se pretende transmitir é a *baixa afeição*, em que “o respeito, a deferência e a obrigação são claramente sublinhados, enquanto as ligações afectivas e emocionais são tratadas com suspeita e encaradas como susceptíveis de provocar a desordem” (Anderson, 1984, p. 42).

A queda do Antigo Regime pautou-se pela ruptura definitiva com algumas remanescências da sociedade medieval, assistindo-se a um aumento do individualismo associado a uma maior diferenciação da família conjugal como “uma unidade social distinta e privada e a uma crescente ênfase posta na autonomia e nos direitos individuais. Ao mesmo tempo o papel do interesse familiar diminuiu, sendo atribuída maior importância à emoção como base fundamental das relações familiares” (*ibidem*, p. 43). Para Shorter (1995) e Flandrin (1992), o sentimento e a consideração tornaram-se cada vez mais importantes, enquanto, para Ariès, o bem-estar físico e emocional das crianças torna-se a principal preocupação. Descreve-se, assim, uma tendência linear de passagem do modelo «tradicional» de família para o «moderno» (cf. Anderson, 1984, p. 43).

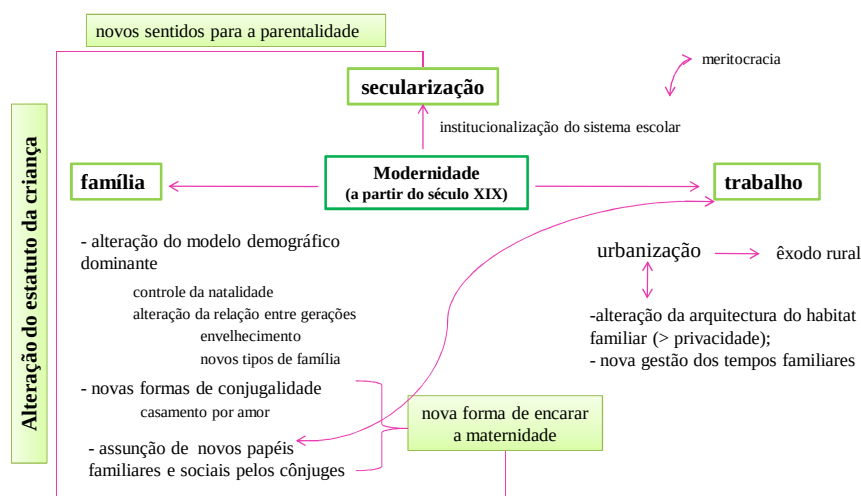
A crescente sentimentalidade que se fez sentir na família traduziu-se numa melhoria e intensificação dos laços entre mãe e filho. Com efeito, nasce com alguma consistência o sentimento de família inseparável do sentimento de infância². A intensificação do sentimento maternal acarreta consigo uma alteração importante que se verificou no século XVIII, uma vez que, tal como vimos, este sentimento era inexistente na sociedade tradicional.

Deste modo, os séculos XVIII e XIX trazem consigo um conjunto de importantes transformações sociais. Se ao longo do Antigo Regime se verificou um leque de transformações importantes do ponto de vista económico e da (re)organização das relações de poder entre os diferentes grupos sociais (*e.g.*, emancipação da burguesia), com o advento da Modernidade — impulsionada pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa — os próprios «pilares» da sociedade conhecem profundas alterações, nomeadamente ao nível das

² Neste âmbito, trata-se da tese da sentimentalização da infância que, ao articular o novo sentimento relativamente à criança e o controlo intencional dos nascimentos por parte dos casais, levou a um entendimento da própria génese da família moderna. De acordo com Cunha (2007), “numa primeira fase, este longo processo de redefinição do lugar dos filhos foi descortinado pela demografia histórica que, ao deparar-se com a originalidade da paisagem demográfica francesa, deu a conhecer o seu malthusianismo precoce, prenunciador dos comportamentos procriativos das sociedades em geral. Numa segunda fase, compelida por esta descoberta, a história das mentalidades embarcou na auscultação dos porquês da nova disposição perante a sexualidade e a procriação, desvendando a emergência de um pulsar sentimental que gradualmente se insinuava na vida familiar, revolucionando as relações no seu interior e em especial a atitude face à criança” (p.28).

esferas da família e do trabalho (Esquema n.º 1). Tal como defende grande parte dos historiadores e cientistas sociais que se dedicam à compreensão das transformações na família e no estatuto da criança, estas ficam a dever-se sobretudo ao enfraquecimento das restrições legais e comunitárias, assim como ao impacto de novas ideias religiosas, filosóficas e educacionais sobre as relações entre os indivíduos. Shorter (1995), pelo contrário, tem a preocupação de sublinhar o impacto do capitalismo nas relações interpessoais.

Esquema n.º 1: *Síntese das principais transformações ocorridas na família com a Modernidade*



Fonte: Adaptado de Dias (2004); Shorter (1995); Lebrun (1983).

Neste período de gestação e amadurecimento do próprio processo de modernização da vida social, o elemento-chave para a leitura destas mesmas transformações é o papel desempenhado pela escola. A escola deixa de ser reservada aos clérigos para vir a tornar-se num instrumento fundamental de transição entre fases da vida, afirmando-se como *locus* de passagem do estado da infância ao do adulto. Esta evolução correspondeu, de igual forma, a uma preocupação crescente dos pais com a necessidade de vigiar os seus filhos.

Tal como temos vindo a adiantar, verifica-se desde então um processo de valorização dos sentidos de infância bem como, igualmente, do sentido de família, passando esta a concentrar-se em torno da criança. Assim, é a partir do século XVIII que a família começou a manter a sociedade à distância, confinando-se a um espaço limitado. A organização da casa passou a corresponder à preocupação de defesa da vida particular, deixando um espaço maior para a intimidade, que veio a ser preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças³

³ Como defende Segalen (1999), uma das teses da modernização da família sugeria que era possível apreendê-la através do aumento da privatização dos espaços. É a casa do século XIX que instaura a separação entre espaços

(Dias, 2004, p. 37). Por sua vez, François Lebrun (1983) salienta que nas grandes urbes, com a revolução económica e os progressos da indústria, a família deixa, para muitos, de ser “uma unidade de produção, a separação entre o lar e o local de trabalho (fábrica, oficina ou escritório) é efectiva, enquanto para milhões de proletários ou pequenos burgueses proletarizados, o problema da transmissão de um património inexistente nem se coloca” (Lebrun, 1983, p. 161). É a partir desta altura, como defende Ariès (1981), que a criança conquistou um lugar junto dos seus pais, conferindo à família a “sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com a sua educação, carreira e futuro”⁴ (p. 270).

A centralidade da criança na organização do quotidiano familiar, ao longo deste período, fica também comprovada pelo surgimento e desenvolvimento teórico-metodológico de uma subdisciplina sociológica, a Sociologia da Infância. Estreia-se, assim, a criança num campo disciplinar, o sociológico. No contexto nacional, é na década de noventa do século passado que são elaborados os primeiros estudos científicos e monografias de vulto, que contemplam aspectos específicos da situação social da infância em Portugal⁵. Contudo, o debate foi conhecendo vários desenvolvimentos, passando a ser disputado por várias subdisciplinas da própria Sociologia, ainda que predomine uma visão adultocêntrica da infância, uma vez que cabe ao adulto o papel de “mestre detentor de saber, poder e projecto, que nele assume o papel de sujeito activo, enquanto a criança é o receptáculo, o objecto passivo dessa magistratura que a molda de fora para dentro, de cima para baixo” (Almeida, 2009, p. 15).

Nesta mesma década, a investigação sobre crianças registou significativos investimentos, provenientes de um movimento de reconceptualização da infância, que assentou na “necessidade de considerar as crianças como actores sociais e a infância como grupo social com direitos, sublinhando também a indispensabilidade de considerar novas formas de investigação com crianças.” (Christensen; James, 2005, p. viii). Defende-se, assim, uma análise sociológica policromática, multifacetada e aberta a outros campos disciplinares.

privados e públicos e atribui a cada divisão uma função precisa. Como sublinha a autora, a “crescente importância da vida privada teria por corolário o «retraimento» da comunidade local” (p.305).

⁴ Verificar a este propósito, também, Almeida, 2009, p. 31-32.

⁵ A partir daqui verifica-se uma ampla divulgação e discussão sobre este tema que, tal como em outros países, tem chamado a atenção da opinião pública e dos *media*. É igualmente na década de 80 que se criaram os primeiros núcleos de estudo e apoio à criança maltratada, e em 1990 foi ratificada, na Assembleia da República, a *Convenção dos Direitos da Criança*, em sintonia com deliberação anterior da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Contudo, interessa compreender a família como uma instituição em constante transformação, não que tenha perdido as características fundamentais, mas como uma instituição social que disputa o seu espaço com outros valores sociais que também ganham notoriedade com a modernidade, como se verificou com a emergência do individualismo e da diversificação das agências de socialização. Em última instância, falamos hoje de modos multifacetados de ser criança e de a encarar, onde as relações entre gerações se encontram em constante transformação, por via até das principais dinâmicas demográficas.

Karin Wall (2005), na análise destas transformações, destaca o individualismo crescente em meios sociais favorecidos, em que o casal procura equilibrar a emancipação individual com a realização familiar e social, revelando uma maior abertura para actividades de lazer fora de casa e fora do círculo restrito da família nuclear. Neste sentido, a proposta de Singly (1993) é apresentada como heurística, uma vez que o autor defende que o indivíduo em busca de autenticidade e originalidade se coloca no centro da dinâmica familiar contemporânea e, como tal, “o ‘eu’ leva a melhor sobre o ‘nós’, mas o primeiro não procura, muito pelo contrário, o desaparecimento do grupo conjugal nem do grupo familiar”⁶ (p. 89).

As mudanças actuais são significativas tanto pelas suas dimensões como pela sua rapidez. Ao tipo predominante até os anos 60 do século XX de grupo doméstico ou lar nuclear — casais com filhos —, sucedeu-se uma variedade dos tipos co-residenciais, designadamente: aumento das pessoas que vivem sozinhas, aumento do número de casais sem filhos, aumento muito forte do número de famílias monoparentais. Neste contexto, as crianças confrontam-se, na actualidade, com a experiência frequente da diversidade de formas familiares, associadas à dissolução e à recomposição conjugal por parte dos pais. Neste sentido, Almeida (2009) salienta que diferentes agências e agentes de socialização familiar se cruzam no seu quotidiano: “a mãe, uma mulher activa, que recusa a colagem automática da identidade feminina à esfera doméstica ou maternal, mas que continua a desejar a experiência da maternidade e ser uma «mãe educadora»; o pai, mais rigidamente vinculado ao tradicional papel profissional e de exterioridade doméstica, mas cuja exigência de envolvimento no universo dos afectos e da infância se começa a fazer notar” (p.113). Os avós constituem,

⁶ A sociedade moderna é dominada pela economia e pela racionalidade, pelo que, neste tipo de sociedades, as relações de parentesco e as relações económicas são perspectivadas como geradoras de posicionamentos ambivalentes ou mesmo incompatíveis. William Goode (1959) salienta que a industrialização veio oferecer ao indivíduo a oportunidade de se emancipar do controlo do grupo, uma vez que passa a ter um salário, um mercado livre de emprego e de habitação e uma livre escolha amorosa. Se Goode vê a modernidade pela sua estrutura ou pelo grau de liberdade que confere ao indivíduo, Ariès (1981; 1988) serve-se dos sentimentos e da afectividade. O autor francês considera que a família moderna está relacionada com a invenção de novos sentimentos — o da infância e o da vida privada.

igualmente, uma referência significativa para as crianças, no que toca ao desempenho de funções afectivas importantes, de guarda e lúdicas.

Para além destes agentes de socialização nucleares, a criança é posta, cada vez mais cedo, em contacto com outros agentes de socialização como, por exemplo, as creches, os jardins-de-infância, as escolas, e os ATL's. Desta forma, os terrenos heterogéneos que constituem os contextos de vida da criança contemporânea nela incutem um leque de lugares concorrenciais de aquisição e desenvolvimento de papéis, competências, saberes, valores e percepções sobre o mundo — todo um universo diversificado de personagens e de laços afectivos significativos. Assim, “tal como para o pai e a mãe, as suas frentes de investimento, de sucesso e de construção de identidade são certamente múltiplas e contraditórias. Tal como o pai e a mãe, a criança é representada na ideologia familiar dominante como sujeito portador de direitos, de diferença e de autonomia” (Almeida, 2009, p. 114-115).

Transportando a análise das transformações na esfera familiar para o nosso objecto de estudo — os maus-tratos à criança —, podemos afirmar a circularidade destes processos de mudança social que convergem numa leitura paradoxal da família. Por um lado, identificamos a denominada «família-refúgio», na qual a família é vista como lugar de intimidade e de afectividade, espaço de autenticidade, «arquétipo de solidariedade», da privacidade; por outro lado, é, igualmente, um lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, afirmando-se “a família como geradora de monstros, de violência, a «família que mata»”⁷ (Saraceno, 1997, p.13). O que torna comuns todas estas imagens diferentes, mesmo na sua contrariedade, é, por um lado, a sua a-historicidade e, por outro, o facto de parecerem considerar a família como uma realidade totalmente enquadrada, interiormente homogénea e apreciável como em qualquer contexto social e histórico — *que faz da família, família*.

2. Contributos para a compreensão do fenómeno dos maus-tratos infantis: principais indicadores de abuso

“As crianças são, por natureza, seres frágeis, dependentes e indefesos, o que as torna vulneráveis a todo o tipo de violência, abuso ou exploração.” (Canha, 2000, p. 17).

⁷ Na mesma linha, Dias (2004) realça o carácter paradoxal da família moderna, uma vez que “dá de si a imagem de um lugar de afectividade, de privacidade e de autenticidade, mas que é, também, um lugar de sujeição e de exercício da violência sobre os seus membros, nomeadamente sobre as crianças, as mulheres, os idosos e, inclusive, os homens” (p.31).

“This case [Mary Ellen] is only one out of the hundreds existing in the City, and a very little exertion on the part of the officials of the societies provided for the purpose would bring to light heartrending cases of currently and neglect on the part of parents, guardians, baby farmers, and others.” (The New York Times, 1874)

A perspectiva que temos vindo a adoptar procura salientar o pressuposto da necessidade de compreender os fenómenos a partir da multiplicidade de dimensões que lhes estão subjacentes. Este posicionamento teórico-metodológico implica a compreensão dos modos como estes evoluem e se reconfiguram ao longo do tempo, tanto por via da sua dimensão institucional como pelo modo como são apreendidos pelos agentes na sua prática quotidiana. Por isso, estudar um fenómeno como o dos maus-tratos à criança tem subjacente um primeiro exercício de delimitação do próprio objecto, assim como a tentativa de apreensão dos modos como esta problemática se cruza quotidianamente com os universos familiares e com as diferentes instituições e agentes que intervêm sobre ela.

Tal exercício inicia-se, desde logo, nos entendimentos predominantes sobre o que implica os maus-tratos, quais as suas facetas e repercussões nas vítimas. Em torno da definição dos maus-tratos à criança, há ainda alguma controvérsia devida à existência de diversos modelos teóricos a partir dos quais se tenta interpretar esta problemática. Neste sentido, Barudy (1998) defende que, para estabelecer um limite entre o que são ou não são maus-tratos físicos, terá de haver consenso no que toca à natureza dos cuidados físicos, psicológicos e sociais a que a criança tem direito para garantir um desenvolvimento saudável.

Só em meados do século XX a criança é comumente perspectivada como um ser social, integrante e parte da sociedade. Este reconhecimento fica a dever-se à valorização do papel da família e do ambiente no desenvolvimento da criança, assim como ao papel de destaque desempenhado pela Pediatria Social. O primeiro artigo médico na área dos maus-tratos infantis foi publicado em 1860 pelo médico-legista Ambroise Tardieu⁸. Outros autores da Europa e dos Estados Unidos da América debruçaram-se sobre o estudo das lesões ósseas. Estas foram descritas, num momento inicial, como patologias diferentes; contudo foi uniformemente reconhecido mais tarde que todas estas situações se enquadravam na síndrome da criança maltratada. O pediatra norte-americano Henry Kempe e os seus colaboradores, em 1962, publicam um estudo no *Journal of the American Medical Association*, intitulado *The*

⁸ Neste artigo foram relatados os resultados de algumas autópsias realizadas a crianças com menos de cinco anos que tinham sofrido morte violenta. Foram descritas várias lesões, alguns factores fitopatológicos. Na comunidade científica, Tardieu foi o primeiro a fazer referência à síndrome que, anos mais tarde, viria a ser denominada por «síndrome da criança batida» (cf. Canha, 2000, p. 22 e Dias *et al.*, 2010, p. 14).

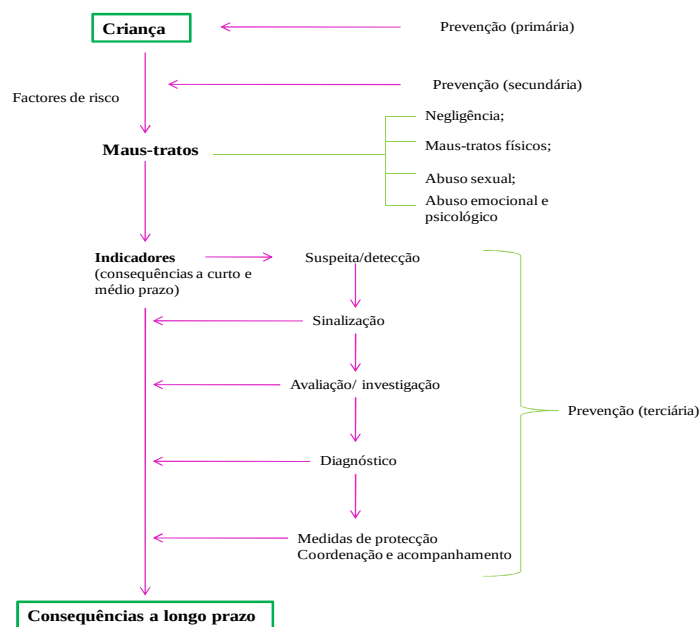
Battered Child Syndrome, passando desde então a ser um artigo de referência na história da criança maltratada. Este artigo, segundo Canha (2000), patenteia “uma grande maturidade de conhecimentos sobre o assunto, não se limitando a dar uma definição sobre, mas descrevendo os factores de risco, a fisiopatologia, as manifestações radiológicas e enumerando os dados que devem fazer evocar o seu diagnóstico” (p. 25). Foram as lesões físicas e as fracturas detectadas nas crianças através dos raios X que conduziram o especialista norte-americano e seus colaboradores a designar este fenómeno como a «síndrome da criança batida». Esta designação foi bastante significativa “porque atenuou os aspectos de desvio legal e social e definiu-o como uma doença — uma síndrome. A investigação efectuada posteriormente e publicada em revistas médicas identificou uma larga variedade de maus-tratos contra crianças rotulados de formas diversas, desde falhas no desenvolvimento, ferimentos não acidentais, abuso de menores, negligência” (Dias, 2004, p. 96).

Por conseguinte, é no entrecruzar das manifestações físicas e psicossociais dos maus-tratos que melhor se pode definir o objecto em estudo, constituindo também tal entrecruzamento um ponto de partida para uma discussão mais alargada sobre as dimensões a ter em conta. Este carácter dinâmico encontra-se subjacente à perspectiva defendida por Magalhães (2005), visto sustentar que os maus-tratos devem ser percebidos como “qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade” (p. 33).

Azevedo e Maia (2006) salientam que os maus-tratos às crianças são uma realidade conhecida por todos nós e que eles constituem um perigo no que toca à saúde física e mental dos menores vítimas de maus-tratos, comprometendo a sua qualidade de vida e o seu bem-estar e deixando sequelas irreversíveis. Inicialmente, os maus-tratos sobre as crianças centraram-se no abuso físico, mas depressa incorporaram outros tipos. Neste sentido, a abordagem médica, tal como adiantámos, foi na sua génese, prevalecente na análise desta problemática e, neste âmbito, “orientou a intervenção do serviço social, principalmente, para as famílias pobres e para os pais com certas características psicológicas reforçando, assim, certos estereótipos racistas, de classe e, sobretudo, o de que a violência sobre as crianças era um «crime dos pobres». Mas, rapidamente, este fenómeno passou a ser estudado por outras

perspectivas disciplinares (por exemplo, as sociojurídicas e as socioculturais) e tratado por outros campos profissionais, o que levou a ser equacionado em contextos mais globais” (Dias, 2004, p. 112).

Esquema n.º 2: Esquema simplificado sobre a questão dos maus-tratos em crianças



Fonte: Adaptado de Magalhães, 2005, p. 22.

Estabelecer, assim, uma tipologia dos maus-tratos é, para alguns autores, uma questão meramente académica, uma vez que na prática se torna difícil a detecção de formas bem delimitadas de maus-tratos. Segundo esta perspectiva, existem diversos tipos de maus-tratos que normalmente ocorrem em simultâneo numa mesma criança tornando-se difícil, desta maneira, estabelecer fronteiras entre os mesmos. Apesar de ser importante ter a noção de que raramente estamos na presença de apenas um tipo de maus-tratos, para se conseguir uma melhor compreensão do fenómeno torna-se necessário estabelecer critérios operacionais que possibilitem o estudo do mesmo (Esquema n.º 2). Como tal, faz todo o sentido a divisão tipológica para a realização de estudos ou investigações sobre este fenómeno, como também para a sua prevenção e/ou intervenção. Em conformidade, Barudy (1998) apresenta uma distinção entre os maus-tratos activos — que implicam o uso da força física, sexual ou psicológica que pela sua intensidade e frequência provocam danos às crianças — e maus-tratos passivos, que têm subjacente toda e qualquer omissão ou insuficiência de cuidados que prejudiquem o bem-estar do menor. (cf. Azevedo; Maia, 2006, p. 31).

Se são os sinais físicos de um abuso que mais facilmente levam à sinalização de um caso, torna-se compreensível a centralidade das abordagens médicas para a interpretação do

fenómeno bem como para o desenvolvimento de políticas sociais. Paralelamente, na problematização científica deste fenómeno, num momento inicial, os maus-tratos sobre as crianças centraram-se na agressão física, mas rapidamente passaram a integrar outros tipos de maus-tratos, nomeadamente a negligência e o abuso emocional (Dias, 2004). Os maus-tratos físicos correspondem a uma forma de violência sobre a criança relacionada com uma acção não accidental advinda dos pais ou dos responsáveis, que pode provocar danos físicos no menor⁹ (cf. Magalhães, 2005, p. 34).

O abuso sexual marcou um segundo momento de redescoberta dos maus-tratos sobre as crianças no final dos anos setenta do século passado. Tal abuso visa a satisfação sexual do adulto numa situação de poder ou de autoridade sobre o menor. De acordo com Magalhães (2005), “trata-se de práticas que o menor, dado o seu estágio de desenvolvimento, não consegue compreender e para as quais não está preparado, às quais é incapaz de dar o seu consentimento informado e que violam a lei, os tabus sociais e as normas familiares”¹⁰ (p.35). Este tipo de maus-tratos torna-se um assunto público através do testemunho dos adultos que sofreram na sua infância com este tipo de violência. Por esta via, a partilha de experiências por parte das vítimas conduziu a um maior reconhecimento deste tipo de maus-tratos enquanto problema social (cf. Dias, 2004, p. 98).

Neste seguimento, Dias (2004) salienta que há uma tendência para confundir o abuso sexual com o incesto, o que ajuda a perpetuar a ideia de que quando este ocorre é apenas no interior da família. A partir do momento em que o abuso sexual foi reconhecido enquanto

⁹ No que concerne aos *sinais* dos maus-tratos físicos, estes estão relacionados com lesões com diversos tempos de evolução; lesões em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo accidental para a faixa etária da criança; lesões com diferentes localizações; lesões desenhando marcas de objectos; queimaduras ou cicatrizes; marcas de mordedura; alopecia traumática; sequelas de traumatismo antigo de que não é conhecida a história; intoxicação; doenças recorrentes inexplicáveis; e outras lesões de diagnóstico médico mais complexo. Por sua vez, os *sintomas* passam pela inadequação da explicação dada pelos pais sobre o mecanismo de produção da lesão, tendo em conta o grau de desenvolvimento do menor; mudanças nas explicações ou recusa em explicar o processo de produção da lesão; inadequação do intervalo de tempo entre a ocorrência e a procura de cuidados médicos; história de lesões repetidas, mesmo que a explicação para cada ocorrência pareça adequada (cf. Magalhães, 2005, p. 54-55).

¹⁰ Este tipo de maus-tratos coloca grandes dificuldades de detecção e diagnóstico, uma vez que raras são as vezes em que resultam lesões físicas ou existem vestígios de outro tipo. Neste sentido, Magalhães (2005) refere que, na maior parte das ocorrências, com crianças pequenas não há penetração anal ou vaginal; quando há penetração, a ejaculação dá-se, muitas vezes, fora das cavidades; frequentemente a criança e as roupas são lavadas; normalmente, o período entre a ocorrência e o exame médico-legal é superior a 48 horas, o que torna difíceis os estudos para a pesquisa de esperma; o tabu social implícito dificulta o pedido de ajuda; os menores podem confundir a relação com uma manifestação afectiva «normal» ou podem estar submetidos à pressão do segredo imposto pelo abusador. Normalmente, este tipo de abuso apresenta *sinais* como a leucorreia vaginal persistente; ruborização e inflamação dos órgãos genitais; lesões cutâneas; lacerações ou fissuras genitais ou anais; rotura do hímen; hemorragia vaginal ou anal; infecções urinárias de repetição; doença sexualmente transmissível; presença de esperma no corpo ou na roupa interior; presença de sangue de outra pessoa; e gravidez. Por sua vez, os *sintomas* verificam-se através das perturbações funcionais; obediência exagerada aos adultos e preocupação em agradar; pobre relacionamento com as outras crianças; condutas sexualizadas; e através de comportamentos agressivos (p. 55-57).

problema social, ele foi rapidamente relacionado com relações incestuosas, especialmente entre pai e filha. É por isso compreensível que o abuso sexual vivenciado na infância tenha despertado particular interesse no ideário e na luta do movimento feminista. Com efeito, este movimento começou “por enfatizar o desequilíbrio de poder existente na estrutura social entre os adultos abusadores (principalmente o homem) e as vítimas de abuso sexual (sobretudo as raparigas), e a importância dos processos de socialização, os quais, segundo esta perspectiva, engendram atitudes masculinas predatórias e sexualmente exploradoras” (Dias, 2004, p. 98). Este pressuposto tem vindo a ser desconstruído através da investigação mais recente, que tem procurado demonstrar que o abuso sexual pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar, constituindo o incesto um tipo particular de abuso sexual de crianças (*ibidem*, p. 102).

Por seu turno, a negligência constitui o tipo de maus-tratos mais frequente — daí, ser alvo de grande atenção no âmbito da pesquisa relativa aos maus-tratos sobre as crianças. Tal como o abuso sexual, a negligência é difícil de definir, sendo uma noção influenciada pelos padrões socioculturais acerca do bem-estar infantil. Segundo Magalhães (2005), este tipo de maus-tratos “constitui um comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados a ter com um menor, não lhe sendo proporcionada a satisfação das suas necessidades em termos de cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação e apoio (no contexto dos recursos disponíveis pela família ou cuidadores)”¹¹ (p. 34). Na mesma linha, Green (2000) refere que este tipo de maus-tratos ocorre quando as necessidades básicas da criança não são satisfeitas, existindo factores sociofamiliares que tornam previsível este tipo de maus-tratos, como é o caso dos pais que revelam comportamentos psicóticos, alcoólicos ou anti-sociais. O autor salienta que muitos destes pais possuem uma história anterior de privação e negligência e que muitos deles passaram por dificuldades durante a sua própria infância, tendendo a repetir esses padrões de privação nas suas próprias famílias. Com tais antecedentes, estes pais são muitas vezes incapazes de reconhecer as necessidades das suas crianças e de prover-lhes os adequados modelos de comportamento (p. 159).

Por fim, o abuso emocional e psicológico pode constituir um acto intencional caracterizado pela ausência do reconhecimento das necessidades emocionais do menor. Daqui

¹¹ Relativamente a este tipo de maus-tratos, Magalhães (2005) adianta que os *sinais* prendem-se com o atraso ou fraco crescimento; cabelo fino; abdómen proeminente; mãos e pés avermelhados; carência de higienização; alimentação e hábitos de horários inadequados; vestuário desadequado em relação à época; vitaminopatias; cárie dentária; unhas quebradiças; infecções recorrentes; hematomas ou outro tipo de lesões; e atraso no desenvolvimento sexual. No que toca aos *sintomas*, verifica-se um atraso nas aquisições sociais e em todas as áreas da maturidade; perturbações do apetite e comportamentos estranhos, como o roubo de alimentos; perturbação do sono; problemas de aprendizagem; fraco relacionamento com as outras crianças; situações para chamar a atenção dos adultos; comportamentos anti-sociais; tendência para a fantasia; e falta de acompanhamento por parte dos pais na escola e nos cuidados de saúde (p. 53-54).

provêem efeitos adversos no desenvolvimento físico e psicossocial do menor e na estabilidade das suas competências emocionais e sociais, com consequente diminuição da sua auto-estima. Os estudos realizados têm vindo a demonstrar que o abuso psicológico e o abuso emocional não são sinónimos (Dias, 2004; O'Hagan, 1995). Segundo O'Hagan (1995), o abuso psicológico corresponde a um “comportamento prolongado, repetitivo e inapropriado que danifica ou reduz, substancialmente, o desenvolvimento de importantes faculdades mentais, como a inteligência, a percepção, a atenção, reconhecimento e memória. O desenvolvimento de um «senso moral» deve também ser considerado como uma componente importante do desenvolvimento psicológico [...] cada uma destas faculdades são cruciais para o desenvolvimento social, emocional e educacional de uma criança” (p. 456). Por sua vez, o abuso emocional encontra-se relacionado com o desenvolvimento repetitivo de interacções emocionalmente inapropriadas dentro de determinados contextos (*ibidem*, p. 454-455).

A este propósito, Claussen e Crittenden (1991) salientam que o que ambos os tipos de maus-tratos têm em comum é a regularidade com que são praticados. O abuso psicológico diminui o desenvolvimento criativo e potencial das capacidades mentais e dos seus processos, ao passo que o abuso emocional conduz a um não desenvolvimento das emoções da criança afectando a sua socialização. O abuso emocional, segundo estas autoras, tem efeitos no desenvolvimento da vida afectiva de uma criança e na sua saúde, enquanto o abuso psicológico tem maior incidência no seu nível mental e cognitivo (p. 8). Ainda, segundo Magalhães (2005), podem verificar-se insultos verbais, humilhação, desvalorização, ameaças, indiferença, discriminação, rejeição, abandono temporário, culpabilização, críticas e envolvimento em situações de violência doméstica. Na perspectiva da autora, este tipo de maus-tratos está presente em todas as outras situações de maus-tratos, pelo que só pode ser considerado isoladamente quando constituir a única forma de maus-tratos¹² (p. 58).

¹² Os *sinais* de que a criança está a ser vítima deste tipo de maus-tratos prendem-se, segundo Magalhães (2005), com deficiências não orgânicas de crescimento, com baixa estatura; infecções; asma; doenças cutâneas; alergias; e, por último, a auto-mutilação. Por outro lado, no que diz respeito aos *sintomas*, as perturbações funcionais (apetite, sono, controle dos esfíncteres, fala, tonturas, interrupção da menstruação na adolescência); perturbações cognitivas (atraso no desenvolvimento da linguagem, perturbações da memória para as experiências do abuso, baixa auto-estima, alterações da concentração, atenção e memória, dificuldades de aprendizagem); perturbações afectivas (choro incontrolado, sentimentos de vergonha e culpa, medos de vergonha, medos concretos, timidez, inadequação na maturidade, dificuldade para lidar com situações de conflito); perturbações do comportamento (desinteresse total pelo seu aspecto, falta de curiosidade, défice na capacidade para brincar e divertir-se, excessiva ansiedade ou dificuldade nas relações afectivas interpessoais; relações sociais passivas, escassas ou conflituosas, fugas de casa, medo, timidez, comportamentos bizarros, acidentes muito frequentes, problemas escolares e comportamentos desviantes); alterações do foro psiquiátrico (agitação, ansiedade, depressão, mudanças súbitas de comportamento e humor, comportamentos obsessivo-compulsivos, neuroses, alterações da personalidade e psicoses, regressões no comportamento e falta de integração entre o pensamento e a linguagem (p. 58-59).

Torna-se bem evidente, portanto, que os maus-tratos às crianças deixam de cingir-se apenas às suas implicações físicas, abrangendo também outros tipos importantes. Os maus-tratos à criança, como temos vindo a expor, são um fenómeno complexo que pode manifestar-se das formas mais variadas, revestindo-se de maior ou menor visibilidade social. No que a esta diz respeito, os maus-tratos psicológicos e o abuso sexual são, na sua maioria, os mais difíceis de detectar. Na verdade, se os maus-tratos psicológicos ocorrem normalmente de forma mais dissimulada e menos sensacionalista, o abuso sexual, principalmente o que ocorre no seio da família, tende a perpetuar-se no seu interior por via da coabitação de vítima e abusador.

Se os maus-tratos à criança são um fenómeno cuja existência deixou de ser escondida, dada a sua divulgação pelos *media*, tal implica “que não podemos mais cruzar os braços sob pena de nos tornarmos cúmplices deste sofrimento silenciado durante tantos séculos” (Azevedo; Maia, 2006, p. 16). Tal como acontece com qualquer fenómeno social, a consciencialização sobre a existência e as consequências de uma problemática como a dos maus-tratos à criança afirma-se como catalisador das esferas da intervenção sobre o problema, assim como estimulam o estudo aprofundado dos maus-tratos em si através do recurso à investigação científica.

Decorrente desta necessidade de aprofundamento do conhecimento sobre o objecto em análise e demonstrando a sua transversalidade enquanto fenómeno social total, têm sido realizadas algumas investigações com o intuito de procurar identificar as causas e os factores de risco inerentes a este fenómeno. Um tal cuidado está relacionado com a necessidade de se chegar a um conhecimento aprofundado e preciso acerca dos factores que espoletam o fenómeno, uma vez que nenhum programa de intervenção poderá ter sucesso sem um estudo prévio sobre os factores que desencadeiam esta problemática, pelo que, só assim será possível elencar os seus efeitos.

A este propósito, Martínez Roig e De Paúl (1993) consideram que, no estudo deste fenómeno, é fundamental realizar várias investigações do tipo epidemiológico que abordem os diferentes factores de risco das situações de maus-tratos infantis. Na mesma linha, Azevedo e Maia (2006) salientam que os maus-tratos à criança devem ser analisados à luz de uma perspectiva holística, com o objectivo de possibilitar uma visão mais alargada e permitir uma articulação pluridimensional dos diversos factores que os originam. Os primeiros modelos foram desenvolvidos nos finais dos anos 60 e início dos anos 70, e preocuparam-se em perspectivizar os maus-tratos à criança como um conceito único, não considerando cada um dos seus tipos para evitarem abordagens que apenas estudassem aprofundadamente uma ou

duas dimensões do fenómeno e que acabassem por afirmar-se como unidireccionais (p. 47-48).

Essas primeiras teorias, onde se incluem as de Kempe e seus colaboradores (1998), centravam a sua análise a um nível individual, realçando a questão relativa aos traços de personalidade dos pais maltratantes e a suposta presença de perturbações de foro psiquiátrico (p.32). No início dos anos 70, surgem autores que consideram esta perspectiva demasiado centrada nos aspectos individuais, por colocar de parte os factores contextuais que envolvem o indivíduo com as condições económicas e a organização social. No entanto, esta leitura sociológica dos condicionamentos que levam aos maus-tratos caía ela própria na ênfase excessiva dos factores socioeconómicos, excluindo eixos como a compreensão dos comportamentos individuais ou ambientais.

Ambas as propostas se baseiam em aspectos isolados do problema, analisado assim sob abordagens unidireccionais, não explicando a razão para os pais maltratarem fisicamente os seus filhos nem quaisquer outros motivos para os abandonarem. Nos últimos anos, os trabalhos de investigação sobre a etiologia dos maus-tratos confirmam que nem os factores de ordem psiquiátrica nem os de ordem socioeconómica são suficientes para provocar situações de maus-tratos. É por isso que se defende a necessidade de conjugação dos diferentes factores assim como o imperativo de associá-los a contextos e circunstâncias que podem conduzir a uma situação de abuso (Baumrind, 1994, p. 360). Neste âmbito, tem-se vindo a gerar um consenso em torno do *modelo ecossistémico*, no qual se procura integrar os aspectos psiquiátricos, psicológicos, sociais, culturais e ambientais. Este modelo faz a distinção entre os factores de risco ou potenciadores de maus-tratos e os factores protectores que diminuem a possibilidade de abuso, uma vez que a identificação de uns pressupõe o reconhecimento de outros. Para os apologistas desta perspectiva, os modelos de leitura anteriores não só falhavam no estudo aprofundado de apenas uma dimensão do fenómeno, como ainda lhes escapava a análise da interacção que se estabelece entre os factores.

A pluridimensionalidade, a perspectiva holística e interactiva adoptada por este modelo recolhe, actualmente, um grande consenso, embora o *corpus* teórico produzido seja ainda insuficiente para dar resposta às situações de maus-tratos. Ainda assim, torna-se pertinente um exercício de agrupamento dos diversos contributos e perspectivas que, mais ou menos isoladamente, foram tornando possível a enunciação daqueles que podem ser considerados os principais factores de risco e, concomitantemente, os principais factores protectores.

Assim, o modelo psiquiátrico/psicológico centrado nos progenitores privilegia os aspectos individuais dos pais maltratantes, partindo do pressuposto de que o adulto que maltrata sofre de perturbações mentais ou de outra patologia grave. Segundo Azevedo e Maia (2006), a personalidade, os casos de alcoolismo e toxicodependência, a transmissão intergeracional do abuso infantil, carências relacionadas com a função materna e/ou paterna, a família — considerando as perturbações relacionadas com a sua organização e hierarquia interna e as perturbações nas interações entre a família e o meio ambiente — constituem factores importantes para perceber o desenvolvimento deste fenómeno.

Quanto ao modelo sociológico, este atribui especial ênfase à influência dos factores socioeconómicos e socioculturais, conjugando a influência do *stress* social com aspectos do meio cultural e familiar. Este modelo perspectiva os progenitores como vítimas das forças sociais, centrando-se nas interações da família com a sociedade e nas pressões que a família tem que suportar¹³. De acordo com Duarte e Arboleda (1997), os estudos elaborados no âmbito dos factores sociais responsáveis pelos maus-tratos têm-se baseado em diversas áreas sociais como o *stress* familiar, o isolamento social da família, a aceitação social da violência e a organização social da comunidade¹⁴, ainda que a enumeração destes factores não deva ser vista de forma determinista.

O *isolamento social* é outro eixo a ter em conta nesta problemática. Este agente pode ser causado por diversos factores, entre os quais se destacam as mudanças contínuas de residência, provocando desta forma um desenraizamento das famílias. A esta situação, Azevedo e Maia (2006) associam a falta de apoio social, uma vez que os pais abusadores não utilizam comumente os recursos existentes na comunidade, não se envolvem em actividades promovidas por esta, nem procuram ajuda (p. 69). Baumrind (1994) defende uma leitura integrada dos factores que estão na origem dos maus-tratos, sublinhando que, entre outros, se constituem como elementos fulcrais para a compreensão do fenómeno a importância da inexperiência parental, o conflito entre os pais e o aparecimento de situações disruptivas na normal relação entre pais e filhos, muitas vezes provocada por uma quebra de ligames da família com outras esferas sociais (p. 360, 362 e 363).

A *aceitação social da violência* encontra-se relacionada com determinados valores culturais incutidos em muitas sociedades que consideram legítima ou até mesmo necessária a

¹³ Os defensores deste modelo consideram que factores como a perda de um emprego ou a insatisfação com o mesmo, ou ainda a falta de um dos pais (famílias monoparentais) são factores que podem levar a situações de maus-tratos. Consequentemente, na falta de um sistema social de apoio, torna-se impossível evitar a ocorrência do fenómeno (cf. Azevedo; Maia, 2006, p. 67).

¹⁴ Na mesma linha, Sousa; Martins e Fonseca (1993) defendem a ideia de que o *stress*, as condições de vida e habitacionais precárias e as modalidades de (des)estruturação do agregado familiar podem ser considerados factores-chave para o desencadear de situações de maus-tratos (p. 75-76).

utilização do castigo físico como método de disciplina para corrigir as atitudes inadequadas das crianças e para torná-las bons cidadãos. Nos países ocidentais tem-se assistido gradualmente à tomada de medidas legislativas por parte dos governos, com o intuito de reduzir o uso da violência sobre as crianças. Como realçam Azevedo e Maia (2006), em Portugal, os castigos físicos e uma educação severa são ideias muito enraizadas na nossa cultura e são vistos como «métodos educativos» fundamentais¹⁵ (p. 71).

Vários autores chegam a um consenso e salientam que a *organização social da comunidade* tem vindo a ser afectada pelas influências macroestruturais que começaram a emergir nas cidades, essencialmente a partir dos anos 80, do século passado, com o aumento da concentração da pobreza, a desestruturação familiar e a mobilidade geográfica. Nestas circunstâncias, assiste-se a uma forte concentração das famílias pobres no interior das cidades ou nas zonas suburbanas. Alguns estudos demonstram que o empobrecimento das famílias é um dos factores de risco mais influentes na ocorrência dos maus-tratos à criança. Porém, Barudy (1998) refere que “acusar os pais das famílias pobres de maltratar os seus filhos [...] sem considerar a situação social em que vivem, é uma nova injustiça social que agrava a situação das crianças” (p. 71).

Azevedo e Maia (2006) salientam, ainda, que a criança é vítima da actual *sociedade de consumo*. As sociedades contemporâneas fundamentadas numa economia de mercado e regidas por valores consumistas podem colocar em causa a harmonia familiar. Neste aspecto, o fenómeno em estudo tem um conjunto de causas que se manifestam de forma interactiva. Para além dos factores referidos, não podemos deixar de considerar um último que tem contribuído para a ocorrência dos maus-tratos à criança: a *influência cultural*. Este factor explica-se pela influência a que os maus-tratos intrafamiliares estão sujeitos derivada do “sistema de crenças e valores que estão presentes, de forma manifesta ou latente, numa sociedade, numa comunidade, numa família ou numa pessoa” (p. 77).

Decorrente da análise dos contextos e da conjugação de dimensões que podem levar aos maus-tratos, encontramos os *factores protectores* enquanto sinónimo de contextos e dinâmicas que possam diminuir a sua ocorrência. Aqui, apela-se para a necessidade de viver numa sociedade em que se eduque para a não-violência e para que a prosperidade económica não seja a única prioridade; de facto, beneficiar de apoio social, de estabilidade económica acompanhada de satisfação no emprego, ter uma boa relação com o cônjuge, assim como uma boa auto-estima, são também aspectos considerados fundamentais para diminuir o fenómeno

¹⁵ Não é, com certeza, estranha à cultura popular nacional o provérbio de que *Quem dá o pão, dá a educação*, referindo-se a ‘educação’, neste contexto, à necessidade de recorrer à força física na inculcação de valores e normas sociais.

dos maus-tratos à criança. Com efeito, a intervenção sobre uma situação de maus-tratos implica, necessariamente, o lançar de um olhar atento àqueles sintomas e sinais, que podem ser mais ou menos visíveis. Mas, acima de tudo, estamos perante um fenómeno que exige sensibilidade particular tanto na intervenção como na não-acção e que tem sempre consequências para a criança e a sua família (Magalhães, 2005; Azevedo, Maia, 2006; Daro, Donnelly, 2002).

3. Os maus-tratos: da criança aos agentes de socialização e de intervenção

O investimento no estudo desta problemática, especialmente nos últimos anos, trouxe um expressivo avanço para o conhecimento do fenómeno, tanto ao nível das diferentes formas de como este se manifesta como ao nível dos mecanismos que o reificam. Têm ocorrido desenvolvimentos bastante relevantes no sentido de aprofundar os conhecimentos científicos acerca dos efeitos a curto, médio e longo prazo da problemática dos maus-tratos à criança. Todavia, apesar destes avanços, a maioria dos autores concorda em considerar que o conhecimento produzido é ainda muito limitado, uma vez que se trata de um fenómeno que ocorre no interior da esfera privada, na intimidade das famílias, o que acarreta restrições de ordem metodológica que se prendem a princípios éticos e deontológicos.

Embora sejam poucos os estudos realizados no âmbito dos maus-tratos à criança, temos presente que estes implicam sérios riscos para a criança no decorrer de todo o seu processo de desenvolvimento. Nesse aspecto, as consequências dos maus-tratos constituem um dos elementos a ter em conta na nossa abordagem. Azevedo e Maia (2006) alertam para o facto de, muitas vezes, aqueles comportamentos que classificamos como «anormais» mais não serem do que tentativas, na maior parte das vezes desesperadas, de comunicação, de chamadas de atenção, de apelos de compreensão, amor e afecto (p. 90). Assim, os profissionais em contacto com as crianças deverão ter conhecimentos e sensibilidade suficientes para descodificar as permanentes mensagens emitidas não só pela comunicação verbal como também pela não verbal.

Os estudos realizados no âmbito dos maus-tratos infantis são fundamentais para a tomada de decisões legais e políticas sobre as vítimas maltratadas. Para além de se revelarem importantes na acumulação de um consenso sobre os principais sinais e sintomas, a que particularmente os técnicos que lidam com crianças devem estar atentos, são também relevantes ao nível do estudo das consequências dos maus-tratos e do debate em torno da esfera da intervenção (Herrenkohl *et al.*, 1991, p. 70, 77-78).

Existe, neste âmbito, um vasto conjunto de estudos que se debruçam sobre as consequências dos maus-tratos a crianças. Contudo, poucos autores procuram sistematizar cruzamentos entre diferentes áreas disciplinares nestes estudos. Pode-se, pois, falar de uma certa dispersão disciplinar no seio da problemática dos maus-tratos, que não traduz uma real cumulatividade de investigações nesta área. Ainda assim, pode identificar-se um conjunto de impactos do ponto de vista físico e psicológico, que se estendem desde a infância à vida adulta (Gibb, 2002, p. 224).

Do ponto de vista da análise, a capacidade da criança vítima de maus-tratos estabelece uma rede de relações sociais sustentada, tanto no interior da família como com o grupo de pares e outras esferas da vida social, afirmando-se como um dos eixos analíticos mais amplamente analisados. A vinculação social, dada a centralidade da família nos primeiros anos de vida da criança, encontra-se intimamente relacionada com a disponibilidade e os afectos demonstrados pelos pais e parentes mais próximos. Na mesma linha, Azevedo e Maia (2006) defendem que a família desempenha um papel crucial na estruturação da auto-estima da criança, uma vez que é durante o período da infância que a criança poderá desenvolver confiança, autonomia, iniciativa e produtividade ou os pólos opostos, como a desconfiança, vergonha, culpa e inferioridade (p. 94-95).

A escola afirma-se como um segundo pólo fundamental no processo de socialização das crianças, apresentando-se como um espaço onde as consequências dos maus-tratos mais se farão sentir. Assim, o rendimento escolar nas crianças maltratadas é afectado, uma vez que estas geralmente apresentam atrasos no seu desenvolvimento cognitivo, na linguagem e no sucesso escolar. Estas crianças manifestam sérios problemas de adaptação ao ambiente escolar, marcada pela ansiedade, falta de atenção e de habilidade para compreender os objectivos da aula. Na linha do que acima expomos, é, também, comum haver uma falta de interesse pelas actividades escolares, tornando-se o isolamento social um instrumento de defesa perante o mundo envolvente (*ibidem*, p. 107-114). Consequentemente, sublinhe-se, os maus-tratos à criança de uma forma mais ou menos prolongada podem causar, entre outros problemas, dificuldades de adaptação ao sistema escolar, casos de insucesso escolar e levar a vítima a abandonar a escola. O insucesso escolar constitui um grave problema para a criança com sérias consequências para a sua trajectória de vida, dada a espiral de violência e de fracasso associada aos alunos que falham a normal progressão no sistema escolar, tanto pelo tipo de relacionamento com os professores como pelo afastamento face aos colegas mais próximos (*ibidem*, p. 116).

É exactamente por isso que a escola, enquanto agente socializador, desempenha um papel de destaque junto das crianças maltratadas, uma vez que tende a diminuir o impacto que os maus-tratos possam vir a ter no tocante ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social destas crianças. Azevedo e Maia (2006) referem, a propósito, que “a escola não poderá ser vista como uma espécie de panaceia para todos os males que afectam as crianças (incluindo os familiares, sociais e culturais), mas acreditamos que poderá ter um importante papel na diminuição do impacte dos mesmos” (p. 119).

Segundo Gibbs (2002), não é possível estabelecer uma relação linear entre o tipo de maus-tratos e as suas consequências a longo prazo, uma vez que a maior parte destes casos são mistos e a todos eles estão subjacentes os maus-tratos emocionais, os quais, pelo seu cariz, são de difícil detecção. Os maus-tratos intrafamiliares são os que causam consequências mais graves para as crianças e jovens, verificando-se uma quebra de confiança e uma perda de segurança em casa, o que vem a constituir uma ameaça para o seu desenvolvimento. De acordo com a autora, o grau de gravidade destas repercussões está dependente de factores como o tipo e a duração do abuso, o grau de relacionamento com o abusador, a idade do menor, o seu nível de desenvolvimento, a sua personalidade e, por último, o nível de violência e das ameaças sofridas (cf. Magalhães, 2005; Herrenkohl *et al.*, 1991). Os problemas psicossociais são, pela frequência com que ocorrem e pelas suas consequências a longo prazo, a questão a que importa estar atento no sentido de os prevenir, identificar e tratar. Consequentemente, como estamos perante uma multiplicidade de situações de maus-tratos, as suas repercussões tendem a ganhar uma grande variabilidade de repercussões do ponto de vista psicossocial¹⁶.

3.1. A protecção da criança e a promoção dos seus direitos

O Estado português começou por se debruçar sobre as questões das crianças desprotegidas e abandonadas em 1911 com a formalização da lei da infância e da juventude.

¹⁶ As consequências psicossociais identificadas por Magalhães (2005) são: as cognitivas, as afectivas, as comportamentais e as psiquiátricas. Ao nível cognitivo, a autora destaca o défice intelectual (baixo quociente de inteligência), défice na linguagem e baixo rendimento académico ou profissional; ao nível afectivo, realça a baixa auto-estima, sensações de medo, angústia e raiva, disfunções sexuais e ideação e (ou) tentativas de suicídio; ao nível comportamental, verificam-se dificuldades de relacionamento interpessoal, escasso reconhecimento das emoções, isolamento, agressividade, dificuldades na percepção e aceitação das normas morais e sociais, sentimentos de culpabilidade, baixa iniciativa e motivação, violência conjugal, maus-tratos aos seus próprios filhos, reproduzindo a violência de que foi vítima em criança, violência e tentativas de suicídio associadas à gravidez e no período do pós-parto, toxicodependência, prostituição, conduta anti-social e delinquente; e, por último, as consequências ao nível psiquiátrico que se manifestam através da neurose, depressão, psicose e transtornos múltiplos da personalidade e tendências dissociativas (p. 64).

Em 1962, avançou com a *Organização Tutelar de Menores*, texto que veio a ser revisto em 1978 pelo *Decreto-Lei 314/78*, de 27 de Outubro, que se manteve em vigor até o final do ano 2000.

Relativamente ao sistema legal de protecção ao nível internacional, destaca-se a *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Crianças*¹⁷ (Convenção de Nova Iorque, de 20 de Novembro de 1989), que Portugal assinou a 8 de Junho de 1990 e que veio a ser ratificada pela *Resolução da Assembleia da República n.º 20/90*, que advoga no n.º 1 do artigo 19.º que “os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada” (UNICEF, 2004, p. 13).

Na prossecução destes objectivos, a 1 de Janeiro de 2001, entrou em vigor a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (Lei 147/99, de 1 de Setembro). A partir da experiência anterior de dez anos das Comissões de Protecção de Menores em Risco (*Decreto-Lei 189/91*, de 23 de Novembro), reestruturaram-se essas Comissões com novas atribuições e com um novo estatuto, passando os tribunais a ficarem como subsidiários destas novas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Segundo Magalhães (2005), ao criarem-se, para além das Comissões restritas, as Comissões alargadas, a lei pretendeu que, “na área da sua competência territorial, estas promovam acções, identifiquem carências, mobilizem recursos na comunidade e colaborem e dinamizem programas que afastem as crianças e jovens das situações de perigo” (p. 68).

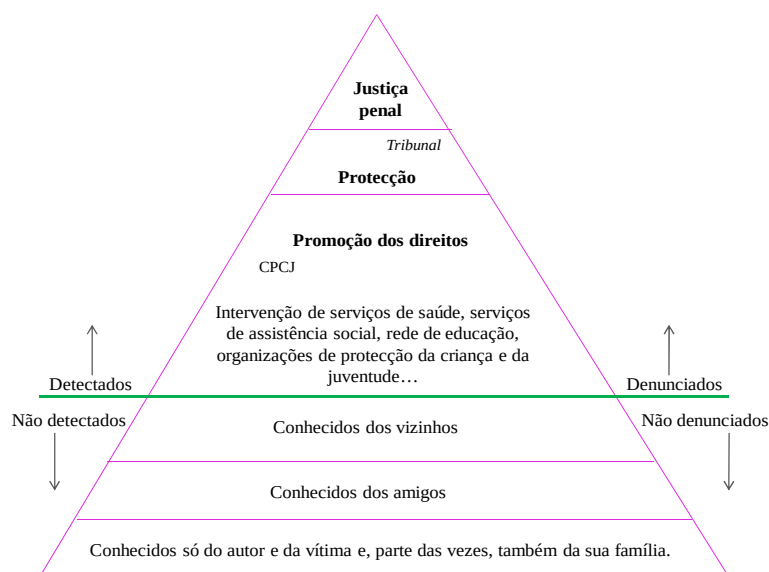
A actual *Lei 147/99*, de 1 de Setembro, com o intuito de prevenir e tratar as situações de perigo, consagrou o princípio da subsidiariedade, defendendo que a intervenção deve ser feita através das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)¹⁸, das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJP) e, por último, dos tribunais. Este sistema de intervenção visa dar resposta às crianças e jovens que por casualidades sociofamiliares particulares não vêem os seus direitos reconhecidos.

¹⁷ A *Convenção dos Direitos da Criança*, das Nações Unidas, marcou uma viragem histórica neste domínio. Esta Convenção veio defender o «interesse superior da criança», tendo um carácter vinculativo para todos os países que a adoptaram. Em Portugal, foi ratificada em 1990 e, em 1992, o Parlamento Europeu aprovou a *Carta Europeia dos Direitos da Criança* que, para além de estabelecer os direitos das crianças nos países europeus, preconizava a nomeação, em cada um dos Estados Membros, de um defensor desses mesmos direitos (cf. Dias *et al.*, 2010, p. 16).

¹⁸ Consideram-se ECMIJ os internatos, os centros de acolhimento temporário e outras instituições com respostas socioeducativas referentes a crianças e jovens

À luz da *Lei 147/99*, de 1 de Setembro, no seu artigo 4.º, referente às disposições gerais da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, a intervenção para a promoção e protecção dos menores deve reger-se pelos princípios: do superior interesse da criança e do jovem; da privacidade, do respeito pela intimidade e do direito à imagem; da intervenção precoce, mal a situação de perigo seja conhecida; da intervenção mínima exercida exclusivamente pelas entidades responsáveis pela promoção e protecção da criança e do jovem em perigo; da proporcionalidade e actualidade; da responsabilidade parental, de modo a que os pais assumam os seus deveres para com o menor; da prevalência da família, nas medidas de intervenção a adoptar; de obrigatoriedade da informação aos pais e representantes legais do menor; da audição obrigatória e participação do menor, pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto, implicando a sua participação nos actos e na definição das medidas de promoção e protecção; e da subsidiariedade entre instituições com competências em matéria da infância e juventude. (Esquema nº 3)

Esquema n.º 3: Pirâmide de H. Rostad (adaptada)



Fonte: Adaptado de Carmo, 2010, p. 190.

A partir deste quadro normativo, a promoção e protecção de menores é percebida como uma responsabilidade que se estende do Estado a toda a sociedade civil. Neste capítulo, compete ao Estado desempenhar um papel central na dinamização da promoção e protecção dos menores, “na definição do quadro normativo em que este se deve desenvolver, na disponibilização, facilitação, divulgação e coordenação de meios na criação de condições para que os cidadãos e as suas formas de organização possam, também eles, cumprir as suas

responsabilidades” (Carmo, 2010, p. 192). A acção do tribunal, como se pode visualizar no Esquema n.º 3, afirma-se como uma intervenção de última instância, que actua quando as restantes Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude tenham já esgotado os seus instrumentos de intervenção (*ibidem*, p. 193).

Os momentos da *suspeita ou detecção* e da *sinalização* constituem-se como o procedimento-base no desencadear de um processo de promoção e protecção. As ocorrências de maus-tratos em menores podem ser detectadas nos hospitais, nos centros de saúde, nas escolas, em casa e noutros locais extra-institucionais. Contudo, a sua detecção encontra-se muito dependente da sensibilidade dos diferentes profissionais de saúde, de educação ou de técnicos de apoio para reconhecerem os sinais de alerta de maus-tratos ou ainda os contextos familiares de risco (cf. Magalhães, 2005, p. 72).

A *sinalização*, por sua vez, corresponde ao acto de dar a conhecer a existência de uma situação ou de uma suspeita de maus-tratos. Qualquer sujeito pode e deve fazer a sinalização, incluindo a própria vítima. Segundo a *Lei 147/99*, de 1 de Setembro, nos seus artigos 64.º, 65.º e 66.º, a comunicação de situações de perigo pode ser feita à Comissão de Protecção pelas autoridades policiais e judiciais, pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude e por qualquer pessoa “que tenha conhecimento de situações que ponham em risco a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade da criança ou do jovem”.

Após a suspeita ou detecção de uma situação de maus-tratos, a sua *avaliação e investigação* constitui a etapa seguinte. Apesar de existir um protocolo previamente estabelecido, a especificidade dos casos implica uma discussão preliminar entre os vários profissionais que irão ter um papel activo no decorrer do processo, assim como a família e, sempre que possível, a criança. Este procedimento encontra-se condicionado pela informação disponível na fase anterior e tem em vista o estabelecimento de um procedimento de avaliação que evite a revitimização. Consoante a urgência do caso e o tipo de abuso, podem ser accionados instrumentos complementares de avaliação, como é o caso das entrevistas, visitas domiciliárias, exames médicos, entre outros (cf. Magalhães, 2005, p. 73-75).

O *diagnóstico* afirma-se como um instrumento fundamental para a intervenção, sendo este um mecanismo complexo, dada à dificuldade de estabelecimento de diagnósticos diferenciais, principalmente quando se pretende equacionar a intervenção de forma multifacetada. Com efeito, as *medidas de promoção dos direitos e de protecção* previstas pela *Lei 147/99*, de 1 de Setembro, no seu artigo 34.º, visam afastar o perigo em que os menores se encontram; proporcionar-lhes as condições que permitam promover a sua segurança, saúde,

O caminho a seguir depende da especificidade de cada situação. Para o efeito, Magalhães (2005) considera que as modalidades de intervenção podem ser informais ou formais (Esquema n.º 4). A prioridade deverá ser dada aos meios de intervenção informal, uma vez que implicam menos custos em termos de prejuízos morais e afectivos e um menor risco ao nível social e familiar. Segundo Carmo (2010), “o grande objectivo que procura alcançar-se é, pois, o da concordância prática entre as intervenções criminal e de promoção dos direitos e de protecção, em três aspectos essenciais: na avaliação dos factos, na obtenção da prova e na protecção da vítima” (p. 202).

```

graph TD
    A[Suspeita/ detecção de maus-tratos] --> B[Situação não urgente]
    A --> C[Situação urgente]
    B --> D[Simatização]
    D --> E[ECMIJ]
    E --> F[Investigação sumária]
    F --> G[Diagnóstico]
    G --> H[Perigo]
    G --> I[Perigo urgente]
    H --> J[Intervenção]
    J --> K[Suficiente e adaptada]
    K --> L[CPCJP]
    I --> M[Simatização]
    M --> N[Oposição dos pais ou dos jovens]
    N --> O[Situação]
    O --> P[Oposição dos pais ou do jovem (> 12 anos)]
    P --> Q[Situação]
    Q --> R[Tribunal]
    C --> S[Simatização]
    S --> T[Polícia]
    T --> R
    R --> U[Medidas de protecção e tutelas cíveis]
  
```

Situação não urgente
 Situação urgente
 Simatização
 ECMIJ
 Investigação sumária
 Diagnóstico
 Perigo
 Perigo urgente
 Intervenção
 Suficiente e adaptada
 Oposição dos pais ou dos jovens
 CPCJP
 Situação
 Oposição dos pais ou do jovem (> 12 anos)
 Situação
 Tribunal
 Medidas de protecção e tutelas cíveis

27

Exceptuando as situações em que a vida e o bem-estar do menor são colocados em causa, na maioria das situações, deve organizar-se uma estratégia informal de acção agrupada entre os diferentes profissionais e instituições. Como propõe Magalhães (2005), nos casos em que se opta por uma intervenção informal, são importantes: o acompanhamento familiar, através da comunidade com competência nesta área; a implicação do centro de saúde da zona na área de residência do menor, onde se realizarão consultas periódicas para o controlo pediátrico e social; a eventual comunicação do caso à CPCJP da zona; e a aceitação pela família do suporte social sugerido, envolvendo pais ou outros responsáveis no decurso do processo, sendo essa família informada, adequadamente, sobre a evolução do mesmo (p. 80).

Apesar desta diferenciação entre rede formal e informal, a particularidade das situações implica, por vezes, uma lógica retroactiva entre ambas as modalidades. Por exemplo, no caso do abuso sexual, cabe à entidade que recebe a denúncia a comunicação ao Ministério Público e a decisão de envolver ou não a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens no processo. Tal como o descrito no artigo 91.º, da *Lei 147/99*, de 1 de Setembro, em casos de procedimentos urgentes, na ausência de consentimento, cabe às CPCJ o direito de tomarem as medidas adequadas para a protecção do menor, solicitando a intervenção do tribunal e das entidades policiais que “retiram a criança ou o jovem em perigo em que se encontra e asseguram a sua protecção de emergência”.

Segundo a perspectiva de Magalhães (2005), dentro da rede informal, podemos incluir as Entidades com Competências em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), estruturas que prosseguem fins de protecção e de apoio educativo social a crianças e jovens. Estas estruturas, geralmente, estão habilitadas com técnicos de diversas áreas de formação, tais como do serviço social, da educação e da psicologia, tendo competência “para avaliar as situações das crianças ou jovens que frequentam os seus serviços ou que aí se encontram recolhidos, por forma a organizar com as respectivas famílias um plano de trabalho que visa, essencialmente, o controle da situação de perigo.” (p. 85). A intervenção por parte destas estruturas só pode ser concretizada em concordância com os pais, representantes legais da criança ou jovem e não havendo oposição do menor com idade igual ou superior a 12 anos (artigo 10.º da *Lei 147/99*, de 1 de Setembro). No caso de o menor manifestar oposição ou, então, não sendo possível actuar de forma a remover o perigo em que se encontra a criança, a ECMIJ participa o caso à CPCJP ou ao tribunal, de acordo com o tipo de respostas existentes na área de residência do menor¹⁹.

¹⁹ Actualmente, existem em Portugal respostas sociais, com carácter de emergência, direccionadas a crianças e jovens em situação de perigo como, por exemplo, a *Linha Nacional de Emergência* (144) que é um serviço

Neste âmbito, a escola desempenha um papel crucial, uma vez que é tida como “uma comunidade educativa, pelo que se incluem neste sector, não só os educadores de infância e psicólogos, animadores sociais e outros profissionais dos centros de actividades de tempos livres, as associações de pais e as associações de estudantes, que trabalham no contexto das escolas, dos jardins-de-infância, infantários e creches.” (Magalhães, 2005, p. 86-87). A escola é perspectivada como um dos lugares mais importantes no respeitante às medidas de controlo e prevenção dos maus-tratos, uma vez que a comunidade escolar tem a possibilidade de observar diariamente o aluno relativamente à sua condição física e ao seu comportamento, assim como de propiciar-lhe o desenvolvimento e as relações de empatia que potenciam a partilha de uma situação de maus-tratos. Contudo, a escassez de equipas interescolares, ou mesmo a sua inexistência, dificulta muitas vezes este processo, tornando-se imprescindível a criação de «equipas multiprofissionais» bem como a articulação com as associações de pais no reforço da articulação entre a escola e a família.

Ao nível da rede formal, segundo Magalhães (2005), identificam-se as CPCJ e os tribunais, ambos com competências para pôr termo a uma situação de perigo de facto. Contudo, a CPCJ tem a sua acção enquadrada pelo consentimento dos pais, ou representante legal, ou do menor com idade igual ou superior a doze anos. Ao tribunal, detentor da acção coerciva legítima, compete zelar pelo cumprimento dos direitos fundamentais da criança ou do jovem e da família; fomentar uma consciência individual e colectiva face ao carácter inaceitável dos valores ofendidos e do abuso do poder; estimular a reestruturação das relações no seio das famílias e destas com o sistema envolvente; apoiar e exigir das diversas instituições e profissionais uma intervenção bem articulada, solidária e equilibrada, baseada no rigor ético e técnico, acautelado que seja o respeito pela privacidade da vida individual e familiar (p. 98).

Compete, igualmente, ao tribunal decretar medidas de protecção urgentes e não urgentes; atender o público com denúncias de situações de maus-tratos e fazer o encaminhamento legal dos processos; articular a sua acção com entidades e projectos voltados para a protecção de menores ou ligados à segurança social; analisar ou avaliar as situações de perigo a fim de decretar uma medida de protecção; assim como acompanhar a execução das medidas de protecção decretadas, para efeito de revisão das mesmas, sendo esta revisão obrigatória decorridos períodos nunca superiores a seis meses e podendo determinar a

telefónico de intervenção nacional, através de equipas do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, e que funciona 24 horas por dia. Há também a *Linha de Emergência Criança Maltratada*, do Projecto de Apoio à Família e à Criança, que cobre todo o país, e a *Linha S.O.S. Criança* que assume o desencadear do processo de protecção de crianças e jovens em perigo (cf. Magalhães, 2005, p. 86).

cessação da medida, a substituição por outra mais adequada ou a sua prorrogação (cf. Magalhães, 2005, p. 98-99).

A acção das redes formal e informal, mesmo na sua versão mais normalizada, não deve perder de vista o seu carácter de mediação e, como tal, de compreensão dos múltiplos contextos que estão na origem de uma situação de abuso. Somente uma tal postura permite abrir o debate para as modalidades de prevenção da problemática em estudo.

3.2. Os diferentes níveis de prevenção

A realidade dos maus-tratos difere de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de região para região, de comunidade para comunidade, de família para família. Porém, segundo Azevedo e Maia (2006), existe um conjunto de factores que poderão potenciar a sua existência (factores de risco) ou diminuir a ocorrência do fenómeno (factores protectores). Deste modo, a realização de um programa de prevenção que se pretenda eficaz implica a implementação de medidas particulares para cada um destes sistemas procurando para todo o caso específico a diminuição dos factores de risco. Tal programa de protecção deve assentar num conjunto de princípios gerais que irão guiar toda a acção (p. 124).

É possível, assim, enumerar-se um conjunto de princípios aplicáveis à prevenção dos maus-tratos em geral. Para Sánchez (1995), estes programas devem ser globalizados; a prevenção deve ser interactiva ao nível das diversas instituições que têm o dever de proteger e socializar a criança; devem, igualmente, fomentar o desenvolvimento de determinados conhecimentos e habilidades das crianças, de forma a provocar mudanças nas instituições em que estes vivem e no sistema de relações interpessoais (p. 129).

Magalhães (2005) sublinha que, em todo o processo de protecção da infância, a prevenção dos maus-tratos constitui a prioridade fundamental. Na prevenção, consideram-se três níveis: a prevenção primária (prestação de serviços à população em geral, tendo como finalidade evitar a manifestação de situações de maus-tratos); a prevenção secundária (despistagem de grupos sociais, famílias ou indivíduos que possuem um conjunto de características específicas que permitirão classificá-los como sendo de alto risco para o desenvolvimento do fenómeno dos maus-tratos); a prevenção terciária (prestação de serviços a vítimas de maus-tratos para minorar a gravidade de sequelas, procurando-se a reabilitação das vítimas) (cf. Magalhães, 2005 e Azevedo; Maia, 2006).

Estes três níveis necessitam de ser trabalhados numa perspectiva integrada para o combate ao problema. Por conseguinte, as estratégias a implementar devem basear-se num

conhecimento aprofundado de cada realidade e partir de uma acção conjunta entre governo e organizações não governamentais nacionais e internacionais ligadas ao fenómeno, visando a promoção das alterações económicas, culturais e normativas importantes para evitar situações disfuncionais, potenciadoras de violência. Porém, os processos de prevenção encontram sérias limitações na própria especificidade do fenómeno que procuram prevenir. Daí, haverá que ter sempre em consideração: a necessidade de ajustamento às características individuais dos pais, das crianças e das relações familiares; a escassez dos recursos disponíveis; as modalidades de avaliação da validade e fiabilidade dos programas; e a dimensão técnico-operativa de um paradigma que se baseia na interdisciplinaridade e transversalidade de políticas e práticas sociais sustentadas não em instituições, mas em programas e projectos (cf. Magalhães, 2005, p. 103-104).

A par destes desafios, verifica-se a necessidade de legitimar, ao nível das esferas pública e política, a pertinência destes programas de prevenção, assim como implementá-los junto das comunidades locais e das instituições socioeducativas. Partindo desta perspectiva, torna-se necessário adaptar as mensagens e objectivos deste tipo de iniciativas a populações com diferentes patrimónios culturais, faixas etárias e atitudes diferenciadas face ao fenómeno e às práticas educativas. Acresce, ainda, a necessidade de mobilização de diferentes actores institucionais e meios de comunicação social. Se partirmos do pressuposto de uma acção concertada em diferentes níveis e planos de intervenção, emerge, neste contexto, a necessidade de incluir, nos planos de formação das diferentes áreas chamadas a intervir, um currículo específico, que proporcione aos técnicos em contacto com o menor um conjunto de capacidades interpessoais e sociais que lhes permitam agir sem preconceitos na procura activa de soluções (*ibidem*, p. 105-106).

Dada a importância da esfera da família e da compreensão das suas dinâmicas na acção sobre o fenómeno dos maus-tratos, o apoio familiar e a educação parental afirmam-se como áreas de intervenção de grande importância, que enfrentam ainda o desafio do reconhecimento e da formação de profissionais especializados nos domínios da família e da infância. Magalhães (2005) defende, por isso, a importância dos programas de capacitação de competências parentais e do apoio psicológico na diminuição dos constrangimentos que estão na origem dos maus-tratos. O acompanhamento médico é ainda referenciado como uma estratégia de identificação precoce dos casos, que, encarado de forma holística, pode também funcionar como uma esfera de prevenção (*ibidem*, p. 106-108).

Em suma, são necessários a dinamização de um modelo de participação comunitária; a organização de campanhas e programas educativos de informação e sensibilização da opinião

pública sobre a amplitude, gravidade e consequências do fenómeno, tendo em vista incentivar a sua adesão às medidas de prevenção; e o estabelecimento de redes e de parcerias visando a criação de modelos de intervenção. Este tipo de intervenção, apesar de dizer respeito à comunidade em geral, dirige-se essencialmente à comunidade escolar, podendo incluir a formação dos menores a nível escolar para a cidadania, paternidade e a prevenção da vitimização das crianças; o apoio de educadores ou professores, para a sua integração nas creches; e ainda programas pós-escolares para grupos de risco, destinados a crianças e famílias²⁰. Estas estratégias devem ser articuladas com outros projectos que combatem problemas que estão na origem do fenómeno da violência ou que o potenciam, como é o caso de programas para a redução da pobreza, para a prevenção da toxicodependência e da exploração do trabalho infantil, para desenvolver o nível educacional da população, para melhorar o estatuto da mulher, prevenindo a violência conjugal, e para fazer progredir a qualidade dos cuidados infantis (cf. Magalhães, 2005, p. 108-109).

Importa, por último, realçar a lógica subjacente a todas estas medidas, ou seja, é indispensável uma articulação consequente entre a acção normativa, por parte do Estado e das suas instituições, e as comunidades locais e as famílias. Se, de certa forma, o espírito da *Lei de Promoção e Protecção dos Menores em Perigo* vai dando conta desta lógica de intervenção sobre o fenómeno dos maus-tratos, torna-se igualmente imprescindível a necessidade de capacitação das famílias, bem como dos técnicos que estão em contacto com estas. No modo de encarar o fenómeno, impõe-se não descurar a necessária flexibilidade que as estruturas políticas devem assumir na (re)formulação dos seus quadros normativos e das suas estratégias de prevenção/intervenção.

4. Das dinâmicas familiares no mundo moderno ao papel da intervenção do Estado face aos maus-tratos a menores

Ao longo da nossa exposição, temos vindo a acentuar a necessidade de se ter em atenção a génese e evolução do fenómeno social que nos propusemos analisar. Destaca-se, assim, a ideia da inter-relação entre o reconhecimento colectivo de uma problemática, como a

²⁰ Devido à centralidade da instituição escolar no universo dos mais jovens, cada vez mais a escola é chamada a consciencializar-se de que a tarefa não pode limitar-se à transmissão de conhecimentos mas deverá, segundo Azevedo e Maia (2006), considerar as dimensões afectiva, social e ética, que permitam à criança desenvolver-se de forma equilibrada e integrar-se na sociedade com autonomia e responsabilidade. Deste modo, a escola deve preocupar-se com a implementação de actividades onde se privilegie o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, tais como a promoção de uma boa auto-estima; o desenvolvimento de competências de comunicação intra e interpessoal; desenvolvimento nas crianças da criatividade e espírito crítico; promoção da cooperação, entre outras (p.134).

dos maus-tratos, e a evolução do posicionamento das diferentes instituições sociais, como é o caso do Estado e da família, que se traduzem num reconhecimento colectivo dos direitos das crianças e na subsequente criação de infra-estruturas que intervêm directamente sobre o fenómeno.

Contudo, tal como aponta Fernandes (1998), a aceitação social de uma problemática como causa comum encontra-se revestida de um «inequívoco carácter simbólico». Os direitos são compostos por uma dimensão cultural e histórica: uma vez que em cada homem está presente toda a humanidade, protegendo-se os sujeitos contra os abusos do poder do Estado, neles se pensa zelar própria humanidade (p. 17); no entanto, não poucas vezes, a instituição de um direito faz-se sempre pelo exercício do poder social de alguns grupos face a outros²¹. O paradoxo entre a universalidade de um direito e a possibilidade de entrada dos diferentes grupos sociais nas elites que legitimam esses mesmos direitos é tanto mais importante no caso do nosso objecto de estudo, quanto a diferente capitalização económica, social e cultural dos diversos grupos sociais conduz a entendimentos, por vezes opostos, sobre o papel da família e das modalidades de educação dos filhos.

Encetar este debate reporta-nos para o início da nossa discussão, nomeadamente para a associação estabelecida entre o reconhecimento do fenómeno dos maus-tratos à criança e as transformações no seio da família moderna. O aprofundamento da modernidade trouxe consigo um requestionamento das funções e modalidades de funcionamento das instituições consideradas pilares da sociedade moderna, como é o caso da família e do Estado, por via do primado do individualismo.

Ao nível do Estado, “a crise económica que atinge as sociedades ocidentais, em princípios da década de 1970, afectou profundamente o Estado-providência keynesiano que assentava numa dupla premissa, de crescimento económico e de pleno emprego. Este Estado havia-se tornado um regulador dos mecanismos que asseguram o bem-estar dos cidadãos. Os fenómenos da globalização, da reestruturação industrial, da difusão da sociedade do conhecimento e da inovação, em simultâneo com o crescente envelhecimento da população, vieram fragilizar um desses pilares, o pleno emprego” (Fernandes, 2006, p. 201) conduzindo a

²¹ As primeiras proclamações dos direitos do homem, que ocorreram em finais do século XVIII, surgem ligadas aos interesses das classes burguesas, uma vez que, mais do que às exigências do homem em si mesmo, correspondem às aspirações de uma classe social emergente. Segundo Fernandes (1998), este constitui “o sonho de uma época em que se afirma, em toda a sua extensão, a estrutura de classes. Os conceitos de liberdade, de cidadania e de democracia não tem o mesmo sentido em todos os recantos da sociedade global” (p. 12). O autor remata afirmando que os direitos do homem se limitam a proteger os interesses de determinados grupos e os privilégios de camadas específicas da população.

uma incapacidade deste de fazer face ao aumento crescente dos níveis de privação relativa, sinónimo da própria desregulação do Estado²².

Contudo, no universo simbólico dos agentes sociais, este continua a afirmar-se como um instrumento de intervenção, por via da sua acção reguladora da vida social, especialmente face à necessidade associada de intervenção do Estado nos casos de violência na esfera da família, tanto entre cônjuges como em relação aos menores. Neste sentido, ainda segundo Fernandes (1998), “é fácil o reconhecimento de direitos, que se vão tornando cada vez mais extensos, mas o importante é encontrar as condições propícias à sua efectivação. É necessário também que as violações extravasem para o foro público. Isto ocorre quando a sociedade, face aos actos cometidos, sente e manifesta a sua repulsa, e a opinião pública força as instituições a agir” (p. 73).

As transformações do mundo moderno afiguram-se como o pano de fundo sobre o qual se debatem, igualmente, as dinâmicas do funcionamento da família actualmente. Tal como entende Fernandes (1998), podemos hoje claramente identificar um paradoxo na família moderna, em termos de crise da família *versus* afirmação do valor da família. A afirmação da família, segundo o autor, surgirá como forma de associação fortemente ambicionada para fazer-se frente ao estado de massificação que vigora na sociedade global. De acordo com o sociólogo, “ela actuará no imaginário e na acção quotidiana das pessoas, como nostalgia de um mundo encantado, onde as relações sociais fluem com espontaneidade e com grande carga afectiva. Esta idealização da família contrasta com a sua real ou aparente desagregação. Está-se aqui perante uma família utópica, cuja análise permitirá ver como os homens hoje tendem, em situações adversas, a visualizá-la e a idealizá-la, como mecanismo de fuga à complexidade, mais ou menos conflitual, que permeia as actuais sociedades” (p. 32).

Desta incerteza face aos valores em que se funda a família moderna, que muitos chamam de crise, emerge cada vez mais a ideia de que a família é o *locus* por excelência onde se constrói um projecto comum em que todos os elementos se encontram igualmente implicados; no entanto, por via da afectividade implicada em tal projecto, ela é, de facto e cada vez mais, um local de afirmação do projecto individual aceite colectivamente. Desta dinâmica de agregação e dissociação, emerge a família enquanto espaço de agressão e

²² A este propósito, Fernandes (2006) afirma que “a consideração do Estado-providência como Estado na modernidade avançada deve iniciar-se com a individuação das contradições que o atravessam, que são, elas mesmas, um reflexo das contradições existentes no interior das sociedades liberais. (...) A crise do Estado-providência é, ao mesmo tempo, expressão e portadora de desregulação, no próprio seio dos Estados” (p. 191).

violência, levando a que se possa afirmar que a «conflitualidade atravessa de forma endémica» a família contemporânea²³.

A compreensão da complexidade que permeia as sociedades actuais conduz a análise a um discurso naturalmente plural, ao mesmo tempo que enuncia os complexos liames que configuram a relação entre as diferentes instituições sociais. A relação entre o Estado e a família ou, se preferirmos, entre as esferas pública e privada, é sinónimo desta situação, uma vez que, “por um lado, a família é o reino das escolhas pessoais, mas é também objecto de uma crescente intervenção do Estado, tanto através da promulgação de normas que a fundamentam como através dos processos de justiça social e de redistribuição²⁴” (Segalen, 1999, p. 323)

Um último ponto que gostaríamos de realçar prende-se com a própria não-linearidade dos entendimentos científicos e dos discursos do senso comum face aos elementos que constituem e perpetuam um fenómeno como o dos maus-tratos a menores. Esta é, tal como vimos, uma problemática em constante construção, tanto na sua complexidade como nas suas modalidades de intervenção. Nesta segunda vertente, mais do que receituários fechados, impõe-se a necessidade da constituição de equipas multidisciplinares e harmoniosamente integradas nos seus diversos níveis de intervenção ao longo de todo e cada processo singular. Torna-se fundamental, da mesma forma, uma postura compreensiva face à própria infância, aos menores e às suas famílias e, por último, face às diversas sensibilidades chamadas a intervir aquando da sinalização de um caso. Dias *et al.* (2010) realçam a deficiente formação profissional como outra das fragilidades do sistema, revelando-se “insuficiente a formação específica sobre abusos em cada área disciplinar, bem como a formação a nível interdisciplinar e a formação especializada dos profissionais, nas questões da sinalização, do diagnóstico e da intervenção criminal e de protecção destas vítimas. Tais deficiências conduzem, muitas vezes, a intervenções sustentadas em juízos e pré-noções, sem qualquer

²³ Como refere Fernandes (1998), “a conflitualidade atravessa, na verdade e de forma endémica, a família de hoje. Tem-se vindo a perder o equilíbrio nas relações familiares [...] Os filhos transformam-se, desde então, em simples peso económico e a lógica da conjugalidade passa a prevalecer sobre a lógica familiar. Nesta perspectiva, a família poderá ser rejeitada, desde que concebida como constrangimento e factor limitador da liberdade e da realização individual, sem compromissos. Não há família sem conjugalidade, mas esta pode existir sem qualquer empenhamento familiar. Os pais consideram terem o direito/dever de castigar os filhos, criando, em muitos casos, as condições favoráveis à prática da violência. Nem sempre é fácil saber onde poderá, assim, converter o lar em família de risco” (p. 36).

²⁴ Na mesma linha, Singly (1993) recupera o paradoxo da família moderna já identificado por Durkheim: tanto mais privada e mais pública. Tudo se passa como se o movimento de centralização sobre as pessoas, de autonomização da família em relação ao parentesco, à vizinhança e ao resto da sociedade, se fosse revestindo de uma lógica de maior dependência face ao Estado. O Estado tornou-se um factor da vida doméstica. É impossível para Durkheim separar estas duas tendências, a centralidade nas pessoas e a maior «socialização» da família. O «declínio» da esfera doméstica, a conquista da autonomia familiar, os encantos da intimidade têm uma face escondida: o controlo da vida privada pelo Estado que garante assim certas condições de bom funcionamento (p.8).

base científica” (p. 17). Em conformidade, defende-se, assim, a necessidade de uma sinalização precoce das situações, onde uma intervenção eficaz vise não só o «melhor interesse do menor», como também a compreensão do universo familiar.

Capítulo II — Identificação do objecto empírico e enquadramento metodológico

Tal como temos vindo a procurar demonstrar, a compreensão dos maus-tratos encontra-se intimamente ligada às transformações ocorridas na esfera privada. O processo de modernização da família, mas também de outras instituições sociais como o Estado e a escola, afigura-se como a chave para a compreensão do fenómeno em estudo, assim como permite perceber a maior visibilidade que o fenómeno tem ganho nas últimas décadas. Por sua vez, a afirmação de um campo científico pluridisciplinar dedicado à temática dos maus-tratos também não é inócuo para estas mesmas transformações, conducentes ao surgimento de instâncias sociais intermédias que regulam e intervêm directamente sobre os casos.

Apesar de todas as alterações que vimos apontando, o estudo de uma problemática como a dos maus-tratos à criança esbarra no acesso aos casos. Acesso vedado, por via do valor central de toda a nossa problemática — a protecção do menor, vítima de abuso —, que se tem vindo a materializar à custa de todas estas mesmas transformações do ponto de vista simbólico e material. A aproximação à temática em estudo, no âmbito dos nossos objectivos e constrangimentos temporais, pode também fazer-se por via indirecta, ou seja, pela auscultação das instituições sociais que lidam directamente com os casos e dos seus técnicos que, por terem um contacto privilegiado com as vítimas, enfrentam também os desafios que a intervenção no terreno levanta.

1. As Comissões de Protecção das Crianças e Jovens na encruzilhada do fenómeno dos maus-tratos a menores

Até ao momento, temos vindo a focar, ainda que de forma indirecta, o papel das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens (CPCJ) nas esferas da intervenção e prevenção do fenómeno em estudo. Reforçar o entendimento sobre o papel desempenhado por estas Comissões torna-se necessário para justificar e identificar o nosso objecto de estudo, que, por via da conciliação que efectua entre a protecção de menores e a família, se torna um veículo por excelência para dar resposta aos nossos questionamentos. Assim, tendo em consideração a *Lei n.º 147/99*, de 1 de Setembro, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, segundo o artigo 12.º, são “instituições oficiais, não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”. Com a entrada em vigor deste diploma, no ano de 2001, as Comissões de Protecção de Menores

(CPM) deram lugar às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). No concelho de Vila Nova de Gaia, a então CPM concelhia surge no ano de 1995, passando a designar-se CPCJ de Vila Nova de Gaia a partir do ano de 2001, através da *Portaria de Reorganização n.º 1226-FP*, de 30 de Dezembro de 2000.

Na prossecução dos objectivos e competências inscritos na Lei acima referida, as CPCJ intervêm no sentido de promover os direitos da criança e do jovem numa situação de perigo. Segundo o artigo 3.º da *Lei n.º 147/99*, de 1 de Setembro, são considerados em perigo uma criança ou jovem quando designadamente se encontram numa situação de: abandonados ou vivem entregues a si próprios; maus-tratos físicos ou psíquicos ou são vítimas de abusos sexuais; ausência de cuidados adequados à sua idade e situação pessoal; obrigação do exercício de actividades ou trabalhos excessivos inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal que prejudiquem o seu desenvolvimento; sujeição a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assumpção de comportamentos ou se entregam a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os seus pais, o representante legal ou quem tem a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

As CPCJ exercem as suas competências na área do município onde têm sede, intervindo mediante consentimento dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso. As CPCJ dispõem de um conjunto de medidas de promoção e protecção que têm como objectivo afastar as crianças de qualquer perigo; proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; e garantir a recuperação física e psicológica das vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso²⁵ (cf. Magalhães, 2005, p. 96-97).

Do ponto de vista da sua organização interna e tal como está definido no n.º 4 do artigo 20.º da *Lei de Promoção e Protecção*, a Comissão deve ter uma composição interdisciplinar e interinstitucional. Assim, as CPCJ são compostas por diversos profissionais, entre os quais encontramos técnicos de Serviço Social, Psicologia, Direito, Educação, Saúde, representantes de diversas instituições locais, nomeadamente IPSS ou organizações não governamentais, municípios ou freguesias, associações de pais e associações de jovens, e ainda por elementos das forças de segurança, consoante a área da sua competência territorial.

²⁵ Cf. Esquema n.º 4 sobre as formas de intervenção, no primeiro capítulo, p. 28.

Neste sentido, a CPCJ de Vila Nova de Gaia, tem os seguintes técnicos com valências em Direito (1 elemento), em Serviço Social (3 elementos), em Psicologia (5 elementos) e em Educação (5 elementos).

Conforme o estabelecido no artigo 15.º da *Lei de Promoção e Protecção*, a intervenção territorial da Comissão de Protecção é exercida na área do município onde está sediada a Comissão. Da mesma forma, nos concelhos de maior dimensão podem ser criadas mais Comissões com competências ao nível de freguesia ou então numa zona geográfica estipulada na portaria de instalação. No caso do concelho de Vila Nova de Gaia, existe apenas uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens com competência municipal. Dada a extensão populacional, como veremos de seguida, e o consequente elevado volume de processos, tem-se vindo a discutir a abertura de uma eventual segunda Comissão no concelho.

1.1. O papel da Comissão de Protecção das Crianças e Jovens na compreensão da articulação entre as esferas privada e pública -

O quadro analítico que temos vindo a apresentar procura, acima de tudo, problematizar a questão dos maus-tratos à criança no seio da família, *locus* por excelência da perpetuação deste tipo de abuso. A desregulação da vida social advinda com a modernidade transforma, definitivamente, a face da família como um espaço de afectos, do projecto da emancipação individual e da, tantas vezes difícil, conciliação destes com a exigência e participação activa dos agentes em múltiplas esferas da vida social. Mais do que argumentar com a perda de centralidade da família enquanto instituição-pilar da vida social, preferimos realçar os impactos que a intromissão de outras instituições sociais (como o Estado e a escola) têm na disrupção de dinâmicas e processos até agora confinados à esfera familiar. Neste sentido, um dos objectivos centrais do nosso trabalho é o de perspectivar essas mesmas transformações no seio da família, o lugar da criança e as principais instituições sociais envolvidas no processo de socialização, enquadrando teoricamente a multiplicidade de agentes sociais envolvidos na educação e protecção dos menores.

Por isso, tomar por objecto de estudo uma problemática como a dos maus-tratos implica necessariamente um trabalho muito caro à Sociologia, ou seja, deixar que o social explique o social. Isto significa reconhecer à temática dos maus-tratos uma pluridimensionalidade incorporada, assim como reconhecer que a sua complexidade se encontra refém, por um lado, das transformações na esfera da família, de que já falámos, e, por outro lado, do nosso reconhecimento enquanto sociedade de que certas acções no

processo educativo devem ser consideradas desviantes e, como tal, objecto de intervenção por parte da esfera da regulação. Da mesma forma, ao sistematizarmos as várias dimensões do conceito de maus-tratos — na sua dimensão mais analítica, mas também vivenciada — reconhecemos que o entendimento sobre o fenómeno, mesmo do ponto de vista científico, se encontra em constante (re)construção (cf. Esquema n.º 5).

A sensibilidade e a complexidade que atravessam qualquer fenómeno social, em especial o dos maus-tratos, exigem do investigador uma postura de reforçada cautela na sua abordagem. À consciência de que nada se sabe, deve aliar-se a necessidade de conferir aos discursos dos agentes um sentido que, ao ser-lhes confiado, jamais pode contribuir para a reificação de estereótipos sobre as vítimas e o seu abusador. Tal como já afirmámos acima, os técnicos que trabalham na CPCJ de Vila Nova de Gaia e outros informantes foram por nós tidos como os interlocutores privilegiados para aferir a tantas vezes paradoxal conciliação entre as esferas da família e as da intervenção directa sobre a problemática.

Como equipa pluridisciplinar que é, a riqueza dos discursos destes interlocutores permite não só uma aproximação mais fidedigna à dimensão vivida dos maus-tratos, mas também construir uma perspectiva, mediada pelo saber técnico, que se afasta paulatinamente da vivência individual da questão, para se aproximar da esfera das representações acerca das modalidades (limites e virtualidades) do plano da intervenção (cf. Esquema n.º 5).

Na linha do que temos vindo a defender, a modernização da vida social trouxe consigo uma crescente intervenção do Estado na vida privada. Esta intromissão do Estado dá-se por via do aumento da regulação da vida social (*e.g.*, o limite entre um castigo e um abuso; ou ainda o limite entre a severidade e a negligência), mas igualmente através do suprimimento por parte de outras instituições das funções basilares que tornam a família uma família. O reposicionamento do Estado dá-se por via da sua função legislativa, mas igualmente pela criação de um conjunto de instituições de nível intermédio que intervêm directamente sobre a acção dos agentes. Em relação a este posicionamento, os agentes sociais desenvolvem uma perspectiva própria que pode ir desde o questionamento da sua legitimidade, passando pela crítica ao sistema, até uma eventual consequência da necessidade da sua reformulação.

Importa, assim, debater teórica e criticamente os principais desafios que se colocam à intervenção do Estado sobre os menores vítimas de maus-tratos, a partir do debate entre

família e Estado, por via da análise dos discursos dos técnicos da CPCJ de Gaia e de outros informantes privilegiados²⁶.

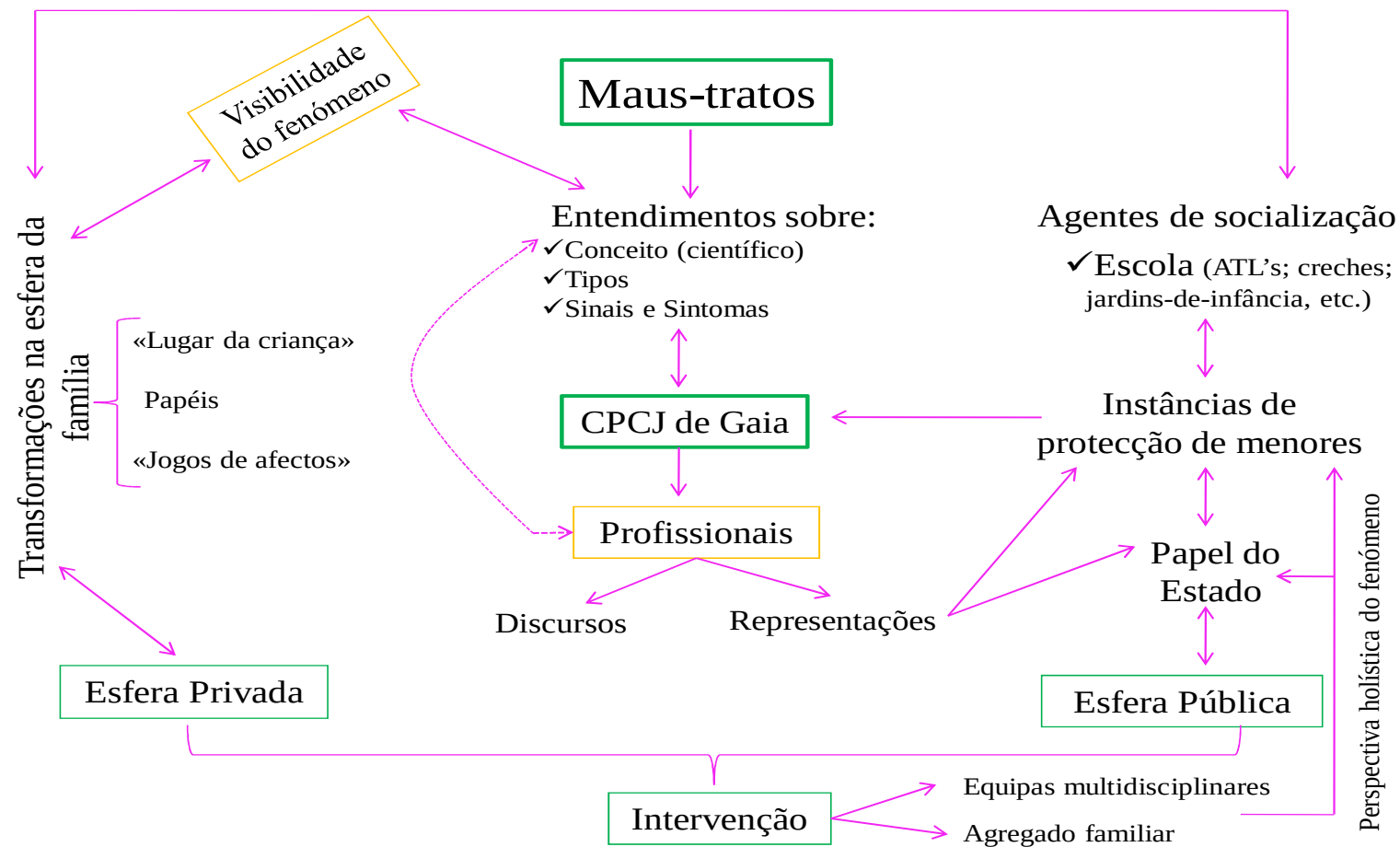
Desta forma, é o sentido prestado pela teoria no início da pesquisa e com o desenvolvimento desta que poderá enriquecer e fazer avançar a teoria sempre enquadrada na dialéctica entre o real e o conhecimento. Em conformidade, Fernandes (1996) salienta que “a configuração da realidade está na base da elaboração de modelos teóricos” (p. 193) que vão não só configurar o real, mas também o conhecimento que dele vamos obtendo. Os modelos teóricos assentam, directa ou indirectamente, em hipóteses inerentes à construção de conhecimento que se pretende obter com o objecto de estudo. Assim se percebe que os modelos de análise não sejam construídos “à primeira vista e de uma vez por todas. A sua configuração dependerá de um vaivém entre os dados empiricamente recolhidos e a construção intelectual” (Javeau, 1998, p. 76).

Tendo em mente a retroactividade do processo de construção do conhecimento, importa agora realçar algumas relações expectáveis a partir do quadro teórico que temos vindo a traçar (cf. Esquema n.º 5). Deste modo e como vimos, as transformações na esfera da família, enquanto eixo de compreensão da modernização da vida social, são pautadas por um conjunto de dinâmicas que afectam os modos como a problemática dos maus-tratos é percepcionada. A face da família moderna, por si mesma, coloca ela própria desafios à intervenção. Os maus-tratos — seus tipos e ocorrências — encontram-se associados a estas mesmas transformações, como é o caso da permeabilidade da família à acção de outras esferas no cumprimento das suas funções primárias, o que, por seu turno, vai circularmente influenciar as representações acerca do fenómeno e as próprias percepções dos técnicos em torno dos principais desafios que se colocam à intervenção.

As instâncias de intervenção são fortemente marcadas por estes entendimentos sociais acerca do fenómeno dos maus-tratos, não só por via do quadro legal que lhes está subjacente, mas também pelas parcerias que estabelecem com outras instâncias de protecção de menores. Daqui emerge, igualmente, um conjunto de discursos e de tomadas de posição particulares por parte dos técnicos, directamente em contacto com os menores, mas já voltados para a fundamentação da acção do Estado e das suas instituições sobre o fenómeno (cf. Esquema n.º 5).

²⁶ Dar a palavra a especialistas, no nosso caso na área dos maus-tratos à criança, enquanto informantes privilegiados, implica o reconhecimento de que o discurso destes «experts» representa, mais do que um caso de estudo, a visão dominante de um grupo de especialistas específicos (cf. Flick, 2004, p. 104).

Esquema n.º 5: Modelo de Análise



2. Estratégia metodológica

“Uma investigação é, por definição algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica.”

(Quivy; Campenhoudt, 2005, p. 31)

Qualquer trabalho de cariz científico exige uma clarificação relativamente aos processos adoptados para o implementar, tendo em conta os *outputs* que, em termos de respostas, é pretendido alcançar. É consensual, no domínio das Ciências Sociais, que o trabalho científico é uma actividade de construção teórica e empírica que tem em vista determinados objectivos. Assim, o produto conseguido é significativamente condicionado pelo trajecto percorrido pelo investigador. Ao longo do nosso percurso académico, ficou igualmente claro que não há um único caminho para a investigação. A investigação é exequível através de uma panóplia de orientações metodológicas possíveis. Neste estudo, o trajecto foi traçado recorrendo-se a uma combinação específica de estratégias processuais no que toca à teoria, aos métodos e às técnicas para a prossecução do nosso objectivo de uma aproximação, o mais fidedigna possível, à realidade estudada.

Se podemos atribuir ao desenho da nossa pesquisa um pendor mais «compreensivo» ou «interpretativo», isso deve-se à importância do interesse pelo *significado* conferido pelos actores às acções nas quais se empenharam. Este *significado* “é o produto de um processo de *interpretação* que desempenha um papel-chave na vida social; é por este motivo que Erickson qualifica de «interpretativas» as investigações que tomam em consideração esta dimensão na delimitação do objecto do estudo e nas opções metodológicas.” (Hébert *et al.*, 1998, p. 32). O autor realça, ainda, que uma mesma técnica qualitativa pode ser utilizada em contextos paradigmáticos diferentes.

A compreensão da génese dos fenómenos sociais é, assim, um dos objectivos últimos do trabalho sociológico. No caso da escolha do nosso objecto de estudo, os entendimentos acerca da evolução do estatuto da criança nas sociedades modernas e a complexa rede de inter-relações e concessões, que se vão estabelecendo entre as esferas privada e pública, conduziram os nossos questionamentos para a interpelação de um fenómeno com as características dos maus-tratos a menores. Desta maneira, tal como temos vindo a procurar demonstrar, os limites impostos pelo liame da intervenção, a sensibilidade e a rede complexa de relações a estabelecer estão na origem dos nossos questionamentos. Contudo, no processo de escolha do nosso objecto, as contingências impostas à observação directa de casos de

abuso, por um lado e, ao mesmo tempo, o tipo de análise que advém dessa observação para dar resposta a esta nossa preocupação, por outro, rapidamente desviaram a nossa abordagem para a auscultação dos discursos e representações dos técnicos enquanto agentes envolvidos na intervenção sobre o fenómeno²⁷.

A escolha de uma abordagem dos maus-tratos por via dos seus técnicos implica necessariamente a assumpção de que existem dimensões do fenómeno que escapam à nossa análise, assim como introduz na investigação os valores e subjectividades dos próprios técnicos. Ainda assim, a abordagem por nós escolhida — a compreensão de diferentes perspectivas sobre os modos de intervenção — materializa-se por via dessas mesmas subjectividades de quem quotidianamente lida com a questão. Na perspectiva de Poupart (1997), as vantagens do accionamento de metodologias de carácter compreensivo são de várias ordens: “de ordem epistemológica, na medida em que os actores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica, como instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido da acção.” (in Guerra, 2006, p. 10). Da mesma forma, a interpelação de técnicos, com diferentes formações e, conseqüentemente, diferentes sensibilidades, foi por nós usada como um instrumento de controlo e enriquecimento da nossa abordagem²⁸.

A CPCJ de Vila Nova de Gaia afirmou-se como um espaço que reunia as condições necessárias para a concretização dos nossos objectivos, assim como a disponibilidade demonstrada, desde o primeiro contacto, por parte da presidência da Comissão em colaborar com o nosso trabalho de investigação, o que levou a que tivéssemos elegido o concelho de Gaia e a sua Comissão de Protecção de Crianças e Jovens como objecto primordial do nosso estudo.

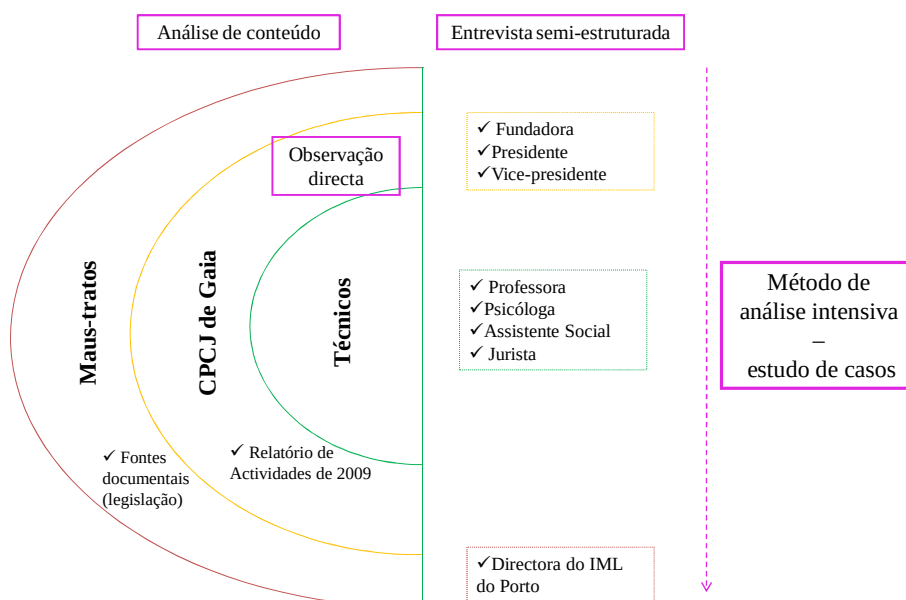
A escolha da CPCJ de Gaia enquanto objecto privilegiado para a compreensão das dinâmicas associadas à transformação, ao reconhecimento e à visibilidade de um fenómeno como o dos maus-tratos a menores está, por um lado, relacionada com os constrangimentos

²⁷ Tal como temos vindo a defender, os maus-tratos às crianças são um fenómeno social que se reveste de características particulares, uma vez que somente quando sinalizado ganha «visibilidade social; no entanto, o interesse da criança impõe limites a essa visibilidade, levando a que esta apenas esteja exposta a um contacto reduzido com o exterior e a que o seu meio natural seja preservado. Neste sentido, ao longo da delineação da problemática e da escolha do objecto empírico, os profissionais em contacto com as vítimas foram-se afigurando como os «informantes privilegiados e a privilegiar».

²⁸ Alan Bryman, ao apresentar os grandes eixos que orientam a pesquisa qualitativa, procura enfatizar a importância de se assumir a perspectiva dos sujeitos; de se descrever os detalhes mundanos que ocorrem no quotidiano; assim como compreender as acções e os significados dentro do seu contexto social ao enfatizar-se a questão temporal e processual dos fenómenos sociais (cf. Silverman, 1993, p. 24).

ligados à própria especificidade do objecto, como temos vindo a realçar; por outro lado, prende-se com a necessidade de seleccionar uma unidade de observação do social que nos permita englobar na análise as dimensões contextuais e históricas do desenvolvimento do fenómeno em estudo, na impossibilidade de o estudar na sua complexa globalidade (cf. Esquema n.º 6). Apesar de muitas vezes conotado com o accionamento de técnicas de recolha de informação específicas, o método de estudos de caso afirmou-se como o caminho necessário para a nossa aproximação à génese e transformação recente dos maus-tratos à criança (cf. Costa, 2005, p. 136).

Esquema n.º 6: Estratégia metodológica



Conforme defende Yin (1989), um estudo de caso é uma investigação empírica utilizada principalmente quando se “investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto; quando as fronteiras entre o fenómeno e o seu contexto não são evidentes; e quando são accionadas múltiplas fontes de evidência” (p.23). Sendo assim, este é um método particularmente importante na resposta a questões de pesquisa que se centram na compreensão dos modos de evolução de um fenómeno, ou seja, ele procura responder às questões «como» e «porquê» (*ibidem*, p. 17).

O estudo de caso não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o «carácter unitário do objecto social estudado». Goode e Hatt (1979) defendem que o pressuposto-base deste método é que tende a considerar qualquer unidade social como

um todo. Os autores concluem que, quando falamos do «objecto social como um todo», não podemos significar o «objecto social como uma unidade única». Na medida em que essas características são realmente únicas, é impossível considerá-las em termos de generalizações científicas. Por conseguinte, o método do estudo de caso não pode ser considerado capaz de captar o único, mas uma tentativa de manter juntas, como uma unidade, as características importantes para o problema científico que está a ser estudado (*ibidem*, p. 422-424).

Por sua vez, Yin (1989) conclui que esta é uma metodologia muitas vezes mal interpretada. Conforme afirma, “a investigação de estudo de casos é notavelmente difícil, ainda que o estudo de casos tenha desde sempre sido considerado uma abordagem «soft». Paradoxalmente, quanto mais «suave» é uma técnica, mais difícil é de aplicar” (p. 26). Na prática, o autor defende que a função de comando da teoria e a triangulação de múltiplas técnicas de investigação²⁹ permitem ultrapassar algumas concepções erróneas acerca da heurística desta estratégia de pesquisa.

Nesta linha de pensamento, Almeida e Pinto (1995) referem que a recolha de informação suportada e legitimada por pressupostos teóricos acarreta um maior enriquecimento para a pesquisa. Seguindo esta estratégia de acção, é concedido à teoria o «papel de comando» na investigação. Desta combinação dinâmica emerge a construção da problemática teórica — “conjunto estruturado de questões” (p. 70). Assim, a problemática teórica delimita um conjunto de problemas inscritos numa determinada área do saber, sendo a partir daqui que pode surgir um novo corpo conceptual, constituindo uma estratégia que devolve ao investigador um maior controlo de todas as fases da pesquisa³⁰.

Reforçando a ideia da importância das abordagens compreensivas no estudo de um fenómeno com a natureza e sensibilidade como o nosso, os discursos dos técnicos que trabalham na CPCJ de Gaia constituíram uma abordagem que assumiu um lugar central na estratégia de pesquisa desenhada. Neste sentido, Saramago (2001) refere que “grande parte das propostas recentes que se constituem como contributos para construção de uma sociologia da infância são teórica e metodologicamente inspiradas nas correntes da sociologia interpretativa, de inspiração fenomenológica, nomeadamente o interaccionismo simbólico e a etnometodologia.” (p. 13).

²⁹ Robert Yin (1989) defende que as evidências empíricas podem ter origem em seis fontes principais: fontes documentais, fontes de arquivo, entrevistas, observação directa, observação participante e artefactos físicos. Contudo, como salienta o autor, o accionamento de múltiplas fontes de evidência empírica apenas se torna eficaz se estas forem desenhadas de forma independente, mas que no final da pesquisa se confrontem de forma interdependente (pp. 85-94 e 103).

³⁰ Cf. cronograma de investigação no Anexo n.º 1.1, tradutor desta subsidiariedade de todas as fases de investigação e da importância da teoria na delimitação da estratégia prosseguida.

São, assim, os discursos e a sua riqueza de sentidos, relatos de casos de maus-tratos, mas também o sentido subjectivo conferido aos casos, que nos interessa aprofundar. Com efeito, é no momento em que os agentes são chamados a pronunciar-se acerca de um tópico que, ao terem de colocar a sua experiência numa sequência e de encontrar possíveis explicações para determinado fenómeno, acabam por tornar “familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida quotidiana normal” (Bauer, Gaskell, 2002, p. 91), sobre os quais, porventura, não tinham tido antes oportunidade de construir um discurso acerca das dimensões inerentes a uma dada experiência. Por conseguinte, uma técnica por nós accionada corresponde à *entrevista semi-estruturada* em que o investigador espera que as questões sejam abordadas livremente pelo entrevistado, de acordo com a sua linha de pensamento e interpretação que confere à questão ou tópico lançado pelo entrevistador. Este tipo de entrevista foi sendo utilizado no sentido de enquadrar as grandes problemáticas e dinâmicas do fenómeno em estudo, subjacentes aos discursos dos dirigentes e da fundadora da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, profissionais ligados à protecção de menores, assim como da directora do Instituto de Medicina Legal do Porto.

Ensaia uma abordagem como a que nos propusemos implica, necessariamente, a reflexão em torno das perspectivas individuais abordadas. Numa pesquisa de cariz qualitativo, as questões que se colocam à construção de um plano amostral não se prendem apenas com a extensividade dos casos, mas implicam também o equacionamento de outras dimensões relevantes para a construção do objecto em estudo. De acordo com Azevedo (2007), entram em consideração questões como a escolha de “contextos sociais relevantes para o problema da investigação e, dentro destes, os casos individuais significativos; atender ao equilíbrio entre a diversidade, a tipicidade e a variação; à representatividade dos casos (ou seja, fazendo uma selecção estratégica de acordo com a sua relevância sociológica e os avanços da pesquisa de terreno e a saturação ou redundância da informação entretanto obtida); e à acessibilidade dos actores sociais (isto é, ponderando os recursos necessários e possíveis” (*ibidem*, p. 78-79). No caso da nossa pesquisa, o primeiro contacto com a vice-presidente da Comissão afirmou-se como um veículo fundamental na selecção e no acesso posterior a toda a informação necessária para a elaboração deste trabalho; também as informações por esta concedidas foram influenciando a selecção dos técnicos a entrevistar³¹. Ao longo de todo este processo, a

³¹ Nos estudos qualitativos, interroga-se um número limitado de indivíduos, pelo que a questão da representatividade no sentido estatístico não é colocada. Neste sentido, o critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como principio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Deste modo, os indivíduos

questão da maior variabilidade possível de técnicos de áreas de formação distintas afirmou-se como um critério teórico fundamental na delimitação dos casos, priorizando o nosso objectivo de compreensão do modo como as diferentes sensibilidades dos técnicos afectam a sua representação individual sobre o fenómeno.

O critério da variabilidade de domínios técnicos e da sua pertinência para a construção de uma perspectiva multidimensional do fenómeno dos maus-tratos no concelho de Vila Nova de Gaia afirmou-se como o principal eixo de selecção gradual dos casos a ouvir. Este posicionamento metodológico pode ser enquadrado dentro dos princípios que estão subjacentes à estratégia de amostragem teórica. Fundamentalmente, esta estratégia assenta em “seleccionar casos ou grupos de casos de acordo com critérios concretos que digam respeito ao seu conteúdo, em vez de utilizar critérios metodológicos abstractos. A continuidade da amostragem dá-se de acordo com a relevância dos casos e, não com a sua representatividade. Esse princípio é também característico das estratégias de colheita de dados na pesquisa qualitativa” (Flick, 2004, p. 81-82).

À luz deste princípio, realizámos um total de sete entrevistas semi-estruturadas a técnicos pertencentes à Comissão Restrita da CPCJ de Vila Nova de Gaia e outras duas entrevistas à fundadora da comissão e à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto. Complementarmente, ainda na linha da ideia defendida por Azevedo (2007), o accionamento de outras técnicas de recolha — como é o caso da observação directa assim como da análise de fontes documentais — foi orientando o nosso trajecto durante uma fase de recolha mais intensa de material empírico (p. 78-79).

Tal como se pode verificar no Esquema n.º 6, acima apresentado, a escolha dos informantes por nós privilegiados obedeceram a um primeiro critério de cariz de qualitativo, no sentido em que se procuraram perspectivas sobre o fenómeno em estudo, nas suas dimensões mais práticas e processuais, que nos oferecessem uma maior diversidade dos níveis de análise — perspectivas estas, num primeiro momento, mais centradas na definição e descrição diacrónica dos mecanismos de intervenção sobre os maus-tratos à criança, para depois nos centrarmos nos discursos de quem quotidianamente lida com os menores e as suas famílias.

Os sentidos do investigador numa abordagem como a que desenhamos são fundamentais em vários planos, uma vez que são estes, por via da observação, que permitem ao investigador atribuir significado às restantes técnicas de recolha e tratamento de

não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar (cf. Ruquoy, 1997, p.103-104)

informação accionadas (Peretz, 2000, p. 15). Como defende Whyte (1984), propendemos tendencialmente a sobrevalorizar os discursos falados, em detrimento daquilo que não é verbalizado (p. 83), relegando para um plano periférico da pesquisa a importância da experiência do investigador no terreno, mesmo nos momentos em que o objectivo da sua visita fosse outro.

Em virtude disso, dividimos a análise das situações de observação em dois momentos diferenciados. Por um lado, procurámos aplicar esta técnica no seu sentido mais restrito e comum³² no espaço da sala de espera da Comissão, em que o eixo por nós privilegiado foi o das dinâmicas de interacção entre o menor e os técnicos, assim como entre estes e o acompanhante do menor; por outro lado, valorizámos a observação da situação de entrevista³³. Segundo Whyte (1984), a combinação destas duas técnicas de recolha de informação — a observação e a entrevista — é particularmente importante nos momentos que antecedem o início da entrevista, quando o investigador apresenta os seus objectivos e o próprio trabalho que tem vindo a desenvolver, assim como nos momentos cruciais da mesma, ou seja, a fase em que o entrevistado é chamado a pronunciar-se acerca das temáticas mais sensíveis, onde a linguagem cinética se torna tão importante como a linguagem falada (p. 93-94 e 96).

Iniciámos esta nossa discussão por salientar a importância da contextualização dos fenómenos sociais. No caso do nosso objecto de estudo, a sistematização do material fornecido pela Comissão assume um papel central neste exercício de aproximação à realidade dos maus-tratos no concelho de Gaia, assim como fundamentalmente na compreensão dos desafios da intervenção. Assim, a análise de conteúdo e a construção de tipologias de análise afiguraram-se como uma mais-valia no tratamento da informação obtida a partir do *Relatório de Actividades*³⁴ do ano transacto e outras fontes de informação concedidas com um carácter mais informal pelos responsáveis da Comissão³⁵. Da mesma forma, a aplicação desta técnica,

³² Segundo Peretz (2000), “a observação consiste em estar presente e envolvido numa situação social para registar e interpretar, procurando não modificá-la. Esta situação social é sempre o resultado de uma interacção entre os próprios participantes e o observador; ela toma então a forma de acontecimentos compostos de sequências sucessivas, com um princípio e um fim” (p. 13), sendo a replicação deste exercício que permite ao investigador desenvolver uma perspectiva mais próximas das lógicas de funcionamento e modos de apropriação dos espaços.

³³ Cf. Os principais eixos condutores da situação de observação directa no Anexo n.º 1.3.2.

³⁴ Cf. Tipologias de análise do *Relatório de Actividades* no Anexo n.º 1.3.1.

³⁵ A pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados, visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não e deste modo faz parte integrante da investigação, uma vez que abre a via à utilização de outras técnicas de investigação, com as quais mantém regularmente uma relação complementar e desta forma chega a criar material empírico novo. A pesquisa documental pode incitar-nos a seguir outro caminho, apesar de o objectivo continuar a ser o mesmo. Esta pesquisa documental apesar de, por norma, se basear no que já existe pode contribuir para produzir materiais empíricos novos: “a criatividade do investigador

num segundo momento do nosso trabalho, esteve relacionada com a análise das entrevistas a partir das quais se procurou captar um posicionamento global dos técnicos e especialistas entrevistados³⁶ face ao fenómeno dos maus-tratos a menores, assim como uma sistematização do modo particular como cada informante privilegiado perspectiva a esfera da intervenção³⁷.

Contudo, gostaríamos de salientar que, na linha do que afirma W. Ackermann e R. Zygouris, a análise de conteúdo não permite destacar a «totalidade de significações possíveis da mensagem», mas, desde que teoricamente orientada por via da construção de grelhas de análise, permite ao investigador restituir o «sentido» de um texto³⁸ (cf. Almeida; Pinto, 1995, p. 63). Esta é uma técnica de tratamento da informação que, utilizada *per se*, não revela a totalidade dos sentidos que se pretendem captar, mas que articulada com outras técnicas pode revelar-se como «excepcionalmente fértil». Do mesmo modo, é consensual que a análise de conteúdo orienta o investigador no sentido do tratamento da informação explícita das mensagens e permite atingir o «conteúdo implícito da comunicação», o qual nos remeterá indirectamente para os agentes e as condições dessa comunicação (*ibidem*, p. 64; cf. Vala, 2005, p. 103).

Uma última nota que gostaríamos de registar, nesta nossa apresentação sumária do caminho percorrido pelo investigador, prende-se com a necessidade de salientar a subsidiariedade de todas as fases da nossa investigação (cf. Quadro n.º 1). É comum entre os defensores das metodologias compreensivas a defesa da passagem de um raciocínio hipotético-dedutivo para um raciocínio indutivo, ou seja, a lógica da investigação não é feita *a priori* pelos quadros de análise do investigador, que espera conseguir encontrar essa lógica através da análise do material empírico que vai recolhendo. Nesta linha, “a intenção dos investigadores não é comprovar hipóteses definidas *a priori* e estanques, mas antes identificar

levá-lo-á por vezes a documentar-se de maneira inovadora, recorrendo a fontes existentes mas até então inexploradas, porque ninguém antes dele pensara em utilizá-las, ou pelos menos em utilizá-las dessa maneira” (Georges, 1997, p.31). No caso do nosso objecto de estudo, a análise do relatório de actividades e outras fontes fornecidas pelos responsáveis pela Comissão incitam-nos a um exercício de compreensão global do fenómeno dos maus-tratos no concelho de Gaia, ao mesmo tempo que, a partir dessa perspectiva, orienta os nossos questionamentos para outras dimensões, como é o caso do aprofundamento das modalidades de intervenção.

³⁶ Cf. Tipologias de análise vertical e horizontal aos técnicos e outros informantes disponíveis nos Anexos n.º 1.3 1 ao 1.3.10.

³⁷ Segundo Bauer e Gaskell (2002), a análise do discurso não procura identificar processos universais e na verdade os analistas criticam a noção de que tais generalizações são possíveis, argumentando que o discurso é sempre circunstancial, construído a partir de recursos interpretativos particulares e tendo em vista contextos específicos. Uma análise do discurso consiste numa leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, organização e funções do discurso (p.264).

³⁸ A utilização da *análise de conteúdo* tem vindo a desenvolver-se no campo das ciências sociais. Tal como as abordagens mais compreensivas da realidade social, a análise de conteúdo permite fazer a ponte entre a análise de materiais textuais e o material impresso, tendo uma *dimensão descritiva* ao contar o que foi narrado, mas também numa *dimensão interpretativa*, que decorre de um confronto com o objecto de estudo, que juntamente com um conjunto de conceitos teóricos permite formular regras de inferência (cf. Guerra, 2006, p. 62).

as lógicas e racionalidades dos actores confrontando-as com o seu modelo de referência. A consequência imediata é que o trabalho de construção do objecto, da análise e das hipóteses é contínuo desde o início até ao final da pesquisa.” (Guerra, 2006, p. 22).

Quadro n.º 1: *Articulação entre os objectivos da pesquisa e a estratégia metodológica adoptada*

Objectivos da pesquisa	Revisão do estado da arte	Entrevista semi-estruturada	Observação	Análise de conteúdo
Perspectivar as principais transformações no seio da família, o lugar da criança e o processo de socialização	CENTRAL	AUXILIAR	-----	-----
Sistematizar as principais dimensões do conceito de maus-tratos	CENTRAL	AUXILIAR	-----	AUXILIAR
Perspectivar as principais transformações envolvidas no processo de protecção de menores	AUXILIAR	CENTRAL	AUXILIAR	AUXILIAR
Apreender as representações individuais (dos técnicos da CPCJ de Gaia e informantes privilegiados) face aos maus-tratos e à intervenção	-----	CENTRAL	CENTRAL	CENTRAL
Debater teórica e criticamente os principais desafios que se colocam à intervenção do Estado (liame entre as esferas pública e privada)	CENTRAL	CENTRAL	-----	-----

A comunicação entre as diferentes etapas de pesquisa ou ainda entre as diferentes inter-relações que fomos estabelecendo ao longo do nosso trabalho afirmaram-se, assim, como o eixo central que caracterizou a pesquisa realizada. Por isso, às (in)certezas iniciais que conduziram os nossos questionamentos e delimitação dos objectivos, seguiu-se, na linha do que defende Wright Mills (1982), uma tentativa constante de operacionalização destes objectivos com a renovação constante desses mesmos questionamentos, pilares sobre os quais assenta a imaginação sociológica.

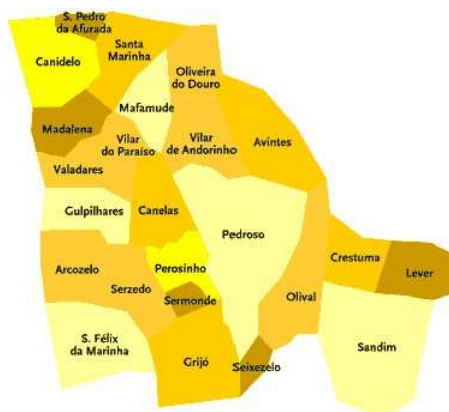
Parte II — O caso da Comissão de Protecção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia

Capítulo III — A Comissão de Protecção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia na encruzilhada de múltiplos processos

1. Breve contextualização do concelho de Vila Nova de Gaia

Neste exercício de aproximação ao nosso objecto de estudo, torna-se indispensável enquadrar o concelho em que a Comissão se encontra inserida. O concelho de Vila Nova de Gaia encontra-se dividido em vinte e quatro freguesias (cf. Mapa n.º 1) e tem como limites a Norte e a Noroeste o Rio Douro, e a Sul os concelhos de Santa Maria da Feira e Espinho.

Mapa n.º 1: *Mapa de freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia*



Em termos populacionais, o concelho de Vila Nova de Gaia é o terceiro maior concelho do país, ultrapassando o Porto, apesar de a análise do comportamento populacional do concelho gaiense se revelar muito subsidiária das dinâmicas populacionais e económicas do Porto. Deste modo, ao longo das duas últimas décadas, a população residente no concelho de Vila Nova de Gaia tem vindo a aumentar; no período compreendido entre 1991 e 2008, concretamente, o concelho conheceu um aumento de cerca de sessenta mil habitantes (cf. Quadro n.º 2).

Grande parte da vitalidade populacional do concelho deve-se ao incremento substancial da população em idade activa, responsável por cerca de 80% dos «novos» residentes no concelho. Contudo, apesar deste crescimento populacional, encontramos no concelho de Vila Nova de Gaia dinâmicas similares às encontradas em outros concelhos do país ou mesmo ao nível do comportamento da população nacional. Assim, verifica-se ao

longo dos últimos anos um aumento do peso da população envelhecida (65 e mais anos) na população residente, representando actualmente cerca de 15% do total. Por sua vez, no mesmo período entre 1991 e 2008, verifica-se também um decréscimo de cerca de oito mil indivíduos nas faixas etárias mais jovens, ou seja, na população até aos 15 anos de idade. Assim, apesar de traídas pelo incremento da população activa no concelho, uma análise mais detalhada dos dados demonstra sinais de um duplo envelhecimento demográfico, disfarçado pelo facto de o concelho se ter afirmado nas últimas décadas como «concelho dormitório».

Quadro n.º 2: *População residente no concelho de Vila Nova de Gaia, por grupo etário*

Grupo etário	População residente (N.º) Vila Nova de Gaia		
	1991	2001	2008
0 - 14 anos	49676	48721	49714
15 - 24 anos	43336	38500	34830
25 - 64 anos	134497	165227	181758
65 e mais anos	25146	36504	46440
Total da população residente	252658	288958	312742

Fonte: Adaptado de INE – *Estimativas Anuais da População Residente*.

Tendo por base o *Diagnóstico Social* (2004) do concelho elaborado pelo município de Vila Nova de Gaia, que engloba o período censitário de 1991 e 2001, na linha das tendências identificadas acima, o concelho conheceu um aumento de cerca de 33% no número total de famílias. Relativamente à sua composição, as famílias clássicas com três pessoas afirmaram-se como o grupo de família modal (representando cerca de 33% do total de famílias clássicas), seguidas de perto pelos agregados clássicos com dois elementos (cerca de 27% do total).

Neste intervalo censitário, as famílias unipessoais foram as que registaram uma maior variação, passando a representar cerca de 15% do total das famílias. Verifica-se, portanto, um decréscimo das famílias clássicas de maior dimensão (*e.g.*, as famílias com cinco ou mais elementos conheceram, neste período, um crescimento negativo na ordem dos 20,27%). Esta situação fica a dever-se à conjugação de factores como o envelhecimento da população e a uma retracção na natalidade, que conduzem à diminuição da dimensão média das famílias e à existência de cada vez mais pessoas a viverem sozinhas.

Do ponto de vista socioeconómico, a taxa de actividade total no concelho é de 52,8% do total da população em idade activa, verificando-se uma nítida disparidade no que toca à inserção no mercado de trabalho entre homens (com uma taxa de actividade de 58,9%) e mulheres (cujas taxa de actividade se fixa nos 47%). Esta situação traduz-se numa equivalente

clivagem na análise da população desempregada e na taxa de desemprego: as mulheres representam cerca de 57% do total de desempregados no concelho, assim como, no ano de 2001, a taxa feminina de desemprego beirava a casa dos 10%, enquanto a masculina se ficava pelos 6,5% (cf. Quadro n.º 3).

Quadro n.º 3: *População activa, empregada, desempregada e taxa de actividade e desemprego de 2001 do concelho de Vila Nova de Gaia*

Indicadores		Concelho de Vila Nova de Gaia (2001)
População activa	Homens	82328
	Mulheres	70111
	Total	152439
População empregada	Homens	76946
	Mulheres	63135
	Total	140081
População desempregada	Homens	5382
	Mulheres	6996
	Total	12378
Taxa de actividade (%)	Homens	58,9
	Mulheres	47,1
	Total	52,8
Taxa de desemprego (%)	Homens	6,5
	Mulheres	9,9
	Total	8,1

Fonte: Adaptado de *Diagnóstico Social* (2004)

No *Diagnóstico Social* (2004) do concelho, procura-se chamar a atenção para as potencialidades advindas do forte incremento populacional nas últimas décadas, em especial de população em idade activa e, por isso mesmo, mais escolarizada. Ainda assim, tal como também realçámos acima, esta dinâmica acarreta consigo transformações ao nível da estrutura das famílias e da renovação natural da população. Além disso, do ponto de vista socioeconómico, o crescimento económico do concelho, de que o seu aumento populacional também é sinónimo, traz consigo uma transformação na estrutura produtiva que acarreta mais vulnerabilidade social da população com menos recursos escolares e materiais.

2. Um primeiro olhar sobre as modalidades de funcionamento da Comissão de Protecção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia

Ao assumir-se como objecto uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a nossa atenção volta-se necessariamente para a sua função e, como tal, para os casos, tantas

vezes traduzidos em números que nos remetem para um imaginário próximo de um sistema burocrático. Os nossos questionamentos, por seu turno, conduzem-nos para os indivíduos que «dão vida» a estes espaços: por um lado, os técnicos e as modalidades em que exercem as suas funções e, por outro, os menores e as suas famílias que, com ou sem hora marcada, como mais tarde viemos a descobrir, vão subindo ao primeiro andar de uma praça central em Gaia.

Estes questionamentos interpelam, em si próprios, novas questões: «o como»; «o quê»; e «quais» as oportunidades que teríamos de observar os agentes (cf. Whyte, 1984, p. 84). As primeiras visitas à Comissão foram apaziguando, de certa forma, esta nossa ânsia de conhecer os modos como quotidianamente se constrói o nosso objecto. A organização do próprio espaço da Comissão constrange essa mesma construção. O hiato entre o carregar na campainha e a entrada de facto no espaço da Comissão conduzem a um tipo de interacção muito mais próxima, onde as crianças são tratadas pelo nome e facilmente são identificadas pelo técnico responsável pelo seu caso singular.

O modo como o espaço está organizado leva-nos a esta ideia de proximidade, mas agora com um outro sentido, ou seja, este é um espaço — principalmente o da sala de espera — que facilmente se torna familiar. A sua reduzida dimensão, assim como os desenhos e os cartazes que vão preenchendo os painéis de madeira que delimitam as salas de atendimento entretêm o olhar imaginativo dos menores e procuram ir ao encontro das preocupações e vivências dos mais crescidos.

Nesta antecâmara de encontro com os técnicos, a aproximação ao universo das crianças encontra-se muito presente. Na sala de espera existem duas mesinhas, com folhas e lápis de cor para os mais pequenos se «distráírem» enquanto aguardam para entrar ou, até mesmo, quando o seu acompanhante conversa com o técnico. Ainda assim, o objecto mais marcante é o típico «cavalinho» que serve de baloiço e que pertence ao imaginário de qualquer geração. Num plano superior, encontramos pequenos livros de histórias, desenhos e quadros com motivos infantis (o Noddy e a ursa Teresa, entre outros). Voltados ainda para uma faixa etária um pouco mais elevada, encontramos panfletos e posters de sensibilização à importância da denúncia e, mais do que isso, à importância de não permanecer calado (*e.g.*, «até quando vais esconder?»; «grita, grita mais alto! Para que os vizinhos te oiçam e possam gritar contigo!»).

Tal como temos vindo a explicar, a intervenção e a prevenção não podem ser pensadas fora da esfera familiar. Neste âmbito, a própria disposição de mensagens de alerta, ou ainda de integração, estão também voltadas para o universo de preocupações dos pais ou acompanhantes dos menores. Dentro destes, podemos distinguir duas grandes categorias: por

um lado, as mensagens de sensibilização sobre a infância e a importância do «jogo» de afectos³⁹ e, por outro, mensagens que visam a integração social dos responsáveis pelos menores (e.g., «agora a sua experiência conta!» é um dos slogans do Centro de Novas Oportunidades).

A abordagem holística do menor e da sua família espelha-se, igualmente, em duas dimensões por nós observadas. Por um lado, o facto de os pais ou responsáveis legais pelo menor se dirigirem à Comissão sem o menor e os técnicos identificarem de imediato o processo e o nome da criança correspondente⁴⁰; por outro lado, em alguns casos é facilmente identificável uma relação de alguma dependência dos familiares em relação aos técnicos, no sentido de demonstrarem que são capazes de cuidar bem dos menores, alertando-os para pequenas mudanças que fazem ou cuidados que têm para com estes⁴¹.

O local onde centrámos a nossa observação foi o da sala de espera, espaço onde podíamos observar as interacções entre os técnicos e os menores e as suas famílias, mas também entre os menores e o seu acompanhante. O facto de, tal como nos foi explicado pelos técnicos, apenas menores a partir dos doze anos poderem ser ouvidos no processo de intervenção leva a que, na maior parte das situações observadas, os menores aparentassem ser já adolescentes. Esta circunstância conduziu a duas situações de observação distintas: por um lado, faz com que os técnicos repartam a sua atenção entre ambas as partes e que a sua «última palavra» seja para os menores⁴²; por outro lado, torna possível a observação dos modos como estes encaram a sua ida à Comissão⁴³.

³⁹ Dentro desta categoria, encontramos mensagens como: «as crianças têm muita paciência com os adultos»; «somos crianças, também temos direitos»; «a melhor maneira de tornar as crianças boas é torná-las felizes»; «a criança é alegria como o raio de sol e estímulo como a esperança»; e, por último, «só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a».

⁴⁰ Dado o conhecimento mútuo entre os técnicos e os menores e a sua família, dimensões processuais como o número do processo ou o atendimento apenas com hora marcada são muitas vezes deixados de lado, tal como espelha a seguinte nota de observação: *batem à porta e repetem o ritual de espera. É um menor com cerca de onze anos com a sua mãe. Querem falar com a doutora. A técnica administrativa que veio abrir a porta não tem a certeza se a doutora pode atendê-los (...) A doutora não pode atender, por isso a mãe do menor pede para que ela lhe ligue, apesar de não se recordar do número do processo. A técnica diz não ser preciso o número do processo que ela já sabe qual é o caso. Assim, a mãe pede para esta avisar a doutora que ela esteve lá e de que o médico irá ligar para ela.*

⁴¹ Passagens rápidas pela Comissão para informar os técnicos destas alterações são comuns. Assim, histórias como: «já os levei a tomar a vacina»; «era só para avisar que já o levei ao médico»; «doutora, já lavei os tapetes tal como me pediu. Quando vai lá a casa?»; «já arranjei um trabalho e já tenho casa. Quando posso voltar a ter os meus filhos?».

⁴² Como fomos observando, poucas são as vezes em que da sala de espera se conseguem perceber o que se passa nas salas de atendimento. Contudo, à medida que se vão aproximando da saída, da discussão da situação, o técnico passa a dar palavras de incentivo. Estas são de facto as últimas que as famílias e os menores ouvem, como afirmava uma técnica para uma menor, com cerca de doze anos, acompanhada pela sua avó: «agora só te resta acreditar que vais passar de ano. E tu vais ver que vais conseguir!».

⁴³ Apesar de não ser muito grande o espaço da sala de espera, cada par de menor e seu acompanhante quando chega procura um lugar onde possa ter alguma privacidade enquanto aguarda a sua vez. Tal como observámos,

Os técnicos apresentaram-se, igualmente, enquanto actores-alvo da nossa atenção num contexto diferenciado, ou seja, nos momentos de entrevista e naqueles em que aguardávamos a realização de uma entrevista numa área já interdita ao público. A observação no contexto da entrevista ajudou-nos a compreender os silêncios e pausas mais prolongadas, enquanto demonstração de que estavam a abordar uma dimensão que na sua experiência quotidiana não lhes vem tanto à mente (cf. Whyte, 1984, p. 96). Da mesma forma, a observação das interacções entre os técnicos no momento prévio à entrevista permitiu-nos fechar algumas lacunas acerca da interdependência que existe na distribuição do serviço e nos modos como se trocam impressões entre os técnicos de diferentes áreas de formação⁴⁴.

Grande parte do exercício de observação consiste em questionar continuamente as primeiras impressões do observador e procurar de certa forma, pelo accionamento de múltiplos sentidos, verificar e atribuir significado a esses elementos que despertam a atenção. Se o sentimento de proximidade foi aquele que mais nos chamou à atenção no contexto da sala de espera, quando passámos para a área restrita de trabalho dos técnicos, destacaram-se as conversas cruzadas entre eles e o trabalho de mediação com outras entidades exteriores à Comissão no acompanhamento dos casos assim como o elevado número de processos dispostos nas secretárias. De facto, tanto nas conversas informais que fomos estabelecendo como na análise subsequente com um cariz mais quantitativo, avultam o elevado número de casos e o esforço e a dedicação necessários, por parte dos técnicos, para dar conta desse número elevado de processos⁴⁵, sem perder a dimensão qualitativa no acompanhamento dos casos a que já fomos fazendo referência.

certa vez, um pai e um filho menor com cerca de catorze anos que entraram na sala de espera e se sentaram o mais distante possível de nós, enquanto aguardavam para falar com a técnica. Não conversam muito entre eles, procurando fazer alguns jogos de palavras acerca dos objectos de decoração da sala.

«Diz-se que cavalo bonito ou que bonito cavalo!?!», pergunta o menor, ao que o pai não responde. Passado um bocado, volta o menor, «eu disse-te que só devíamos vir às quatro», enquanto envia sms. O menor insiste: «Eu avisei-te. Se fosse a ti, ia-me embora!», ao que responde o pai: «Isto, português é assim. Pedi para ser noutra dia e não podia, depois não atendem!». Por último, responde o miúdo: «Na minha terra cumprem-se horários, se fosse a ti ia-me embora».

⁴⁴ A observação e a realização das entrevistas permitiram-nos verificar que a interdisciplinaridade se encontra presente não só na composição de equipas multidisciplinares, mas também na troca de ideias entre os técnicos, ainda que apenas um técnico de uma área disciplinar distinta seja responsável por um caso específico.

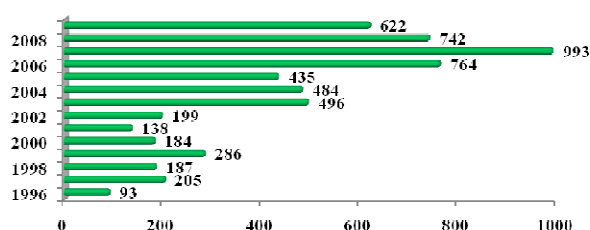
⁴⁵ Numa conversa informal com a vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia, esta relatava a dificuldade das pessoas, exteriores à Comissão, em acreditar no elevado número de processos, por ano, sugerindo que havia algum erro nesse número, que se calhar lhe estavam a acrescentar um zero.

3. A Comissão de Protecção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia: dos processos às modalidades de intervenção

Neste exercício de contextualização e de aproximação à realidade dos maus-tratos no concelho de Vila Nova de Gaia, torna-se necessária a análise detalhada de algumas dimensões⁴⁶, como é o caso do volume de processos, a sinalização, a intervenção/prevenção e a caracterização da população-alvo (menores e o seu agregado familiar).

A CPCJ de Gaia surgiu no final do ano de 1995, pelo que a organização de informação estatística só se inicia no ano seguinte. Assim, tal como se pode verificar no Gráfico n.º 1, o número de novos processos instaurados tem vindo a crescer paulatinamente ao longo dos anos, atingindo em 2007 um pico máximo de 993 processos instaurados, tendo desde aí vindo a decrescer aproximando-se dos valores registados nos anos anteriores.

Gráfico n.º 1: *Número de processos instaurados, por ano*⁴⁷



Do ponto de vista analítico, a verificação do volume de novos processos torna-se necessária numa análise mais detalhada dos processos transitados de um ano para o outro, dos processos entretanto reabertos, assim como a identificação do volume de processos arquivados. Tal como verificámos acima, o volume de processos instaurados tem vindo paulatinamente a aumentar ao longo do tempo, à excepção de alguns anos em que se verifica uma redução do seu número, mas em que o volume global se pauta pela mesma casa das centenas. Será, assim, expectável que este número de novos processos instaurados seja acompanhado por um aumento, também significativo, do número de processos que transitam de um ano para o outro.

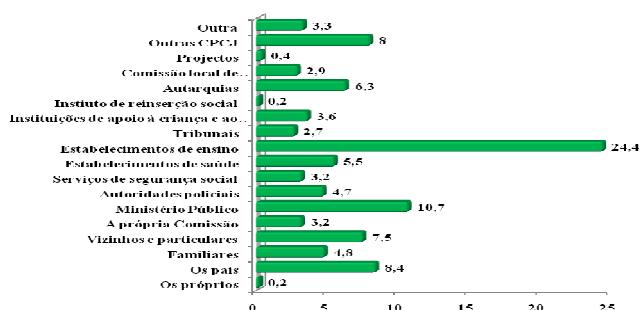
⁴⁶ Conferir a este propósito a tipologia de análise do *Relatório de Actividades do ano 2009*, disponível no Anexo 1.3.1.

⁴⁷ Conferir a este propósito o Quadro n.º. 1, no Anexo 2.2.

Quadro n.º 4: *Volume global de processos no ano de 2009*

Número total de processos		Ano 2009
Processos	Transitados (do ano anterior)	1334
	Instaurados	622
	Reabertos	72
	Total global	2028
Arquivados	Arquivo liminar	144
	Arquivados	696
	Total de arquivados	840
Total de processos activos		1188

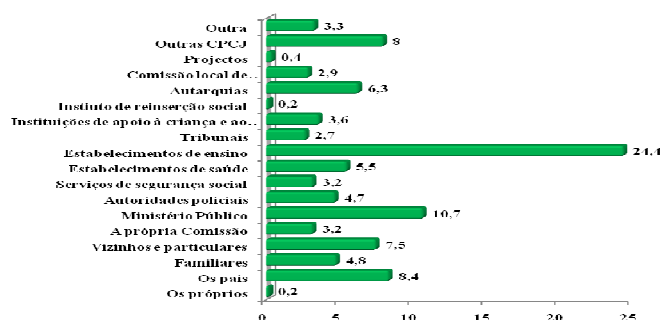
No que concerne ao ano de 2009, tal como já tínhamos analisado, o número de novos processos instaurados é de 622, enquanto o número de processos que transitaram do ano anterior representa mais do dobro do volume global de processos instaurados. Além disso, também o número de processos arquivados supera o valor dos processos instaurados. Não deixa também de ser significativo o peso dos processos reabertos no total de processos, correspondendo a 6% destes (cf. Quadro n.º 4).

Gráfico n.º 2: *Agente de sinalização*

Tal como se pode depreender da visualização do Gráfico n.º 2, existe uma multiplicidade de agentes responsáveis pela sinalização dos casos de maus-tratos a crianças e jovens. Devido a esta panóplia de agentes sinalizadores, verifica-se uma grande dispersão dos dados; ainda assim, os estabelecimentos de ensino são responsáveis por cerca de ¼ dos casos sinalizados. O Ministério Público e outras CPCJ, por seu lado, são responsáveis por cerca de 19% das sinalizações. Os pais afirmam-se como a terceira grande agência de sinalização, correspondendo a 8,4% das sinalizações feitas no ano de 2009. Outro agente que se pretende, ainda, destacar é a categoria dos vizinhos e particulares que representam 7,5% das sinalizações efectuadas no ano transacto.

As crianças ou jovens vítimas de qualquer tipo de maus-tratos encontram-se entre as entidades que menos sinalizam essas situações, a par do Instituto de Reinserção Social (ambos correspondendo a 0,2% das sinalizações). Há que mencionar, ainda, com um número de sinalizações residuais, a categoria dos projectos (0,4%)⁴⁸.

Gráfico n.º 3: Motivo da intervenção



No concernente ao motivo da intervenção da CPCJ de Vila Nova de Gaia, praticamente 50% dos casos devem-se a negligência (cf. Gráfico n.º 3), enquanto 18,7% dos casos dizem respeito ao abandono escolar, seguindo-se os maus-tratos psicológicos/abuso emocional, com 11,6% casos. Os maus-tratos físicos, por sua vez, compreendem cerca de 9% dos motivos da intervenção⁴⁹.

É por via da análise dos motivos da intervenção por faixa etária que começamos a construir um quadro de sentidos para a conciliação entre os agentes de sinalização e os tipos de maus-tratos na sua concepção mais alargada⁵⁰. Assim, nas faixas etárias mais jovens, até os cinco anos de idade, o tipo de maus-tratos mais frequentes são os maus-tratos psicológicos/abuso emocional (correspondendo a 15,1% do total de menores compreendidos nesta faixa etária); a exposição de modelos de comportamento desviante (7,7%) e, ainda, os maus-tratos físicos (9,3%). Na faixa etária subsequente, dos seis aos dez anos de idade, os tipos de maus-tratos mais comuns são a negligência (54,6%) e os maus-tratos psicológicos/abuso emocional (17,8%).

É a partir dos onze anos de idade que se começa a compreender a centralidade da escola enquanto agente de sinalização, uma vez que o abandono escolar representa o principal motivo de intervenção; à medida que os alunos avançam na idade, o número de processos também aumenta (o número de processos de crianças e jovens a partir dos onze anos, no ano

⁴⁸ Conferir a este propósito o Quadro n.º 2, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências absolutas.

⁴⁹ Conferir a este propósito o Quadro n.º 3, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências absolutas.

⁵⁰ Conferir a este propósito o Quadro n.º 3 e n.º 4, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como os respectivos motivos da intervenção por faixa etária.

de 2009, é de 1180, enquanto para os menores até aos dez anos é de 848 processos activos). Esta é uma tendência que tende a reforçar-se mutuamente, uma vez que, ao associarmos o papel da escola como agente de sinalização, acabamos por reforçar a importância do abandono escolar, principalmente a partir do início da adolescência, como um dos principais motivos de intervenção da CPCJ em estudo. Ainda assim, o principal motivo de intervenção da CPCJ de Vila Nova de Gaia nos jovens a partir dos onze anos de idade é o da negligência, correspondendo a 46,8% entre os menores dos onze aos catorze anos e a 36,8% nos menores a partir dos quinze anos.

Quadro n.º 5: Medidas de promoção/protecção aplicadas

Faixa etária	Medidas de promoção/protecção aplicadas	Global de processos no ano de 2009	
		N	% (por faixa etária)
dos 0 aos 5 anos	Apoio junto dos pais	167	77,7
	Apoio junto de outro familiar	27	12,5
	Confiança a pessoa idónea	4	1,9
	Apoio para a autonomia de vida	0	0
	Acolhimento familiar	0	0
	Acolhimento institucional	17	7,9
Total dos 0 aos 5 anos		215	100
dos 6 aos 10 anos	Apoio junto dos pais	153	73,2
	Apoio junto de outro familiar	18	8,6
	Confiança a pessoa idónea	5	2,4
	Apoio para a autonomia de vida	0	0
	Acolhimento familiar	3	1,4
	Acolhimento institucional	30	14,4
Total dos 6 aos 10 anos		209	100
dos 11 aos 14 anos	Apoio junto dos pais	197	73,2
	Apoio junto de outro familiar	31	11,5
	Confiança a pessoa idónea	3	1,2
	Apoio para a autonomia de vida	0	0
	Acolhimento familiar	0	0
	Acolhimento institucional	38	14,1
Total dos 11 aos 14 anos		269	100
dos 15 aos 17 anos	Apoio junto dos pais	40	63,5
	Apoio junto de outro familiar	7	11,1
	Confiança a pessoa idónea	3	4,8
	Apoio para a autonomia de vida	2	3,2
	Acolhimento familiar	0	0
	Acolhimento institucional	11	17,4
Total dos 15 aos 17 anos		63	100
Jovens dos 18 aos 21 anos	Apoio junto dos pais	0	0
	Apoio junto de outro familiar	0	0
	Confiança a pessoa idónea	0	0
	Apoio para a autonomia de vida	0	0
	Acolhimento familiar	0	0
	Acolhimento institucional	1	100
Total dos jovens dos 18 aos 21 anos		1	100
Total global		757	

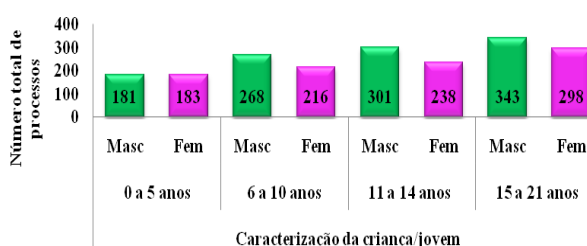
Face às medidas de intervenção/prevenção aplicadas pela Comissão, o apoio junto dos pais afirma-se como a solução preferencial em praticamente todas as faixas etárias, tal como se pode verificar no Quadro n.º 6. Nas faixas etárias até aos catorze anos de idade, cerca de $\frac{3}{4}$ das medidas aplicadas são, assim, o apoio junto dos pais, seguindo-se o apoio junto de outro familiar. Entre os quinze e os dezassete anos de idade, apesar de maioritário, o apoio junto dos pais desce cerca de dez pontos percentuais, aumentando os casos de acolhimento institucional.

A partir dos dezoito anos, a continuação do acompanhamento de um processo apenas tem lugar a pedido do jovem que, quando menor de idade, já era acompanhado pela Comissão. Na CPCJ de Vila Nova de Gaia, no ano de 2009, apenas se verificou um caso destes, prolongando-se o acolhimento deste jovem numa instituição.

3.1. Uma abordagem holística do fenómeno: caracterização dos menores vítimas de maus-tratos e das suas famílias no concelho de Vila Nova de Gaia

Tal como vimos sustentando desde o início do nosso trabalho, não podemos ensaiar uma análise aprofundada acerca de um fenómeno como o dos maus-tratos às crianças, sem ter em conta os contextos em que estes têm lugar. Se, até ao momento, temos vindo a traçar um retrato institucional do fenómeno, importa agora desenvolver um exercício de aproximação aos contextos sociofamiliares em que o fenómeno tem lugar. Assim, por via da análise do *Relatório de Actividades* da CPCJ de Vila Nova de Gaia, referente ao ano de 2009, pretendemos num primeiro momento fazer uma caracterização sumária dos menores vítimas de maus-tratos, que dão rosto aos processos que identificámos acima, para de seguida localizar socialmente o agregado familiar em que estes se encontram inseridos.

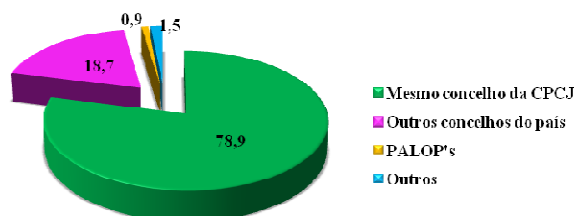
Gráfico n.º 4: Caracterização da criança/jovem, por género e faixa etária (N=2028)



Como referenciado acima, a partir dos 2028 casos de maus-tratos à criança/jovem activos no ano de 2009 na CPCJ de Gaia e pela análise do volume global de processos e dos motivos pelos quais é feita a sinalização, verificamos que, à medida que a idade aumenta,

crece, de igual forma, o número de processos instaurados. Assim, tal como se pode constatar pela análise do Gráfico n.º 4, quase 1/3 dos menores sinalizados têm entre quinze e vinte e um anos. A percentagem de crianças até os cinco anos cifra-se nos 17,9% dos casos⁵¹. É também nesta faixa etária que se verifica um maior equilíbrio de género, assistindo-se paulatinamente, a partir dos seis anos, a um predomínio dos menores do sexo masculino. Esta tendência vem uma vez mais reforçar a ideia, acima defendida, da importância da escola, enquanto agente de sinalização, e do abandono escolar como um dos maiores motivos de intervenção que, tal como a tradição sociológica da Sociologia da Educação nos diz, tende a afectar maioritariamente os indivíduos do sexo masculino⁵².

Gráfico n.º 5: Naturalidade da criança/jovem (N=2028)



Relativamente à origem geográfica das crianças/jovens sinalizados na CPCJ de Gaia (cf. Gráfico n.º 5), a grande maioria provém do concelho de Vila Nova de Gaia (78,9%), seguidos de crianças e jovens oriundos de outros concelhos do país (18,7%). Com níveis residuais, totalizando 2,4%, encontramos os menores com origem nos PALOP's (0,9%) e outras nacionalidades (1,5%)⁵³.

Esta coincidência entre o concelho de nascimento e o de residência afirma-se como um dos factores explicativos principais no prolongamento dos cuidados por parte da família nos primeiros anos de vida. Como se depreende da análise dos dados referentes ao apoio socioeducativo e à frequência escolar por faixa etária⁵⁴, até os cinco anos de idade, quase 70% das crianças se mantêm em casa com a mãe ou com algum elemento da família alargada. Ainda assim, pensamos ser importante introduzir nesta explicação a questão do acesso às

⁵¹ Conferir a este propósito o Quadro n.º 5, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências relativas.

⁵² Numa análise às transformações ocorridas no seio da família e do sistema escolar, Ana Nunes de Almeida realça que se assiste “a uma espantosa progressão escolar das raparigas de todos os meios sociais, a uma verdadeira subversão e «revolução silenciosa», a qual, de resto, contrasta com a persistência das desigualdades sociais. Do lado do género, as clivagens esbatem-se, melhor, parecem inverter-se a favor das raparigas — que mostram «uma maior energia escolar», traduzida em maior volume de trabalho e investimento na escola, melhores notas, menores taxas de reprovação e de abandono, maior excelência escolar” (Almeida, 2005, 586).

⁵³ Conferir a este propósito o Quadro n.º 6, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências absolutas.

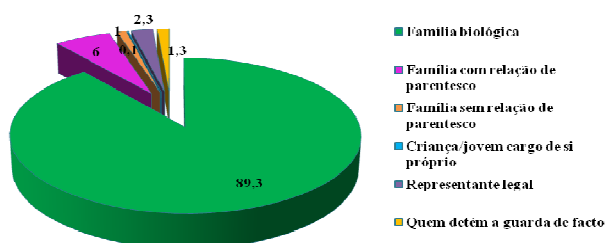
⁵⁴ Conferir a este propósito o Quadro n.º 7, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências absolutas e relativas.

redes formais de apoio socioeducativo nesta faixa etária. Vila Nova de Gaia afirma-se como um concelho em que se verificou um forte crescimento demográfico, nem sempre urbanisticamente bem pensado, conduzindo a uma escassez de instituições deste género, ou então dificilmente acessíveis a famílias menos capitalizadas do ponto de vista económico. Esta questão fica, de igual modo, subjacente numa leitura mais fina dos dados, na qual a figura da mãe, enquanto cuidadora, se cifra na casa dos 60,2%, implicando a disponibilidade desta para ficar em casa com as crianças. Esta realidade traduz-se, igualmente, nos 20,8% de crianças até aos cinco anos que se encontram inscritas em infantários ou redes de ensino pré-escolar.

No que diz respeito à faixa etária dos seis aos dez anos de idade, verifica-se que a grande maioria (cerca de 2/5) se encontra a frequentar o 1.º Ciclo e que 6,6% frequentam o jardim-de-infância ou o pré-escolar. Contudo, não deixa ainda de ser relevante, do ponto de vista da análise, o peso relativo das categorias informais de apoio educativo (em casa com a mãe, em casa com a família alargada ou com a ama) que abrange 10% das crianças que se encontram nesta faixa etária.

A partir dos onze anos, continuam a verificar-se elevados níveis de frequência formal do sistema de ensino nos seus diversos ciclos, ainda que as trajectórias de insucesso escolar e de distanciamento face à escola, tal como temos vindo a notar, comecem a desenhar-se. A título de exemplo, na faixa etária entre os onze e os catorze anos, 32,8% dos menores encontram-se a frequentar o 1.º Ciclo, facto revelador de pelo menos dois anos de reprovação. Da mesma forma, no caso dos menores a partir dos quinze anos de idade, apenas 7,2% dos casos se encontram a frequentar o nível de ensino referente à sua faixa etária, enquanto cerca de 30% dos casos frequentam o 2.º Ciclo de ensino básico.

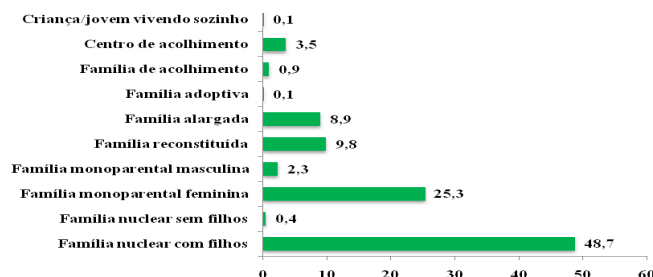
Gráfico n.º 6: Agregado com quem vive a criança/jovem (N=2028)



Na linha do que defendemos acima, não é de estranhar que quase 90% dos menores, vítimas de maus-tratos, residam com a sua família biológica (cf. Gráfico n.º 6). De facto, a associação subjacente a todo o nosso trabalho da centralidade da compreensão das transformações na família para o entendimento de um fenómeno como o que está em estudo

fica ainda mais realçada quando verificamos que 95,3%⁵⁵ dos menores residem ou com a família biológica ou com outro elemento com quem o menor tem uma relação de parentesco. Apenas 3,6% se encontram à responsabilidade de um representante legal ou de alguém que detém a guarda de facto do menor.

Gráfico n.º 7: Tipo de agregado com quem vive a criança/jovem (N=2028)



As transformações na esfera da família afiguram-se como um eixo importante na conceptualização dos maus-tratos à criança. O indicador que porventura mais traduz estas transformações será o tipo de agregado em que os menores se encontram inseridos. Ainda assim, gostaríamos de realçar a importância de uma leitura integrada dos dados, ou seja, da inserção destes num contexto mais alargado de processos de vulnerabilização social, mas acima de tudo inserir a leitura num conjunto de transformações que, no advento da modernidade, mais do que fragilidades do ponto de vista socioeconómico traduzem dinâmicas e expectativas face à família⁵⁶. Neste sentido, o tipo de agregado modal é o da família nuclear com filhos (representando quase metade do universo de processos activos) (cf. Gráfico n.º 7). Nesta linha de leitura da reconfiguração da família moderna, é interessante verificar o peso relativamente reduzido da família alargada (8,9% dos casos) e da família reconstituída (9,8% dos casos), apresentando já esta última, apesar de em pouco ultrapassar o valor da família alargada, um peso relativo superior a um tipo de família tradicional até há duas décadas. Da mesma forma, quase 30% dos menores encontram-se inseridos em famílias monoparentais,

⁵⁵ Conferir a este propósito o Quadro n.º 8, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências absolutas.

⁵⁶ Crysedale (1991) sustenta que a família se encontra intimamente relacionada com os ideais da aceitação, amor, abrigo e núcleo de apoio material e espiritual. Contudo, o autor defende que, mais do que perspectivar a família pelas suas funções, devemos pensá-la em termos de relações permeadas pelo conflito advindo de outras esferas sociais, principalmente a do trabalho. Os papéis exigidos pelas diferentes esferas da vida pública trazem consigo contradições e obrigações que aparentemente se revestem de um projecto comum (p. 5-7). Ainda segundo o autor, o conflito e as desiguais relações de poder com o acentuar das lógicas da família moderna são duas dimensões necessárias ao modelo de compreensão destas (p. 11).

especialmente em famílias monoparentais femininas (25,3% dos casos nas monoparentais femininas e 2,3% dos casos nas monoparentais masculinas)⁵⁷.

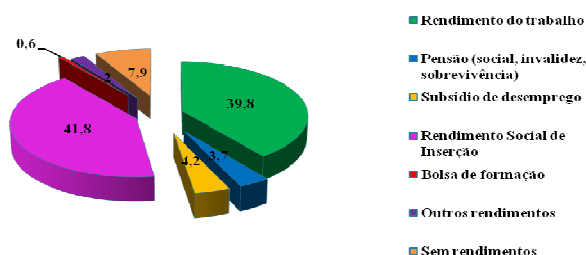
Quadro n.º 6: *Escolaridade do agregado familiar (pais ou representante legal)*

Escolaridade do agregado familiar (pais/responsável legal)	Processos no ano de 2009	
	N	%
Sem escolaridade	23	11,8
Sabe ler e escrever	28	14,4
1.º Ciclo completo	58	29,7
2.º Ciclo completo	36	18,5
3.º Ciclo completo	7	3,6
Ensino secundário	25	12,8
Curso de formação profissional	4	2
Bacharelato/curso superior	14	7,2
Total	195	100

Do ponto de vista da análise dos dados do Quadro n.º 6, a primeira grande tendência que se destaca são os baixos níveis de literacia do agregado em que os menores se encontram inseridos. Deste modo, no universo dos agregados sobre os quais a CPCJ de Vila Nova de Gaia tem informação sistematizada para este indicador, 26,2% dos casos não tiveram qualquer relação com o sistema de ensino formal (11,8% não possuem escolaridade e 14,4% apenas sabem ler e escrever). A categoria modal é, ainda assim, a dos elementos que possuem o 1.º Ciclo de ensino completo (29,7%), seguindo-se os elementos que concluíram o 2.º Ciclo de ensino. Torna-se interessante notar o desfasamento entre a conclusão do 3.º Ciclo (3,6%) — patamar da escolaridade obrigatória — e a conclusão do ensino secundário (12,8%), introduzindo na análise a necessidade de se pensar os maus-tratos como um fenómeno multidimensional, em que o baixo capital cultural não se pode afirmar como factor explicativo. Nesta mesma linha, torna-se importante realçar os 7,2% dos elementos que possuem um certificado do ensino superior.

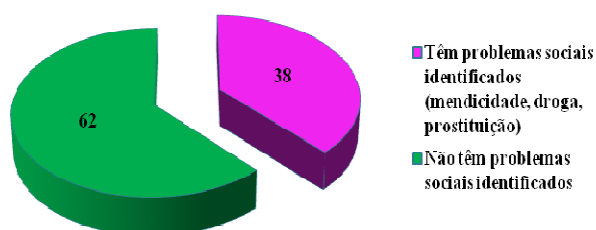
⁵⁷ Conferir a este propósito o Quadro n.º 9, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências absolutas.

Gráfico n.º 8: *Rendimentos/situação perante o trabalho do agregado familiar*
(N=1666)



Quando analisamos a condição do agregado familiar perante o trabalho (Gráfico n.º 8), desenham-se desde logo dois quadros de análise: por um lado, os agentes que se encontram inseridos no mercado de trabalho e vivem dos rendimentos auferidos, correspondendo a 39,8% dos casos; por outro lado, os agregados familiares que se encontram numa situação de maior dependência dos subsídios do Estado (41,8% dos casos) ou então, numa condição de maior vulnerabilidade social, os agregados sem qualquer fonte de rendimento (7,9% dos casos). Torna-se ainda importante realçar a exiguidade de casos de elementos do agregado que se encontram a frequentar uma formação profissional remunerada (0,6% dos casos), reforçando lógicas de exclusão advindas da desqualificação escolar que verificámos acima⁵⁸.

Gráfico n.º 9: *Caracterização social do meio envolvente* (N=2028)



Uma última dimensão a que gostaríamos de fazer menção prende-se com a caracterização do meio envolvente. Tal como é visível no Gráfico n.º 9, a maioria (1258) dos menores encontra-se inserida num meio sem problemas sociais identificados — tais como a mendicância, a droga ou a prostituição. Este indicador, bem como outros acima referidos, ajudam-nos a desenvolver uma primeira perspectiva mais próxima da realidade dos maus-tratos a crianças e jovens no concelho de Vila Nova de Gaia. Da mesma forma, como defendemos desde o início deste nosso trabalho, sentimos a necessidade de paulatinamente ir construindo, mais do que pluridimensional, uma perspectiva dinâmica sobre o fenómeno em estudo. Se este primeiro retrato nos permite aproximar-nos das modalidades de

⁵⁸ Conferir a este propósito o Quadro n.º 10, do Anexo 2.2, para uma informação mais detalhada, assim como as respectivas frequências relativas.

funcionamento da CPCJ de Vila Nova Gaia na sua dimensão mais processual, interessa agora desenvolver uma abordagem que se aproxime das representações dos técnicos e outros informantes por nós privilegiados, de forma a aproximarmo-nos do objectivo central do nosso trabalho, ou seja, a discussão dos limites e das possibilidades que se colocam à intervenção neste domínio.

Capítulo IV — Os maus-tratos a menores: representações e patamares de intervenção

1. Construção de uma perspectiva multidisciplinar: a importância da complementaridade

Desde o primeiro momento do nosso trabalho, temos vindo a associar as transformações na esfera da família e os entendimentos e modalidades de intervenção sobre o fenómeno dos maus-tratos a menores. É sobre esta última dimensão que gostaríamos de nos debruçar nesta parte do nosso trabalho, sem nunca esquecer que as divisões que vamos criando do ponto de vista da análise são sempre artificiais, pelo que as dimensões anteriormente realçadas constituem instrumentos fundamentais para a compreensão global da problemática em questão.

Discutir as representações acerca das modalidades de evolução e transformação de um fenómeno como o dos maus-tratos a partir da perspectiva dos agentes sociais, implica necessariamente convidar estes agentes a pronunciarem-se acerca dos fenómenos e factores sociais inerentes aos maus-tratos infligidos à criança⁵⁹. A tónica prevalente que emerge desses discursos é o factor cultural, o que, por sua vez, nos deve conduzir a um novo leque de questionamentos sobre a raiz desses condicionamentos culturais⁶⁰. Se, por um lado, os agentes por nós convocados para a compreensão do fenómeno podem ser tidos como técnicos e profissionais que, por via desse mesmo saber técnico, estão habilitados a quotidianamente lidarem com a questão e a saberem posicionar-se perante os casos que têm em mãos, por outro lado, eles também não deixam de ser interlocutores que reflectem mecanismos próprios de cognitivamente representarem a temática em estudo e de sobre ela se pronunciarem⁶¹.

Estas diferentes formas de categorizar o real estão na base do exercício sociológico de construção de «tipos ideais», como defendia Weber (1997), e, a partir de uma construção de

⁵⁹ Os discursos dos profissionais que trabalham com crianças no domínio dos maus-tratos tornam-se relevantes na análise por via do “reconhecimento do seu saber enquanto especialistas/peritos da infância e dos seus problemas; da sua experiência profissional; da sua posição privilegiada junto das famílias e crianças, o que lhes permite um conhecimento mais profundo das suas situações concretas de vida e do seu funcionamento, bem como uma comunicação mais estreita e personalizada; do facto de lhes competir tomar decisões que, em última análise, reflectem organizações de significado implícitas, orientadoras da acção” (Martins, 2000, p. 45).

⁶⁰ “Segundo Giovannoni e Becerra, entre as questões básicas subjacentes à definição de criança maltratada e negligenciada encontram-se as questões relacionadas com valores, e muito especialmente aquelas que provocam conflito de valores. Daí que as normas sociais sejam cada vez mais usadas como uma estratégia para definir o mau trato. [...] A variação cultural que existe ao nível das crenças e das práticas educativas evidencia bem a não existência de normas universais sobre quais os cuidados que se devem ter com as crianças ou sobre o que pode constituir mau trato e negligência” (Calheiros; Monteiro, 2000, p. 152-153). Daí que as diferentes concepções sobre os modelos educativos surjam, quase que imediatamente, como factores explicativos do fenómeno.

⁶¹ Cf. Guiões das entrevistas realizadas (do Anexo n.º 1.2.1 ao 1.2.7), assim como as tipologias de análise vertical e horizontal (do Anexo n.º 1.3.3 ao 1.3.10) que presidiram a análise.

“«segunda ordem» — que são as da sociologia —, podem usar as construções de «primeira ordem» (tipificações) da vida corrente. As *tipificações* do «mundo da vida» — a que Schütz também gostava de se referir — são «quase conceitos» aplicados pragmaticamente na vida quotidiana, e, como tal, os conceitos sociológicos são transferências, em muitos casos, de tipificações ordinárias da vida quotidiana para um mundo diferente de significados que é o da sociologia. Esta transferência constitui o cerne da interpretação sociológica” (Pais, 2002, p. 142-143). Neste sentido, aquilo que os técnicos e responsáveis da CPCJ de Vila Nova de Gaia apelidam de «cultural» pode ser entendido como um ponto de partida para uma construção multidimensional do objecto:

“Estamos naquela fase do «nim», sobretudo por causa do castigo físico, não é? [...] Por um lado, factores socioculturais evidentes, formas de estar na vida que foram sempre no sentido de dar um determinado tratamento quer à mulher quer à criança que de repente com esta coisa... com a emergência dos direitos humanos e um novo olhar sobre essas questões passaram a já não ser aceitáveis, a já não ser tolerados [...] Ora, isso [...] traduziu-se na Lei, traduziu-se nas recomendações internacionais de vários organismos, mas há-de traduzir-se nas mentalidades... isso é muito mais lento e portanto ainda hoje estamos a viver essa cultura, essa herança cultural que temos de que é normal o marido bater na mulher, é normal o pai bater no filho.”

Directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

Assim, as transformações do ponto de vista cultural, accionadas pelos agentes para interpretar as transformações sociais no domínio dos maus-tratos devem estar associadas aos contextos e às explicações accionadas como motor dessas transformações, sem esquecer que a luta pelo monopólio pela posse da delimitação do que são ou não maus-tratos tem subjacente um «jogo» de imposição de valores e normas por parte de certos grupos sociais (cf. Calheiros; Monteiro, 2000, p. 153). Esta questão traduz-se no modo como os técnicos avaliam a evolução do fenómeno e os factores que lhe estão subjacentes, como se pode verificar nos relatos expostos abaixo.

“Noto que, de mês para mês, há situações muito, muito complicadas, porque acredito que não estamos só a passar uma crise financeira e económica, mas uma crise de valores, uma crise na família. Eu acho que chegamos ao ponto em que há uma inexistência de valores considerados fundamentais para o equilíbrio de uma sociedade que começa na família, que neste momento não existe e, quando não existe, é porque se calhar aquilo que existia antes, até há dez anos atrás, era muito frágil.”

Psicóloga II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Eu penso que não é uma questão de evolução quantitativa... Eu penso que as instituições e mesmo as pessoas individualmente tomam consciência de que podem denunciar e sabem a quem podem recorrer para denunciar, porque nós temos proveniências muito diversas, desde particulares que telefonam, escrevem, cartas anónimas ou identificadas.”

Vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

A dessacralização da família enquanto «arquétipo de solidariedade» (Saraceno, 1997) pode ser tida como um vector interpretativo das alterações que conduzem a um paradoxo na análise das transformações na família. Com efeito, por um lado, podemos estar perante uma anomização do sentido da família e dos valores por ela veiculados⁶² — o que leva em última instância a uma desregulação dos papéis familiares e ao recurso à violência como forma de repor o sentido de família tradicional; por outro lado, tal como o trabalho de terreno nos foi mostrando, o vector socioeconómico tem vindo a impor-se como um factor que, associado a um maior controlo do Estado sobre a esfera privada, conduz a uma hipervigilância das instituições e redes de proximidade — o que leva não só a um sentido de possibilidade de denúncia, mas também à instituição da denúncia como um mecanismo de exercício de controlo social⁶³.

Associado ao vector cultural de que falámos acima, encontramos a questão do aumento da visibilidade, que se traduz quer através de conversas do quotidiano em torno da problemática, quer através dos múltiplos canais que os indivíduos têm ao seu dispor para sinalizar. Subsidiário de toda esta problemática, encontramos o papel dos *media* e das campanhas de sensibilização, apesar de os seus efeitos dificilmente gerarem consenso, como nos mostra o seguinte excerto:

⁶² De acordo com Fernandes (2008), parece persistir na análise das sociedades actuais e das suas diferentes instituições «um sentimento de uma certa anomia» (p. 163). No caso da instituição familiar, verifica-se uma certa desagregação do ideal da estabilidade e continuidade, surgindo assim “a família incerta e criam-se novas maneiras de viver em grupo e de estar em sociedade. O universo familiar determinado por liames biológicos e jurídicos é substituído por uma outra concepção, tornando-se o lugar privilegiado em que se exprime a independência do indivíduo na sua vida privada. O primado é conferido à escolha pessoal, determinada pela afectividade e pela subjectividade, critérios não necessariamente fluidos” (*ibidem*, p. 190).

⁶³ A este propósito, Wacquant (2008), tende a realçar a esfera de exclusão e de estigmatização em que os beneficiários dos subsídios do Estado tendem a ver-se inseridos. O apoio social do Estado tende a estar associado à obrigação de participação em acções de formação e de acompanhamento da situação do agregado, como à medida que se agudizam os discursos mediáticos contra estes beneficiários dos subsídios do Estado, estes vêm-se obrigados a participar em trabalhos que podem ser categorizados como os «das ranhuras inferiores da económica desregulada dos serviços» (p. 117).

“Acho que tem sido importantíssimo [...] Eles têm muito mérito nisso, têm passado muito, muito, têm batido muito no assunto e as pessoas acabam por se convencer... É como os reclames, nós não ouvimos os reclames com atenção [...] mas ouvimos tantas vezes aquele nome que quando chegamos à prateleira do supermercado qual é que vou escolher? É aquele nome que nos salta à cabeça e com isto acontece a mesma coisa... E os maus-tratos, «isto é abuso, é abuso», «isto são maus-tratos», «isto é violência doméstica»... «Eu nem estava a dar muita atenção, estava a fazer croché, ou outra coisa qualquer, mas de repente olho e penso: «Eh pá! A minha vizinha está-se a queixar disto... Isto é abuso... Eles diziam que era preciso ir falar à polícia»... Acaba por entrar! Isto muda as mentalidades... devagar, mas acaba por entrar, acaba por marcar as pessoas.”

Directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

A directora do Instituto de Medicina Legal do Porto foi a única entrevistada que se encontra fora do círculo da CPCJ de Vila Nova de Gaia, sendo também a única que tem uma perspectiva positiva acerca do papel desempenhado pelos meios de comunicação social. Desenha-se assim um posicionamento segundo o qual, pela saturação e exposição da problemática esta acaba por forçosamente entrar no dia-a-dia por duas vias: por um lado, os indivíduos estão mais atentos e sinalizam mais; por outro lado, e mais importante do que isso, assumem uma atitude, por vezes inconsciente, de revisão das suas práticas educativas⁶⁴.

As representações face aos *media* e aos seus impactos, veiculados pelos técnicos e responsáveis pela CPCJ em estudo, tendem a demonstrar um posicionamento contrário em relação aos meios de comunicação e a configurar os modos a partir dos quais apresentam a realidade do fenómeno. O sensacionalismo, o desrespeito pelo superior interesse da criança e, ainda, a parcialidade da informação fornecida são apontados como elementos que acarretam consigo uma espiral de estigmatização para o menor e para a sua família envolvidos num tal processo⁶⁵, tal como é visível na seguinte opinião:

“Olhe, eu acho que os media em tudo o que é social só gostam da desgraça. Se nós fôssemos como eles, não trabalhávamos nesta área. Há muita coisa que se faz nas Câmaras, por aí fora, actividades giras, coisas giras, ninguém vem. A qualquer coisa de âmbito social é complicadíssimo darem projecção [...] Se há uma desgraçazinha, eles vêm logo. Portanto, eu acho que em tudo o que é social eles só sabem pegar da pior maneira, quase sempre da pior maneira.”

Fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

⁶⁴ Concordantemente, a assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia afirmava: *“É assim: eu acho que já me deparei aqui com situações em que os pais me dizem «Ah, eu sei que agora não posso bater, porque senão acontece isto e aquilo!...» Sim, eu acho que sim, pelo menos ficam com mais ..., pensam se calhar um bocado antes de o fazer.*

⁶⁵ Os efeitos da reportagem jornalística tendem, segundo Champagne (1993), a reificar-se no tempo. Assim, segundo o autor, *“Os media agem no momento e fabricam colectivamente uma representação social que, ainda que bastante remota, é persistente e que, apesar de desmentidos e correcções posteriores, o que fazem é muitas vezes reforçar as interpretações espontâneas, mobilizadas da primeira vez e acabando portanto por redobrá-las.”* (p. 97).

Paralelamente, os meios de comunicação são apontados como selectivos na escolha dos casos que transmitem, uma vez que, em geral, apenas divulgam os casos mais negativos e raramente ajudam a promover as acções de sensibilização que são levadas a cabo por algumas instituições. A este propósito, Champagne (1993; 1998) realça a necessidade de se compreender o posicionamento dos *media* à luz de um quadro mais amplo de inter-relação entre múltiplos campos sociais. Assim, ao darem “uma visão necessariamente selectiva e ao privilegiarem certas interpretações do acontecimento, a imprensa contribui para fabricar o sentido político-social desses movimentos com significações, ao mesmo tempo, superabundantes e ambíguas. No entanto, seria demasiado simples ver os jornalistas somente como «manipuladores» que fabricam, a seu gosto, os acontecimentos ao elaborarem resenhas enviesadas e partidárias. Eles próprios são o objecto de estratégias de manipulação pelos diversos grupos sociais que organizam manifestações e procuram, através delas, atrair com maior ou menor sucesso a atenção dos jornalistas para terem a possibilidade de aparecer nos *media*” (Idem, 1998, p. 222).

Da mesma forma, o cepticismo face ao papel desempenhado pelos *media* estende-se à ausência de reconhecimento, por parte de alguns técnicos da CPCJ de Vila Nova de Gaia, da capacidade destes na alteração de mentalidades e na sensibilização para a denúncia⁶⁶. De facto, os técnicos da CPCJ em estudo preferem valorizar outras dimensões que contribuem para o aumento da reflexividade acerca da problemática dos maus-tratos, focando-se na importância do trabalho desenvolvido pelas instituições de solidariedade social que, ao longo dos últimos anos, têm conhecido um aumento de trabalho e de técnicos especializados no domínio da infância e da juventude, como se pode constatar no seguinte excerto do relato da presidente da CPCJ em estudo.

“Aliás, todas as áreas ligadas à infância e à juventude estão a crescer e a evoluir, e estamos todos muito mais sensíveis.”

Presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

⁶⁶ Neste sentido, a assistente social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia refere: “Neste momento, não são apenas os meios de comunicação social. Chega muita informação, claro, muita dela através dos meios de comunicação social, mas não só... Chega muita informação sobre a que é que as pessoas podem recorrer para poder denunciar: são as linhas de apoio, são as estruturas, os infantários, as escolas. As pessoas, acho, não vivem tanto na ignorância e sabem como fazer [...] Acho que as pessoas hoje em dia já vão tendo conhecimento de que há outras formas de denunciar, e até as sinalizações chegam-nos de muitas formas... Há o telefone que se pega, há as cartas, a escola, os vizinhos que não se querem identificar, porque também é possível as pessoas ligarem-nos de forma anónima, há as linhas do SOS aqui e do SOS ali. Tudo isto já são formas que não têm que passar exclusivamente pelos meios de comunicação social. Os meios de comunicação social fazem daquilo uma notícia que lhes dê audiências, é mais nessa linha, é tudo muito contado como lhes convém, sem contar muito como é que as coisas aconteceram e sem contar muito com a privacidade das pessoas.”

Esta questão remete-nos para uma ideia que, de certa maneira, temos vindo a defender desde o início do nosso trabalho: a necessidade de compreendermos de forma holística os menores e as suas famílias, assim como a de sermos capazes de interpretar correctamente, a partir deste posicionamento, os contextos sociais em que estes se encontram inseridos. Este é um trabalho possível numa lógica, de longe a mais destacada, de complementaridade disciplinar no acompanhamento dos casos de crianças vítimas de maus-tratos, como relatam duas técnicas da CPCJ de Vila Nova de Gaia.

“Só podemos avançar com a nossa intervenção depois de termos o consentimento e a não oposição da criança. A partir daí, depois de recolhido o consentimento, vamos contactando com as escolas, fazemos reuniões com as escolas, com os centros de saúde, as visitas domiciliárias que são muito importantes também. Acho que uma coisa é atendermos aqui, termos a pessoa à nossa frente, e outra coisa é irmos conhecer a realidade, que muitas vezes nos surpreende. Acho que também aqui, na Comissão Restrita, o facto de estarmos todas juntas para nos ajudarmos umas às outras a discutir os processos também é importante para ouvir outras opiniões, não é?”

Assistente Social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Como técnica gestora, não consigo assumir o papel de psicóloga; vou intervir apenas numa pessoa e não acredito que a intervenção numa só pessoa, que faz parte de uma família desestruturada, tenha sucesso se eu não trabalhar todo o resto.”

Psicóloga II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tal como as técnicas da CPCJ nos foram transmitindo, a cooperação com as famílias e os menores a partir dos doze anos afirma-se como uma etapa importante para o desencadear de um processo de acompanhamento, desenrolando-se até este ponto todo um trabalho de verificação junto da instituição sinalizadora da situação do menor. Contudo, é o trabalho continuado com as famílias, implicando inclusivamente a deslocação programada ou não a casa destas, que permite aos técnicos desenvolver um acompanhamento mais próximo do agregado, assim como lhes possibilita, de certa forma, aferir os reais impactos da sua intervenção.

Como verificámos no capítulo anterior, o elevado volume de processos que a Comissão tem em mãos não permite um acompanhamento que realize completamente os técnicos ao nível profissional, ainda que estes realcem que, apesar dos condicionamentos que enfrentam, desempenham um bom trabalho. Expressões como *“às vezes eu acho que nós fazemos omeletas sem ovos”*, ou outras semelhantes, transmitem a vontade de fazer sempre algo mais. Nos discursos das diferentes técnicas da Comissão, subjaz igualmente a ideia da

complementaridade do trabalho desenvolvido. Se o elevado volume de processos leva a que apenas possa haver um responsável técnico por cada processo, a partilha de ideias e soluções está muito presente na relação que se estabelece entre os técnicos (cf. Magalhães, 2005, p. 85). Não obstante, a própria natureza e complexidade dos casos fazem com que muitos técnicos afirmem trazer trabalho para fora da esfera restrita da Comissão, situação que possibilita esta ideia de troca entre os técnicos e que está na origem de comentários como os seguintes:

“Acho que muito fazem as pessoas aqui dentro e é muito desgastante. Claro que é um trabalho fantástico, as pessoas estão aqui todas muito motivadas, mas sentem-se frustradas, quer dizer temos processos ... Não dá!”

Presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Há a vertente humana, e a nossa equipa aqui é uma equipa que é muito sensível e fica marcada com as situações, e são situações a que não se consegue passar indiferente. Sabes? Acho que é como aquela situação de nós irmos ao IPO e vermos crianças com cancro, é um bocadinho assim. Portanto, não se consegue ficar indiferente, não se consegue passar a porta e não levar as coisas connosco, nem que seja para gerirmos em casa, para pensarmos em soluções, para dormirmos sobre o assunto... São situações tão complexas que às vezes acho que não conseguimos ser só técnicos, acabamos por ser mais que técnicos; o técnico, só, aqui não cabe, mas acho que isso é geral, aqui na equipa acho que ninguém consegue.”

Assistente social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Ainda que legalmente prevista, a complementaridade entre técnicos com diferentes formações teóricas e metodológicas é subsidiária dos contextos ou, no caso do nosso objecto, dos recursos disponíveis para fazer face aos processos. Se, por um lado, a dimensão quantitativa tende a sobrepor-se a uma perspectiva, nos próprios discursos, mais qualitativa, por outro lado, ela também emerge das preocupações dos técnicos e dos limites que estes encontram na sua acção — a afirmação da Comissão enquanto instância de mediação entre o interesse da criança e o contexto familiar em que ela se encontra inserida. Da assumpção deste papel, decorre o próprio posicionamento dos técnicos, enraizados no terreno, contra as visões exteriores e estigmatizantes, veiculadas pelos *media* e também pelos próprios agentes sociais ao nível do senso comum, as quais se traduzem, por vezes, em muitas sinalizações em que a situação de perigo não se verifica ou em que se requer dos técnicos um reforço da sua sensibilidade para realmente avaliarem cada sinalização.

2. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens enquanto instância de mediação institucional

Tal como acontece na definição dos tipos de maus-tratos, os procedimentos formais que se seguem à sinalização de um caso estão muito dependentes da qualificação e intensidade do abuso. Podem, deste modo, diferenciar-se duas modalidades de intervenção: por um lado, a que se encontra na instância da protecção e que, por conseguinte, é subsidiária da lei de processo-crime espoletada por uma denúncia no Ministério Público; por outro lado, encontramos a esfera da promoção dos direitos dos menores a cargo das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e das instâncias ou redes de intervenção locais (cf. Carmo, 2010, p. 190).

Esta separação na esfera de competências entre promoção e protecção molda de forma definitiva o âmbito e a missão das Comissões tidas enquanto instâncias de mediação entre as famílias (Comissão Restrita) e as instituições de âmbito local que, de alguma forma, trabalham na área social ou da infância e juventude (Comissão Alargada). Neste quadro, tal como já fizemos referência, a questão do consentimento para a intervenção por parte das famílias e dos menores com mais de doze anos é tida como fundamental para o desencadear do processo⁶⁷. Esta é uma questão que é perspectivada de diferentes formas pelos técnicos da CPCJ de Vila Nova de Gaia e que leva à discussão do enquadramento legal das Comissões e aos modos como funcionalmente se relacionam com outras entidades⁶⁸.

“Quanto aos pais...é assim: o consentimento é um problema que tem culminado, prejudicado este processo, porque uma coisa é o processo de promoção e protecção e outra coisa é a investigação criminal [...]. Estas situações constituem um crime público e, como tal, nós somos obrigados a reportar, e necessariamente vai haver, se o Ministério Público assim o entender, uma investigação criminal relativamente a esta questão. Ora, se o crime é público e nós enquanto profissionais somos obrigados a sinalizar, a comunicar e, se mesmo não sendo profissionais do Estado, a Lei das crianças também nos põe no dever de comunicar... temos que nestas situações comunicar [...]. A Comissão não tem nenhuma competência, e a única obrigação que tem, a obrigação legal, é de comunicar ao Ministério Público [...]. A Comissão Nacional também já mudou a sua perspectiva e já aconselha que

⁶⁷ Tanto do ponto de vista da intervenção ao nível da promoção e protecção realizada ao nível das Comissões, como em caso de abusos que constituem matéria criminal e de intervenção do Ministério Público, o papel desempenhado pelos discursos dos menores, no decorrer de todo o processo de averiguação do abuso, não é consensual. As contradições ou diferentes níveis de uso da linguagem leva a que o sistema judicial tenda a considerar as crianças como «testemunhas incompetentes», ou ainda como «vulneráveis» à influência de terceiros na (re)construção da situação de abuso (cf. Magalhães *et al*, 2010, p.155-156).

⁶⁸ Para um melhor esclarecimento dos trâmites que orientam a intervenção após a sinalização de uma situação de maus-tratos, principalmente aquelas que envolvem o Ministério Público e a perícia médico-legal, conferir Costa; Taborda; Magalhães, 2010, p.139-146.

as situações sejam efectivamente denunciadas, porque nas Comissões [...] não têm a mão forte que o Ministério Público tem para intervir em termos de segurança destas crianças. E o que nos acontece de vez em quando, felizmente muito raramente, mas de vez em quando já é suficiente porque não queremos que aconteça vez nenhuma, é que as crianças ou nos aparecem com lesões muito graves ou mesmo mortais...casos que estavam a ser acompanhados, mas não foram sinalizados, não foram retirados a tempo.”

Directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

Como se foi aferindo pelas entrevistas realizadas, a recusa do consentimento ou ainda situações mais graves são imediatamente comunicadas ao Ministério Público. Ainda assim, como chama à atenção a directora do IML do Porto, a divisão de competências e o julgamento subjectivo acerca do enquadramento de um caso é algo que também se vai construindo pela prática do dia-a-dia. Por sua vez, fomos encontrando também técnicos na CPCJ de Vila Nova de Gaia que defendem uma maior delimitação dos casos que são de facto da competência da Comissão, quer pela sua gravidade e urgência, quer pela necessidade de haver alguma filtragem *a priori*, para maior celeridade, de processos que devem ser mediados por outras instâncias — como destaca a fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia.

“Haver uma Comissão é importante, onde não há aquele peso institucional dos tribunais. Agora, as Comissões também estão a crescer de tal forma que já são serviços, não é? Eu própria me questiono muitas vezes se as Comissões com o objectivo para que foram feitas e que na altura foi muito, digamos, numa tentativa de mediação, é quase, não é? Mediação de conflitos, mediação familiar, era esse o grande objectivo para as coisas não chegarem a tribunal. Hoje em dia, fruto do número crescente e da forma como aquilo está meio institucionalizado, porque aquilo já não são as pessoas que pegam nos processos, são técnicos que intervêm, que estão ali presentes, e eu não sei até que ponto seria necessário pensar estas coisas e, se assim fosse, eu penso que alguns temas que passam pelas Comissões se calhar não teriam necessidade de passar... Tudo o que der origem a processo-crime [...] Portanto, abuso sexual, maus-tratos graves não deviam passar pela Comissão, isto automaticamente devia transitar para o tribunal, serem julgados, e também nos tribunais há a Segurança Social que poderá depois trabalhar as famílias. Eu acho que aí está demasiado alargado. As Comissões deviam continuar no âmbito em que estão, desta mediação, protecção, mais promoção e protecção.”

Fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

A compreensão da articulação e papéis desempenhados pela Comissão deve ser entendida à luz do tempo de afirmação e reconhecimento das instituições sociais. Fernandes (2007) defende uma homologia entre os esquemas analíticos accionados na compreensão do *habitus* individual e os mecanismos de estruturação e legitimação do Estado e das suas instituições (p. 265). Assim, como defende o autor, “está-se perante o mesmo modelo

analítico, de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade, dialéctica em que se inscrevem realidades empíricas tão diferentes como a relação entre o *habitus* e o campo, a prática científica e a configuração do Estado” (p. 266).

As dinâmicas próprias do processo de reconhecimento social da problemática, de que já falámos acima, traduzem-se num avolumar de sinalizações mas ao mesmo tempo no diferenciar dos agentes que sinalizam, tanto do ponto de vista dos agentes individuais como das instituições. De facto, subjacente a muitas conversas que fomos estabelecendo, encontrámos a ideia de uma certa indefinição acerca dos papéis a desempenhar por cada agente institucional, como expomos abaixo:

“Em termos de parcerias, a própria Lei determina que todas as instituições, quer públicas quer privadas, têm o dever de colaborar connosco e, pela experiência que eu tenho aqui na Comissão, nós temos sucessos em algumas situações exactamente porque existe muita articulação, muita parceria, nomeadamente com as forças de segurança, com as equipas que trabalham com os beneficiários do RSI. A escola é sempre um parceiro muito fraco.”

Vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Eu acho que devia ser feito um melhor trabalho na primeira instância antes de chegar à Comissão... E muitos passam imediatamente para nós antes de ser feito esse trabalho de esgotar todos os recursos e depois só passar para nós... E acredito que é isso, que, entre aspas, entope a Comissão, porque não há aqui um aproveitamento de recursos, e é isso que aumenta o nosso trabalho.”

Assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Se eu pudesse fazer a proposta à DREN, em todas as escolas haveria um professor que seria meu intermediário... Portanto, eu aqui como DREN trato de todos os processos, mas às vezes torna-se difícil porque ligo para a escola e o professor não está, está em aulas ... tentar que na escola houvesse um intermediário, para tornar as coisas mais fáceis ou até, antes de chegar esse processo aqui à Comissão, esse intermediário tentava resolver as coisas na escola para que aqui chegassem apenas os casos mais graves.”

Professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

A repartição de papéis entre as diferentes instituições sociais que se ocupam da infância e juventude, como se depreende dos excertos transcritos acima, não está ainda bem clara. De facto, isso é bem notório, principalmente do ponto de vista das sinergias necessárias para a compreensão do que é ou não matéria da competência da Comissão ou então da instituição que, em primeira instância, verifica a situação.

A escola afirma-se como o exemplo mais referido neste domínio. Como também já apontámos acima, é muito elevada a preponderância dos casos de abandono escolar,

principalmente, nas faixas etárias a partir dos onze anos. Como relatam os técnicos, falhando a comunicação com os encarregados de educação, a escola tende a sinalizar a situação à Comissão quando, na perspectiva destes, deveriam existir mais recursos técnicos nas próprias instituições escolares para mediar estas situações e encaminhar apenas as que requeressem uma avaliação da real situação de perigo do menor. Assim, a «integração sistémica», de que nos fala Giddens (2003), enquanto mecanismo de reciprocidade entre colectividades ou agências num contexto de não co-presença, exige a sua conceptualização num espaço-tempo alargado, tanto do ponto de vista da definição de competências, como também na alocação de recursos técnicos (*ibidem*, p. 33; Corcuff, 2001, p. 64).

Um mecanismo semelhante é aplicado à análise da legislação, no sentido em que à intenção do legislador temos sempre que associar a sua aplicação prática. Assim, mais do que o debate acerca da questão do consentimento, encontrámos posicionamentos diferentes no que concerne à idade a partir da qual o menor pode ser chamado a pronunciar-se, bem como face aos mecanismos a partir dos quais se constitui a Comissão Restrita e o seu corpo técnico e, ainda, em relação às modalidades de funcionamento da Comissão Alargada e ao financiamento da Comissão.

“Eu acho que está bem, porque o conceito das Comissões é trabalharem quando os pais querem ser ajudados e depois acho que sim, que a legislação é minimamente exequível.”

Psicóloga I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Precisava de uns acertos, de uns ajustes, nomeadamente no que concerne à audição de crianças com menos de doze anos [...] Portanto, a idade poderá ser um factor favorável ou impeditivo.”

Psicóloga II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“A questão de às Comissões serem asseguradas representantes de entidades que têm de designar os seus representantes ... O tempo que estão cá... um mandato são dois anos ... Daqui a dois anos, a pessoa vai ou é nomeada por mais dois anos ... No máximo seis anos... Não podem trabalhar mais que seis anos numa Comissão de Protecção. Estas entidades nem sempre cedem um técnico a tempo inteiro... O problema da Comissão de Gaia... E se calhar há coisas que se arrastaram muito aqui dentro, e muito mal foi porque não tinham pessoal a tempo inteiro.”

Presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

A assumpção da função de mediação por parte dos técnicos da CPCJ de Vila Nova de Gaia encontra-se muito presente nas representações destes face aos limites da sua acção, às parcerias necessárias e no papel que assumem no relacionamento que estabelecem com as famílias. Contudo, sobressai igualmente uma perspectiva mais crítica no que concerne às

modalidades de financiamento e de alguns obstáculos que daí advêm. De facto, tal como nos foi transmitido logo nos primeiros contactos, as CPCJ não são entidades independentes e autónomas financeiramente. No caso de Vila Nova de Gaia, é a autarquia que assume as responsabilidades de manutenção do espaço da Comissão, ao passo que os recursos técnicos são assegurados pelas diferentes entidades que legalmente devem colaborar com a Comissão (no caso de Gaia, encontramos representantes do município e de empresas municipais com uma vocação social — *e.g.*, Gaia Social —, da Segurança Social e do Ministério da Educação), as quais asseguram o corpo técnico que trabalha na Comissão a tempo inteiro, como, de igual forma, a equipa de reforço técnico, da qual a Comissão está dependente para o seu funcionamento.

Daqui resultam os principais obstáculos à intervenção por parte dos técnicos, os quais podem ser agrupados em duas categorias: por um lado, aqueles que advêm das limitações de espaço e de meios técnicos; por outro lado, o elevado volume processual decorrente da dimensão do concelho e da existência de múltiplas sinalizações que não simbolizam qualquer tipo de perigo para a criança, como salientam as técnicas:

“Aqui, por exemplo, eu acho que somos muitas para o pouco espaço, não é? [...] Eu acho que é o tempo, acho que devíamos agir... isto é, fazer o acompanhamento muito mais rápido. Marcamos uma vez, eles não aparecem e é quase impossível convocá-los uma segunda vez logo a seguir... Passa-se muito tempo e não estamos a intervir no tempo útil daquela criança. Para nós, um ano para um adulto pode parecer pouco, mas para uma criança pode parecer muito. Eu acho que aqui o tempo é o principal obstáculo.”

Assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Aqui em Gaia está prevista uma segunda Comissão, e isso irá facilitar porque os técnicos da restrita é que podem ser gestores de processos, os técnicos de reforço não... Eu acho que poderiam ser, o que facilitava e, depois, acho que, honestamente, esta divisão já vai facilitar e depois penso que era importante haver mais respostas, lá está, da Comissão Alargada. Ao nível das instituições, não acho que haja assim um trabalho tão perfeito de parceria.”

Psicóloga I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

A criação de uma segunda Comissão no concelho é muitas vezes referida como solução necessária para contornar o elevado volume processual, até porque tal pressupõe a divisão do concelho em dois e, com isso, possibilita não só a redução das distâncias a percorrer nas visitas domiciliárias, mas também o desdobramento do corpo técnico para a segunda Comissão, implicando ainda a afectação de novos técnicos. Além disso, a revisão dos modos de funcionamento da Comissão Alargada é tida como necessária para uma melhor

sensibilização dos papéis de cada instituição no domínio dos maus-tratos e para uma maior sensibilização dos indivíduos visando uma sinalização responsável, tal como salienta uma das assistentes sociais entrevistada:

“As pessoas instrumentalizam e usam a Comissão para tentarem alcançar o objectivo que é ficar o pai ou mãe com a criança ou então fazer crer que a criança está em perigo quando efectivamente ela não está. [...] É claro que o técnico tem que acolher quem vem e tem que ter muita responsabilidade. Isto são casos de muita, muita responsabilidade, e perceber realmente se estão a manipular ou se efectivamente há uma situação de perigo!... Por vezes é logo perceptível que a criança está bem, que não está nada em perigo e que são os pais que querem infernizar a vida um ao outro.”

Assistente social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Ao longo de toda a nossa exposição, tanto do ponto de vista teórico como no momento da apresentação e sistematização do contributo dos técnicos e informantes privilegiados para um entendimento alargado da problemática dos maus-tratos à criança, em especial no concelho de Vila Nova de Gaia, temos vindo sempre a realçar a necessidade de compreender este fenómeno não apenas a partir das transformações ocorridas na esfera familiar, mas ainda a partir dos modos como, enquanto sociedade, vamos representando e intervindo sobre o fenómeno. De facto, estas duas dimensões estão intimamente ligadas e traduzem-se não só em tipos e formas de abuso, mas também nos agentes de sinalização, nas suas expectativas face às consequências da intervenção e na própria instrumentalização, mais ou menos consciente, com que sinalizam os casos.

A família enquanto *locus* de conflito, principalmente quando ocorre a dissolução do projecto familiar comum, afirma-se, porventura, como um dos principais eixos analíticos que estruturam o nosso trabalho. Esta é uma preocupação partilhada por todos os técnicos que trabalham na Comissão de Vila Nova de Gaia, uma vez que uma parte significativa das sinalizações dizem respeito a conflitos familiares provenientes de uma separação ou divórcio e da luta pelo poder paternal⁶⁹. Este é um fenómeno que implica de imediato duas consequências: o aumento do número de processos (que não correspondem, de facto, a situações de perigo), por um lado e, por outro, a alocação de recursos, já de si escassos, na

⁶⁹ A dissolução do vínculo matrimonial afirma-se como uma grande tendência da família moderna, implicando todo um desenvolvimento de um campo de estudo dos factores que estão na sua origem, assim como as suas consequências. Importa, assim, encarar o divórcio enquanto processo ou conjunto de processos sociais (Pryor; Trinder; 2004, p.329). Por sua vez, podem identificar-se, segundo Pryor e Trinder, quatro grandes áreas da vida familiar em que o divórcio actua de forma mais acutilante: a parentalidade; o conflito com o cônjuge; a perda de suporte emocional; e o declínio ao nível económico (p. 329). Do ponto de vista da análise das suas consequências no nosso objecto de estudo, são as disputas pela guarda dos filhos ou a instrumentalização dos menores na discussão de conflitos que se arrastam desde o casamento que levam à sinalização de casos de abuso que nem sempre correspondem à realidade.

verificação da veracidade do seu objecto ou mesmo na mediação destas situações. Como uma técnica chamava à atenção, o prolongamento no tempo deste tipo de quezílias conduz a uma forma particular de abuso emocional ou psicológico sobre os menores.

“Acontece muito nos divórcios, agora se é verdade ou não [...] Porque é assim: a maior parte das vezes que nos chegam essas situações, isso são conflitos entre os pais mal resolvidos ou que não foram resolvidos e há uma manipulação das crianças... Aí sim, há uma violência psicológica enorme.”

Psicóloga I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

3. Representações dos liames entre a família e a intervenção por parte dos técnicos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia

A discussão em torno da intervenção em qualquer fenómeno social implica sempre a assumpção de que tal exercício é sinónimo de uma tomada de posição e, como tal, ideologicamente informada. Não é objectivo deste trabalho propor soluções; no entanto, pretende-se, acima de tudo, iniciar um debate que atenda principalmente ao carácter pluridimensional de que o fenómeno se reveste e de que, de certa forma, já fomos dando conta. Se relacionamos fundamentalmente as alterações na esfera da família com as transformações no campo dos maus-tratos, não queremos deixar de realçar a heterogeneidade social do fenómeno. Assim, se esta é uma realidade partilhada por todos os grupos sociais, é ao mesmo tempo vivida, sinalizada e, muitas vezes, socialmente representada de forma diferente. Neste domínio, distâncias no espaço social tendem a traduzir-se em modalidades diferenciadas de maus-tratos e em lógicas de sinalização e intervenção também elas distintas, tal como demonstram os seguintes excertos:

“Eu penso que o fenómeno dos maus-tratos só é espelhado nestes contextos socioeconómicos desfavorecidos. São estes que são sinalizados, porque possivelmente nós temos situações de verdadeiros maus-tratos, nomeadamente se nós tivermos uma situação de mau-trato físico a criança possivelmente não dá entrada num hospital central nem num cento de saúde da rede pública, que é o que acontece, por exemplo, com vítimas de violência doméstica da classe média alta. Ou seja, essa situação do verdadeiro mau-trato físico não é sinalizada, nós não a vamos contabilizar de maneira nenhuma, o que significa que poderá haver situações de maus-tratos noutros meios que são economicamente desfavorecidos e que não nos são reportados. Isso nós sabemos que esses não nos chegam.”

Vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Os pais que têm dinheiro para inscrever os filhos em determinados colégios e depois ainda os inscrevem numa data de actividades extracurriculares, isso é uma forma de maus-tratos [...]. No outro dia, já ouvi que em Coimbra [...] estavam na caixa dos correios panfletos de ATL’s, jardins-de-infância, e depois naquele amarelo fluorescente ... tipo e «damos o banho»! ... tipo e traga o pijaminha que é só chegar a casa comer qualquer coisinha e ir para a cama. E provavelmente quem paga isso é quem tem dinheiro, e depois, lá está, os miúdos como estão habituados a ter tudo depois estão sempre a dizer «ó mãe eu quero, ó mãe eu quero!», e depois há uma altura que uma pessoa não dá e depois fazem aquelas birras que ninguém os atura. Por isso vamos dando.”

Professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Mais do que o reforço da transversalidade do fenómeno dos maus-tratos à criança, encontramos aqui duas dimensões muito importantes para a compreensão das implicações latentes desta problemática. Por um lado, estamos perante o debate quase etimológico do que significa de facto a visibilidade da questão dos maus-tratos e, por outro lado, subjacente a este, deparamo-nos com o grande limite de qualquer forma de intervenção, ou seja, só é possível intervirmos a partir do momento em que se transpõem certos valores e estereótipos acerca do que é ou não é abuso, bem como acerca dos agentes que podem assumir o papel de abusadores. Uma vez mais, a implicação dos agentes no projecto familiar e o *stress* que condiciona esses laços podem, por vezes, desencadear uma situação de maus-tratos. Qualificar estes actos como sendo ou não abuso implica, acima de tudo, uma leitura de todo o contexto familiar e uma grande responsabilidade por parte dos técnicos na avaliação que fazem de todo o processo, como realçam nestes excertos:

“É assim: eu acho que, só trabalhando directamente com as famílias e com as crianças, é que se tem uma noção mais... porque, muitas vezes, julgamos sem ter conhecimento de causa, não é? E um diz que foi espancado e... mas acho que trabalhando diariamente aqui que se consegue, não é aceitar, mas perceber algumas motivações que estiveram na origem desse mau-trato [...]. Mas eu acho que depois de conhecermos aquela família, aquela realidade... se calhar, esta situação posta a público, «Ah, o avó espancou o miúdo», não espancou, bateu-lhe mais forte. Mas, não se vai perceber o porquê do que se fez.”

Assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Mesmo as pessoas que estão, como nós, aplicadas e a acreditar que o caminho é o da não-violência... Mas às vezes faz-me perder a cabeça, apetecia-me era dar uma bofetada ou dar-lhe um murro, porque nós vivemos numa sociedade de imenso stress e temos limitações e de repente a nossa forma de reagir, o nosso escape há-de ser por uma via: uns ficarão mais apagados, mais deprimidos, outros explodem e, de facto, as situações de stress que se colocam em algumas famílias podem ser altamente potenciadoras de comportamentos que de um momento para o outro, e nós nunca sabemos qual é o momento em que é normal, e depois já passa a ser violento...”

Directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

“Agora eu acho que tudo tem um contexto. Uma coisa é num acto isolado em que um pai perde a cabeça e nós sabemos...sei lá, há imensas situações em que uma criança também não é fácil, não é? E pronto, e de repente um pai pode...e até nem calhou bem, calhou na cara e até marcou. É um mau-trato? Como é que vai ser tratado isso? Isso é que eu acho que é complicado, mas isso também... É aí que entra se calhar o papel do psicólogo que tem que falar com esse pai e consegue analisar ou tentar perceber se aquele pai está em sofrimento, não é? Porque muitas das vezes, o que é que acontece? O pai ainda sofre mais do que a criança.”

Psicóloga I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Subjaz, assim, a ideia de que, para a compreensão dos diversos níveis de análise, vamos sempre encontrar numa problemática como a que está em estudo, pelo que importa ensaiar uma discussão sobre as transformações sociais trazidas pelos vertiginosos avanços da modernidade. De facto, estas transformações a que nos referimos ultrapassam os limites daquelas que sumariamente fomos descrevendo acerca da esfera da família e das dinâmicas da modernidade, ainda que os eixos do hedonismo e do racionalismo tenham começado a desenhar-se desde então (cf. Fernandes, 2008, p. 189-191 acerca da dissolução da comunidade em sociedades de indivíduos). Ao longo dos excertos transcritos, foi emergindo a ideia de uma crise que se estende da dimensão económica à dimensão ética.

Se considerarmos a dimensão económica, cada vez mais presente na explicação da transformação dos diferentes fenómenos sociais, devemos necessariamente associá-la aos contextos a que nos reportamos, como também aos processos de vulnerabilização socioeconómica da estrutura social portuguesa. No caso de Vila Nova de Gaia, como se procurou demonstrar aquando da contextualização do concelho, recorrendo à análise do *Diagnóstico Social* (2004), a recente vitalidade demográfica acarretou alterações na sua estrutura produtiva, principalmente no que toca ao primeiro e segundo sectores de actividade. Esta tendência é mais acentuada num contexto como o da sociedade portuguesa em que o prolongamento da permanência na escola só recentemente passou a ser valorizado. De igual modo, as dinâmicas do mercado de trabalho exigem, cada vez mais, uma plasticidade dos

agentes, o que por vezes não se coaduna com o projecto familiar ou com a própria perspectiva de planeamento, em particular devido à flexibilização na esfera laboral, espelhada em todas as dimensões da vida individual (cf. Sennett, 2001, p. 8-9; Bourdieu, 1998, p. 114).

Da mesma forma, todas estas tendências conduziram não à superação do modelo de família tradicional, mas a um conjunto de novas dinâmicas no concernente à transmissão de saberes entre as gerações ou, ainda, em certos contextos, à dificuldade do estabelecimento de teias familiares de entreajuda⁷⁰. Esta é uma questão muitas vezes referida pelos técnicos, quando chamados a pronunciarem-se sobre as possíveis estratégias concertadas de prevenção dos maus-tratos infantis:

“No concelho, eu acho que não. Acho que não há esse tipo de trabalho, esse trabalho deveria passar muito pela Comissão Alargada [...] Eu acho que também era importante a educação parental, que aqui também é escassa. Acho que vai havendo mais nas equipas de RSI... mas isso também é só para beneficiários do RSI. [...] Por exemplo, a educação parental... por exemplo, os pais não estão preparados para lidar com os adolescentes de hoje em dia, porque não são os mesmos de há uns anos atrás. E os pais não estão preparados para lidar com determinadas situações da adolescência. E acho que, se calhar, se houvesse mais encontros com os pais para discutirem esses assuntos, eu acho que era importante.”

Assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“A prevenção, a profilaxia é uma coisa que ainda não está muito enraizada, e andamos todas a remediar e a pôr «curitas» [pensos rápidos] quando a gente devia ter tentado estancar a doença a fazer vacinação, andamos a pôr pensos rápidos naquilo que devia ter sido vacinas [...] Olha, nós aqui temos muito a segunda geração das crianças batidas, das crianças maltratadas ou das crianças em perigo [...] Se calhar se esta rapariga que já foi aqui acompanhada como criança em perigo, a viver perigo, se tivesse sido feito um trabalho com ela...nem sempre é assim, mas isto acontece muito frequentemente. Se tivesse sido feito um trabalho com ela, por exemplo de esclarecimento ginecológico, como usar a pílula, que tipo de contraceptivos existem, ela não se deixava engravidar para depois também ter o filho aqui sinalizado. Isto é uma constante [...], mas se fosse feito esse trabalho se calhar hoje os filhos não estavam sinalizados outra vez com os mesmos problemas de negligência grave, maus-tratos físicos e maus-tratos psicológicos, não é?”

Assistente social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

⁷⁰ Segundo Beck (2004), no campo da Sociologia da Família, tal como em outras áreas da Sociologia, o exercício de compreensão das dinâmicas familiares que o autor apelida de «primeira modernidade», foi eminentemente classificatório. No contexto actual de aumento do risco e da incerteza, as fronteiras, até mesmo sobre as categorias-base da Sociologia da Família, não se encontram bem definidas, assistindo-se a um questionar da relação entre sexos e gerações, solidariedade e identidade, ligames a partir dos quais a família se definia (p. 499-500). Contudo, não se defende, assim, o «fim» da família, mas sim a heurística de um exercício de um questionamento das categorias tradicionais, a partir das quais a família era lida, à luz das transformações advindas com o aprofundamento das lógicas da modernidade.

Neste momento final do trabalho desenvolvido na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia, destacam-se as principais dimensões que sobressaíram no nosso exercício de observação. Os sentidos de proximidade e interconhecimento foram, não raro, condicionados não só pela necessidade de superior autorização central para consulta de *dossiers* individuais dos menores, mas também pela indisponibilidade efectiva dos técnicos, dado o facto de se encontrarem absorvidos por muitas solicitações de cariz burocrático, derivadas sobretudo de um elevado volume de trabalho processual. Estas duas ideias cruzadas com os discursos dos técnicos que lá trabalham conferem um novo sentido aos liames que fomos estabelecendo, desde o início, entre as esferas pública e privada. Não queremos com isto dizer que não encontrámos obstáculos na relação entre os técnicos e as famílias, mas sim salientar a ideia de um hiato entre estas duas esferas advindo dos diferentes níveis de percepção do fenómeno, assim como da diferenciação entre as potencialidades de acção recíproca e as continuidades e disjunções provenientes da reciprocidade entre actores e sistemas sociais, que devem ser lidas à luz de uma conexão entre as estruturas de significação, dominação e legitimação (cf. Giddens, 2003, p. 33, 36 e 37).

É importante, por último, realçar a questão de toda uma trajectória profissional empenhada na problemática dos maus-tratos a menores que encontrámos em quase todas as entrevistadas. Esta é uma questão relevante, principalmente a partir do quadro que fomos traçando em que se salienta a importância da sensibilidade e da experiência na avaliação e no contacto com as vítimas e os seus familiares. Este interesse dos técnicos e profissionais ligados à esfera da intervenção-acção sobre os maus-tratos traduz-se num investimento na sua formação académica e em acções de formação, assim como, no caso da directora do IML do Porto, na tentativa de motivação de novos alunos para a temática:

“Muito cedo, ainda como interna geral, eu fui convidada ali pelo PAFAC [...] ir a uma reuniãozinha no Hospital Maria Pia... um grupo pequeno, para falarmos sobre esta problemática, e foi aí que eu ouvi falar pela primeira vez de revitimização... [...] Portanto, nós não tínhamos sensibilidade nem conhecimentos na época [...] há mais de vinte anos [...] para abordar de um modo diferente aquelas vítimas e, portanto, foi nessa altura que me começaram a picar e a dizer que é preciso olhar de forma diferente, só que na altura não havia nenhum suporte legal [...] Entretanto, as Comissões de Protecção criaram-se e fomos desenvolvendo outras capacidades e acho que estamos a milhas do que era, mas há muitíssimo trabalho por fazer [...] isto passa por ir mudando as mentalidades, trabalhando com as pessoas. Então é muito um trabalho tipo apostólico... é ir no meio de muitos deixar a mensagem e esperar que um ou dois perceba e passe a mais dois ou três e tentar fazer esse trabalho assim e é... Portanto, isto não se muda de um dia para o outro... foram vinte e tal anos de trabalho, que têm sido intensos, mas há muito mais pela frente para fazer.”

Directora do IML do Porto

Também ao nível da CPCJ de Vila Nova de Gaia, fomos, de igual forma, identificando nessa mesma trajectória profissional dos seus técnicos, percursos consolidados no domínio dos maus-tratos, tradutores de um interesse por esta problemática e pelo reconhecimento da necessidade de formação específica relativamente à intervenção. Podemos identificar um primeiro conjunto de trajectórias que se podem denominar como «mistas», ou seja, um conjunto de técnicos com formação nos domínios do Serviço Social e da Psicologia e que têm trajectórias profissionais que oscilam entre a colaboração com a CPCJ de Vila Nova de Gaia e outras actividades ligadas à Acção Social. Neste grupo, incluem-se principalmente os técnicos de reforço. Entre os técnicos que trabalham a tempo integral na Comissão, podemos identificar um claro investimento e uma carreira mais continuada no domínio dos maus-tratos. Fomos, assim, encontrar alguns técnicos com mais do que uma licenciatura em áreas afins à problemática, ou ainda a frequência de formação pós-graduada no âmbito dos maus-tratos e com uma prolongada experiência no terreno que lhes permite ter uma visão abrangente dos desafios na definição de estratégias concertadas de intervenção:

“Eu sou licenciada em Serviço Social e tenho também uma licenciatura em Psicologia [...] Trabalhei sempre mais na vertente das crianças e dos jovens. Já fui directora técnica de uma instituição, de um lar de crianças e jovens durante vários anos. Entretanto, trabalhei na zona de Lisboa, em Alverca, mais propriamente num centro de emergência social que também acolhia crianças e jovens. Depois estive a trabalhar no gabinete de acção social, mas é assim: os meus quinze/dezasseis anos de trabalho foram mais ligados às crianças e aos jovens.”

Assistente Social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

“Tenho licenciatura em Animação Sociocultural, licenciatura em Ciências da Educação e uma pós-graduação na área da exclusão social. [...] Iniciei aqui o meu percurso em termos de Comissão, as trabalho na área social há dezoito anos. [...] Às vezes ouvimos dizer «se isto mudasse, se começássemos do zero», só que [...] quem faz as instituições são as pessoas [...] Neste concelho... quando eu comecei a trabalhar, praticamente não existiam instituições que trabalhavam com as famílias... nós tínhamos instituições como as creches, os jardins-de-infância, os lares de idosos, os centros de convívio de idosos, instituições de apoio à deficiência e pouco mais. Nós agora temos técnicos de intervenção social em maior número e temos projectos nacionais, projectos participados, temos inúmeros projectos no terreno, inúmeros técnicos. Por vezes, nós quando temos uma sinalização, mas estamos a trabalhar num processo, a determinada altura os pais dizem-nos: «Mas olhe, sabe quem foi lá a casa foi a doutora não sei quantos». E nós perguntamos: «É doutora, mas é de onde?». E respondem: «Ai não sei!». Afinal, é do projecto X ou do projecto Y que está a trabalhar com a mesma família. E continuamos a ter estas intervenções que não são concertadas, porque as pessoas trabalham muito para si...”

Vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Pretende-se, deste modo, salientar a importância das representações dos técnicos e profissionais em contacto com a problemática dos maus-tratos para este exercício de que fomos procurando dar conta de aproximação à realidade em estudo, mas, acima de tudo, para a problematização dos instrumentos de intervenção que têm ao seu dispor e dos mecanismos de prevenção a delinear.

Num contexto de profunda transformação do Estado e, especialmente, de indefinição na acção do Estado-providência, num contexto de proliferação do apelidado liberalismo económico, enquanto modelo de organização económica mas também social, o papel destes técnicos torna-se por vezes «ingrato». Assim, “estes funcionários reflectem as contradições do Estado que são vividas no mais profundo deles mesmos, como dramas pessoais: contradições entre as missões, quase sempre desmedidas, que a eles são confiadas nomeadamente em matérias de emprego e de habitação e os meios geralmente escassos que lhes são alocados; contradições, sem dúvida as mais dramáticas produzidas em parte, pela sua acção, como se resultassem das esperanças e desesperos pela instituição escolar” (Bourdieu, 1997, p. 344).

Considerações finais

O percurso por nós traçado foi reflectindo a articulação entre as motivações pessoais que nos conduziram a esta pesquisa e a necessidade de questionar e procurar um sentido sociológico para as questões e relações que se iam estabelecendo. O paradoxo presente na família moderna, simultaneamente berço de afectividade e foco de violência, assumiu-se como um dos eixos que foi motivando as nossas pesquisas iniciais, sempre com a certeza, porém, de que esta não seria a única aparente contradição que iríamos encontrar, dada a complexidade de todos os fenómenos sociais. Estas transformações, quando conjugadas com a esfera dos maus-tratos, foram implicando a assumpção da necessidade de contextualização dos fenómenos e, acima de tudo, de quão fragmentários e provisórios são os entendimentos que podemos estabelecer em torno de uma problemática.

No caminho trilhado, pareceu-nos que o «lugar da criança» na família e o seu estatuto levaram as instituições sociais que a enquadram (*e.g.*, a escola e o próprio Estado) a reconhecerem a criança como um ser portador de direitos, ao mesmo tempo que foram suscitando um conjunto de novas questões para a compreensão da infância no seio da família e da sociedade, num quadro de crescente desregulação da vida social.

Associado já à temática dos maus-tratos, surge, assim, um sentido extremamente paradoxal, no respeitante à problematização da infância. Se o seu sentido já mais actual emerge no século XIX e se afirma de forma mais definida apenas nas últimas décadas do século XX, parece que, no decorrer de todo este processo de atribuição de direitos à criança, esta foi como que sendo privada de uma «plena» participação social. Paralelamente ao que sucede na esfera da família, que tem como base o reconhecimento de um jogo de afectos e de comunhão de um projecto, à medida que se vai reconhecendo à criança o seu direito a ser *criança*, assiste-se a um processo de fragilização do seu papel, mesmo no concernente à própria legislação que a deve proteger. Assim, como vimos, o facto de os menores vítimas de maus-tratos apenas poderem ser ouvidos oficialmente a partir dos doze anos demonstra, por um lado, a necessidade de protegê-los, mas, por outro, implica certo grau de incapacidade das instâncias de protecção institucionalizadas em adaptarem os seus procedimentos à compreensão da perspectiva do menor que, do ponto de vista dos signos e da linguagem, se encontra distante do nível dos adultos — tudo isto exceptuando casos de abuso mais severo, em que pode ser requerida a realização de uma perícia psicológico-forense.

Inerente à multidimensionalidade que reconhecemos a qualquer fenómeno social, a problematização do jogo de ocultação e desocultação do fenómeno dos maus-tratos leva-nos a questionar as modalidades a partir das quais se pode afirmar que um fenómeno se torna mais ou menos visível — mais do que isso, os modos a partir dos quais um dado fenómeno se transforma num problema social e/ou num problema sociológico. De acordo com Lenoir (1998), o reconhecimento de um problema social resulta da conjugação de uma série de factores: da formulação pública de um conjunto de transformações sociais que têm efeitos diferenciados em grupos distantes no espaço social; da disputa pelo monopólio de evocação, imposição e legitimação de uma verdade acerca do fenómeno; e de um processo de institucionalização e imobilização das categorias sociais a partir das quais o fenómeno passa a ser lido (p. 95). Se, de facto, todo o problema sociológico tem uma raiz social, interessa à Sociologia interpelar continuamente as modalidades que estão na base da luta pelo monopólio da definição conceptual de um fenómeno e das categorias em função das quais esse fenómeno é percepcionado.

Estas dimensões levam-nos a questionar os mecanismos a partir dos quais a problemática dos menores ganha maior visibilidade. Será uma questão que se afirmou ao nível da esfera pública enquanto problema social? Será por via do percurso de reconhecimento científico e institucional da problemática que fomos descrevendo e que se traduz no desenvolvimento de um conjunto de instâncias intermédias de intervenção sobre o fenómeno? Ou será, ainda, uma combinação destas duas possibilidades, importando então questionar as esferas de legitimação da problemática e os modos como esta se reproduz na sociedade? A este último nível, somente uma análise mais aprofundada em torno das sinalizações e do conteúdo destas nos poderia indicar as reais motivações que estão por detrás de tal tomada de posição.

Ainda assim, o papel dos meios de comunicação e das campanhas de prevenção não é consensual do ponto de vista dos nossos interlocutores, realçando-se as transformações culturais no que respeita às estratégias educativas no seio da família. Por seu turno, os entendimentos acerca das fronteiras da categorização e dos contextos em que se qualifica determinada prática como abuso também não são claros, principalmente quando nos referimos a questões como a negligência ou a um episódio isolado de maus-tratos físicos. Neste domínio, os profissionais também não são imunes a posicionamentos de cariz mais subjectivo, tendendo a assumir, após o reconhecimento desta dimensão, a grande responsabilidade que sentem no desencadear ou não de um processo de acompanhamento da família e do menor (cf. Dias *et al.*, 2010, p. 20-21).

Uma última motivação que inicialmente nos levou ao desenvolvimento desta pesquisa relaciona-se com a compreensão das modalidades de intervenção sobre o fenómeno dos maus-tratos à criança, os seus diversos níveis de actuação e o trabalho de mediação com a esfera da família. Daí, a interpelação que deu origem ao tema desta dissertação — *Os maus-tratos à criança: liames entre a família e a intervenção* —, a qual implica a construção de uma perspectiva multidimensional com recurso a níveis de macro e microanálise.

Se todo este processo de pesquisa conduziu o investigador a uma maior compreensão da articulação das instituições com responsabilidade de promoção e protecção dos menores, também pôs em evidência algumas limitações e obstáculos que se colocam à intervenção. Por um lado, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) assumem uma vocação de mediação e seguimento das famílias e dos menores; por outro lado, vêem a sua esfera de acção condicionada pelo consentimento, mas, mais do que isso, pelos poucos instrumentos de acção para um acompanhamento a longo prazo das famílias, de modo a produzir uma mudança efectiva nos agregados que evite reincidências ou o aparecimento de uma «segunda geração» de agregados sinalizados.

No caso da CPCJ de Vila Nova de Gaia, aliada a esta questão, deparámo-nos com exiguidade de recursos para fazer frente a um elevado volume processual. Este aspecto faz com que os técnicos, de forma directa ou indirecta, tendam a assumir o papel de gestores de processos, cujo objectivo, após a verificação de uma sinalização e abertura de um processo, se esgota no seu arquivamento, sem contudo nunca perder de vista o superior interesse da criança. Apesar desta necessidade de agilização dos processos, subjaz, entre os técnicos, a ideia de que fazem o melhor possível com os recursos de que dispõem, ainda que subsistam sempre algumas dimensões que poderiam ser mais bem trabalhadas com as famílias. Quando confrontados, por exemplo, com as medidas ao nível da intervenção sobre o fenómeno que achariam mais importantes, além da alocação de mais recursos, como é o caso da criação de uma segunda Comissão no concelho, tendem a destacar a importância da formação parental.

Este assunto remete-nos para uma reflexão em torno dos instrumentos de acção dos técnicos da Comissão. Trata-se de um domínio que extravasa a mera questão do consentimento, necessário quando está em jogo uma esfera como a da mediação. Referimo-nos, acima de tudo, aos instrumentos de acompanhamento que os técnicos têm ao seu dispor para provocar uma mudança de facto dos comportamentos, uma vez que, como também apontam, uma das principais reacções das famílias à primeira abordagem da CPCJ é o medo de perderem os filhos. Segue-se, assim, todo um trabalho que engloba a assumpção de uma comunhão de interesses entre os técnicos e os agregados, tendo em vista o interesse do menor,

sem negligenciar a inculcação de um conjunto de valores e responsabilidades que vá para além do mero controlo do técnico no espaço da Comissão e da visita domiciliária.

A problematização do papel do Estado na intervenção sobre os maus-tratos — e também acerca dos pressupostos sobre os quais assenta a sua legitimidade para intervir na esfera da família — afirmou-se, de igual forma, como uma das dimensões centrais da análise, acima de tudo pelo elevado número de questões e de dimensões que levanta. As transformações no seio da família conduziram a uma entrada do Estado na esfera doméstica, assumindo, assim, uma ambição reguladora e libertadora dos velhos ligames sociais, pilares que sustentavam os ideais da família. Por sua vez, o aprofundamento das lógicas da modernidade e da extensão da acção do Estado trouxeram consigo o desenvolvimento do Estado-providência e da sua legitimidade para intervir no seio dos grupos mais desfavorecidos, ao mesmo tempo que, do ponto de vista social, assistimos à ruptura definitiva com os ideais de comunidade e à afirmação, nas palavras de Fernandes (2008), «de uma sociedade de indivíduos assente no pilar do hedonismo».

Toda esta conceptualização conduz-nos a uma análise da distribuição do poder social, levada a cabo, nomeadamente, a propósito da visibilidade do fenómeno e da problematização da sua distribuição social. A construção da nossa perspectiva sobre este fenómeno não pressupõe, necessariamente, o estabelecimento de uma relação causal entre os maus-tratos e determinados grupos sociais. Estes são, como se viu, transversais a todos os grupos sociais, embora desigualmente vivenciados, tanto do ponto de vista da sinalização como do acompanhamento dos casos. Pela análise realizada acerca do concelho de Vila Nova de Gaia, verificou-se a importância que outras instituições de cariz social têm na sinalização dos casos. Mesmo a própria escola e as inúmeras sinalizações de situações de insucesso escolar ajudam a construir um quadro que associa, pelo menos, a identificação dos casos a um conjunto de processos de vulnerabilização social dos agregados.

Do outro lado do jogo social, encontrámos tipos diferenciados de maus-tratos mais relacionados com as problemáticas inerentes à desregulação da vida moderna de quem se encontra plenamente inserido nas lógicas de organização do tempo, trabalho e consumo, mas em que a combinação dessas diferentes esferas faz com que os momentos dispensados às crianças tendam a ser cada vez mais escassos, constituindo-se assim como uma modalidade diferenciada de abuso.

Tendo na sua génese modos distintos de maus-tratos, encontrámos, igualmente, ao nível dos seus produtos, dinâmicas diferenciadas de actuação e da sua legitimação. Nos patamares inferiores do espaço social, aceita-se a intervenção dos técnicos — não só dos

técnicos da CPCJ, mas também de outras instâncias de intervenção no terreno, de equipas voltadas para as populações mais vulneráveis do ponto de vista da sua inclusão nas esferas da produção e do consumo — por via da dependência face aos subsídios do Estado; acabámos por detectar, no seio desta população, um maior volume de sinalizações, dada uma hipervigilância por parte destas equipas de rua. Esta questão direcciona-nos para a interrogação da esfera da intervenção enquanto mecanismo de controlo social. Importa ter em atenção que esta será apenas uma dimensão latente da acção; por isso, jamais pode ser levada a cabo por um controlo manifesto dos agentes, mas sim, por exemplo, pela inculcação de um conjunto de valores e posicionamentos face à parentalidade e à infância, que não são partilhados nem apreendidos do mesmo modo pelos diferentes grupos sociais. Contudo, não coube no âmbito deste trabalho abordar esta questão, ainda que a problematização dos diferentes níveis de percepção — não só no que se refere aos agentes individuais, mas também aos agentes institucionais —, acerca dos papéis das Comissões de Protecção se afirme como uma das dimensões centrais da pesquisa.

A problematização do papel do Estado, no sentido mais lato das transformações ocorridas na família com a modernização da vida social, abarca dois objectivos centrais do trabalho desenvolvido, que passam mais por uma conceptualização teórica e pela construção de um quadro analítico que permita articular tais dimensões. Do ponto de vista empírico, recolhemos apenas um conjunto de perspectivas que nos permitiram explorar esse quadro conceptual construído. Com isto, pretendemos realçar, por um lado, o carácter exploratório e de aproximação à problemática dos maus-tratos à criança no caso concreto da CPCJ de Vila Nova de Gaia; por outro lado, no terreno do real, esteve sempre viva e em nós presente a função de «comando da teoria» no processo de pesquisa, cujos questionamentos, agora elencados, são sinal dos circuitos de retroacção epistemológica necessários ao questionamento científico de qualquer fenómeno social.

Dada a sensibilidade do objecto de estudo, as questões relacionadas com o acesso aos casos conduziram, desde o início, os nossos objectivos para uma abordagem indirecta da realidade. No caso da CPCJ de Vila Nova de Gaia, apesar de apenas podermos apreender representações sempre locais e subjectivas face ao tema, acabámos por ganhar em profundidade na imagem do nosso objecto. As suas especificidades impediram o nosso acesso directo aos menores, aos seus familiares, bem como aos processos. Ainda assim, ao focarmos o nosso objectivo central na problemática da intervenção, encontrámos nos técnicos, quotidianamente em contacto com os menores, e nas suas representações, os interlocutores privilegiados para debater esta questão.

Os aspectos abordados são o produto da construção teórica do objecto e do constante questionar da heurística do processo de pesquisa levado a cabo. E, porque tal questionamento nos surge como incessante, temos a certeza de que algumas perguntas que hoje levantaríamos em torno da problemática dos maus-tratos à criança seriam bem diferentes de parte daquelas a que prestámos atenção. Por conseguinte, as considerações tecidas, mais do que denotarem que, subjacente a esta investigação, esteve um processo de reflexão em torno do lugar da objectividade e da subjectividade no decorrer de todo o processo de construção teórica e empírica do objecto, mostram, acima de tudo, que a essência do trabalho sociológico foi respeitada — a reflexividade em torno dos processos de construção do conhecimento e o requestionamento constante dos objectos.

Esta é uma certeza que enuncia a impossibilidade de colocar um ponto final neste exercício de aproximação conceptual e empírica aos maus-tratos a menores, mas que, por sua vez, confere a certeza, quase ontológica, a esta jovem investigadora, de que o exercício da Sociologia se encontra realizado, não só por via das relações estabelecidas entre conceitos e dimensões, como também pela abertura de um novo conjunto de inter-relações que apenas um trabalho subsequente pode aspirar a renovar, superando-nos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Nunes (2009) – *Para uma Sociologia da Infância: Jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-234-3.

ALMEIDA, Ana Nunes (2005) – “O que as famílias fazem à escola...pistas para um debate”. *Análise Social*, n.º 176, p.579-593. ISSN 0003-2573.

ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÉ, Isabel Margarida; ALMEIDA, Helena Nunes de (2001) – *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República. ISBN 972-556-289-5.

ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÉ, Isabel Margarida; ALMEIDA, Helena Nunes de (1999) – “Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família”. *Análise Social*, vol. 150. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISSN 0003-2573. p. 91-121.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1995) – *A investigação nas Ciências Sociais*, 5.ª ed. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1231-6.

ANDERSON, Michael (1984) – *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercó.

ARIÈS, Philippe (1988) – *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água. S/ISBN

ARIÈS, Philippe (1981) – *História Social da Criança e da Família*, 2.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

AZEVEDO, Maria do Céu; MAIA, Ângela da Costa (2006) – *Maus-Tratos à Criança*. Lisboa: CLIMEPSI Editores. ISBN 972-796-220-3.

AZEVEDO, Natália (2007) – *Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto – um estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento em Sociologia.

BARUDY, J. (1998) – *El dolor invisible de la infancia: una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Barcelona: Paidós. ISBN 978-844-930-494-1

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (2002) – *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, 5.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. ISBN 85-326-2727-7.

BAUMRIND, Diana (1994) – “The Social Context of Child Maltreatment” [Em linha] *Family Relations*, vol. 43, n.º 4, pp. 360-368. [Consult. em: 22 Jul. 2010]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/585365>.

BECK, Ulrich (2004) – “Families in a Runaway world”, in SCOTT, Jacqueline; TREAS, Judith; Richards, Martin (Orgs.) – *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*. USA: Blackwell Publishing ISBN 0-631-22158-1 p.499-514.

BOURDIEU, Pierre (1998) – *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-007-3.

BOURDIEU, Pierre (1997) – “La démission de l’État”, in BOURDIEU, Pierre (Dir.) – *La misère du monde*. Paris: Seuil. ISBN 978-2-02-092092-6. p.337-350.

BURGESS, Robert G. (1997) – *A pesquisa de Terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-43-5.

CALHEIROS, Manuela; MONTEIRO, Maria Benedicta (2000) – “Mau trato de negligência parental: contributos para a definição social dos conceitos”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º.34. ISSN 0873-6529. p.145-176

CARMO, Rui do (2010) – “A justiça e o abuso de crianças e jovens. Um caminho em constante construção”, in MAGALHÃES, Teresa (coord.) – *Abuso de Crianças e Jovens – da suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Lidel. ISBN 978-972-757-655-5. p. 189-203.

CHAMPAGNE, Patrick (1998) – “A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas”, in CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis – *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes. ISBN 85-326-1647-X. p. 171-227.

CHAMPAGNE, Patrick (1993) – “La vision médiatique”, in BORDIEU, Pierre (Dir.) – *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil. ISBN 978-2-02-092092-6. p. 95-123

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison, org. (2005) – *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. ISBN 972-991-742-6.

CLAUSSEN, A. H.; CRITTENDEN, P.M. (1991) – “Physical and psychological maltreatment: Relations among types of maltreatment” [Em linha] *Child Abuse & Neglect*, n.º 15, p. 5–18. [Consult. em: 22 Jul. 2010]. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MiamiImageURL&_imagekey=B6V7N-46KC751-4-1&_cdi=5847&_user=2460038&_pii=014521349190085R&_check=y&_orig=search&_coverDate=12%2F31%2F1991&view=c&wchp=dGLbVzz-zSkzS&md5=eaf418660da9b3ddf29c22630ece695f&ie=/sdarticle.pdf

CORCUFF, Philippe (2001) – *As Novas Sociologias*. 2.ª ed. Sintra: VRAL. ISBN 972-96014-4-5.

COSTA, Diogo Pinto; TABORDA, Maria João; MAGALHÃES, Teresa (2010) – “Da suspeita ou detecção à sinalização do abuso”, in MAGALHÃES, Teresa (Coord.) -*Abuso de Crianças e Jovens – da suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Lidel. ISBN 978-972-757-655-5. p. 139-146.

CPCJ (2009) – *Relatório de Actividades*. Vila Nova de Gaia: CPCJ.

CRYSDALE, Stewart (1991) – *Families under stress: community, work and economic change*. Toronto: Thompson Educational Publishing. ISBN 1-55077-007-1.

CUNHA, Vanessa (2007) – *O lugar dos filhos. Ideias, práticas e significados*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-202-2.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (1994) – “Introduction: Entering the Field of Qualitative Research”, in DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. – *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications. ISBN 0-8039-4679-1- p.1-17.

DIAS, Isabel; RIBEIRO, Cristina Silveira; MAGALHÃES, Teresa (2010) – “A construção social do abuso na infância”, in MAGALHÃES, Teresa (coord.) – *Abuso de Crianças e Jovens – da suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Lidel. ISBN 978-972-757-655-5. p. 7-21.

DIAS, Isabel (2004) – *Violência na Família – uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0737-9.

DIAS, Isabel (2002) – *Representações e Práticas de Violência Doméstica em Famílias de Diferentes Meios Socioprofissionais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento em Sociologia.

DIAS, Isabel (1998) – “Estratégias de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família”, in ESTEVES, António; AZEVEDO, José (orgs.) – *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia. ISBN 972-97763-0-X. p. 29-39.

DUARTE, Cantón J.; ARBOLEDA, Rosario Cortés (1997) – *Malos tratos y abuso sexual infantil: causas, consecuencias y intervención*. Madrid: Siglo XXI de España. ISBN 84-323-0948-6.

ESTEVES, António Joaquim (1991) – “A família numa sociedade em mudança”. *Sociologia*, vol. I. Porto: Faculdade Letras da Universidade do Porto. ISSN 0872-3419. p. 79-100.

FERNANDES, António Teixeira (2008) – “Da desregulação institucional à diluição do crer”, in PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (Orgs.) – *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0965-3. p. 173-208.

FERNANDES, António Teixeira (2007) – “Estado, democracia e legitimidade”, in PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (Orgs.) – *Pierre Bourdieu: A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0856-4.

FERNANDES, António Teixeira (2006) – *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0830-8.

FERNANDES, António Teixeira (1998) – *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0470-1.

FERNANDES, António Teixeira (1996) – “Alguns desafios teórico-metodológicos”. *Sociologia*, vol. VI. Porto: Faculdade Letras da Universidade do Porto. ISSN 0872-3419. p.193-212.

FERNANDES, António Teixeira (1983) – *O social em construção: a teorização nas ciências sociais*. Porto: Figueirinhas. S/ISBN.

FLANDRIN, Jean-Louis (1992) – *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa. ISBN 972-33-0875-4

FLICK, Uwe (2004) – *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2.^a ed. Porto Alegre: Bookman. ISBN 978-85-363-0414-4.

GÉLIS, Jacques (1990) – “A individualização da criança”, in ARIÈS, Philippe; DUBY Georges (orgs.) – *História da Vida Privada*, vol. 3. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0241-1. p. 311-329.

GIBB, Brandon E. (2002) – “Childhood maltreatment and negative cognitive styles: a quantitative and qualitative review”. [Em linha] *Clinical Psychology Review*, nº 22. p.223–246. [Consult. em: 22 Jul. 2010]. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6VB8-44MX6HG-3-1&_cdi=5920&_user=2460038&_pii=S0272735801000885&_orig=browse&_coverDate=03%2F31%2F2002&_sk=999779997&view=c&wchp=dGLzVlb-zSkWA&md5=2e0ac99e9c58fc6cfc7b97d84aef28e0&ie=/sdarticle.pdf.

GIDDENS, Anthony (2003) – *A constituição da sociedade*. 2.^aed. São Paulo: Martins Fontes. ISBN 85-336-1781-X.

GIDDENS, Anthony (1997) – *Modernidade e Identidade Pessoal*. 2.^a ed. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-73-7.

GIDDENS, Anthony (1996) – *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. 2.^a ed. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-46-X.

GOODE, William J. (1959) – “The theoretical importance of love” [Em linha] *American Sociological Review*, vol. 24, n.º.1, p.38-47. [Consult. em: 22 Jul. 2010]. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2089581>.

GREEN, Arthur H. (2000) – “Child neglect”, in AMMERMAN, Robert T.; HERSEN, Michel (eds.) – *Case studies in family violence*, 2.^a ed. Nova Iorque: Kluwer Academic/Plenum Publishers. ISBN 0-306-46248-6. p.157-176.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia Editora. ISBN 978-972-8818-66-1.

HÉBERT, Michelle Lessard; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1998) – *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-9295-75-1.

HERRENKOHL, Roy C.; HERRENKOHL, Ellen C.; EGOLF, Brenda P.; WU, Ping (1991) – “The developmental consequences of child abuse: the Lehigh longitudinal study”, in STARR, Raymond H.; WOLFE, David A. (eds.) – *The effects of child abuse and neglect*. Nova Iorque: The Guilford Press. ISBN 0-89-862-759-1. p. 57-79.

JAVEAU, Claude (1998) – *Lições de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-94-X.

KEMPE, Ruth S.; KEMPE, Henry (1998) – *Niños maltratados*. Madrid: Ediciones Morata. ISBN 978-847-112-1264.

LEBRUN, François (1983) – *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim. S/ISBN.

LENOIR, Rémi (1998) – “Objeto sociológico e problema social”, in CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis – *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes. ISBN 85-326-1647-X. p. 59-106.

MAGALHÃES, Teresa; RIBEIRO, Catarina; JARDIM, Patrícia; PEIXOTO, Carlos; JORGE, Ricardo; OLIVEIRA, Dinis; ABREU, Cândida; PINEHIRO, M. Fátima; GUERRA, Conceição Cerdeira (2010) – “Da investigação inicial ao diagnóstico de abuso”, in MAGALHÃES, Teresa (Coord.) – *Abuso de Crianças e Jovens – da suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Lidel. ISBN 978-972-757-655-5 p.147-187.

MAGALHÃES, Teresa (2005) – *Maus tratos em crianças e jovens*. 4.^a ed. Coimbra: Quarteto. ISBN 989-558-074-6.

MARTINS, Paula Cristina (2000) – “As representações sociais e profissionais de mau-trato infantil dos profissionais da infância”. *Infância e Juventude*, n.º 1. ISSN 0870-6565. p. 45-66.

MILLS, C. Wright (1982) – *A imaginação sociológica*. 6.^aed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. S/ISBN.

O'HAGAN, Kieran P. (1995) – “Emotional and psychological abuse: Problems of definition” [Em linha] *Child Abuse & Neglect*, vol. 19, nº4, p. 449-461. [Consult. em: 22 Jul. 2010]. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIImg&_imagekey=B6V7N-3YB56H8-3G-&_cdi=5847&_user=2460038&_pii=014521349500006T&_orig=search&_coverDate=04%2F30%2F1995&_sk=999809995&_view=c&_wchp=dGLbVzz-zSkzS&md5=22099aad752b05d2f8052ed2ff591ca7&ie=/sdarticle.pdf.

PAIS, José Machado (2002) – *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, métodos e estudos de casos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 972-671-092-8.

PRYOR, Jan; TRINDER, Liz (2004) – “Children, Families and Divorce”, in SCOTT, Jacqueline; TREAS, Judith; Richards, Martin (Orgs.) – *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*. USA: Blackwell Publishing ISBN 0-631-22158-1 p.322-339.

QUIVY, Raymond; CAMPEHOUDT, Luc van (2005) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.^a ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1.

REDE SOCIAL (2004) – *Diagnóstico Social*. Vila Nova de Gaia: Rede Social do Município de Vila Nova de Gaia.

ROIG, Martínez; DE PAÚL, Ochotorena (1993) – *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Martínez Roca. ISBN 978-842-701-823-5.

SÁNCHEZ, Félix López (1995) – *Prevención de los abusos sexuales de menores y educación sexual*. Salamanca: Amarú Ediciones. ISBN 8-481-960-403.

SARACENO, Chiara (1997) – *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-0852-5.

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa (2001) – “Metodologias de pesquisa empírica com crianças”. *Sociologia; Problemas e Práticas*, nº 35. ISSN 0873-6529. p. 9-29.

SEGALEN, Martine (1999) – *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar. ISBN 972-710-234-4.

SENNETT, Richard (2001) – *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar. ISBN 972-710-287-5.

SHORTER, Edward (1995) – *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar. ISBN 972-710-114-3.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) (2005) – *Metodologia das Ciências Sociais*. 13.^a ed. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0503-1.

SILVERMAN, David (1993) – *Interpreting qualitative data: methods for analysing talk, text and interaction*. London: Sage Publications. ISBN 0-8039-8758-7.

SINGLY, François de (1993) – *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris: Nathan Université. ISBN 2-09-190635-2.

SOUSA, Elizabeth; MARTINS, Ana; FONSECA, Alexandra (1993) – “A construção social dos maus-tratos”. *Análise Psicológica*. Série 11, n.º 1. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. ISSN 0870-8231. p. 75-86.

THE NEW YORK TIMES (1874) – “Our City Charities Versus the Case of Mary Ellen”. [Em linha] *The New York Times*. [Consult. em: 19 Mar. 2010]. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9800EEDF1139EF34BC4E52DFB266838F669FDE>.

UNICEF (2004) – *A Convenção sobre os direitos da criança*. [Em Linha]. [Consult. em: 7 Abr. 2010]. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

WACQUANT, Loïc (2008) – “Ghettos and anti-ghettos: an anatomy of the New Urban Poverty”. [Em linha] *Thesis Eleven*, n.º 94, p.113-119. [Consult. em 29 Jun. 2010]. Disponível em: http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/GHETTOSANTIGHETTOS-pub.pdf.

WALL, Karin (org.) (2005) – *Famílias em Portugal: Percursos, interacções, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 972-671-161-4.

WEBER, Max (1997) – *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-0950-3.

WHYTE, William Foote (1984) – *Learning from the field: a guide from experience*. Newbury Park: Sage Publications ISBN 0-8039-3318-5.

YIN, Robert (1989) – *Case Study Research: design and methods*, revised edition Newbury Park: Sage Publications ISBN 0-8039-3471-8.

Legislação consultada

DECRETO-LEI n.º314/78. *Dr. I Série*. N.º 248 (27 de Out. 1978), p.2256-2281.

DECRETO-LEI n.º189/91. *Dr. I Série*. N.º 113 (23 de Nov. 1991), p.2635-2665.

LEI n.º 48/2007 de 29 de Agosto de 2007: 15ª alteração ao Código do Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro. *Dr. I Série*. N.º 166 (29 Ago. 2007), p.5844-5954.

ANEXOS

Anexo n.º 1: Construção

1.1 Instrumentos auxiliares de planeamento da pesquisa

1.1.1 Cronograma de investigação

Ano	CRONOGRAMA										
		2009			2010						
	Tarefas/ Meses (ordem dos meses)	Out. (1)	Nov. (2)	Dez. (3)	Jan. (4)	Fev. (5)	Mar. (6)	Abr. (7)	Mai. (8)	Jun. (9)	Jul. (10)
Fase 1: Definição do objecto	Definição do tema e subtema	X									
	Definição dos objectivos gerais e específicos	X	X								
	Definição da população-alvo	X	X								
	Definição das questões de partida	X	X								
Fase 2: Exploração	Pesquisa bibliográfica	X	X								
	Realização dos primeiros contactos exploratórios	X	X								
	Recolha de informação estatística sobre o tema	X	X								
	Levantamento das instituições e profissionais envolvidos na protecção de menores	X	X								
Fase 3: Definição da problemática e modelo de análise	Recenseamento da literatura existente sobre o tema	X	X	X							
	Revisão e reajustamentos do objecto e questões iniciais		X	X							
	Definição da problemática teórica	X	X	X	X						
	Construção de conceitos, dimensões e indicadores		X	X	X	X					
	Construção do modelo de análise		X	X	X				X	X	

	(1ª versão e final)										
	Desenho metodológico		X	X							
Entrega do projecto de investigação			X								
Fase 4: Observação	Entrada no terreno e selecção dos informantes privilegiados			X		X	X				
	Construção dos instrumentos de observação (construção do guião da entrevista)		X	X	X						
	Seleção dos profissionais a entrevistar (construção da amostra)			X	X	X					
	Recolha da informação				X	X	X	X			
Fase 5: Análise das informações	Transcrição das entrevistas					X	X	X			
	Recenseamento e tratamento dos registos de observação directa						X	X	X		
	Comparar as relações observadas com as teoricamente esperadas							X	X	X	
	Procurar o significado das diferenças							X	X	X	
Fase 6: Análise final e redacção do relatório final	Retrospectivar criticamente todo o procedimento								X	X	
	Problematizar as consequências teóricas e epistemológicas do procedimento								X	X	
	Redacção do relatório final								X	X	
Entrega do final relatório											X

1.2. Instrumentos de recolha

1.2.1. Guião de entrevista semi-estruturada à presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Parte I — Perfil do entrevistado

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Há quanto tempo trabalha na CPCJ de Vila Nova de Gaia?
4. Que funções desempenha na Comissão?
5. Anteriormente a esta experiência profissional, já trabalhou noutras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?
6. Qual é o seu papel enquanto jurista no seio da CPCJ de Gaia?

Parte II — Modalidades de funcionamento da CPCJ

7. Como descreve a evolução da Comissão?
8. De forma sucinta, podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão?
9. Quantos profissionais (indicando as suas áreas de formação) trabalham actualmente na Comissão?
10. Quais são as principais parcerias institucionais (PSP, escolas, centros de saúde, etc) que a Comissão estabelece?
11. Do ponto de vista financeiro, quais são as principais modalidades de financiamento da Comissão?
12. Como avalia a realidade dos recursos (financeiros, logísticos e humanos) face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?

Parte III — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

13. Que avaliação faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens no Concelho de Vila Nova de Gaia? (Número de processos, diferentes tipos de maus-tratos que são denunciados, faixa etária e interlocutores que fazem a denúncia.)
14. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução, à luz do que é socialmente compreendido como sendo um abuso?
15. No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?
16. Considera que tem havido alterações na família que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? (Por exemplo, elementos do próprio agregado familiar mais ou menos afastados a sinalizar os casos.)
17. Na sua opinião, quais são os factores sociais (condição económica, história das próprias famílias, meios sociais em que se encontram inseridas, etc) que ocasionam situações de maus-tratos?
18. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção

19. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?
20. Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização de casos? (A maior visibilidade do fenómeno tem levado a um aumento das denúncias?)
21. Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno e na disponibilização de recursos?
22. Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?
23. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?
24. Que medidas legislativas relativas ao funcionamento interno da Comissão ou aos diferentes agentes institucionais envolvidos poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?
25. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.2.2. Guião de entrevista semi-estruturada à vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Parte I — Perfil da entrevistada

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Há quanto tempo trabalha na CPCJ de Vila Nova de Gaia?
4. Que funções desempenha na Comissão?
5. Anteriormente a esta experiência profissional, já trabalhou noutras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?

Parte II — Modalidades de funcionamento da CPCJ

6. Em que ano foi criada a Comissão no Concelho de Vila Nova de Gaia?
7. Como descreve o desenvolvimento da Comissão desde então?
8. De forma sucinta, podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão?
9. Quantos profissionais (indicando as suas áreas de formação) trabalham actualmente na Comissão?
10. Quais são as principais parcerias institucionais (PSP, escolas, centros de saúde, etc) que a Comissão estabelece?
11. Do ponto de vista financeiro, quais as principais modalidades de financiamento da Comissão?
12. Como avalia a realidade dos recursos (financeiros, logísticos e humanos) face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?
13. Os relatórios periódicos elaborados pela Comissão têm implicações na alocação de recursos de que a Comissão dispõe?
14. Como avalia a importância destes relatórios periódicos na percepção do fenómeno dos maus-tratos infantis no Concelho de Gaia?

Parte III — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

15. Que avaliação faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens aqui no Concelho? (Número de processos, diferentes tipos de maus-tratos que são denunciados, faixa etária e interlocutores que fazem a denúncia.)
16. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução, à luz do que é socialmente compreendido como sendo um abuso?
17. No que concerne à sinalização dos casos, quais os principais agentes de denúncia?
18. A literatura diz-nos que a violência contra os mais novos é um fenómeno restrito à esfera privada. Considera que tem havido alterações na família que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? (Por exemplo, elementos do próprio agregado familiar mais ou menos afastados a sinalizar os casos.)

19. Na sua opinião, quais são os factores sociais (condição económica, história das próprias famílias, meios sociais em que se encontram inseridas, etc.) que ocasionam situações de maus-tratos?
20. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção/prevenção

21. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?
22. Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização de casos? (A maior visibilidade do fenómeno tem levado a um aumento das denúncias?)
23. Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno e na disponibilização de recursos?
24. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?
25. Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?
26. Que medidas legislativas relativas ao funcionamento interno da Comissão ou aos diferentes agentes institucionais envolvidos poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?
27. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.2.3. Guião de entrevista semi-estruturada às psicólogas da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Parte I — Perfil da entrevistada

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?
4. Que funções desempenha para a Comissão?
5. Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?

Parte II — Caracterização do contributo de um técnico de Psicologia na CPCJ

6. A partir da ideia da necessidade de equipas multidisciplinares na intervenção sobre os maus-tratos, como perspectiva o seu papel enquanto psicóloga no seio da CPCJ de Gaia?
7. Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um psicólogo na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos? (Intervém apenas em casos excepcionais em que a avaliação psicológica é requisitada?)
8. Enquanto psicóloga, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e com o menor?
9. Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção? (Importância da idade do menor na aceitação do processo.)
10. De que instrumentos dispõe para avaliar situações de risco psicológico numa criança vítima de maus-tratos?
11. Essa avaliação também se pode estender aos familiares mais próximos do menor?
12. Quais são os principais danos psicológicos e emocionais dos menores vítimas de abuso?
13. De que forma se processa a intervenção do psicólogo de modo a diminuir as consequências de uma situação de abuso, nomeadamente numa situação de baixa auto-estima?
14. De que forma se processa a intervenção do psicólogo na reintegração de um menor no seio do agregado familiar?
15. Como se contornam, aquando da realização de um diagnóstico psicológico, situações de não-veracidade nos discursos dos menores ou ainda de manipulação por parte dos parentes mais próximos?

Parte III — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

16. Que avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?
17. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?

18. Considera que tem havido alterações na família que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? (Por exemplo, elementos do próprio agregado familiar mais ou menos afastados a sinalizar os casos.)
19. No decorrer de um acompanhamento de um caso, costuma prolongar o seu acompanhamento a outras esferas para além da reunião na CPCJ, nomeadamente visita ao domicílio, ida à escola, acompanhamento do seu estado de saúde?
20. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção

21. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?
22. Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?
23. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?
24. Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?
25. Que medidas legislativas relativas ao funcionamento interno da Comissão ou aos diferentes agentes institucionais envolvidos poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?
26. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.2.4. Guião de entrevista semi-estruturada às assistentes sociais da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Parte I — Perfil da entrevistada

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?
4. Que funções desempenha para a Comissão?
5. Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?

Parte II — Caracterização do contributo de um técnico de Serviço Social na CPCJ

6. A partir da ideia da necessidade de equipas multidisciplinares na intervenção sobre os maus-tratos, como perspectiva o seu papel enquanto assistente social no seio da CPCJ de Gaia?
7. Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um assistente social na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?
8. Enquanto assistente social, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e com o menor?
9. Quais são os instrumentos que tem ao seu dispor para intervir após uma sinalização?
10. Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção? (Importância da idade do menor na aceitação do processo.)
11. Na sua perspectiva, quais são as principais necessidades das famílias e dos menores quando aqui chegam à Comissão?
12. No decorrer de um acompanhamento de um caso, costuma prolongar o seu acompanhamento a outras esferas para além da reunião na CPCJ, nomeadamente visita ao domicílio, ida à escola, acompanhamento do seu estado de saúde?
13. Como é elaborado um relatório social e quais as variáveis privilegiadas?
14. Podia descrever-me um ou dois casos que a tenham marcado de forma particular?

Parte III — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

15. Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?
16. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?
17. Considera que tem havido alterações na família que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? (Por exemplo, elementos do próprio agregado familiar mais ou menos afastados a sinalizar os casos.)

18 Na sua opinião, quais são os factores sociais (condição económica, história das próprias famílias, meios sociais em que se encontram inseridas, etc) que ocasionam situações de maus-tratos?

19. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção/prevenção

20. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?

21. Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?

22. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?

23. Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?

24. Que medidas legislativas relativas ao funcionamento interno da Comissão ou aos diferentes agentes institucionais envolvidos poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?

25. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.2.5. Guião de entrevista semi-estruturada à professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Parte I — Perfil da entrevistada

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?
4. Que funções desempenha para a Comissão?
5. Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?

Parte II — Papel da escola e do professor no entendimento do fenómeno em estudo

6. A partir da ideia da necessidade de equipas multidisciplinares na intervenção sobre os maus-tratos, como perspectiva o seu papel enquanto assistente social no seio da CPCJ de Gaia?
7. Quais são os sinais mais facilmente perceptíveis por parte de um professor de uma situação de maus-tratos?
8. Considera que a escola tem vindo a desenvolver um papel activo no que concerne à sinalização de casos de abuso?
9. Considera necessária uma formação específica na área dos maus-tratos para o pessoal docente, com o intuito de melhor identificar os casos?
10. No caso de uma suspeita de abuso, e tendo em conta a preservação da relação de confiança que se estabelece entre a família e a escola, como vê o papel do professor numa situação de denúncia face a essa relação?

Parte III — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

11. Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos menores?
12. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?
13. Considera que tem havido alterações na família que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? (Por exemplo, elementos do próprio agregado familiar mais ou menos afastados a sinalizar os casos)
14. Na sua opinião, quais são os factores sociais (condição económica, história das próprias famílias, meios sociais em que se encontram inseridas, etc) que ocasionam situações de maus-tratos?
15. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção/prevenção

16. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?
17. Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?

18. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?
19. Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?
20. Que medidas legislativas relativas ao funcionamento interno da Comissão ou aos diferentes agentes institucionais envolvidos poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?
21. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.2.6. Guião de entrevista semi-estruturada à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

Parte I — Perfil da entrevistada

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Há quanto tempo trabalha no Instituto de Medicina Legal do Porto?
4. Podia descrever-me a sua trajectória?
5. Quando é que surgiu o seu interesse pela problemática do abuso de crianças?
6. Anteriormente a esta experiência profissional, já trabalhou noutro serviço em que tivesse que lidar com a problemática dos maus-tratos?

Parte II — Funcionamento do IML e articulação com outras instâncias

7. Em que circunstâncias é requerida a perícia médico-legal a crianças? (Hospitais, Polícia ou ainda CPCJ.)
8. Quais são os profissionais envolvidos na perícia?
9. Podia descrever-me o procedimento de verificação numa eventual situação de maus-tratos?
10. Qual é o papel dos pais de um menor num processo de perícia?
11. Consoante o resultado da perícia, qual é o passo seguinte a ser tomado? Para onde é encaminhada a informação? (Segue sempre para o Ministério Público ou passa, ainda, pelas CPCJ?)

Parte III — Perspectiva médico-legal sobre o fenómeno

12. Como é que a perspectiva médico-legal tem vindo a evoluir, num cenário em que o próprio entendimento do que são os maus-tratos e as suas modalidades se torna cada vez mais amplo?
13. Quais são as evidências mais comuns que conduzem à suspeita de maus-tratos?
14. Quem costuma acompanhar as crianças ao IML?
15. Qual o tipo de maus-tratos mais frequente?

Parte IV — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

16. Que avaliação faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens aqui no Concelho? (Número de processos, diferentes tipos de maus-tratos que são denunciados, faixa etária e interlocutores que fazem a denúncia.)
17. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução, à luz do que é socialmente compreendido como sendo um abuso?
18. No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?

19. Considera que tem havido alterações na família que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? (Por exemplo, elementos do próprio agregado familiar mais ou menos afastados a sinalizar os casos)
20. Na sua opinião, quais são os factores sociais (condição económica, história das próprias famílias, meios sociais em que se encontram inseridas, etc) que ocasionam situações de maus-tratos?
21. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção

22. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?
23. Na sua opinião, quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização de casos? (A maior visibilidade do fenómeno tem levado a um aumento das denúncias?)
24. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?
25. Ao nível legislativo, que medidas poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?
26. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.2.7. Guião de entrevista semi-estruturada à fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Parte I — Perfil da entrevistada

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações académicas?
3. Que funções desempenha neste momento na Câmara Municipal de Gaia? (A entrevistada fundou a CPCJ de Gaia, mas neste momento encontra-se a trabalhar no Departamento de Acção Social do município)
4. Há quanto tempo deixou de estar profissionalmente ligada à Comissão?
5. Em que circunstâncias deixou de estar à frente da CPCJ de Gaia?
6. Qual a relação que ainda hoje mantém com a CPCJ?

Parte II — Contributo para a fundação da CPCJ de Gaia

7. Em que ano é criada a CPCJ de Gaia?
8. Podia relatar-me, de forma sumária, em que circunstância surge a necessidade da criação de uma CPCJ aqui no concelho de Gaia?
9. De que forma começou a colaborar nesse projecto?
10. Que motivações ideológicas e sociais estiveram na base da fundação da Comissão?
11. Como eram acompanhados os casos de maus-tratos a menores antes da existência da Comissão?
12. Aquando da fundação da Comissão, que recursos humanos e logísticos tinha à sua disposição? (Consoante a resposta, perguntar quando ocorrem a mudança de instalações e o aumento do número de técnicos que trabalhavam na Comissão.)
13. Considera que a evolução da Comissão anda a par com o reconhecimento da problemática dos maus-tratos? Ou será que a realidade supera a capacidade de resposta da Comissão que, paulatinamente, vai procurando adaptar-se ao crescente volume de casos?
14. Tanto na época em que trabalhava na Comissão como nos dias de hoje, quais os principais obstáculos para os técnicos?

Parte III — Representações individuais face ao fenómeno em estudo

15. Considera que o número crescente de técnicos com diferentes formações académicas que actualmente integram a Comissão corresponde a um reconhecimento diferenciado, em relação ao seu tempo, das dimensões subjacentes aos maus-tratos?
16. Que avaliação faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens aqui no Concelho? (Número de processos, diferentes tipos de maus-tratos que são denunciados, faixa etária e interlocutores que fazem a denúncia.)

17. Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução, à luz do que é socialmente compreendido como sendo um abuso?
18. Considera ter havido alterações na família e na relação que esta estabelece com outras instituições sociais como a escola, com a comunidade local, etc, que levam a uma melhor identificação de situações de maus-tratos?
19. Na sua opinião, quais são os factores sociais (condição económica, história das próprias famílias, meios sociais em que se encontram inseridas, etc) que ocasionam situações de maus-tratos?
20. Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?

Parte IV — Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção

21. Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos *media*?
22. Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização de casos? (A maior visibilidade do fenómeno tem levado a um aumento das denúncias?)
23. Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?
24. Que medidas legislativas relativas ao funcionamento interno da Comissão ou aos diferentes agentes institucionais envolvidos poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?
25. Por último, e dado que nos reportamos a uma intervenção na esfera privada das famílias, considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?

1.3. Instrumentos de tratamento

1.3.1. Tipologia de análise do Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia, no ano de 2009

Categorias	Dimensões	Indicadores I	Indicadores II
CPCJ de Gaia	Processos	-total de processos	-total de processos activos; -total de processos arquivados;
Sinalização	Entidade que sinaliza	- agente de sinalização;	-os próprios; -os pais; -familiares; -vizinhos e particulares; -a própria Comissão; - o Ministério Público; - as autoridades policiais; -serviços de segurança social; -estabelecimentos de saúde; -estabelecimento de ensino; -tribunais; -instituições de apoio à criança e ao jovem; -instituto de reinserção social; -autarquias; -comissão local de acompanhamento (RSI); -projectos; -outra CPCJ; -outra;
Intervenção	Medidas de promoção/protecção	-motivos de intervenção;	-abandono; -abuso sexual; -corrupção de menores; -exercício abusivo de autoridade; -exploração do trabalho infantil; -exposição de modelos de comportamento desviante; -ingestão de bebidas alcoólicas; -maus-tratos físicos; -maus-tratos psicológicos/abuso emocional; -mendicidade;

			-negligência;
			-pornografia infantil;
			-prática de facto qualificado como crime;
			-problemas de saúde;
			-prostituição infantil;
			-uso de estupefacientes;
		- medidas aplicadas;	-total de medidas aplicadas;
		-medidas aplicadas por faixa etária (0-5; 6-10; 11-14; 15-17);	-apoio junto dos pais;
			-apoio junto de outro familiar;
			-confiança a pessoa idónea;
			-apoio para a autonomia de vida;
			-acolhimento familiar;
			-acolhimento institucional;
População-alvo	Crianças e jovens	-total por faixa etária;	-0-5;
			-6-10;
			-11-14;
			-15-21;
		-naturalidade;	-mesmo concelho da CPCJ;
			- outros concelhos país;
			-PALOP's;
			-outros;
		-apoio sócio-educativo (0-5 anos);	-em casa com a mãe;
			-em casa com a família alargada;
			- a ama;
			-creche/infantário;
			-jardim-de-infância/ pré-escolar;
			-outros;
		frequência escolar por faixa etária (6-10; 11-14; +de 15 anos);	- não frequente;
			-frequência do 1º ciclo;
			- 1º ciclo completo;
			- frequência do 2º ciclo;
			- 2º ciclo completo;
			-frequência do 3º ciclo;
			- 3º ciclo completo;
			- frequência do ensino secundário;
			-ensino secundário completo;
			-frequência do ensino superior;
	Agregado familiar	- agregado com quem vive a	-família biológica;

		criança;	-família com relação de parentesco;
			- família sem relação de parentesco;
			-criança/jovem cargo de si próprio;
			- representante legal;
			-quem detém a guarda de facto;
		- tipo de agregado;	-família nuclear;
			- família monoparental;
			- família reconstituída;
			- família alargada;
			- família adoptiva;
			-família de acolhimento;
			-centro de acolhimento;
			- criança/jovem vivendo sozinho;
		-escolaridade do agregado familiar;	- sem escolaridade;
			- sabe ler e escrever;
			-1º ciclo completo;
			-2º ciclo completo;
			- 3º ciclo completo;
			-ensino secundário;
			-curso de formação profissional;
			-bacharelato/curso superior;
		- rendimentos/situação perante o trabalho;	-rendimento do trabalho;
			-pensão (social, invalidez, sobrevivência);
			- subsídio de desemprego;
			-rendimento social de inserção;
			-bolsa de formação;
			-subsídios eventuais;
			- rendimentos (mobiliários e imobiliários);
			-outros rendimentos;
			-sem rendimentos;
		- caracterização social do meio envolvente	- tem problemas sociais identificados (mendicidade, droga, prostituição);
			-não tem problemas sociais identificados;

1.3.2. Principais eixos condutores na situação de observação directa

Categorias	Dimensões	Indicadores
I. Comissão	1. Coordenadas espaciais	-descrição da ambiência geral: estética, sons, decoração e cheiros; - desenho da sala de espera;
	2. Descrição do espaço	-divisão das salas comuns e de atendimento; -panfletos e posters informativos direccionados às crianças e aos seus acompanhantes;
II. Técnicos	1. Interação entre os técnicos	- modos de apropriação do espaço; - linguagem verbal e não verbal;
	2. momento da entrevista	- receptividade e ambiência geral; -interferências e interrupções; -expressões verbais e não verbais; -comentários;
III. Os menores e os seus acompanhantes	1. Modos de apropriação da sala de espera	-como, com quem e quando chegam; -modo como são recebidos: quem os recebe e se têm ou não atendimento marcado; - comentários ou outras reacções à vinda à Comissão, desempenho dos técnicos ou tempos de espera; -criação ou não de situações de empatia com as outras pessoas presentes; - leitura ou comentário dos posters ou panfletos disponíveis;

1.3.3. Tipologia de análise vertical da entrevista à presidente CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional; - integração na Comissão;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia)?	
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	
	6- Qual é o seu papel enquanto jurista no seio da CPCJ de Gaia?	
Modalidades de funcionamento da CPCJ	7- Como descreve o desenvolvimento da Comissão?	- perspectiva geral sobre a história e dinâmicas de funcionamento da Comissão;
	8- De forma sucinta podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão?	
	9- Quantos profissionais e de que áreas de formação trabalham actualmente na Comissão?	
	10- Quais são as principais parcerias institucionais que a Comissão estabelece?	- identificação dos parceiros institucionais (financiamento e projectos de colaboração);
	11- Do ponto de vista financeiro, quais são as principais modalidades de financiamento da Comissão?	
	12- Como avalia a realidade dos recursos face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?	
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	13- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens no Concelho de Vila Nova de Gaia?	- avaliação da evolução do fenómeno;
	14- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	
	15- No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?	- identificação dos principais agentes e meios de denúncia;

	16- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	-interligação com a esfera da família;
	17- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	-identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	18- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	19- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos <i>media</i> ?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	20- Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização dos casos?	
	21- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	
	22- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	- percepção dos desafios que se colocam à intervenção;
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.4. Tipologia de análise vertical da entrevista à vice-presidente CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional; - integração na Comissão;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Gaia?	
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	
Modalidades de funcionamento da CPCJ	6- Em que ano foi criada a Comissão no Concelho de Vila Nova de Gaia?	- perspectiva geral sobre a história e dinâmicas de funcionamento da Comissão;
	7- Como descreve o desenvolvimento da Comissão desde então?	
	8- De forma sucinta podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão?	
	9- Quantos profissionais e de que áreas de formação trabalham actualmente na Comissão?	-composição da equipa técnica da CPCJ de Gaia;
	10- Quais são as principais parcerias institucionais que a Comissão estabelece?	-identificação dos parceiros institucionais (financiamento e projectos de colaboração);
	11- Do ponto de vista financeiro, quais as principais modalidades de financiamento da Comissão?	
	12- Como avalia a realidade dos recursos face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?	
	13- Os relatórios periódicos elaborados pela Comissão têm implicações na alocação de recursos que a Comissão dispõe?	-importância dos relatórios periódicos para o conhecimento do fenómeno no concelho de Gaia; -importância dos relatórios periódicos na alocação de recursos;
	14 – Como avalia a importância destes relatórios periódicos na percepção do fenómeno dos maus-tratos infantis no Concelho de Gaia?	
Representações individuais face ao fenómeno em	15- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens no Concelho de Vila Nova de Gaia?	-avaliação da evolução do fenómeno;

estudo	16- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	
	17- No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?	-identificação dos principais agentes e meios de denúncia;
	18- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	-interligação com a esfera da família;
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	-identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos <i>media</i> ?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	22- Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização dos casos?	
	23- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	
	24- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	25- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	- percepção dos desafios que se colocam à intervenção;
	26- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	27- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.5. Tipologia de análise vertical das entrevistas aos psicólogos da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	- integração na Comissão;
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia)?	
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	
Contributo de um técnico de Psicologia na CPCJ de Gaia	6- Como perspectiva o seu papel enquanto psicóloga no seio da CPCJ de Gaia?	-posicionamento face à função do psicólogo e a necessidade da existência de equipas multidisciplinares;
	7-Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um psicólogo na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?	-casos em que é requisitada a avaliação psicológica;
	8- Enquanto psicólogo, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e o menor?	-a relação entre a família e os técnicos e as suas consequências no desenrolar de um processo;
	9- Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção?	-importância da idade do menor na aceitação do processo;
	10- Quais são os instrumentos (técnicos) que tem ao seu dispor para avaliar situações de risco psicológico numa criança vítima de maus-tratos?	-níveis de intervenção do psicólogo (enfoque na criança ou no agregado como um todo?);
	11- Essa avaliação também se pode estender aos familiares mais próximos do menor?	
	12- Quais são os principais danos psicológicos e emocionais dos menores vítimas de abuso?	-identificação dos desafios mais recorrentes à intervenção do psicólogo e descrição do seu processo de intervenção;
	13- De que forma é que se processa a intervenção do psicólogo de modo a diminuir as consequências de uma situação de abuso?	
	14- De que forma é que se processa a intervenção do psicólogo na reintegração de um menor no seio do agregado familiar?	

	15- Como se contornam, aquando da realização de um diagnostico psicológico, situações de não-veracidade nos discursos dos menores ou ainda de manipulação por parte dos parentes mais próximos?	- perspectiva técnica sobre os discursos dos menores e dos seus familiares sobre pontos importantes a verificar;
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	16- Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?	-avaliação da evolução do fenómeno;
	17- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	
	18- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	-interligação com a esfera da família;
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	-identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	22- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	24- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	-principais obstáculos encontrados após a sinalização;
	25- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	26- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.6. Tipologia de análise vertical das entrevistas aos assistentes sociais da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional; - integração na Comissão;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia)?	
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	
Contributo de um técnico de Serviço Social na CPCJ de Gaia	6- Como perspectiva o seu papel enquanto assistente social no seio da CPCJ de Gaia?	-posicionamento face à função do assistente social e a necessidade da existência de equipas multidisciplinares;
	7-Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um assistente social na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?	-casos em que é requisitada a intervenção de um técnico de Serviço Social;
	8- Enquanto assistente social, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e o menor?	-a relação entre a família e os técnicos e as suas consequências no desenrolar de um processo;
	9- Quais são os instrumentos que tem ao seu dispor para intervir após uma sinalização?	-níveis de intervenção do assistente social (enfoque na criança ou no agregado como um todo?);
	10- Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção?	
	11- Na sua perspectiva, quais são as principais necessidades das famílias e dos menores quando aqui chegam à Comissão?	
	12- No decorrer de um acompanhamento de um caso costuma prolongar o seu acompanhamento a outras esferas para além da reunião na CPCJ?	- etapas tem o assistente social que cumprir no acompanhamento de um caso;
	13- Como é elaborado um relatório social e quais as variáveis privilegiadas?	-sistematização dos processos e elementos a ter em conta;
	14- Podia descrever-me um ou dois casos que a tenham marcado de forma particular?	
Representações	15- Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os	-avaliação da evolução do fenómeno;

individuais face ao fenómeno em estudo	menores?	
	16- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	
	17- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	-interligação com a esfera da família;
	18- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	-identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	19- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	20- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	21- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	
	22- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	23- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	-principais obstáculos encontrados após a sinalização;
	24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.7. Tipologia de análise vertical da entrevista à professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional; - integração na Comissão;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia)?	
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	
Papel da escola e do professor no entendimento do fenómeno em estudo	6- Como perspectiva o seu papel enquanto professora no seio da CPCJ de Gaia?	-posicionamento face à função do professor e a necessidade da existência de equipas multidisciplinares;
	7-Quais são os sinais mais facilmente perceptíveis por parte de um professor de uma situação de maus-tratos?	-o papel da relação de professor-aluno na sinalização dos casos;
	8-Considera que a escola tem vindo a desenvolver um papel activo no que concerne à sinalização de casos de abuso?	-papel da escola no liame das esferas privada e pública;
	9-Considera necessária uma formação específica na área dos maus-tratos para o pessoal docente, com o intuito de melhor identificar os casos?	- papel da escola enquanto agente de sinalização e prevenção;
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	10-No caso de uma suspeita de abuso, como vê o papel do professor no liame entre a denúncia e os laços desenvolvidos para com o menor e o seu encarregado de educação?	
	11-Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?	-avaliação da evolução do fenómeno;
	12-Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	
	13- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	-interligação com a esfera da família;
	14- Na sua opinião, quais são os fenómenos	-identificação dos factores sociais

	sociais que propiciam situações de maus-tratos?	que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	15- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	16- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	17- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	
	18- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	19- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	-principais obstáculos encontrados após a sinalização;
	20- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	21- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.8. Tipologia de análise vertical da entrevista à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional; - informação detalhada sobre a função da entrevistada no IML;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	
	3- Há quanto tempo trabalha no IML?	
	4- Podia descrever-me a sua trajectória?	
	5- Quando é que surgiu o seu interesse pela problemática do abuso de crianças?	
	6- Anteriormente a esta experiência profissional, já trabalhou noutro serviço em que tivesse que lidar com a problemática dos maus-tratos?	
Funcionamento do IML e articulação com outras instâncias	7- Em que circunstâncias é que é requerida a perícia médico-legal a crianças?	- caracterização do processo de perícia e a necessidade da existência de equipas multidisciplinares; - perspectiva sobre a relação da perícia médico-legal com a família e a articulação com outras instâncias de protecção de menores;
	8- Quais são os profissionais envolvidos na perícia?	
	9- Podia descrever-me o procedimento de verificação de uma possível situação de maus-tratos?	
	10- Qual é o papel dos pais de um menor no processo de perícia?	
	11- Consoante o resultado da perícia, qual é o passo seguinte a ser tomado?	
Perspectiva médico-legal sobre o fenómeno	12- Como é que a perspectiva médico-legal tem vindo a evoluir, num cenário em que o próprio entendimento do que são os maus-tratos e suas modalidades se torna cada vez mais amplo?	- evolução da perspectiva médico-legal na compreensão do fenómeno dos maus-tratos à criança; - identificação dos sinais e sintomas mais frequentes; - identificação dos agentes de denúncia;
	13- Quais são as evidências mais comuns e que conduzem à suspeita de maus-tratos?	
	14- Quem costuma acompanhar as crianças ao IML?	
	15- Qual o tipo de maus-tratos mais frequente?	
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	16- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os mais jovens?	- avaliação da evolução do fenómeno;
	17- Na sua opinião, que factores é que estão na origem dessa evolução?	

	18- No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?	-identificação dos principais agentes e meios de denúncia;
	19- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	-interligação com a esfera da família;
	20- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais propiciam situações de maus-tratos?	-identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	21- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção e prevenção	22- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos <i>media</i> ?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	23- Na sua opinião, quais são os impactos das diferentes campanhas mediáticas na sinalização de casos?	
	24- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	25- Ao nível legislativo, que medidas poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	26- Por último, considera, ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.9. Tipologia de análise vertical da entrevista à fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	- percurso académico e profissional;
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	
	3- Que funções desempenha neste momento na Câmara Municipal de Gaia?	
	4- Há quanto tempo deixou de estar profissionalmente ligada à Comissão?	-caracterização do contributo da entrevistada na CPCJ de Gaia e a actual relação com a Comissão;
	5- Em que circunstâncias deixou de estar à frente da CPCJ de Gaia?	
	6- Qual a relação que ainda hoje mantém com a CPCJ?	
Contributo para a fundação da CPCJ de Gaia	7- Em que ano surge a CPCJ de Gaia?	- perspectiva geral sobre a história e dinâmicas de funcionamento da Comissão; - motivações pessoais e de índole política que estiveram na origem da fundação da Comissão;
	8- Podia relatar-me, de forma sumária, em que circunstância surge a necessidade da criação de uma CPCJ aqui no concelho de Gaia?	
	9- De que forma a Doutora começou a colaborar nesse projecto?	
	10- Quais são as motivações do ponto de vista ideológico e social que estiveram na base da fundação da Comissão?	
	11- Como é que os casos de maus-tratos a menores eram tratados antes da existência da Comissão?	- modalidades de intervenção anteriores à fundação da Comissão no concelho de Gaia;
	12- Aquando da fundação da Comissão, quais os recursos humanos e logísticos que tinha à sua disposição?	- modalidades de funcionamento da Comissão aquando do contributo da entrevistada;
	13- Considera que a evolução da Comissão anda a par com o reconhecimento da problemática dos maus-tratos? Ou, então, a realidade supera a capacidade de resposta da Comissão que vai, paulatinamente, procurando adaptar-se ao volume de casos?	- percepção da evolução da estrutura da Comissão e a sua capacidade de resposta;
	14- Tanto na sua altura, assim como nos dias de hoje, quais considera que são os principais obstáculos que os técnicos encontram?	- percepção dos desafios que se colocam à intervenção;
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	15- Considera que o número crescente de técnicos com diferentes formações académicas que actualmente integram a Comissão corresponde a um reconhecimento diferenciado, face ao seu tempo, das dimensões subjacentes aos maus-tratos?	- percepção individual face ao fenómeno e reconhecimento de equipas multidisciplinares;

	16- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens aqui no Concelho?	-avaliação da evolução do fenómeno;
	17- Na sua opinião, que factores é que estão na origem dessa evolução?	
	18- Considera que tem havido alterações na família e na relação que esta estabelece com outras instituições sociais (como a escola, com a comunidade local, etc), que levam a uma maior identificação de situações de maus-tratos?	-interligação com a esfera da família;
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	-identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos;
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais?	-distribuição social do fenómeno;
Percepção individual face às modalidades de intervenção e prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos <i>media</i> ?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno;
	22- Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização de casos?	
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	-avaliação da legislação em vigor;
	24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	-medidas a adoptar para melhorar a intervenção;
	25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	

1.3.10. Tipologia de análise horizontal das entrevistas aos técnicos e responsáveis da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Perfil do entrevistado	-Qual é a sua idade? -Quais são as suas habilitações académicas? -Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Gaia? -Que funções desempenha para a Comissão? -Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	-percurso académico e profissional; -função e integração na Comissão;
Representações individuais face ao fenómeno	-Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores? - Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução? -Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos? - Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos? - Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não?	-avaliação da evolução do fenómeno; -interligação com a esfera da família; -identificação dos factores sociais que propiciam a ocorrência de situações de maus-tratos; -distribuição social do fenómeno;
Percepções face às modalidades de intervenção e prevenção	- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos <i>media</i>? -Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno? -Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos? -Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos? -Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio? -Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	-papel desempenhado pelos <i>media</i> na visibilidade do fenómeno; -avaliação da legislação em vigor; -principais obstáculos encontrados após a sinalização; -medidas a adoptar para melhorar a intervenção;

Perspectiva técnica (de acordo com a área de formação ou função na Comissão)	-Como perspectiva o seu papel/contributo no seio da CPCJ de Gaia? -Podia-me descrever sumariamente como se processa a intervenção de um técnico com a sua formação, na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos? -Qual a importância que atribui no sucesso de um caso à relação com a família e o menor? -Quais os instrumentos que tem ao seu dispor para intervir após a sinalização de um caso? -Na sua perspectiva quais as principais necessidades das famílias e dos menores quando aqui chegam à Comissão?	-contributos da área de formação específica no seio da CPCJ; -modalidades de actuação (processo de intervenção e instrumentos que tem ao seu dispor); -experiência profissional na relação com os menores e os seus acompanhantes;
Modalidades de funcionamento da CPCJ de Gaia	-Como descreve o desenvolvimento da Comissão? - De forma sucinta podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão? - Quantos profissionais e de que áreas de formação trabalham actualmente na Comissão? - Quais são as principais parcerias institucionais que a Comissão estabelece? - Do ponto de vista financeiro, quais são as principais modalidades de financiamento da Comissão? - Como avalia a realidade dos recursos face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?	-desenvolvimento da Comissão; -dinâmicas de funcionamento (profissionais e áreas de formação); -parcerias que estabelece.

Anexo n.º 2: Resultados

2.1. Desenho da sala de espera da CPCJ de Vila Nova de Gaia



2.2. Informação estatística acessória à leitura do Relatório de Actividades da CPCJ de Vila Nova de Gaia, referente ao ano de 2009

Quadro n.º 1: *Número de processos instaurados, por ano*

Ano	Número de processos instaurados
1996	93
1997	205
1998	187
1999	286
2000	184
2001	138
2002	199
2003	496
2004	484
2005	435
2006	764
2007	993
2008	742
2009	622

Quadro n.º 2: *Agente de sinalização*

Agente de sinalização	Global de processos ano de 2009	
	N	%
Os próprios	3	0,2
Os pais	171	8,4
Familiares	98	4,8
Vizinhos e particulares	152	7,5
A própria Comissão	64	3,2
Ministério Público	217	10,7
Autoridades policiais	95	4,7
Serviços de segurança social	66	3,2
Estabelecimentos de saúde	111	5,5
Estabelecimentos de ensino	494	24,4
Tribunais	54	2,7
Instituições de apoio à criança e ao jovem	74	3,6
Instituto de reinserção social	3	0,2
Autarquias	128	6,3
Comissão local de acompanhamento (RSI)	59	2,9
Projectos	9	0,4
Outras CPCJ	163	8
Outra	67	3,3
Total	2028	100

Quadro n.º 3: Motivo da intervenção

Motivo da intervenção	Global de processos ano de 2009	
	N	%
Abandono	15	0,7
Abandono escolar	380	18,7
Abuso sexual	40	2
Corrupção de menores	2	0,1
Exercício abusivo de autoridade	2	0,1
Exploração do trabalho infantil	2	0,1
Exposição de modelos de comportamento desviante	121	6
Ingestão de bebidas alcoólicas	3	0,2
Maus-tratos físicos	180	8,9
Maus-tratos psicológicos/abuso emocional	235	11,6
Mendicidade	0	0
Negligência	992	49
Pornografia infantil	5	0,2
Prática de facto qualificado como crime	42	2
Problemas de saúde	5	0,2
Prostituição infantil	0	0
Uso de estupefacientes	4	0,2
Total	2028	100

Quadro n.º 4: Motivo da intervenção, por faixa etária

Motivo da intervenção	Faixa etária da criança/jovem								Total
	dos 0 aos 5 anos		dos 6 até aos 10 anos		dos 11 aos 14 anos		mais de 15 anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Abandono	1	0,3	4	0,8	6	1,1	4	0,6	15
Abandono escolar	0	0	26	5,4	114	21,2	240	37,4	380
Abuso sexual	3	0,8	10	2	11	2	16	2,5	40
Corrupção de menores	2	0,5	0	0	0	0	0	0	2
Exercício abusivo de autoridade	0	0	1	0,2	1	0,2	0	0	2
Exploração do trabalho infantil	0	0	0	0	0	0	2	0,5	2
Exposição de modelos de comportamento desviante	28	7,7	35	7,2	32	5,8	26	4	121
Ingestão de bebidas alcoólicas	0	0	0	0	0	0	3	0,4	3
Maus-tratos físicos	34	9,3	47	9,7	51	9,5	48	7,5	180
Maus-tratos psicológicos/abuso emocional	55	15,1	86	17,8	57	10,6	37	5,8	235
Mendicidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Negligência	240	66	264	54,6	252	46,8	236	36,8	992
Pornografia infantil	0	0	2	0,4	1	0,2	2	0,3	5
Prática de facto qualificado como crime	0	0	8	1,7	11	2	23	3,6	42
Problemas de saúde	1	0,3	1	0,2	2	0,4	1	0,2	5
Prostituição infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Uso de estupefacientes	0	0	0	0	1	0,2	3	0,4	4
Total	364	100	484	100	539	100	641	100	2028

Quadro n.º 5: Caracterização da criança/jovem, por género e faixa etária

Ano de 2009	Caracterização da criança/jovem								Total global
	0 a 5 anos		6 a 10 anos		11 a 14 anos		15 a 21 anos		
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
Total	181	183	268	216	301	238	343	298	2028 (100%)
Total por faixa etária (%)	364 (17,9%)		484 (23,8%)		539 (26,6%)		641 (31,7%)		

Quadro n.º 6: Naturalidade da criança/jovem

Naturalidade da criança/jovem	Processos no ano de 2009	
	N	%
Mesmo concelho da CPCJ	1600	78,9
Outros concelhos do país	380	18,7
PALOP's	18	0,9
Outros	30	1,5
Total	2028	100

Quadro n.º 7: Apoio socioeducativo e frequência escolar, por faixa etária

Faixa etária	Situação face à escola	Global de processos no ano de 2009	
		N	% (por faixa etária)
dos 0 aos 5 anos	em casa com a mãe	219	60,2
	em casa com a família alargada	28	7,7
	ama	39	10,7
	creche/infantário	54	14,8
	jardim-de-infância/pré-escolar	22	6
	outros	2	0,6
Total dos 0 aos 5 anos		364	100
dos 6 aos 10 anos	não frequenta	0	0
	em casa com a mãe	23	4,8
	em casa com a família alargada	4	0,8
	ama	21	4,3
	jardim-de-infância/pré-escolar	32	6,6
	frequência 1.º Ciclo	395	81,6
	1.º Ciclo completo	2	0,4
	frequência do 2.º Ciclo	7	1,5
Total dos 6 aos 10 anos		484	100
dos 11 aos 14 anos	não frequenta	0	0
	frequência 1.º Ciclo	177	32,8
	1º Ciclo completo	8	1,5
	frequência do 2.º Ciclo	285	52,9
	2.º Ciclo completo	0	0
	frequência do 3.º Ciclo	66	12,3
	3.º Ciclo completo	0	0
	frequência do ensino secundário	3	0,5
Total dos 11 aos 14 anos		539	100
a partir dos 15 anos	não frequenta	0	0
	frequência 1.º Ciclo	28	4,4
	1.º Ciclo completo	15	2,3

frequência do 2.º Ciclo	183	28,5
2.º Ciclo completo	23	3,6
frequência do 3.º Ciclo	335	52,3
3.º Ciclo completo	10	1,6
frequência do ensino secundário	46	7,2
ensino secundário completo	0	0
frequência do ensino superior	1	0,1
Total a partir dos 15 anos	641	100
Total Global	2028	

Quadro n.º 8: *Agregado com quem vive a criança/jovem*

Agregado com quem vive a criança/jovem	Processos no ano de 2009	
	N	%
Família biológica	1810	89,3
Família com relação de parentesco	121	6
Família sem relação de parentesco	21	1
Criança/jovem cargo de si próprio	3	0,1
Representante legal	47	2,3
Quem detém a guarda de facto	26	1,3
Total	2028	100

Quadro n.º 9: *Tipo de agregado com quem vive a criança/jovem*

Tipo de agregado com quem vive a criança/jovem	Processos no ano de 2009	
	N	%
Família nuclear com filhos	987	48,7
Família nuclear sem filhos	8	0,4
Família monoparental feminina	514	25,3
Família monoparental masculina	46	2,3
Família reconstituída	199	9,8
Família alargada	180	8,9
Família adoptiva	2	0,1
Família de acolhimento	19	0,9
Centro de acolhimento	71	3,5
Criança/jovem vivendo sozinho	2	0,1
Total	2028	100

Quadro n.º 10: *Rendimentos/Situação perante o trabalho do agregado familiar*

Rendimentos/Situação perante o trabalho do agregado familiar	Processos no ano de 2009	
	N	%
Rendimento do trabalho	662	39,8
Pensão (social, invalidez, sobrevivência)	62	3,7
Subsídio de desemprego	70	4,2
Rendimento Social de Inserção	696	41,8
Bolsa de formação	10	0,6

Subsídios eventuais	0	0
Rendimentos (mobiliários e imobiliários)	0	0
Outros rendimentos	34	2
Sem rendimentos	132	7,9
Total	1666	100

Quadro n.º 11: *Caracterização social do meio envolvente*

Caracterização social do meio envolvente	Processos no ano de 2009	
	N	%
Têm problemas sociais identificados (mendicidade, droga, prostituição)	770	38
Não têm problemas sociais identificados	1258	62
Total	2028	100

2.3. Grelhas de análise vertical e horizontal preenchidas

2.3.1. Grelha de análise vertical da entrevista à presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“39”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Sou licenciada em Direito”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?	“Fez em Janeiro três anos...quase três anos e meio”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“Sou presidente da Comissão”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Não eu estava a coordenar a área social de uma empresa municipal ligada à habitação social. Estava destacada para as reuniões da Alargada em representação da Gaia social, digamos assim”
	6- Qual é o seu papel enquanto jurista no seio da CPCJ de Gaia?	“É assim como presidente estou a coordenar essencialmente a equipa, a gerir o dia-a-dia da Comissão ...se me perguntar se é importante o jurista na Comissão...eu acho que sim porque a Comissão aplica uma Lei de Promoção e Protecção, lidamos com a lei todos os dias, portanto acho que sim que é útil, mas faço o trabalho que todos fazem aqui dentro...claro mais virado para uma formação que eu tenho diferente da área social obviamente”
Modalidades de funcionamento da CPCJ	7- Como descreve o desenvolvimento da Comissão?	“A Comissão de Gaia é uma Comissão um bocadinho particular atendendo ao volume de processos, é uma Comissão que teve muito poucos elementos a tempo inteiro até há bem pouco tempo, portanto é uma Comissão que tinha alguns anos de atraso em termos de acompanhamento detalhado dos processos, portanto foi feito um grande esforço de organização e abertura de processos, de tudo...é claro que a gente nunca consegue chegar a todas as situações porque realmente é uma única Comissão para um concelho imenso [...] A gente trabalha com situações muito complicadas e as pessoas aqui dentro têm consciência plena da responsabilidade que é e vivem muito estas situações [...] Acho que muito fazem as pessoas aqui dentro e é muito desgastante. Claro que é um trabalho fantástico, as pessoas estão aqui todas muito motivadas, mas sentem-se frustradas quer dizer temos processos ... não dá, não dá...”
	8- De forma sucinta podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão?	“Isto em termos práticos tem de haver uma gestão do espaço porque cada técnica tem uma média de meio-dia ou um dia para atendimento por semana e depois essa técnica também ... todas rodam para fazer o plantão, assegurar o plantão...todas estamos uma parte do dia em plantão porque há muita gente que se dirige à Comissão sem atendimento

		<i>marcado e tem que ser atendidas...temos que nos gerir muito bem. Claro que a equipa tem que funcionar muito bem porque nós só temos dois telefones disponíveis para tanta gente, não temos um computador por pessoa, portanto a falta de alguns recursos dificulta um bocadinho o trabalho”</i>
	9- Quantos profissionais e de que áreas de formação trabalham actualmente na Comissão?	<i>“Temos a Representante do Município a tempo inteiro [...] a Representante da Segurança Social; a Representante do Ministério da Educação, mas não está a tempo inteiro, está a meio tempo que são sete horas e meia; estou eu a tempo inteiro [...] a Gaia Social tem aqui quatro a tempo inteiro; e depois temos os cinco elementos do reforço técnico, que são as técnicas que estão neste momento a concurso com a segurança social”</i>
	10- Quais são as principais parcerias institucionais que a Comissão estabelece?	<i>“Articulamos muito com as equipas do RSI, temos com «Programas Escolhas», temos dois Programas Escolhas e temos parceria com «Programa Integrado em Educação Formação», que aliás é uma grande resposta para situações de jovens com comportamentos desviantes sinalizados na Comissão”</i>
	11- Do ponto de vista financeiro, quais são as principais modalidades de financiamento da Comissão?	<i>“A Câmara Municipal assegura apenas o funcionamento da Comissão, todas as despesas inerentes ao funcionamento da Comissão, todas as despesas do dia-a-dia. Em termos de dinheiro disponível na Comissão apenas temos o fundo de maneo assegurado pela Segurança Social [...] mas só é utilizado para despesas que surjam no âmbito do processo das crianças ou para as crianças ou para as suas famílias, portanto estamos a falar de despesas com refeições, deslocação de transportes, portanto são despesas pontuais que possam surgir e cada Comissão tem um fundo de maneo para gerir e para apoiar essas despesas”</i>
	12- Como avalia a realidade dos recursos face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?	<i>“Nós nunca estaríamos satisfeitos...mesmo tendo mais se calhar estaríamos insatisfeitos. Mas, é assim o urgente é a abertura de uma segunda Comissão, é a única prioridade...isso vai ajudar muito, a competência de cada uma das Comissões vai ficar mais limitada [...] Portanto é importante que abra uma segunda Comissão e acho que isso vai ajudar muito e é assim os técnicos vão ser divididos, mas vai haver mais técnicos...cada Comissão tem que ter o seu representante da educação, da segurança social, os técnicos de reforço em principio haverá uma divisão”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	13- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens no Concelho de Vila Nova de Gaia?	<i>“Era mais fácil lhe falar nessa evolução no geral. Agora é assim, acho que há muito trabalho a fazer aqui em Gaia em termos da Comissão quer na modalidade alargada como na restrita ainda há muito a fazer só que a Comissão está muito limitada na sua actuação porque tem muitos processos...portanto, a Comissão restrita que acaba por ser o próprio motor da alargada está muito limitada [...] Aliás todas as áreas ligadas à infância e à juventude estão a crescer e a evoluir e estamos todos muito mais sensíveis. Aqui em Gaia o número de processos aumentou a partir de 2005, mas isso eu acho que estamos todos a viver uma crise de valores, económica... em 2006 houve 764, em 2007, 913, mas eu sempre alertei que não poderia ser ano de referência porque foi o ano em que eu cheguei à Comissão e houve muito trabalho de organização</i>

		<i>porque os recursos também começaram a ser mais e nós tivemos quase que fazer a limpeza ... abrir processos”</i>
	14- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	<i>“No que diz respeito à violência doméstica acho que estamos todos numa crise de valores muito grande. Se bem que a violência doméstica não passa por aí mas estamos todos se calhar mais alertados e mais sensibilizados para a questão da violência doméstica e ela também está a vir ao de cima, não é? Eu acho que as famílias estão muito... estamos todos muito agitados com esta questão, com esta crise toda eu acho que está a trazer repercussões a esse nível [...] O factor económico está a propiciar muita coisa, mas é como lhe digo eu não posso dizer que me debruço muito a pensar nestas questões e na causa propriamente dita, mas vejo muitas famílias disfuncionais e as coisas surgem daqui... falta de atenção aos filhos, falta de tempo, e porque se trabalha e também os que não trabalham são beneficiários do RSI e acaba por não haver o ambiente necessário para o desenvolvimento das crianças”</i>
	15- No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?	<i>“As entidades que mais sinalizam? As forças policiais em casos de violência doméstica, o Ministério Público que instaura os processos e comunica quando são situações de crianças, o hospital e as escolas que pedem muita ajuda à Comissão porque a criança apareceu pisada, apareceu marcada, acabam por ser as entidades que mais comunicam”</i>
	16- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Acho que hoje de uma maneira geral as pessoas estão mais atentas e sensibilizadas para esta questão. Portanto acho que as coisas surgem muito mais e ainda bem e acho que estamos todos mais sensibilizados para isso”</i>
	17- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	<i>“Alcoolismo, desemprego, os maus-tratos psicológicos passam muito por aqui, enquanto os maus-tratos físicos estão ligados a factores culturais ... «também me educaram assim porque é que não hei-de castigar desta maneira»”</i>
	18- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	<i>“Não lhe sei dizer se está mais... mas eu acho que está [...] Mas nas outras famílias às vezes é uma violência mais escondida e é mais difícil, normalmente, de entrar e trabalhar, mas também há”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	19- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>“De forma nenhuma avalio de forma positiva. É assim eu acho que a comunicação social tem tido um papel muito importante nesta área no sentido que também apela, chama atenção para as situações, mas por outro lado as situações em concreto que têm vindo a público, nos processos em concretos não foram situações positivas, é impossível serem positivas.</i>
	20- Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização dos casos?	<i>“Eu já não me recordo qual foi o caso, mas houve um que após essa mediatização tivemos aí umas denúncias, as pessoas ficam mais sugestionadas. Qualquer sinal às vezes do hospital dispara assim umas coisas, pronto é uma reacção, as pessoas ficam mais atentas. A comunicação social tem um poder muito forte”</i>
	21- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o	

	fenómeno? 22- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos? 23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“A Comissão de Gaia não sobrevive sem o reforço técnico e não é só a Comissão de Gaia... nós tivemos direito a cinco elementos de reforço... tem a ver com o número de processos instaurados em 2006 em que Gaia teve direito a cinco elementos do reforço técnico, que foi o máximo atribuído às Comissões de Protecção... não há Comissões com mais de cinco elementos. Se o sistema funcionasse de forma tão harmoniosa, tão perfeita como ele está definido na lei não era preciso reforço técnico nas Comissões. No caso de Gaia em concreto não vive sem reforço técnico, é impossível e temos mesmo assim no concelho a Gaia Social que é a empresa municipal de habitação que disponibilizou quatro elementos para a Comissão...eu sou um dos elementos designados para aqui pela Gaia Social, que também foi um grande empurrão, mas também a Gaia Social não aparece... eu estou aqui como elemento reputado, estou aqui e as minhas colegas que vieram da Gaia Social... não é uma entidade com representação na Comissão de Protecção. Se calhar por aí teria que ser feito qualquer tipo de revisão”</i> <i>“Por exemplo, não tem a ver com maus-tratos, mas também se adequa...os antigos processos de poder paternal... são processos que a meu ver não se deviam arrastar tanto tempo...há situações aí que se arrastam, que se arrastam, que vão muitas delas acabar por dar em processos de promoção e protecção porque entendem que a criança já está exposta àquela situação de pressão de um lado e de outro e é um mau-trato [...] Claro que às vezes... é assim, o processo de promoção e protecção é um processo urgente e cabe à Comissão de Protecção, independentemente do processo-crime que está a decorrer em tribunal, acautelar e proteger a criança, no âmbito do processo de promoção e protecção isso é feito... no processo-crime depois as coisas vão rolar, mas entretanto a Comissão já teve de actuar... a criança é protegida não no âmbito do processo-crime porque aí vai condenar o maltratante... aqui a criança é protegida no âmbito da promoção e protecção”</i> <i>“Eu não posso considerar a questão do consentimento um obstáculo é claro que há pais que não vão colaborar, mas isso nós temos a entidade acima da Comissão que irá receber o processo [...] a Comissão não é a autoridade para impor nada a ninguém, tem de fazer um trabalho de parceria com as famílias e só vai haver adesão a esse trabalho se houver colaboração e essa colaboração tem de partir desde o início com a questão do consentimento, portanto eu não vejo o consentimento como um entrave ou obstáculo [...] Se for uma situação urgente, a Comissão não vai mandar a convocatória para consentimento... vai ao terreno, vai conversar com os pais e as coisas acabam por ser torneadas desta maneira... depois do consentimento a Comissão ganha legitimidade e aí vai recolher informações para fazer um diagnóstico da situação ... feito o diagnóstico da situação propõe a medida que considera adequada para afastar a criança da situação de perigo e nessa altura a Comissão restrita delibera essa medida”</i>
--	---	---

24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“A questão de as Comissões serem asseguradas representantes de entidades que têm de designar os seus representantes ... o tempo que estão cá...um mandato são dois anos ... daqui a dois anos a pessoa vai ou é nomeada por mais dois anos ... no máximo seis anos...não podem trabalhar mais que seis anos numa Comissão de Protecção. Estas entidades nem sempre cedem um técnico a tempo inteiro... o problema da Comissão de Gaia e se calhar há coisas que se arrastaram muito aqui dentro e muito mal foi porque não tinham pessoal a tempo inteiro”</i>
25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“Não há condições...a esse nível não há condições. Está prevista a abertura de uma segunda Comissão no concelho, mas também já estamos à espera há algum tempo. Vamos ver se agora com alguma brevidade a câmara instala porque realmente aqui em Gaia é necessário e muito urgente porque é um concelho muito grande, que está a crescer muito e como tal precisamos mesmo de ajuda a esse nível.”</i> <i>“Acho que a Comissão Alargada tem um papel fundamental na prevenção e divulgação do trabalho da Comissão, mas a Comissão Alargada são elementos que lá estão que são designados pelas suas entidades para ir a uma reunião de dois em dois meses... sejamos realistas... estas pessoas trabalham, têm os seus locais de trabalho... ou é a Comissão Restrita que arranca e envolve a Alargada ou também não vai haver aqui nenhum projecto a trabalhar esta questão da prevenção se não for a Comissão Restrita a avançar”</i> <i>“Se calhar estamos todos a receber muito mais formação para estar atentos a estas áreas... sem dúvida, eu acho que estamos a evoluir muito todos, mas acho que há muita coisa a fazer-se ainda sobretudo nessa questão da prevenção. E as escolas, as escolas? Estamos a falar de um concelho com quinze agrupamentos. Eu acho que nós temos que nos aproximar mais das escolas e se não o fizermos também tem a ver com aumento do volume de processos... uma escola... se nós não falarmos com eles, eles não percebem, nem têm de perceber o que é que uma Comissão de Protecção faz [...] É preciso haver comunicação entre a escola e a CPCJ... acho que a escola às vezes faz muito trabalho que não comunica com a sinalização porque se calhar também não é sensibilizada para isso...porque todas as escolas, pelo menos todos os agrupamentos têm técnicos... temos psicólogos nas escolas...muitas das situações passam pelos técnicos e muitas vezes é feito trabalho... muitas vezes nós ligamos depois de ter o consentimento contactamos a escola e percebemos que há muito mais informação que não chegou aqui...eu acho que há trabalho...ou então estou a ser muito optimista, mas acho que há [...] As escolas, sobretudo agora com o estatuto de aluno, sinalizam muito e nós vamos ser bombardeadas de situações, é evidente que sim, mas também acho que têm mais recursos para fazer e trabalhar estas questões antes da sinalização...muitas vezes quando fazem já esgotaram algumas diligências que muitas vezes não as transmitem, mas têm técnicos e quanto mais não seja a psicóloga... é um recurso escasso para um agrupamento uma psicóloga, ou uma assistente social... é pouco.”</i>

2.3.2. Grelha de análise vertical da entrevista à vice-presidente da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“41”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Tenho licenciatura em Animação Sócio cultural, licenciatura em Ciências da Educação e uma pós-graduação na área da exclusão social.”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia)?	“Na Comissão trabalho há sete anos.”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“Na Comissão? Eu inicialmente era só técnica, uma técnica como nós costumamos aqui dizer, uma técnica de reforço, de apoio. Desde 2005 que sou vice-presidente da Comissão.”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Não, Não! Iniciei aqui o meu percurso em termos de Comissão iniciei aqui, mas trabalho na área social há dezoito anos.”
Modalidades de funcionamento da CPCJ	6- Em que ano foi criada a Comissão no Concelho de Vila Nova de Gaia?	“A Comissão foi criada em 95, em 1995, ainda era Comissão de Protecção de Menores [...] eu estive cá quando foi a instalação da Comissão de Protecção de Menores em 95 e depois só regresssei em 2003 e aí já era Comissão de Protecção de Crianças.”
	7- Como descreve o desenvolvimento da Comissão desde então?	“Fazendo uma retrospectiva destes sete anos que eu estou aqui na Comissão houve imensas evoluções, quer a nível do conhecimento que as pessoas têm do que é a Comissão...ainda há muito trabalho a fazer porque há muitas instituições que ainda não percebem muito bem qual é a competência da Comissão, mas penso que já há um grande conhecimento por parte da comunidade, do trabalho que se desenvolve na Comissão. Em termos do trabalho técnico, de recursos humanos, isso é uma evolução estrondosa porque houve momentos em que a Comissão funcionava apenas com uma pessoa, uma pessoa a tempo inteiro, depois passou para duas pessoas, três pessoas e agora neste momento temos uma equipa com cerca de doze pessoas a tempo inteiro, mas também para o volume processual às vezes não são suficientes, ou seja, houve uma evolução qualitativa e uma evolução quantitativa também.”

	8- De forma sucinta podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão? 9- Quantos profissionais e de que áreas de formação trabalham actualmente na Comissão?	<i>“Neste momento, eu acho que maioritariamente temos psicólogas...foi uma coincidência porque são as instituições de origem, os serviços de origem que destacam as pessoas para a Comissão [...] a Comissão não tem competências de acompanhamento psicológico...nós podemos fazer uma avaliação psicológica e depois caso as crianças necessitem de acompanhamento temos que as encaminhar para ou serviços públicos ou serviços privados. Mas, no fundo as colegas de Psicologia fazem praticamente o mesmo trabalho que outras pessoas da área do Serviço Social, da área da Pedagogia, do Direito, por exemplo se tivéssemos alguém de Medicina aí seria um bocadinho diferente, mas em termos de formações académicas as pessoas depois não se distinguem muito no trabalho de terreno, porque nós temos que fazer um pouco de tudo, não é?”</i>
	10- Quais são as principais parcerias institucionais que a Comissão estabelece?	<i>“Em termos de parcerias a própria lei determina que todas as instituições, quer públicas quer privadas têm o dever de colaborar connosco e pela experiência que eu tenho aqui na Comissão nós temos sucessos em algumas situações exactamente porque existe muita articulação, muita parceria, nomeadamente com as forças de segurança, com as equipas que trabalham com os beneficiários do RSI, a escola é sempre um parceiro muito fraco, pela experiência que eu tenho têm muitos preconceitos relativamente aos miúdos em termos de respostas, respostas de ofertas educativas para além do ensino regular demitem-se quase em termos desse tipo de respostas e remetem imensas situações.”</i>
	11- Do ponto de vista financeiro, quais as principais modalidades de financiamento da Comissão?	<i>“A Comissão não é uma instituição! A Comissão é constituída por vários técnicos que são cedidos por várias instituições, ou seja, nós não temos um quadro de pessoal, nós não temos recursos humanos, são as próprias instituições que cedem os técnicos para a Comissão [...] nós não temos outro tipo de financiamento. Digamos que em termos logísticos é a Câmara Municipal que tem a obrigação, recebe uma comparticipação mensal do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.”</i>
	12- Como avalia a realidade dos recursos face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?	<i>“Os recursos humanos todas as pessoas dizem são sempre insuficientes. Os recursos financeiros são mais ou menos poderíamos fazer outras coisas, mas também teríamos a limitação do tempo porque se nós quisermos fazer um trabalho de prevenção primária depois já não podemos fazer o outro trabalho, não nos podemos desdobrar, por isso os financeiros serão suficientes.”</i>
	13- Os relatórios periódicos elaborados pela Comissão têm implicações na alocação de recursos que a Comissão dispõe?	<i>“Não! ... Os relatórios que são elaborados por todas as Comissões ao nível nacional são depois coligidos num relatório que é global, nacional, geral [...] Depois temos dois ou três pontos finais do relatório que são as sugestões, que as próprias Comissões fazem, quer do trabalho que desenvolvem, quer das limitações que têm...dos projectos que conseguem desenvolver, assim como a articulação entre as Comissões e a Comissão Nacional, porque é a Comissão Nacional que no fundo, a Comissão Nacional é que tutela as Comissões a nível local e nós fazemos as nossas sugestões... se às vezes as sugestões são tidas em conta [...] mas fazendo só uma retrospectiva destes sete anos muitas das nossas, no fundo, reclamações algumas já foram ouvidas. Já, isso já!”</i>

	14 – Como avalia a importância destes relatórios periódicos na percepção do fenómeno dos maus-tratos infantis no Concelho de Gaia?	<i>“Eu penso que a visibilidade, a visibilidade [...] eu penso que as situações começaram a ser muito mais denunciadas [...] a partir do momento do processo Casa Pia, eu penso que as pessoas, algumas vão apresentando denúncias que são verdadeiras outras nem por isso, que as pessoas tomaram consciência de que podem denunciar...não sei se tornou mais visível o fenómeno... eu penso que o fenómeno já existia e sempre existiu e sempre existirá [...] Digamos que às vezes as sinalizações são muito carregadas de preconceito, estigma. Pela experiência que eu tenho os maus-tratos está muitas vezes mais ligado a situações de negligência, negligência que podem ser situações sinalizadas à base do senso comum e dos preconceitos que as pessoas têm e que na realidade nós ao verificarmos quais são as condições em que as pessoas vivem não é uma situação de maus-tratos.”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	15- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens no Concelho de Vila Nova de Gaia?	<i>“Eu penso que não é uma questão de evolução quantitativa ... eu penso que as instituições e mesmo as pessoas individualmente tomam consciência de que podem denunciar e sabem a quem podem recorrer para denunciar porque nós temos proveniências muito diversas, desde particulares que telefonam, escrevem, cartas anónimas ou identificadas. As situações são todas tratadas da mesma forma, quer seja uma denúncia anónima ou identificada quer seja uma participação policial, quer seja um ofício de uma escola, de uma instituição particular ...a proveniência da sinalização isso não é importante...tratamos de igual forma. Agora é evidente que nós temos que priorizar... nós priorizamos as situações.”</i> <i>“Uma criança que viva numa casa degradada, sem água canalizada não é uma criança que está a ser maltratada...é uma criança que não tem condições...para. Não é uma situação de mau-trato, é uma situação completamente diferente ... as situações de abuso sexual são em número muito reduzido comparativamente a outro tipo de situações, nomeadamente como a negligência, os maus-tratos físicos, com os maus-tratos psicológicos, digamos que o abandono escolar a negligência parental e os maus-tratos psicológicos são as três problemáticas mais sinalizadas na Comissão.”</i>
	16-Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	<i>“As pessoas têm mais conhecimento de que existem instituições onde podem denunciar, só que acabam por não fazê-lo de uma forma, de uma forma objectiva, no sentido de denunciar uma verdadeira situação de maus-tratos, nomeadamente esquecendo-se, repetindo o que eu disse, esquecendo um pouco o contexto socioeconómico em que as pessoas vivem.”</i>
	17- No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?	<i>“Eu penso que neste momento são as IPSS, as forças de segurança numa vertente totalmente diferente [...] as equipas que trabalham com os beneficiários do RSI, a escola é sempre um parceiro muito fraco.”</i>
	18- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Quando o pai e a mãe estão separados é uma das partes que vem sinalizar, mas eu penso que a instabilidade habitacional, emocional, pela percepção que eu tenho, nós temos por exemplo crianças, processos de irmãos, vamos supor temos um processo de três irmãos de três pais diferentes e entretanto a mãe já tem outro companheiro e há uma grande instabilidade emocional, instabilidade habitacional, ou porque não têm recursos para pagar a</i>

		renda...facilmente mudam de habitação e geralmente é para pior, sempre ...porque como não têm recursos vão para casas sem condições e aquilo é uma escalada.” “Eu penso que sim, eu penso que sim, eu penso que sim. Porque se nós não falarmos das condições habitacionais e económicas que exclui os outros, em termos de práticas educativas, de alterações na família é muito normal as pessoas casarem-se uma, duas, terem filhos de várias relações e isso já começa a ser transversal.”
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	“Eu penso que a problemática associada que mais se destaca é a violência doméstica, isso sem dúvida, a violência doméstica muitas das sinalizações até são feitas pelas entidades policiais ou porque as próprias vítimas fazem a participação ou então porque terceiros denunciam essa situação [...] Eu estava a lembrar-me que ultimamente nós não temos tido sinalizações de pais toxicodependentes e também situações de alcoolismo também temos tido poucas.”
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	“Eu penso que o fenómeno dos maus-tratos que é só espelhado nestes contextos socioeconómicos desfavorecidos são estes que são sinalizados, porque possivelmente nós temos situações de verdadeiros maus-tratos, nomeadamente se nós tivermos uma situação de mau-trato físico a criança possivelmente não dá entrada num hospital central nem num cento de saúde da rede pública que é o que acontece por exemplo com vítimas de violência domestica da classe média alta, ou seja, essa situação do verdadeiro mau-trato físico não é sinalizada, nós não a vamos contabilizar de maneira nenhuma, o que significa que poderá haver situações de maus-tratos noutros meios que são economicamente desfavorecidos e que não nos são reportados, isso nós sabemos que esses não nos chegam. E as questões por exemplo da educação... será que uma criança que estuda na rede pública ou na rede privada e que frequente inúmeras actividades extracurriculares, que praticamente não vê os pais porque é a empregada, a outra senhora e não sei quem ... são cuidados por terceiros ...será que essas crianças também não são vítimas de maus-tratos? Poderão ser, poderão ser! Poderão ser crianças que não têm o afecto adequado para o seu desenvolvimento, mas essas não são contabilizadas, de maneira nenhuma, essas nunca são contabilizadas, essas não são as nossas famílias caracterizadas num relatório.”
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	“A comunicação social é totalmente...não tem objectividade nenhuma, nenhuma na maior parte das situações que sinaliza porque nós sabemos que todas as situações que envolvem, que envolvam crianças e então se houver uma morte muito melhor porque a comunicação social o que gosta é de falar, alarmar, de falar de desgraças.”
	22- Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização dos casos?	“Tem impactos, eu penso que tem! Um impacto muito negativo é sobre as crianças, que eu acho que tem um impacto ... nós ouvimos na abertura de um telejornal...nós no fundo estamos e há uma outra questão eu não entendo como é que se passam imagens de crianças, porque é proibido, nós não podemos nem imagens, nem identificar de forma directa ou indirecta a criança, porque a criança vive em determinado local, que vai ser identificada e a partir daí então é que a criança vai ser, vai estar exposta a uma série de situações e que podem ser altamente traumatizantes para toda a vida.”

	23- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>“Nós estamos a ver aquela reportagem a senhora está a falar ou até está em directo e depois aquela musiquinha de fundo que é para o auditório todo chorar e vamos ter muita pena daquela mãe e ninguém conhece o processo nem sabe quais são os contornos nem o que é que levou aquela situação, ou seja, não ajudam nem a informar a opinião pública nem as pessoas a terem uma consciência mais positiva e mais interventiva do que poderia ser feito ou que deveria ser feito.”</i>
	24- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“A legislação relativamente à protecção das crianças houve uma evolução muito, muito acentuada a partir de 99 [...] Mas, na minha opinião nós ainda continuamos a ter, ainda hoje de tarde disse isso a uma das minhas colegas, ainda continuamos a ter um limbo, porque temos uma criança que precisa de protecção, outra situação limite o abuso sexual, nitidamente necessita de protecção, temos um adolescente entre os 12 e os 16 que se pratica um crime vão para um centro educativo, em regime fechado, ou seja, uma prisão para adolescentes e depois temos aqui estes nossos jovens que necessitam de protecção porque eles são vítimas de determinadas situações que os colocam em perigo, mas ao mesmo tempo são crianças que já estão num caminho da para-delinquência...nós não temos aqui um meio termo...nós temos miúdas, por exemplo uma situação que tivemos recentemente ... uma miúda de 14 anos que foi institucionalizada porque ela faltava à escola, ausentava-se de casa dias seguidos, tem 14 anos mas já tem um namorado que já tem 20 e muitos, que já teve detido, tem relações sexuais que não são protegidas ... esta adolescente não cometeu nenhum crime, no entanto esta adolescente precisa de protecção, mas não é de protecção num sítio de crianças e adolescentes que não têm retaguarda familiar, que são vítimas de maus-tratos por parte dos pais ... falta... posso estar a ser um pouco extremista, mas falta uma legislação, para além da lei de promoção e da lei tutelar, uma legislação para estas situações.”</i>
	25- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	<i>“Obstáculos? Sinalizações de situações que não são situações de perigo, discussões entre vizinhos, mau relacionamento entre vizinhos, mau relacionamento entre pais, mau relacionamento entre pais e avós [...] Digamos que as próprias instituições ainda não se consciencializaram verdadeiramente qual é o seu papel [...] E então digamos que nós parecemos que somos o lobo mau, eu costumo dizer que sou a bruxa má, porque as colegas acham que nós estamos num patamar superior, que vamos intimidar a família, ou seja, isso não é nada a minha postura, a minha postura profissional é exactamente ao contrário...eu quando me sinalizam uma situação eu trabalho com os pais e a primeira coisa que eu lhes digo é que eu estou aqui é para vos apoiar, eu não estou aqui para vos tirar os filhos, eu costumo até brincar e digo olhe aqui não há camas, não há camaratas, para a minha casa também não vão, por isso eu não vou retirar filhos a ninguém [...] Aí o legislador pensou muito bem ...nós não podemos ultrapassar as liberdades e garantias das pessoas, nós não podemos entrar na casa das pessoas sem autorização das pessoas, nós temos que trabalhar sempre no sentido da colaboração, do consenso, da mediação...é esse que deve ser o nosso trabalho [...] E</i>

		<i>outros obstáculos...não vou falar outra vez...temos muitos processos...”</i>
	26- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“A maior parte da nossa legislação eu penso que está bem pensada, bem concebida, o problema é depois a passagem à prática porque há alguns artigos da Lei de Promoção e Protecção que não são cabalmente cumpridos... se o fossem as coisas funcionariam de outra forma, mas como se costuma dizer «não se mudam mentalidades por decreto» e as mentalidades e intervenção às vezes é preciso uma geração, duas gerações”</i>
	27- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“Por exemplo o nosso concelho tem 300 e não sei quantos mil habitantes e nós temos uma comparticipação que penso que não chega aos 2000 mil euros mensais...tudo o resto é suportado pela Câmara Municipal, tudo. Não temos outro tipo de financiamento, por exemplo se nós quisermos organizar uma iniciativa, se quisermos fazer um panfleto de divulgação nós não temos financiamento para fazer isso, que é o que às vezes se perde no trabalho que deveria ser feito na prevenção primária, nós temos que actuar na prevenção secundária e terciária. Se nós tivéssemos outro tipo de meios, nomeadamente meios financeiros porque também a Câmara não pode suportar tudo poderia ser feito outro trabalho de prevenção primária junto das instituições, nomeadamente das escolas no sentido de se estancar o número de sinalizações que chegam e para as escolas perceberem que elas próprias também têm que encontrar alternativas, porque todas as instituições são responsáveis pela protecção das crianças e jovens.”</i> <i>“Nós temos técnicos de intervenção social em maior número e temos projectos nacionais, projectos participados, temos inúmeros projectos no terreno, inúmeros técnicos a trabalhar no terreno e por vezes nós quando temos uma sinalização, mas estamos a trabalhar num processo a determinada altura os pais dizem-nos: «mas olhe sabe quem foi lá a casa? Foi a doutora não sei quantos» e nós perguntamos: «é doutora, mas é de onde?» e respondem: «ai não sei!». Afinal é do projecto X ou do projecto Y que está a trabalhar com a mesma família. E continuamos a ter estas intervenções que não são concertadas, porque as pessoas trabalham muito para si.”</i> <i>“E quando uma família recorre a um serviço e a um técnico, a relação que se estabelece com aquela pessoa, com aquela família vai ser muito diferente do que a família ser constantemente abordada por técnicos diferentes e por projectos que surgem e acabam e chegaram aquelas pessoas e tiveram este tipo de intervenção e passado um ano ou dois anos, acabou. Não se cria uma relação com as pessoas, no sentido da sua mudança, não.”</i> <i>“Pois criam, criam falsas expectativas que nunca se vêm a concretizar... são assim quase abandonos sucessivos. Para além das suas próprias inseguranças, da falta de recursos, da baixa auto-estima que têm ... elas estão no fundo a ser constantemente abandonadas também pelos técnicos e não há assim um técnico de referência.”</i> <i>“A nossa missão é ajudar as pessoas, trabalhar para as pessoas, com as pessoas!”</i>

Questões importantes levantadas pela entrevistada

- Perspectiva sobre a questão do insucesso escolar e a articulação da Comissão com a escola

“O maior número de situações são sinalizadas pelas escolas naquela faixa etária que vai dos 11/12 até aos 15 de miúdos que puro e simplesmente têm retenções sucessivas, que têm comportamentos que as escolas é que os identificam como delinquentes, desviantes e muitas vezes as escolas desconhecem totalmente qual é o ambiente familiar destes miúdos e também não lhes oferecem outro tipo de alternativas sem ser o ensino regular e puro e simplesmente, como se costuma dizer, querem se livrar de um problema, em vez de actuarem no sentido de tentar encaminhar para outro tipo de resposta [...] são rotulados e sinalizam à Comissão... inúmeras reuniões que eu tenho em escolas e o discurso é sempre o mesmo... para as escolas o problemas dessas crianças como se deve compreender as crianças que nos são sinalizadas são de meios economicamente desfavorecidos, não são classe média, poderemos ter assim uma percentagem residual, mas esses miúdos são miúdos que o ensino regular não lhes diz nada, que é preciso outro tipo de respostas e então as escolas puro e simplesmente estigmatizam e põem à parte esses miúdos não lhes apresentando outro tipo de alternativa. E como se querem livrar do problema sinalizam à Comissão, são um parceiro [...] pouco empenhado em tentar resolver o problema dos alunos, acho que continuam a considerar só o aluno e não a criança e o jovem em si, é o aluno e deve ser o aluno médio.”

- Conflitos entre os adultos:

“Vamos supor que são pais...por exemplo temos imensas situações deste tipo, que nós tipificamos como maus-tratos psicológicos ... pais separados de facto ou divorciados...a criança vai passar o fim-de-semana com o pai, a mãe vem cá na segunda-feira de manhã e diz: «porque eu estou separada, a menina vai de quinze em quinze dias ou semanalmente a casa do pai e aconteceu isto e eu verifiquei que a menina veio muito agitada e ela não pode voltar ao pai»... por exemplo, por exemplo temos inúmeras situações dessas ou então existe uma decisão judicial e o pai vai buscar a menina às seis da tarde de sexta-feira e tem que entregar às dez da noite ou às nove de domingo, mas depois atrasam-se ou acontece qualquer coisa já é um problema esquecendo-se as pessoas que o relacionamento conflituoso que têm entre eles, que são adultos e que têm que resolver, não deve interferir na criança e as crianças acabam por estar numa situação de perigo porque qualquer discussão, muitas destas situações envolvem a policia, não são situações que são benéficas, que são agradáveis para as crianças”

- Preconceito com os beneficiários do RSI:

“Nós temos também muitas sinalizações anónimas em que o denunciante diz que a mãe não trabalha, a mãe não dá uma alimentação adequada às crianças, as crianças não vão à escola, depois a determinada altura do discurso diz e ainda por cima recebe o rendimento mínimo, ou seja, não trabalha, não faz nada e as crianças não são bem tratadas, digamos que essa denúncia é carregada de preconceitos...pode não ser, é evidente que nós temos a obrigação de avaliar e averiguar se é uma situação de perigo ou não, mas na maioria dos casos a sinalização não é uma sinalização objectiva do verdadeiro mau-trato.”

2.3.3. Grelha de análise vertical da entrevista à psicóloga I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“28.”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Tenho a licenciatura em Psicologia e fiz o mestrado também em Psicologia na especialidade de avaliação psicológica.”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?	“Hum... eu penso que está mesmo a fazer três anos...desde 2007.”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“Sou elemento da restrita, no entanto não faço gestão de processos. Como eu trabalho numa equipa de RSI, normalmente todos os processos que pertencem a freguesias que eu também acompanho dou um suporte diferente mas não faço mesmo a gestão, embora o deve-se fazer, mas também como só estou aqui uma manhã por semana também não dá... portanto no fundo é aí...”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Sim...não com a CPCJ...em articulação com, mas não...”
Contributo de um técnico de Psicologia na CPCJ de Gaia	6- Como perspectiva o seu papel enquanto psicóloga no seio da CPCJ de Gaia?	“Aqui são técnicos de várias áreas, no fundo a grande vantagem dessas equipas multidisciplinares é a visão que se complementa [...] só faz sentido desta forma mesmo, porque se complementa a visão dos técnicos com a visão dos outros. Aqui também não se faz acompanhamento psicológico porque não é possível. Portanto, é mesmo só esta visão complementar das várias especialidades.”
	7-Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um psicólogo na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?	“Honestamente na prática o psicólogo faz o mesmo que um outro técnico [...] Porque não se pratica aqui a Psicologia. Portanto, não sei se tinha essa noção... até porque um técnico que está na restrita não pode mesmo fazer a consulta psicológica, não pode...tem que encaminhar para outros serviços, mas é uma mais-valia mas penso que aqui não há grandes diferenças em relação aos outros técnicos.”
	8- Enquanto psicólogo, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e o menor?	“É óbvio que é uma realização, é um objectivo, agora isso acontece poucas vezes.”

	9- Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção?	<i>“Ora bem...quando entra a palavra Comissão de Protecção de Crianças e Jovens a ideia que as pessoas têm é logo de as crianças serem retiradas e isso assusta. Agora, é uma população muito heterogénea porque ora há pessoas que aceitam muito bem [...] depende, até porque muitas das vezes eu tenho a ideia de que as famílias não funcionam, mas é a maneira que elas conhecem de funcionar ou de não funcionar, portanto e de repente entra alguém que lhes diz que não está bem e que tem que ser de maneira diferente e esses é que são os obstáculos porque as pessoas não sabem fazer de outra maneira e depois até há amor, mas não há competências e aí é que é complicado nós fazermos ver quer aos pais quer aos miúdos, porque os miúdos também gostam sempre dos pais.”</i> <i>“Não é que sejam resistentes à nossa intervenção, por vezes são, outras vezes não são, mas tem muito a ver com as vivências daquela família. Há famílias que se calhar isto para eles é normal, até eles próprios, os pais, já tiveram aqui processo, há outros que é inesperado e que não aceitam. Normalmente, não aceitam aqueles de classes sociais um bocadinho acima, portanto não acho que haja assim um padrão. Parece-me que sejam mais resistentes à intervenção os da classe alta ou média alta.”</i>
	10- Quais são os instrumentos (técnicos) que tem ao seu dispor para avaliar situações de risco psicológico numa criança vítima de maus-tratos?	<i>“Assim, instrumentos técnicos normalmente temos quase sempre a Lei, que é quase aquele instrumento assim...que está sempre connosco e depois no fundo é mesmo aquela teoria...eu pelo menos não uso nenhum instrumento, lá está porque se não aí estamos a fazer avaliação psicológica e nós aqui não fazemos, embora o façamos de uma forma indirecta.”</i>
	11- Essa avaliação também se pode estender aos familiares mais próximos do menor?	<i>“Sim, porque nós fazemos as visitas domiciliárias, a observação, as entrevistas através do atendimento depois falamos com o pai, com a mãe, até muitas das vezes com o menor [...] Eu não trabalho só aqui na Comissão, eu trabalho com famílias...nós temos esse acompanhamento quase que diário, principalmente com aquelas famílias que nós temos como referenciadas pronto como maltratantes ou negligentes, quase que a dada altura nós não somos mais um elemento da família, mas também não somos assim tão excluídos e são questões que nós vamos apurando diariamente.”</i>
	12- Quais são os principais danos psicológicos e emocionais dos menores vítimas de abuso?	<i>“Depende da idade, se for em pequenino, em bebé, lá está normalmente as crianças depois não são estimuladas ao nível cognitivo...depende do tipo de maus-tratos, porque se for um mau-trato físico é diferente de ser uma negligência (...) É o isolamento, a baixa auto-estima, até há pouca estimulação cognitiva ou até as dificuldades na aprendizagem. Se for num adolescente...uma criança que até tinha um percurso regular, pronto dito normal, de um momento para o outro deixa de o ter e passa a ter mais dificuldades e passa a ser mais rebelde, porque depois há crianças que tendem a exteriorizar, outras a interiorizar, portanto depende muito do tipo de mau-trato.”</i>

	13- De que forma é que se processa a intervenção do psicólogo de modo a diminuir as consequências de uma situação de abuso?	<i>“Agora o ideal é mesmo conseguir trabalhar a família, conseguir com que os pais que não têm competências as adquiram, às vezes eles gostam, mas não sabem demonstrar porque eles próprios foram educados assim. Portanto o ideal da intervenção é a terapia familiar, dar formação aos pais, ensina-los a fazer de maneira diferente porque por vezes eles fazem de uma forma que não é intencional [...] tem muito a ver com o tipo de mau-trato que é e depois terá uma intervenção ajustada à idade e ao tipo de família, porque pode ser uma família que dá tudo o que é preciso mas depois não há afecto, não há dedicação, lá está cada família tem uma particularidade que exige uma intervenção diferente.”</i>
	14- De que forma é que se processa a intervenção do psicólogo na reintegração de um menor no seio do agregado familiar?	<i>“Tem de haver um acompanhamento [...] tem de haver muita intervenção, muitas visitas ao domicílio, muitas conversas até com os próprios vizinhos, mas conversas informais que eles nem precisam saber o porquê ou sobre quem nós estamos a falar, quer dizer no fundo conhecer muito bem o ambiente deles para termos a certeza de que há a possibilidade de um regresso...depois há vários técnicos implicados.”</i>
	15- Como se contornam, aquando da realização de um diagnóstico psicológico, situações de não-veracidade nos discursos dos menores ou ainda de manipulação por parte dos parentes mais próximos?	<i>“Primeiro temos que perceber quem é que diz a verdade. De que forma? Depende, ou temos que recorrer...depende da informação que esteja em causa [...] Depois estas informações todas juntas, assim como depois fazemos uma visita para percebermos como é que a casa está. Depois se não forem essas questões assim, sei lá se forem maus-tratos físicos, que a criança diz...normalmente a criança não diz, são outros sinais que nos vão chegando e nós apercebemo-nos que se passa alguma coisa [...] São essas questões e depois isso tem que ser... agora quando há certeza aí sim os pais têm de ser confrontados e aí já entra o papel do técnico da Comissão. «De facto, apesar do senhor nos dizer isto assim e assim, temos informações contrárias, o que é que tem a dizer sobre isto?». Mas, há este confronto quando já temos informações mais consistentes.”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	16- Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?	<i>“Olhe agora a sensação que eu tenho é que algo que era quase um tabu, que tinha pouca visibilidade, a dada altura também se confunde às vezes um conflito com um mau-trato. Tinha um professor que me dizia que se deixar marca é se não deixar não é. Agora já noutra formação me disseram que uma bofetada é sempre um mau-trato, uma bofetada, uma palmada no rabo já não tem esse impacto. Agora eu acho que tudo tem um contexto, uma coisa é num acto isolado em que um pai perde a cabeça e nós sabemos [...] O que é que acontece também é as pessoas...por exemplo aqui caem denúncias que depois vamos apurar e não é a realidade. Para já é a questão às vezes das vizinhanças [...] e depois caem aqui não sei quantas sinalizações que não tinham que estar aqui. É os próprios técnicos também não daqui, mas do terreno por vezes não saberem diferenciar risco do perigo e aqui tem que estar o perigo e não o risco...há risco de, mas isso tem que ser trabalhado nas escolas, nas instituições que acompanham as famílias. Portanto, a dada altura eu acho que começa a haver</i>

		<i>muitos processos mas se formos a espremer não estamos assim perante tantas situações de maus-tratos quanto isso porque se calhar a nível histórico temos situações assim bem mais complicadas, mais no passado do que agora, só que no passado era tudo mais aceite, agora é que não.”</i>
	17-Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	<i>“Acho que há mais conhecimento, mais informação e mais protecção para a criança, felizmente... que não havia, por isso é que parece que há um aumento de casos e se calhar já existiam [...]: Eu acho que é o conhecimento das pessoas sobre o que é o mau-trato... a questão da aceitação porque se dantes se aceitava uma «coça»... fazia parte da educação de quase todos e agora não, uma «coça» tem um peso...uma palmadinha sim, agora mais que isso não... tem a ver com a aceitação.”</i>
	18- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Acontece muito nos divórcios, agora se é verdade ou não [...] Porque é assim, a maior parte das vezes que nos chegam essas situações, isso são conflitos entre os pais mal resolvidos ou que não foram resolvidos e há uma manipulação das crianças... aí sim há uma violência psicológica enorme porque para a criança se os pais se entendessem mesmo divorciados era ótimo e ali não há aquele jogo de «ah a tua mãe é esta, não sei o quê... o que é que a tua mãe diz sobre não sei o quê...» ... aquela pressão e depois o pai não dá a pensão de alimentos, a mãe não leva a criança a ver o pai... lembram-se de tudo menos daquilo que a criança queria que era a atenção dos dois e para ela era o suficiente.”</i>
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	<i>“Depende, eu acho que é assim, fala-se na teoria na questão do stress, na prática eu acho que isso não é bem assim. Parece-me que é muito uma questão geracional, transgeracional, cultural. A escola, o percurso escolar, ensina-nos muitas coisas, ensina-nos também a ter outros comportamentos perante a sociedade, perante a nossa família. Ainda grande parte das famílias não frequentou a escola, tem baixa escolaridade, empregos muito precários, isso não lhes permite que façam diferente do que fizeram com elas... são pessoas que não adquiriram grandes conhecimentos ... todos nós temos a tendência de educar da mesma forma como fomos educados, quem tem um percurso escolar ou um percurso de vida que permitiu alargar conhecimentos e perceber que hoje as coisas são diferentes, que hoje uma palmadinha até pode ser educativo, mas que uma vassoura a dar no rabo já não é assim tão educativo, que é um mau-trato”</i>
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	<i>“É, mas com problemáticas diferentes! Embora aqui em Gaia o peso é diferente, há mais processos das classes sociais mais baixas do que altas, mas até o tipo de problemas são diferentes.”</i> <i>“Nas restantes classes sociais é diferente porque aí já é mais intencional, as pessoas já sabem o que estão a fazer, já não é assim tão inocente. Hoje os pais são mais ambiciosos e egoístas, muitos pais hoje só querem um filho e só querem um filho porquê? Para não abdicarem... tudo bem temos de respeitar, mas isso depois se nós formos avaliar muito bem tem algum</i>

		<i>significado, ou seja, não querem abdicar dos seus gostos, do seu egoísmo em detrimento dos filhos, depois claro os filhos ficam assim um bocadinho esquecidos e como têm dinheiro dão uma prenda para compensar...pronto e vai-se comprando a criança e a criança está uma hora com os pais.”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>“Não acho correcta, não vejo assim nada, nada de positivo naqueles programas da manhã ou da tarde, aí até acho que é violento [...] Agora, uma boa reportagem sobre o fenómeno da violência isso eu acho positivo é pena é não dar de manhã, porque dá muitas das vezes à noite e numa linguagem simples poderia ser ótimo para sensibilizar as pessoas enquanto estão a cozinhar ou a fazer outra coisa... pronto isso era instrutivo porque de facto há programas que passam que são muito bons. Nos próprios telejornais não acho que seja da melhor forma.”</i>
	22- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>“A maior parte dos impactos são negativos porque não passam a informação verdadeira e normalmente até é assim, coloca em causa o próprio bem-estar da criança, que é esquecida... é o tema de conversa, mas esquece-se ali o verdadeiro interesse superior da criança.”</i>
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“Eu acho que está bem porque o conceito das Comissões é trabalharem quando os pais querem ser ajudados e depois acho que sim que a legislação é minimamente exequível. Quando os pais não querem ser ajudados tem de passar para tribunal porque se não perde-se a ideia de que é para trabalhar em colaboração com os pais.”</i>
	24- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	<i>“Depende do problema. Quando são questões graves em que nós percebemos que as crianças estão ali num sofrimento enorme, que os pais de facto não estão interessados em colaborar e que nós sabemos que não se vai resolver da melhor maneira, quando é por exemplo a integração numa instituição é muito complicado porque pelo menos eu enquanto técnica também não sei se é o melhor porque depois nós também ouvimos mil e uma histórias das instituições [...] Nós não sabemos se estamos a fazer o melhor, quando optamos por retirar e depois corre mal. É complicado quando temos mesmo que retirar lidar com isso... porque alguns pais aceitam outros nem por isso e dizem que as coisas não são assim e torna-se complicado para nós.”</i>

	25- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio? 26- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“Aqui em Gaia está prevista uma segunda Comissão e isso irá facilitar porque os técnicos da restrita é que podem ser gestores de processos, os técnicos de reforço não... eu acho que poderiam ser e que facilitava e depois acho que, honestamente, esta divisão já vai facilitar e depois penso que era importante haver mais respostas lá está da Comissão Alargada ao nível das instituições não acho que haja assim um trabalho tão perfeito, de parceria [...] Às vezes os processos estão aqui, mas o técnico não consegue deslocar-se logo aquela freguesia e ficar logo resolvido... às vezes é uma questão simples de resolver, que demora um mês, dois, três porque não há trabalho em parceria, embora já vá havendo mais.”</i>
--	--	---

2.3.4. Grelha de análise vertical da entrevista à psicóloga II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“33”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Eu sou licenciada em Psicologia”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?	“Desde 2007, desde Junho de 2007, há três anos”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“Eu sou técnica gestora, sou elemento cooptado pela empresa municipal de habitação, a Gaia Social e sou gestora de processos”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Sim! Como técnica da Gaia Social estava num patamar abaixo, é uma entidade com competências em matérias de infância e juventude, portanto organizei em termos habitacionais alguns bairros sociais, portanto e aí é que são visíveis estes problemas e numa primeira instância acabámos por lidar com esta situação. Algumas sinalizei para cá, outras ficaram resolvidas por aí”
Contributo de um técnico de Psicologia na CPCJ de Gaia	6- Como perspectiva o seu papel enquanto psicóloga no seio da CPCJ de Gaia?	“Eu não exerço a função de Psicologia porque não há tempo, sou gestora de processos [...] Agora, fazer a avaliação mais individual de uma situação, isso faço não posso fugir aqui à minha licenciatura e ao treino que fui tendo, mas não é minha pretensão sequer fazer avaliações de personalidade, avaliações específicas em determinados contextos.”
	7-Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um psicólogo na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?	“Portanto, é aberto o processo, são convocados, o pai, a mãe ou o representante legal e a criança caso tenha mais de doze anos. Eu por norma convoco sempre a criança mesmo que não tenha doze anos porque acho que tem sempre algo a dizer e é sempre uma perspectiva a ter em conta, mas esta é a minha opinião pessoal, é claro que em termos legais não é válido aquilo que ela diz nem aquilo que ela pretende, mas a gente acaba sempre por ter outra perspectiva da dinâmica da família e a partir daí, a partir do momento em que nós convocamos essas pessoas e lhes pedimos consentimento para a nossa intervenção, esse consentimento pressupõe que a partir dessa data temos a liberdade para fazer uma avaliação diagnóstica da situação que nos foi sinalizada e muitas vezes essa avaliação diagnóstica vai permitir apurar que realmente aquela denúncia foi feita mas que para além disso também há outras situações pendentes também em redor daquela família contribuíram para a sinalização e que não estão propriamente sinalizadas.”
	8- Enquanto psicólogo, qual é a importância que	“Como técnica-gestora não consigo assumir o papel de psicóloga, vou intervir apenas numa pessoa porque não me acredito

	atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e o menor?	<i>que a intervenção numa só pessoa, que faz parte de uma família desestruturada, não tem sucesso se eu não trabalhar todo o resto, por isso muitas vezes há um trabalho de psicóloga na gestão de conflitos intra-familiares, apresentar outras alternativas por exemplo a uma mulher que é vítima de maus-tratos aumentar-lhe a auto-estima, criar-lhe condições para se afastar, por exemplo do marido agressor, agora enquanto psicóloga fazer uma intervenção psicológica propriamente dita não me acredito.”</i>
	9- Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção?	<i>“A própria cultura acaba por ser um obstáculo, noutra cultura, eu estou a falar daqui dos meus processos, a história da família é muito importante, quando há alcoolismo para trás isso vai se manifestar e é visto como uma situação normal e portanto é difícil a intervenção. Quando os pais, no caso concreto dos meus processos, estamos a falar de pessoas que vivem em bairros sociais com baixa escolaridade, mas não atribuem importância nenhuma à escolaridade dos filhos portanto não vale a pena a gente de dizer que quer que os filhos tenham uma vida melhor, eles também dizem que sim só que para mim ter a escolaridade obrigatória pelo menos completa para eles é ir trabalhar para as obras tão depressa quanto possível, isso há que é o sucesso de vida daquela criança ou daquele adolescente e são essas as principais...principalmente a historia de vida que está para trás, o background.”</i>
	10- Quais são os instrumentos (técnicos) que tem ao seu dispor para avaliar situações de risco psicológico numa criança vítima de maus-tratos?	<i>“De vez em quando utilizo o desenho da família, utilizo todos os meus manuais que tenho para trás, isso é realmente uma vantagem que tenho em relação aos outros profissionais que cá temos dentro. É uma forma de às vezes chegar e de ir buscar determinadas informações, se calhar informações que nos são facultadas em termos projectivos e não em termos objectivos [...] Eu nem chamo a Lei de instrumento, a Lei aqui é o nosso chão.</i>
	11- Essa avaliação também se pode estender aos familiares mais próximos do menor?	<i>“Sim, claro [...] Vou intervir apenas numa pessoa porque não me acredito que a intervenção numa só pessoa, que faz parte de uma família desestruturada, não tem sucesso se eu não trabalhar todo o resto, por isso muitas vezes há um trabalho de psicóloga na gestão de conflitos intra-familiares, apresentar outras alternativas.”</i>
	12- Quais são os principais danos psicológicos e emocionais dos menores vítimas de abuso?	<i>“É uma pergunta um bocado complicada. Depende da problemática, por exemplo se a problemática é apenas e só o absentismo ou o abandono escolar em termos emocionais se calhar não tem uma carga tão pesada, agora se estamos a falar de um abuso sexual ou maus-tratos físicos reiterados, em escalada, ou seja, começa com um estalo e acaba com um internamento hospitalar com várias marcas... depende da criança e da estrutura que ela depois vai ter à volta.”</i>
	13- De que forma é que se processa a intervenção do psicólogo de modo a diminuir as consequências de uma situação de abuso?	<i>“Lá está...eu aqui não faço acompanhamento psicológico, nem é minha pretensão fazê-lo, não tenho sequer tempo para fazer um acompanhamento psicológico [...] tenho aqui situações que eu preciso do acompanhamento psicológico para eles, que é indispensável, não o faço... encaminho para clínicas especializadas que vão pegar neste jovem ou nesta criança e durante</i>

		<i>três, quatro ou cinco meses ou durante o tempo que entenderem e com calma vão resolver esta situação, esta lacuna que eu não a posso dar, nem a Lei me permite, eu estou aqui para gerir processos nem estou muito vocacionada para fazer atendimento muito personalizado.”</i>
	14- De que forma é que se processa a intervenção do psicólogo na reintegração de um menor no seio do agregado familiar?	<i>“Quando a criança foi afastada é com o trabalho na própria família em várias vertentes [...] Competências parentais, ponto um, aumento da auto-estima muitas vezes na figura materna que precisa de se elevar para que o elemento, estou a falar de uma situação de eventuais abusos sexuais ou de maus-tratos...estou a falar de uma situação limite em que a criança foi institucionalizada [...] Portanto, para voltar há varias dimensões que têm que ser trabalhadas...empregabilidade, competências parentais, gestão e organização doméstica, escolaridade, tanto do menor como dos pais, porque aumentando a escolaridade também lhes dá outras perspectivas e dar a conhecer outro tipo de forma de lidar com a situação.”</i>
	15- Como se contornam, aquando da realização de um diagnostico psicológico, situações de não-veracidade nos discursos dos menores ou ainda de manipulação por parte dos parentes mais próximos?	<i>“Quando a criança não está a ser verdadeira ou não está a ser sincera já me deixa de pé atrás, há alguma coisa que não está bem [...] Agora, os pais esses podem dizer aquilo que lhes apetece, a mim é-me completamente indiferente porque eles depois assinam por baixo e sabem à partida que vão ser responsáveis por aquilo que disseram.”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	16-Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?	<i>“Noto que de mês para mês há situações muito, muito complicadas porque acredito que não estamos só a passar uma crise financeira e económica, mas uma crise de valores, uma crise na família, eu acho que chegamos ao ponto que há uma inexistência de valores considerados fundamentais para o equilíbrio de uma sociedade que começa na família, que neste momento não existe e quando não existe porque se calhar aquilo que existia antes, até há dez anos atrás, era muito frágil [...] Agora, começam a fugir estes apoios, começam a fugir estes... e descobre-se tudo e onde é que a corda rebenta? É sempre no elo mais fraco, é numa criança que deixa de ter porque se calhar na prática se calhar nunca teve, portanto nunca deixou de ter. Agora nas crianças e nos idosos...”</i>
	17-Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	<i>“É a crise de valores...a crise económica veio deixar a descoberto muita coisa, mas não é esse o motor para tanto processo, veio é deixar a descoberto porque por exemplo uma família que já desestruturada passou a receber um rendimento mínimo ou o RSI por determinado motivo... alguém ficou sem emprego, o facto de estar a receber o RSI a uma dada altura faz com que entre pela casa a dentro um conjunto de técnicos das equipas de acompanhamento local que vai descobrir determinados podres dentro daquela família...”</i> <i>“Realmente nota-se que as próprias instituições estão mais sensibilizadas e sabem que podem recorrer à Comissão para ajudar na resolução de uma determinada situação. Por outro lado, eu acredito [...] que a situação se agravou em vários</i>

		<i>domínios... económico, que é onde está subjacente o emprego, é tudo um bocadinho. Agora não são inflacionados estes números, de todo. Aliás eu acredito que muita coisa não esteja escondida, acredito mesmo.”</i>
	18- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“A violência doméstica há quinze anos no nosso país era algo que era mais ou menos aceitável por todos porque «entre marido e mulher ninguém mete a colher», mas estas campanhas de sensibilização estão a ter frutos agora. A própria mulher em si criou esta ideia ou alterou a sua ideia porque não tem que estar sujeita a uma situação destas, nem ela nem os filhos. Estas pequenas alterações no seio da família fazem esta evolução que há dentro de portas.”</i>
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	<i>“Alcoolismo, toxicodependência, não sei se podemos chamar fenómeno à falta de emprego, dependência de subsídios, faz com que as famílias depositem em instituições e em equipas a responsabilidade de educar, de criar alternativas para si próprias e isto tudo, umas coisas encadeiam nas outras e depois vão-se retirando apoios aqui e apoios acolá e há a falência total.”</i>
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	<i>“Claro que sim! Com toda a certeza. É claro que é muito mais visível nas classes sociais mais baixas porque há técnicos de apoio social em tudo o que é esquina. Numa classe social mais alta acaba por as situações estarem mais escondidas durante mais tempo. Agora, as marcas que deixam nas crianças é que acabam por ser as mesmas, porque se um adulto de classe social alta humilha, maltrata psicologicamente e emocionalmente de forma muito mais rebuscada, as consequências que terá numa criança de cinco ou seis anos vai ser exactamente as mesmas que uma criança que leve uma porrada de cinto num bairro social.”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>“Muito inflacionada, muito carnavalesca, muito novelesca. É inflacionada no sentido de se numa semana a comunicação social que em certa zona do país houve um caso X, eu tenho a certeza que nessa semana vão aparecer não sei quantos casos semelhantes, mas não é que eles não existissem sempre, mas é uma visibilidade um bocadinho enviesada, porque depende... eu não gosto muito da comunicação social neste tipo de situações.”</i>
	22- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>“Não tem nenhuns. Na sociedade por si só, não tem nenhum [...] Quem quer fazer uma denúncia, quem quer efectivamente trabalhar uma situação não se deixa levar por uma notícia escandalosa que tenha rebentado na comunicação social.”</i>
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“Precisava de uns acertos, de uns ajustes, nomeadamente no que concerne à audição de crianças com menos de doze anos [...] Portanto, a idade poderá ser um factor favorável ou impeditivo. Eu por exemplo acho que os doze anos é um patamar muito elevado porque do meu ponto de vista tem que haver aqui uma alteração porque as crianças com menos de doze</i>

		<i>anos...uma criança com quatro anos pode não falar tão bem como uma de doze mas já tem maneira de se fazer entender, se não for por palavras, por um desenho, se não for por um desenho é pela forma como está sentada numa cadeira que pode manifestar desconforto por estar junto de um pai que é agressor. A idade... nós é que temos que nos adaptar à situação que temos à frente, a idade não é obstáculo para mim.”</i>
	24- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	<i>“Por exemplo falta de meios, é estarmos quatro aqui, dois telefones, um computador para quatro, isso é um obstáculo. Eu preciso convocar mas se o computador está a ser utilizado eu não posso convocar à mão. Muitas vezes falta de automóvel para fazer as visitas, depois do consentimento tudo bem. Os principais obstáculos são efectivamente os obstáculos físicos, tem que ser resolvidos coisas como o espaço.”</i>
	25- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“Por exemplo a questão do reforço técnico devia ser revista porque são técnicos que estão bem preparados, aliás melhor preparados do que nós porque tiveram formação específica para isto, creio que deviam ter outro tipo de enquadramento legal. Então se é o próprio Estado que lhes paga directamente através da Segurança Social para cá estarem e depois eu acho que nós devíamos ter, nós todo, independentemente de sermos técnicos de reforço ou não, um estatuto diferente...”</i>
	26- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“Tinham de ser estratégias muito bem pensadas. A prevenção essa sim não é a Comissão Restrita que a vai fazer, porque nesta Comissão não estamos na esfera da prevenção, mas a Comissão Alargada tem esse papel e essa função de prevenir [...] Chamemos-lhe Comissão Alargada, Rede Social que existe à partida em quase todos os concelhos, esses sim terão capacidade, cada um na sua área, saúde, polícias, educação [...] Muitas parcerias, mas uma parceria muito técnica, muito prática e pragmática, não é com reuniões de protocolos, é questões práticas.”</i>

2.3.5. Grelha de análise vertical da entrevista à assistente social I da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“Ai sou velhota, 40.”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Eu sou licenciada em Serviço Social e tenho também uma licenciatura em Psicologia, mas não exerço, exerço a actividade de assistente social.”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?	“Aqui na Comissão estou há quatro anos.”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“Sou técnica da Comissão de Protecção, estou na situação de reforço técnico já há quatro anos, as minhas funções são como todas as funções dos técnicos das outras áreas, dos psicólogos [...] Às vezes o que fazemos é quando temos mais dificuldade numa matéria ou noutra pedimos a opinião de quem é mais especializado.”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Trabalhei sempre mais na vertente das crianças e dos jovens. Já fui directora técnica de uma instituição, de um lar de crianças e jovens durante vários anos, entretanto trabalhei na zona de Lisboa, Alverca, mais propriamente num centro de emergência social que também acolhia crianças e jovens, depois tive a trabalhar no gabinete de acção social, mas é assim os meus quinze/dezasseis anos de trabalho fomos mais ligados às crianças e aos jovens.”
Contributo de um técnico de Serviço Social na CPCJ de Gaia	6- Como perspectiva o seu papel enquanto assistente social no seio da CPCJ de Gaia?	“Como perspectivista? Com muito trabalho pela frente, cada vez mais, com a conjuntura que nós temos, com a conjuntura económica do país neste momento cada dia com mais trabalho, mais, mais e mais... não apenas no que diz respeito a maus-tratos, mas a todas as problemáticas inerentes também à conjuntura que nós estamos a viver.”
	7-Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um assistente social na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?	“Nós recebemos o processo de sinalização...temos sempre que seguir a legislação inerente, de Promoção e Protecção, que tem passos concretos, não podemos fazer mais do que aquilo que a lei exija que se faça. [...] depende muito da sinalização que nos chega [...] Depois da sinalização têm de ser sempre convocados os pais ou os responsáveis leais, por norma os pais, se a criança tiver mais de doze anos também tem de ser convocada a criança, o passo seguinte é recolher o consentimento para a intervenção da Comissão porque sem o consentimento nós não conseguimos actuar, depois de recolhido o consentimento das crianças e dos jovens, estou a falar isto até de uma forma resumida, tentar explorar aquilo que vem na sinalização e se houver necessidade, se houver mesmo maus-tratos, há um procedimento que nós temos que seguir que é fazer a participação ao Ministério Público dos maus-tratos e depois trabalhando com a família e com a criança [...] O nosso objectivo aqui é arquivar o

		<i>maior número de casos possíveis, é ultrapassar aquilo que é definido como perigo, ultrapassando o perigo o processo cessa-se, arquiva-se...é claro que isto é tudo muito linear, mas não é bem assim, às vezes tem contornos complicados ou porque a família não cumpre com o acordo de Promoção ou porque a criança não presta o consentimento ou porque as estruturas...o pai diz aqui que sim connosco ou nos mente ou nas estruturas as coisas não correm muito bem... isto não é muito linear.”</i>
	8- Enquanto assistente social, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e o menor?	<i>“É assim para mim ter sucesso é a razão para minha presença aqui, não é? Quando eu consigo arquivar um processo eu fico feliz, quer dizer que a minha missão foi cumprida, não é? Eu delinee algumas acções que os pais e as crianças têm que cumprir e se isso é cumprido quando eu chego ao fim a minha gratificação é grande.”</i>
	9- Quais são os instrumentos que tem ao seu dispor para intervir após uma sinalização?	<i>“Muito poucos, muito poucos. Nós, portanto, também temos a nossa acção muito limitada enquanto técnicos, não é? A nível de infra-estruturas é aquilo que tu vês, depois os meios logísticos também são muito poucos, isso na minha opinião também era muito importante. Às vezes eu acho que nós fazemos omeletas sem ovos, aqui há muito poucos recursos, mesmo os recursos económicos e os recursos logísticos são muito poucos. Aquilo que nos podemos servir é aquilo que aprendemos na nossa teoria, as entrevistas, tudo aquilo que nós aprendemos na teoria aqui vamos pondo um bocado em prática porque temos muito poucos instrumentos para poder [...] Na minha óptica o instrumento que mais me ajuda a chegar é ir ao terreno, é falar com as pessoas, é estar no contexto com as pessoas, isso eu acho que é um passo importante e que nos ajuda imenso... é ir lá e ver como as coisas são.”</i>
	10- Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção?	<i>“É assim só o nome Comissão de Protecção já assusta, não é? Não é fácil por vezes chegarmos às pessoas, nada fácil. Eu acho que aí tem muito a ver com o nosso posicionamento e da maneira como nós conseguimos conversar com as pessoas e explicar [...] A primeira resistência é mesmo o nome em si... «ui vem-me tirar os filhos»...depois depende muito... eu acho que a equipa aqui de Gaia é uma equipa que consegue chegar às pessoas porque todas nós temos uma maneira, também já são muitos anos de traquejo, a primeira barreira é a Comissão de Protecção... «Comissão de Protecção, o que é isso? Vêm me tirar os filhos?» É logo a primeira pergunta que as pessoas fazem [...] depois há varias quando as medidas são aplicadas, há muitas barreiras que nos deparamos no nosso quotidiano, enfim mas acho que a principal é mesmo essa.”</i>
	11- Na sua perspectiva, quais são as principais necessidades das famílias e dos menores quando aqui chegam à Comissão?	<i>“O que eu acho é que as famílias precisam muito de formação, então formação parental é uma coisa que elas precisam muitíssimo e que não há nada no terreno...nada, de nada, de nada. Há famílias que precisam de saber como fazer, há famílias que precisam saber como se orientar, há famílias que precisam de saber aquelas coisas básicas, como cozinhar, como tratar dos bebés pequeninos, a formação parental é uma das coisas que falha bastante e não há quem faça ou há muito poucas pessoas a fazerem e é um dos elementos principais.”</i>

	12- No decorrer de um acompanhamento de um caso costuma prolongar o seu acompanhamento a outras esferas para além da reunião na CPCJ?	<i>“Tem que ser, aqui tem que ser. Nós fazemos o atendimento aqui, mas o que acontece muitas vezes é que eles vêm aqui e mentem-nos com os dentes todos, não é? [...] Muitas vezes eles vêm e mentem e até prestam consentimento a mentir, depois é preciso ir ao terreno e ver como é que as coisas funcionam. Depois há também aquelas famílias que são famílias maltratantes e que depois conseguem manipular a criança no sentido de dizer que não são maltratadas. Há aquelas famílias que são efectivamente maltratantes, mas que manipulam as crianças para não saírem perto do seu pai e da sua mãe, porque no fundo é o pai e a mãe, conseguem mentir e dizer que não acontece [...] Às vezes é importante, fazer contactos com familiares próximos, fazer contactos com aquelas pessoas que estão mais imiscuídas na vida das famílias. Tudo isso nos vai munir de elementos que nos permitam averiguar se há perigo ou não há perigo.”</i>
	13- Como é elaborado um relatório social e quais as variáveis privilegiadas?	<i>“O relatório depende muito para quem se faz o relatório [...] Eu faço um relatório social quando tenho que contactar uma instituição, tem que se retirar a criança à família e tem que se colocar a criança numa instituição ou numa família de acolhimento. Os relatórios são elaborados para serem apresentados a estruturas, nomeadamente à Segurança Social a justificar o porquê da retirada da criança. O relatório social é um instrumento que eu não posso divulgar [...] Muitas vezes acontece o inverso, nós é que pedimos o relatório às instituições de apoio para nos munirmos de mais informação relativamente ao processo.”</i>
	14- Podia descrever-me um ou dois casos que a tenham marcado de forma particular?	<i>“Depois há aquelas situações positivas que correm bem...estes pais que saíram daqui foi um pai bastante agressivo com a filha, mas conseguiu-se trabalhar e as coisas correm bem e hoje vêm auscultar a minha opinião porque correu bem. Há outras crianças que nós vamos conseguindo trabalhar com a família de retaguarda, crianças que estão a viver muito mal e depois conseguimos envolver a família e depois as crianças passam a ter uma perspectiva de vida diferente. Há um bocadinho de tudo, há um bocadinho de tudo, mas há uma situação ou outra que marca [...] Há a vertente humana e a nossa equipa aqui é uma equipa que é muito sensível e fica marcada com as situações e são situações que não se consegue passar indiferente. Sabes acho que é como aquela situação de nós irmos ao IPO e vermos crianças com cancro, é um bocadinho assim. Portanto, não se consegue ficar indiferente, não se consegue passar a porta e não levar as coisas connosco, nem que seja para gerirmos em casa, para pensarmos em soluções, para dormirmos sobre o assunto... são situações tão complexas que às vezes acho que não conseguimos ser só técnicos, acabamos por ser mais que técnicos, o técnico só aqui não cabe, mas acho que isso é geral, aqui na equipa acho que ninguém consegue.”</i>
Representações individuais face ao	15- Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os	<i>“Eu acho que os maus-tratos enquanto não for trabalhada a questão cultural da nossa população não será uma coisa que nós tão rapidamente vamos ultrapassar, é cultural dar uma sapatada, é cultural dar uma coça, tudo isso é cultural e portanto essa</i>

fenómeno em estudo	menores?	<i>questão tem de ser muito trabalhada e as mentalidades são aquelas que mais dificuldades temos em trabalhar e portanto vamos continuar a ter...o que eu sinto e posso até estar errada, o que eu sinto é que com a conjuntura que nós temos é que cada vez vamos ter mais situações de maus-tratos, as crianças acabam sempre por levar por tabela, às vezes sem culpa nenhuma, mas...”</i>
	16-Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	<i>“É o stress, é a conjuntura económica, é a falta de paciência às vezes dos pais, é as conjunturas de vidas das famílias que também estão complicados, é a falta de tempo, acho que há um conjunto de factores muito grandes. As crianças que têm... são crianças que hoje em dia toda a gente diz que são hiperactivas, não hiperactivas, são crianças que se calhar têm menos possibilidades de extravasar as suas energias, portanto é o facto de os pais chegarem muito cansados e não terem tempo para as crianças, das crianças não terem também muita margem de manobra... tudo isso acho que são factores para os pais perderem um bocadinho a sua paciência e dos seu bom senso e às vezes baterem nas crianças... um bocadinho de tudo, tudo, é assim não há um factor só, às vezes até são todos em conjunto.”</i>
	17- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Sim, sim. É assim há um bocadinho de tudo, é como eu digo a questão cultural ainda está muito enraizada, agora normalmente são os familiares mais próximos que denunciam, não tem que ser o pai ou mãe, mas às vezes um tio, um vizinho, alguém que conhece a família mais aprofundadamente, a escola, por vezes, mas a escola também às vezes tem muito receio de ser ou não ser verdade, poder ou não poder estar aqui, a envolver-se e portanto também é complicado.”</i>
	18- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	<i>“É assim pode ser a toxicodependência, pode ser o alcoolismo, mas também pode ser a situação económica do agregado, pode ser a questão cultural, pode ser uma criança que é mais activa e que tem muita energia, portanto eu acho que há um conjunto de factores e depois tudo depende muito da maneira de ser quer dos pais quer das crianças, há um conjunto de situações que levam os pais a bater nos filhos, às vezes olha basta estarem cansados, estarem stressados, ter corrido mal o dia no trabalho, às vezes é um factor para chegar a casa mais mal disposto ou filho pedir qualquer coisa que o pai não pode dar ou eles até medirem no caso dos adolescentes medirem forças com os pais [...] Factores há de tudo, aparece-nos aqui de tudo, de tudo. Há aquela situação de bater gratuitamente, até isso nos chega aqui, bater, bater, bater porque bati, gratuitamente.”</i>
	19- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	<i>“Todos os estratos sociais! Não é exclusivo às classes com menos recursos económicos, de todos eles nós já tivemos aqui situações que acompanhamos de filhos de médicos batidos, já houve aqui casos que nós acompanhámos que é o pai médico, a mãe não sei quê ou a mãe professora e as crianças eram batidas e depois é assim e claro que esses casos não vêm tão ao lume, não é? São um bocado mais camuflados mas já tivemos situações dessas.”</i>
Percepção individual	20- Como avalia a representação sobre o	<i>“Os media contam aquilo que lhes convém a pensar nas audiências e expõe a criança e nunca se pensa no interesse superior da</i>

face às modalidades de intervenção /prevenção	fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>criança. Eles vendem o peixe no sentido de terem um nível mais elevado de audiências. Eles deturpam muito aquilo que acontece, deturpam imenso e depois claro que expõem vida quer das pessoas quer da criança de uma forma que não é a correcta. É o que eu acho, nós com os media eu acho que quanto menos proximidade melhor.”</i>
	21- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>Eu acho que as pessoas ficam chocadas porque eles também contam as coisas à maneira deles [...] Aumenta, isso sim [...] Neste momento não apenas os meios de comunicação social, mas chega muita informação, claro muita dela através dos meios de comunicação social, mas não só...chega muita informação de que é que as pessoas se podem recorrer para poder denunciar, são as linhas de apoio, são as estruturas, os infantários, as escolas. As pessoas acho que não vivem tanto na ignorância e sabem como fazer [...] Acho que as pessoas hoje em dia já vão tendo conhecimento que há outras formas de denunciar e até as sinalizações chegam-nos de muitas formas... ao telefone que se pega, há as cartas, a escola, os vizinhos que não se querem identificar, porque isso também é possível as pessoas ligarem-nos de forma anónima, há as linhas do SOS aqui e do SOS ali. Tudo isto já são formas que não têm que passar exclusivamente pelos meios de comunicação social, os meios de comunicação social fazem daquilo uma notícia que lhes dê audiências, é mais nessa linha, é tudo muito contado como lhes convém, sem contar muito como é que as coisas aconteceram e sem contar muito com a privacidade das pessoas.”</i>
	22- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“A Lei de Promoção e Protecção? A Lei de Promoção e Protecção tem que fazer alguns ajustamentos importantes, mas é a que temos. Tem algumas coisas que não estão muito correctas, mas o que é que a gente vai fazer? Para já temos que nos limitar e pensar que o legislador um destes dias vai debruçar-se sobre o assunto e um ponto ou outro vai ter que o reconsiderar. Tem algumas lacunas como qualquer coisa normal.”</i>
	23- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	<i>“A falta de recursos, a falta de meios, às vezes um grande obstáculo é o grande volume processual que nós temos, cada um de nós tem muitos, muitos processos [...] Nós temos que acompanhar as situações de perto, as situações de maus-tratos neste momento até há situações que a nossa procuradora exige que sejam priorizadas.”</i>
	24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“As pessoas instrumentalizam e usam a Comissão para tentarem alcançar o objectivo que é ao ficar o pai ou mãe com a criança ou então fazer crer que a criança está em perigo quando efectivamente ela não está. Isto é uma constante no nosso dia-a-dia, há que avaliar a situação em si e depois cada técnico é que tem que avaliar porque muitas vezes as pessoas vêm aqui e querem manipular-nos no sentido de nos fazer crer que a criança está mal quando afinal até nem está, isso acontece muito no nosso quotidiano. [...] É claro que o técnico tem que acolher quem vem e tem que ter muita responsabilidade, isto são casos de muita, muita responsabilidade e perceber realmente se estão a manipular ou se efectivamente há uma situação de perigo. Por vezes é logo perceptível que a criança que está bem, que não está nada em perigo e que são os pais que querem infernizar a vida ao</i>

		<i>outro.”</i>
	25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“É assim nós aqui enquanto Comissão pouco mais podemos fazer dado o volume processual. Era mesmo fundamental avançarmos para uma segunda Comissão, isso era fundamental porque nós não conseguimos dar vazão a todos os processos. Eu tenho uma listagem de processos que nunca mais acaba.”</i> <i>“Olha o nosso país devia começar muitas coisas pela prevenção e não começa. O nosso país constrói a casa ao contrário, em vez de começar pelos alicerces vamos já nós lá quando as coisas estão a rolar e é um bocado nessa linha. A prevenção, a profilaxia é uma coisa que ainda não está muito enraizada e andamos todas a remediar e a pôr «curitas» (pensos rápidos) quando a gente devia ter tentado estancar a doença a fazer vacinação, andamos a pôr pensos rápidos naquilo que devia ter sido vacinas. É o que temos, mas o nosso país é mesmo assim, na minha opinião.”</i>

2.3.6. Grelha de análise vertical da entrevista à assistente social II da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“29.”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“ <i>Licenciatura em Serviço Social.</i> ”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?	“ <i>Vai fazer três anos.</i> ”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“ <i>Eu sou reforço técnico.</i> ”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“ <i>Estive oito meses na Comissão do Porto Central.</i> ”
Contributo de um técnico de Serviço Social na CPCJ de Gaia	6- Como perspectiva o seu papel enquanto assistente social no seio da CPCJ de Gaia?	“ <i>É assim quando entrei para aqui com o estatuto de reforço técnico, pronto acho que estava mais condicionada [...] No início havia funções que não podíamos desempenhar, por exemplo a recolha de consentimento, mas com o volume processual desta Comissão era impossível estarmos a fazer atendimento com as colegas, tivemos que dividir o trabalho e neste momento acho que tenho a mesma função que as outras colegas, estamos a gerir processos.</i> ”
	7-Podia descrever-me, sumariamente, como se processa a intervenção de um assistente social na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?	“ <i>Nós quando recebemos a sinalização podemos fazer diligências sumárias junto da entidade sinalizadora para obtermos mais informação [...] Para avaliarmos a situação temos de recolher o consentimento dos pais ou de quem tem a guarda de facto da criança e partir daí se os pais nos prestarem o consentimento podemos avançar e contactar as entidades.</i> ”
	8- Enquanto assistente social, qual é a importância que atribui, no sucesso de um caso, à relação com a família e o menor?	“ <i>É assim eu acho que aqui Gaia é uma situação muito particular e como disse há pouco, o volume processual é tão grande que eu acho que não fazemos o que queremos ou tudo o que queremos, fica sempre a faltar alguma coisa, é a sensação que eu tenho [...] Acho que como profissional gostava de poder fazer mais, mas a quantidade não permite a qualidade, aqui e eu já tive a experiência noutra Comissão que tinha muito menos processos e o Porto está dividido em três Comissões e era muito mais simples termos um acompanhamento sistemático, por exemplo no Porto eu recordo-me que a criança tinha uma consulta eu podia no dia seguinte telefonar para saber se foi à consulta, aqui é de todo</i>

		<i>impossível [...] Mas, acho que apesar do volume de processos que fazemos um bom trabalho.”</i>
	9- Quais são os instrumentos que tem ao seu dispor para intervir após uma sinalização?	<i>“Acho que uma coisa é atendermos aqui, termos a pessoa à nossa frente e outra coisa é irmos conhecer a realidade, que muitas vezes nos surpreende. Acho que também aqui a Comissão Restrita, estarmos todas juntas para nos ajudarmos umas às outras, a discutir os processos, acho que também é importante, ouvir outras opiniões, não é? Porque é a tal coisa não conseguimos trabalhar como assistente social num processo, se calhar preciso também da Psicologia, da Educação Social, isso não é possível em cada processo e quando vamos discutindo os processos temos as opiniões das colegas.”</i>
	10- Pela sua experiência pessoal, quais são as principais resistências por parte dos menores e das suas famílias quando se inicia um processo de intervenção?	<i>“Uma eu acho que é no fundo estarmos a nos intrometer na vida deles e achamos que o que fazemos é o que está certo. Fazermos perceber que só estamos aqui para ajudar, não estamos para prejudicar a família, nem o menor, mas é complicada aceitarem a intromissão na vida deles e acho que para isso é preciso explicar muito bem qual é o nosso objectivo.”</i>
	11- Na sua perspectiva, quais são as principais necessidades das famílias e dos menores quando aqui chegam à Comissão?	<i>“É assim mesmo em termos habitacionais, a própria estrutura, a casa em si , muitas delas não têm condições, apesar de vivermos já no século XXI há casas que...a questão da humidade, nós entramos nas casas e não passa qualquer tipo de conforto, mesmo visualmente é desconfortável. Depois, a falta de mobiliário [...] A higiene, a falta de higiene é uma coisa assustadora. É claro que depois vai contra os nossos princípios.”</i>
	12- No decorrer de um acompanhamento de um caso costuma prolongar o seu acompanhamento a outras esferas para além da reunião na CPCJ?	<i>“No meu caso em concreto, eu trabalho mais com as instituições de acolhimento porque devido à dimensão do concelho nós temos imensas crianças institucionalizadas e optou-se por estar uma técnica encarregue dos miúdos que estão nas instituições e trabalhamos com as instituições de acolhimento [...] Se as crianças estão numa situação de institucionalização é porque a situação não é favorável, mas pelo menos há mais acompanhamento às famílias porque o que acontecia era os meninos irem para a instituição, não havia um trabalho com as famílias ou ficavam até os dezoito anos ou quando vinham encontravam exactamente o mesmo cenário e pelo menos isso eu acho que está a ser muito bom, está a haver um trabalho com as famílias, no sentido do retorno das crianças e no meu caso concreto eu articulo mais com as instituições de acolhimento.”</i>
	13- Como é elaborado um relatório social e quais as variáveis privilegiadas?	<i>“Normalmente começa-se pela identificação da criança, morada, data e nascimento, a filiação, os dados pessoais também dos pais ou então da pessoa que tem a guarda da criança. Eu normalmente não costumo pôr por parâmetros, faço texto corrido, mas abordo a questão habitacional, a questão económica, as relações intra-familiares, também conhecer um bocadinho o percurso desta criança e desta família para perceber... conhecendo o percurso da família se</i>

		<i>calhar podemos numa situação de maus-tratos muitas das vezes as crianças quando são maltratadas pelos pais, os pais também já o foram e é preciso perceber o passado, de quem tem a responsabilidade das crianças [...] a situação escolar também é muito importante, a questão da retaguarda porque muitas das vezes eles não podem passar com os pais, tem de haver aqui outra alternativa de fins-de-semana, de férias e eu coloco todos esses elementos que vão ser mais fáceis para a avaliação dessa situação.”</i>
	14- Podia descrever-me um ou dois casos que a tenham marcado de forma particular?	<i>“Olhe por exemplo este aqui é um processo de um miúdo que já esta numa instituição desde 2003, ou seja, há sete anos, ele tem onze anos, está lá desde pequenino, a mãe era e é toxicodependente, prostituta, tem a doença infecto-contagiosa e vai e vem e vai e vem e eu nunca consegui encontrar esta senhora, nunca consegui contacta-la, o pai é um senhor já com alguma idade, que ia recebendo o miúdo aos fins-de-semana, nas férias em casa, tinha uma presença assídua na instituição [...] Entretanto, a instituição foi fazendo um trabalho com este miúdo e encontraram uma família de afecto, para ele passar os fins-de-semana. Já é terceira família, esta, que o miúdo tem... todas acabaram com uma rejeição. Esta terceira tem poucos meses, desde o final do ano passado, tem poucos meses mas o miúdo trata por pai e por mãe o casa e nunca mais perguntou às técnicas se o pai tinha ligado, se tinha aparecido [...] E se isso é o superior interesse da criança nós vamos decretar isso, mesmo que o pai não concorde o processo transita para tribunal com a proposta de confiança a pessoa idónea, porque este casal não tem laços familiares. Mas, terá que ser uma confiança a pessoa idónea e depois o tribunal, se a situação estabilizar, pode decretar a guarda ao casal. Eu acho que tem sido um caso de sucesso!”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	15- Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?	<i>“Eu acho que passa muito pelo... é cultural [...] Mas sim, eu acho que sim que tem aumentado, até porque nós estamos a passar uma fase complicada de desemprego e as pessoas perdem mais facilmente a cabeça, não têm paciência e nem tanta tolerância... e acho que é uma conjuntura.”</i>
	16- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	<i>“Eu acho que isso acontece muito, ainda usar o castigo físico ou punir alguma asneira, ou ter faltado às aulas, ou alguma coisa, ainda utilizam muito isso. Mas também acho que, realmente, a falta de paciência, as pessoas também estão esgotadas, com o dia-a-dia, com o trabalho e não têm tanta... não toleram tanto.”</i>
	17- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“De maus-tratos, eu acho que não. Eu acho que isso acontece mais quando há desavenças entre familiares, porque na realidade até nem se passa nada disso... é mesmo só para chatear [...] Entre famílias não me está ocorrer nenhuma situação, mas quando acontece... já não falando tanto de maus-tratos físicos, é numa de desavenças.”</i>
	18- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que	<i>“A toxicodependência e o alcoolismo. Eu acho que sim, o alcoolismo.”</i>

	propiciam situações de maus-tratos?	
	19- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	<i>“Eu acho que sim, que não é só nas camadas mais baixas, nós temos essa ideia, não é? [...] As camadas mais altas conseguem camuflar por mais tempo.”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	20- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos <i>media</i> ?	<i>“É assim, eu acho que só trabalhado directamente com as famílias e com as crianças, é que se tem uma noção mais... porque, muitas vezes, julgamos sem ter conhecimento de causa, não é? E um diz que foi espancado e... mas acho que trabalhando diariamente aqui que se consegue, não é aceitar, mas perceber algumas motivações que tiveram na origem desse mau-trato [...] Mas, eu acho que depois de conhecermos aquela família, aquela realidade... se calhar esta situação posta a público «ah, o avô espancou o miúdo», não espancou, bateu-lhe mais forte. Mas, não se vai perceber o porquê do que se fez.”</i>
	21- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>“É assim, eu acho que já me deparei aqui em situações em que os pais me dizem «ah, eu sei que agora não posso bater, porque se não acontece isto e aquilo...». Sim, eu acho que sim, pelo menos ficam com mais, pensam se calhar um bocado antes de o fazer.”</i>
	22- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“Eu acho que sim.”</i>
	23- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	<i>“Aqui, por exemplo, eu acho que somos muitas para o pouco espaço, não é? Mesmo, não podemos... mesmo aqui a questão dos atendimentos, porque o primeiro contacto que temos com os pais e com os miúdos é feito aqui num atendimento, que é aqui na Comissão [...] Eu acho que é o tempo, acho que devíamos agir... isto é, fazer o acompanhamento muito mais rápido. Marcamos uma vez, eles não aparecem e é quase impossível convocá-los uma segunda vez logo a seguir... passa-se muito tempo e não estamos a intervir no tempo útil daquela criança. Para nós um ano para um adulto pode parecer pouco, mas para uma criança pode parecer muito. Eu acho que aqui o tempo é o principal obstáculo.”</i>
	24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção	<i>“Mas eu acho que é mais ao nível das entidades no concelho, porque muitas ainda não têm o real conhecimento da Comissão. Isto, a prevenção começa com as entidades que lidam diariamente com as crianças. Eu acho que devia ser feito um melhor trabalho na primeira instância antes de chegar à Comissão... e muitos passam imediatamente para nós antes de ser feito esse trabalho de esgotar todos os recursos e depois só passar para nós... E acredito que é isso, que</i>

	neste domínio?	<i>entre aspas entope a Comissão, porque não há aqui um aproveitamento de recursos e é isso que aumenta o nosso trabalho.”</i> <i>“Mas, por exemplo, o absentismo escolar, eu acho que isso deveria ser tratado nas escolas. Se o miúdo está a faltar, se calhar a solução para aquele miúdo não é o ensino regular, mas um curso... não vamos ser nós a impedir que o miúdo tenha absentismo escolar. Tudo bem, fizeram convocatórias aos pais e não apareceram, mas não houve um trabalho com a família daquela criança. E temos aí muitas situações dessas! É assim, nós temos que dispensar a nossa atenção para situações mais complicadas, mas também não podemos deixar essas de parte... é nessas pequenas coisas que vamos perdendo o nosso... não é o perder o tempo, mas vamos perdendo a atenção, que se calhar faz-nos falta para esses processos que precisam de mais atenção.”</i>
	25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“No concelho, eu acho que não. Acho que não há esse tipo de trabalho, esse trabalho deveria passar muito pela Comissão alargada [...] Eu acho que também era importante a educação parental, que aqui também são escassos. Acho que vai havendo mais nas equipas de RSI... mas isso também é só para beneficiários do RSI. Mas isso também não acontece só com essas pessoas e é-nos muito difícil eles aceitarem e perceberem que precisam. Porque os do RSI vão fazendo, porque no fundo são obrigados a fazerem, porque se não participarem nas actividades, nas formações, a prestação é cessada, não é? Então eu acho que também é muito por aí... é quase como uma obrigação, porque têm um castigo. Mas eu acho que é importante haver projectos de formação parental não só nesse âmbito [...] Por exemplo, a educação parental... por exemplo, os pais não estão preparados para lidar com os adolescentes de hoje em dia, porque não são os mesmos de há uns anos atrás. E os pais não estão preparados para lidar com determinadas situações da adolescência. E acho que, se calhar, se houvessem mais encontros com os pais para discutirem esses assuntos, eu acho que era importante.”</i>

2.3.7.Grelha de análise vertical da entrevista à professora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“41”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Tenho licenciatura no ensino de EVT”
	3- Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Vila Nova de Gaia?	“Desde Outubro, sensivelmente, de 2009”
	4- Que funções desempenha para a Comissão?	“É assim eu na Comissão sou representante da DREN, portanto sou eu que tenho os processos relativos às escolas... não a todas, portanto só a partir do 2ºciclo, portanto eu não apanho as crianças do 1ºCiclo e mesmo as sinalizações feitas pelas escolas do 2º e 3º ciclo nem todas vêm para mim porque se já houverem desvios de comportamentos ou até maus-tratos e negligências vão imediatamente com outras técnicas. Eu, basicamente, quando o processo vem para mim é só com o absentismo escolar.”
	5- Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Nesta área? Não, não...foi um desafio que me colocaram e eu aceitei porque gosto sempre de desafios, coisas novas e acho que é muito útil até depois para dar as aulas e para encararmos os miúdos de outra maneira, de outra forma e não vermos só como alunos.”
Papel da escola e do professor no entendimento do fenómeno em estudo	6- Como perspectiva o seu papel enquanto professora no seio da CPCJ de Gaia?	“Acho que é um papel muito útil [...] Lá está eu no meu caso oiço todos porque a partir dos 12 anos já se ouvem os menores e como é a minha fasquia quando eles entram para o 2º Ciclo portanto já os ouço, ouço e eles têm um acto de declarações e eles próprios podem opor-se à nossa participação e intervenção.”
	7-Quais são os sinais mais facilmente perceptíveis por parte de um professor de uma situação de maus-tratos?	“Felizmente nunca tive, no meu percurso, que fazer nenhuma sinalização à escola e muito menos de maus-tratos porque de facto nunca me passou por aí. Mas, se calhar poderia começar a estar com mais atenção ... olheiras nos miúdos, isolamento, algum cansaço estranho em sala de aula e o mais evidente seriam marcas no corpo e lá está no Inverno é quase impossível de ser ver por causa das roupas que se usam, no verão seriam mais fácil, mas pronto nunca tal me aconteceu, mas é provável que tenha colegas que passam por aí.”
	8-Considera que a escola tem vindo a desenvolver um papel activo no que concerne à sinalização de casos de abuso?	“Cada vez mais! Sem dúvida, sem dúvida. E posso quase dizer-lhe por um lado felizmente, por outro lado infelizmente. Felizmente porque estamos mais alerta e quase que somos obrigados e no caso do absentismo somos mesmo obrigados a transmitir aqui à Comissão, portanto torna-nos mais cidadãos. E digo infelizmente porque temos cada vez mais um

		<i>papel social e não de docente [...] É um bocado isso e noto que os professores são cada vez mais menos professores e mais educadores, mais sociólogos, mais psicólogos, mais mães e mais pais, porque se calhar as crianças têm cada vez menos os pais e as mães em casa porque a sociedade também é um bocado isso e se calhar temos que estar um bocadinho mais alerta.”</i>
	9-Considera necessária uma formação específica na área dos maus-tratos para o pessoal docente, com o intuito de melhor identificar os casos?	<i>“Acho que quanto mais munidos nós estivermos melhores profissionais somos do que quer que seja. E lá está e estamos a lidar com crianças, com seres humanos, com um passado que não lembra a ninguém (...) lá está está-nos a retirar o estatuto de professor [...] e se calhar o que seria mais importante, penso eu, em todas as escolas como em algumas já começam a ter um gabinete para um psicólogo, ter também um assistente social, uma educadora social, que realmente são a função deles [...] Se as escolas estivessem apetrechadas mais a esse nível, o professor dava as aulas porque é o que gosta e para o que foi vocacionado e deixava esses problemas mais sociais, as visitas domiciliárias, o contacto mais próximo com a família ... porque se não qualquer dia só há um curso!”</i>
	10-No caso de uma suspeita de abuso, como vê o papel do professor no liame entre a denúncia e os laços desenvolvidos para com o menor e o seu encarregado de educação?	<i>“Acho que nesses casos de abuso ou até mesmo de negligência mais grave, a meu ver, a escola e o papel do director de turma deveriam encaminhar para aqui para uma CPCJ e o caso ficar aqui porque lá está muitos professores que acham que conseguem resolver esses problemas que não lhes dizem respeito e eu começo a pensar que, e há bons e maus profissionais em todo o lado, e pode haver os bons profissionais que se calhar até sabem lidar com a situação e para além de saberem lidar com a situação serem discretos acima de tudo e sigilosos, mas também há os maus profissionais que gostam é de saber as «cusquices» e ir para os conselhos de turma e dizer que aconteceu isto e aquilo e depois é o conselho de turma que diz à professora do lado que não tem nada a ver e passado um bocado aquela menina está marcada.”</i> <i>“E acho que muitas vezes há esta falta de... e lá está não é preciso entrar em muitos pormenores e basta dizer o processo está aqui, está a ser encaminhado... até porque muitas vezes precisamos do apoio dos directores de turma e acho que se houver este feedback E eu tenho tido (e lá está penso que só em Junho é que poderei confirmar) pessoas que neste momento não estão no «mau» caminho precisamente porque eu vou falando com o director de turma, eu vou dando o feedback do que se passa cá, a escola vai-me telefonando a dizer o que se passa na escola exactamente porque tem de haver este dialogo porque eles passam mais tempo na escola do que em casa e às vezes o discurso de casa não é o mesmo discurso da escola e lá está e às vezes temos alguns conflitos e nós temos de ser os mediadores das situações e é complicado e é por isso que eu acho que devemos dar sempre um feedback à escola.”</i>

Representações individuais face ao fenómeno em estudo	11- Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores?	<i>“Eu acho que sim, mas isso é uma questão social. Eu acho que sim porque por um lado estamos, e ainda bem, a tirar os meninos das famílias, mas se calhar não se faz o principal que é educar as famílias e depois há aqueles, mas isso já é uma questão quase histórica, porque há aqueles que se eu fui espancado também vou espancar o meu filho porque não me fez mal nenhum e sou homem na mesma e lá está continuo a achar que os pais muitas vezes é que deviam ir à escola”</i>
	12- Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	
	13- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Isso eu não sei porque eu só trabalho com os processos da DREN. Os processos que estão na minha mesa já passaram pela triagem e só vêm com os elementos de escola portanto ... e é assim ninguém vem cá denunciar que o menino está a faltar à escola, portanto esse tipo de denúncia não aparece.”</i>
	14- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	<i>“Eu acho que pronto, a falta de emprego, a desmotivação que toda a gente tem hoje em dia e juntando o alcoolismo ... como lhe digo não é o tema que eu estou mais à vontade porque não o trabalho, mas quer dizer de uma forma empírica posso dizer-lhe que acho que é isto e os dados mostram isso e as pessoas hoje andam muito stressadas.”</i>
	15- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais ou não? Se não, quais são os grupos sociais em que este problema é mais frequente?	<i>“É evidente que nós aqui temos casos desde quem vive nas boas moradias até quem vive no barraco [...] E lá está as condições que uma pessoa pode dar quando tem mais uma margem de manobra... é um passeio, um fim-de-semana diferente. Há pessoas que trabalham quase até a última hora do dia e acordam à primeira hora do dia e às vezes o sábado e o domingo ou é para fazer as lides da própria casa ou é para fazer umas horas extras e os miúdos estão completamente abandonados, abandonados e pronto e quando não estão abandonados estão a jogar playstation.”</i> <i>“Ai sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida. Até porque repare o alcoolismo não é um fenómeno social baixo porque o alcoolismo tanto pode ser o do vinho rasco da tasca como do bom whisky, não é? E não deixa de ser alcoolismo. Os pais que têm dinheiro para inscrever os filhos em determinados colégios e depois ainda os inscrevem numa data de actividades extra-curriculares isso é uma forma de maus-tratos.”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção /prevenção	16- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos média? 17- Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>“Lá está é o show-off, é a notícia para vender, só passa o que interessa, como é evidente, quanto mais escandaloso melhor e é o que o povo gosta é da novela, é o diz que disse e ninguém se preocupa porque bateu e expõem a criança ao ponto de que para onde quer que ela vá vai ter o dedo apontado e uma coisa defendida pela Comissão – o sigilo – fica todo exposto.”</i>

	18- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“Não estou dentro da legislação a 100%, não é o meu cargo, mas de uma forma geral acho que toda a justiça está muito, muito mal [...] Está na legislação que os pais são obrigados a pôr os filhos na escola, se calhar também está no regulamento interno das escolas e está no direito das crianças que têm de ir à escola e se nenhuma das partes cumprir o que é que acontece em termos legais e jurídicos? Zero! Só pelo absentismo escolar não acontece nada.”</i>
	19- Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	<i>“O papel da CPCJ não pode passar disto porque nós não podemos ir buscar o menino a casa de táxi e levá-lo à escola e acho que tinha que passar obrigatoriamente por uma penalização aos pais (isto é uma teoria que eu tenho que já foi muito contestada), acho que tinha que passar por tirar-lhes o abono (e não estou a falar de famílias de rendimentos, não é?), tirar-lhes o abono, tirar-lhes alguma coisa...porque eu acho que é no bolso que pesam as coisas... e se não vai a bem, vai a mal... é um bocado isto e também um bocado culpa do Ministério da Educação porque acredito que a escola hoje não diga muito a muitas crianças e com uma escolaridade até o 12º ano então vai ser um caos.”</i>
	20- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“Se eu pudesse fazer a proposta à DREN em todas as escolas haveria um professor que seria meu intermediário... portanto eu aqui como DREN trato de todos os processos, mas às vezes torna-se difícil porque ligo para a escola e o professor não está, está em aulas ... tentar que na escola houvesse um intermediário, para tornar as coisas mais fáceis ou até antes de chegar esse processo aqui à Comissão esse intermediário tentava resolver as coisas na escola para que aqui chegasse apenas os casos mais graves.”</i>
	21- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“É assim eu acho que se vai começando a alertar para a prevenção, as escolas começam a fazer alguns workshops para os pais...inclusivamente na escola onde eu estou... não lhe sei dizer se é para os pais, mas penso que sim porque é à noite...vai haver a exibição de filmes sobre o bullying com o respectivo debate sobre o filme. Acho que começa a haver alguma sensibilização para a prevenção, mas infelizmente quem vai a essas secções são quem não tem problemas em casa...os que têm problemas em casa continuam a não ir [...] A prevenção tem de passar pela casa, por educar os pais, o que é extremamente difícil...é muito mais fácil educar uma criança que está ainda em formação, que não tem grandes hábitos nem vícios do que quem já tem 20 ou 30 anos ou de viver na porcaria ou de que não é preciso tomar banho todos os dias, porque não é preciso comer sopa, não preciso ir à escola...«vivi sem saber ler e escrever por isso ele também há de conseguir» e às vezes é difícil mudar mentalidades.”</i>

2.3.8. Grelha de análise vertical da entrevista à directora do Instituto de Medicina Legal do Porto

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	“48 anos”
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	“Doutorada com agregação”
	3- Há quanto tempo trabalha no IML?	“Desde 1989”
	4- Podia descrever-me a sua trajectória?	“Foram vinte e tal anos de trabalho, que têm sido intensos, mas há muito mais pela frente para fazer.”
	5- Quando é que surgiu o seu interesse pela problemática do abuso de crianças?	“Muito cedo... ainda como interna geral eu fui convidada ali pelo PAFAC [...] a ir a uma reuniãozinha no Hospital Maria Pia... uma reunião, um grupo pequeno para falarmos sobre esta problemática e foi aí que eu ouvi falar pela primeira vez de revitimização [...] ouvi falar assim de uns assuntos que para mim eram estranhos mas que me tocaram e depois no nosso dia-a-dia a trabalharmos com estas questões e estando alerta [...] para essas problemáticas começámos a ter um olhar diferente relativamente aos nossos casos porque eu quando comecei a fazer medicina legal, os casos de violência doméstica eram tratados, porque a lei não lhes concebia nenhum privilégio especial, eram tratados como se de vulgares ofensas à integridade física fossem [...] foi nessa altura com essa reunião que me começaram a picar e a dizer é preciso olhar de forma diferente, só que na altura não havia nenhum suporte legal, não havia nada e portanto foi tudo evoluindo de forma muito lenta e estava-se nessa altura a falar de possíveis Comissões, que na altura nem se chamavam Comissões de Protecção eram Comissões de Crianças [...] quer dizer passaram vinte anos e o panorama português mudou completamente, todos nós crescemos muito à custa do esforço dessas pessoas que tiveram no início, quando não havia nada, a capacidade de ver mais adiante e começar a alertar para os problemas e pronto e a mobilização foi crescendo, foi crescendo e agora é muito grande, agora as pessoas estão muito preocupadas com isto [...] Entretanto, as Comissões de Protecção criaram-se e fomos desenvolvendo outras capacidades e acho que estamos a milhas do que era, mas muitíssimo trabalho por fazer, muitíssimo trabalho, que para mim é extremamente angustiante... porque gostaríamos que fosse pronto é isto... amanhã já está tudo pronto, mas não está porque isto passa por ir mudando as mentalidades, trabalhando com as pessoas, então é

		<i>muito um trabalho tipo apostólico...é ir no meio de muitos deixar a mensagem e esperar que um ou dois perceba e passe a mais dois ou três e tentar fazer esse trabalho assim e é.”</i>
	6- Anteriormente a esta experiência profissional, já trabalhou noutra serviço em que tivesse que lidar com a problemática dos maus-tratos?	A entrevistada trabalhou desde sempre no IML do Porto.
Funcionamento do IML e articulação com outras instâncias	7- Em que circunstâncias é que é requerida a perícia médico-legal a crianças?	<i>“De acordo com a nossa legislação a perícia médico-legal pode ser requerida pela vítima, se já tiver idade para o fazer, pelo seu representante legal, por uma associação de apoio à vítima, por qualquer profissional que perceba...das Comissões, por exemplo, dos hospitais, que perceba que a criança possa estar em risco ou em perigo, assim como, naturalmente, pela polícia, Ministério Público ou pelos tribunais [...] em principio não nos pedem uma perícia médico-legal na suspeita de um abuso psicológico, podem pedir depois a uma perícia psicológica-forense não com este carácter de urgência que será um crime sexual, portanto essencialmente são pedidos nos casos de abuso físico e/ou sexual e podem ser realizadas mesmo antes da intervenção do Ministério Público.”</i>
	8- Quais são os profissionais envolvidos na perícia?	<i>“Perícia propriamente dita são os médicos-legistas ou se não for feito nas delegações onde existem especialistas de medicina legal, como é o meu caso, por peritos médico-legais, que são os que estão nos gabinetes médico-legais”</i>
	9- Podia descrever-me o procedimento de verificação de uma possível situação de maus-tratos?	<i>“É um trabalho complicado [...] isso tem que ser feito como nós dizemos step by step, passo a passo, com muito cuidado tanto no que se refere à observação das lesões, como de sequelas que possam existir, como no que se refere à conservação dessas lesões através do registo fotográfico [...] tanto no que se refere à colheita dos vestígios... nós temos que colher com correcção e ainda, porque não é menos importante, no que se refere à preservação desses vestígios e à garantia da cadeia de custódia entre o momento da sua colheita e a entrega desse material no laboratório [...] depois desse exame todo feito, o que nós vamos tentar fazer é avaliar a compatibilidade entre aquilo que nos foi descrito, o mecanismo do traumatismo, a data em que ele foi produzido e as lesões e os danos que observámos e vai ser desse confronto que nós vamos perceber se de facto aquilo é um caso suspeito, se poder ter sido o tal acidente que nos disseram que foi ou não, se efectivamente estamos perante uma situação... até porque as lesões sugerem muito isso e não só... é muito difícil fazer e é o nosso trabalho e é difícil, acredite, o</i>

		<i>diagnóstico diferencial entre aquilo que é abuso e aquilo que é um acidente, que pode ter sido uma agressão por um animal, que pode ser uma doença natural.”</i>
	10- Qual é o papel dos pais de um menor no processo de perícia?	<i>“Quanto aos pais...é assim o consentimento é um problema que tem culminado, prejudicado este processo, porque uma coisa é o processo de promoção e protecção e outra coisa é a investigação criminal [...] portanto violência doméstica, aquelas situações que acontecem no contexto da família e os maus-tratos aqueles que acontecem no contexto institucional ou num espaço em que a pessoa estava obrigada a proteger e estas situações constituem um crime público e como tal nós somos obrigados a recrutar e necessariamente vai haver, se o Ministério Público assim o entender, uma investigação criminal relativamente a esta questão. Ora se o crime é público e nós enquanto profissionais somos obrigados a sinalizar, a comunicar e se mesmo não sendo profissionais do Estado, a Lei das crianças também nos põe no dever de comunicar... temos que nestas situações que comunicar (que é o que as Comissões de Protecção têm de fazer e não faziam e muitas não fazem e estão a agora a perceber que têm que fazer) temos que comunicar imediatamente a suspeita ao Ministério Público e não ir pedir a supostos abusadores que são os pais a autorização para intervir, uma coisa é a autorização para intervir no processo de protecção e promoção, para o qual as Comissões têm natural competência, outra coisa é ter um caso de suspeita de crime público entre mãos para os quais a Comissão não têm nenhuma competência e a única obrigação que têm, a obrigação legal, é de comunicar ao Ministério Público [...] a Comissão Nacional também já mudou a sua perspectiva e já aconselha que as situações sejam efectivamente denunciadas, porque nas Comissões, os professores nas escolas, os médicos nos hospitais não têm capacidade, não têm a mão forte que tem o Ministério Público para intervir em termos de segurança destas crianças e o que nos acontece de vez em quando, felizmente muito raramente, mas de vez em quando já é suficiente porque não queremos que aconteça vez nenhuma, é que as crianças ou nos aparecem com lesões muito graves ou mesmo mortais... casos que estavam a ser acompanhados, mas não foram sinalizados, não foram retirados a tempo.”</i>
	11- Consoante o resultado da perícia, qual é o passo seguinte a ser tomado?	<i>“Num grande número de casos a perícia é negativa nos crimes sexuais numa percentagem mesmo muito alta de casos, cerca de 60%, porque muitas das práticas não são introduzíveis, não causam lesões, os abusadores já lavaram as crianças ou têm cuidado [...] Então, o exame médico-legal é fundamental</i>

		<i>para despistar a possibilidade de existência de lesões, mas muitas vezes é negativo, isso significa que não deve por isso o processo ser arquivado ou considerado não provado, mas antes que devem ser promovidos outros exames absolutamente fundamentais neste caso para que se possa despistar a situação. Quais são esses exames? São os exames de psicologia forense e as avaliações sociais, para a avaliação de factores de risco, etc, para compreender a problemática daquela criança e daquela família, que muitas vezes é o que está em causa ou da instituição.”</i>
Perspectiva médico-legal sobre o fenómeno	12- Como é que a perspectiva médico-legal tem vindo a evoluir, num cenário em que o próprio entendimento do que são os maus-tratos e suas modalidades se torna cada vez mais amplo?	<i>“A perspectiva médico-legal propriamente dita, da avaliação pura e dura de lesões e sequelas não muda nada...nós continuamos a descrever e a dizer como é que a lesão foi feita, com que grau de gravidade, há quanto tempo, com que instrumento, etc [...] É evidente que cada vez mais temos melhor apoio a nível dos exames complementares, designadamente da genética, cada vez mais as técnicas são mais avançadas, com menos quantidade de DNA, com material mesmo mais contaminado conseguem-se hoje fazer melhores resultados...resultados que antes não se conseguiam, temos um suporte ao nível imagiológico muito melhor, o que também tem ajudado nas nossas perícias, mas sobretudo temos mais consciência e aquilo que alterou mais foi a forma de estar perante a vítima, a tal não contaminação de relatos, de que lhe falei, uma abordagem psicológica obrigatória que nunca foi prática e ainda não é, nem todos os peritos entendem isso como bom e o fazem, ainda que o Instituto Nacional de Medicina Legal tenha publicado já e divulgado as normas de boas práticas que obrigam à realização sistemática de avaliações psicológicas forenses nestas áreas, portanto tem havido alguma evolução sim à luz de um melhor conhecimento científico deste fenómeno.”</i>
	13- Quais são as evidências mais comuns e que conduzem à suspeita de maus-tratos?	<i>“Serão por um lado o testemunho pela própria vítima ou por terceiros portanto, o conhecimento de factos, que podem ser verdade ou não, depois os indicadores, indicadores que são físicos, de lesões, pisaduras que observam, sexuais... também eles físicos, mas aí há outros como vestígios biológicos...esperma, saliva, pêlos do agressor, etc, etc, alguns cabelos, fibras das roupas, todos esses elementos...também nos indicadores físicos alguns deles existem...elementos que podem demonstrar que efectivamente aquela pessoa foi tocada, houve algum tipo de luta com aquele indivíduo que é suspeito, por exemplo através de um estudo ungueal, do espaço entre o dedo e a unha podemos ver se a vítima se defendeu, se lutou com ela.”</i>

		<i>“Portanto, essas situações, tudo o que nós vemos é preciso um duplo, um triplo olhar, para efectivamente poder confirmar, consolidar aquele diagnóstico, fundamentá-lo e nunca ser um diagnóstico que resulta do ...«ai eu tenho uma doença sexualmente transmissível» ok, mas nós vemos ver porque é que a tem, vamos procurar outras evidências e depois então é que vamos procurar outras evidências e depois é que chegamos ao diagnóstico. Uma evidência só é muito complicado.”</i>
	14- Quem costuma acompanhar as crianças ao IML?	<i>“Não lhe sei dizer... sei lhe dizer quem é que costuma, se me falar em ordem de frequência, não sei. Podem vir muitas vezes com os técnicos da Comissão outras vezes com a polícia, às vezes com os dois, outras vezes vêm com professores das escolas, mas em geral passam para as Comissões e vêm cá, outras vezes vêm com familiares, outras vezes são os próprios pais que as trazem... depende do que estamos a falar, de quem é o suspeito abusador...é muito variado.”</i>
	15- Qual o tipo de maus-tratos mais frequente?	<i>“Para já o que eu tenho aqui são suspeitas de, porque eu ainda não sei o que eu tenho de facto, estamos agora a levantar as sentenças e já constatámos que por muitas que analisamos que na maior parte dos casos são arquivados, muitos são considerados ofensas à integridade física. Depois no fim tudo espremidinho considerado abuso de facto à luz do código penal não são se calhar nem metade do que passa... não quer dizer que não tenham sido, mas depois não haviam evidências e pronto e já está e fica assim.”</i> <i>“Desde que começámos a fazer este barulho todo e a insistir na necessidade de sinalização todos os dias temos situações de abuso em crianças...todos os dias e eu acho que o número de casos de abuso físico já ultrapassou o abuso sexual, mas pedi para me levantarem isso porque na estatística que nós temos mensal tem as situações intra-familiares, mas sem as separar pelas idades e portanto não sei, sei que têm aumentado muito em relação às extra, já ultrapassaram. As intra-familiares eram muito menos que as extra agora já aumentaram, já ultrapassaram as extra-familiares.”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	16- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os mais jovens?	<i>“Um aumento há, mas esse aumento deverá na minha perspectiva traduzir mais a disponibilidade das pessoas para identificarem as situações do que propriamente porque o fenómeno está a alastrar-se, está a aumentar, não parece, o que parece é que nós estamos todos mais atentos e portanto vemo-lo melhor. Se a gente não reparar nas coisas não as vê.”</i>
	17- Na sua opinião, que factores é que estão na	<i>“Um dos grandes problemas neste momento, porque o código penal refere nos seus artigos 152 e 152ª</i>

	origem dessa evolução?	que o castigo físico é também uma forma de violência doméstica ou de maus-tratos é também um problema muito grande para os médicos que estão no terreno, para os professores nas escolas que vêem a marca de uma bofetada e pensam isto é abuso ou não é? O que é que eu faço agora? São eles que naquela altura têm que decidir e portanto...fazer o exame físico é muito importante, é fundamental, mas antes ainda às vezes há esse outro diagnóstico prévio, chamemos-lhes triagem das situações, que é particularmente complexa porque nós estamos inquinados com muitos preconceitos, não é? Achávamos que aquilo era normal, agora de repente dizem-nos que aquilo não é normal, como é que nos posicionamos? O que é que fazemos?” “Estamos naquela fase do «nim», sobretudo por causa do castigo físico, não é? [...] Por um lado, factores socioculturais evidentes, formas de estar na vida que foram sempre no sentido de dar um determinado tratamento quer à mulher quer à criança que de repente com esta coisa...com a emergência dos direitos humanos e um novo olhar sobre essas questões passaram a já não ser aceitáveis, já não ser tolerados [...] Ora, isso significa sobretudo e traduziu-se na Lei, traduziu-se nas recomendações internacionais de vários organismos, mas há-de traduzir-se nas mentalidades...isso é muito mais lento e portanto ainda hoje estamos a viver essa cultura, essa herança cultural que temos de que é normal o marido bater na mulher, é normal o pai bater no filho [...] Mesmo as pessoas que estão, como nós aplicadas e a acreditar que o caminho é o da não-violência...mas às vezes faz-me perder a cabeça, apetecia-me era dar uma bofetada ou dar-lhe um murro, porque nós vivemos numa sociedade de imenso stress e temos limitações e de repente a nossa forma de reagir, o nosso escape há-se ser por uma via uns ficarão mais apagados, mais deprimidos, outros explodem e de facto as situações de stress que se colocam em algumas famílias podem ser altamente potenciadoras de comportamentos que de um momento para o outro e nós nunca sabemos qual é o momento em que é normal e depois já passa a ser violento...começa a discussão e umas palavras puxam as outras...é assim que se diz, não é? [...] Agora que a nossa sociedade é uma fonte geradora de stress, de conflitos, é e esses conflitos irão se marcar no espaço onde supostamente deveríamos estar a dar mais apoio, mais suporte e também receber, mas onde se calhar estamos mais à vontade... eu aqui no trabalho vivo o stress todo o dia, mas tenho que me conter porque há regras, há normas, se não perco o emprego, mas depois chego a casa e explodo e
--	-------------------------------	---

		<i>quem «paga as favas», desculpe-me a expressão, vão ser aqueles que me são mais próximos, aqueles que se calhar são mais queridos, mas que efectivamente vão sofrer com o meu comportamento que de repente se manifesta como violento e lá vão aquelas três miúdas pela janela fora do segundo andar.”</i> <i>“Muitas vezes o que nós percebemos, estou a falar de crianças, não estou a falar mulheres nem de idosos porque podem existir factores diferentes, mas muitas vezes o que nós percebemos é que os pais nem lhes querem mal, nem lhes queriam bater mas simplesmente já não têm mais capacidade e as crianças são implicativas e portam-se mal e eles já não toleram mais o stress e acabam por reagir violentamente e acham e acreditam que aquela é uma forma normal de agir porque eles próprios foram submetidos a comportamentos desse género e portanto isto tem muito mais a ver com o social, com o cultural também, mas muito com o social, do que propriamente com as pessoas serem más e quererem fazer mal ao outro...não é tanto por aí. Por isso, a justiça punitiva ou a justiça criminal tem que actuar, evidentemente, porque tem que haver uma norma que puna efectivamente estas situações porque algumas são graves, algumas são muito graves, algumas vezes querem fazer mal mesmo”</i>
	18- No que concerne à sinalização dos casos, quais são os principais agentes de denúncia?	<i>“Podem vir muitas vezes com os técnicos da Comissão outras vezes com a polícia, às vezes com os dois, outras vezes vêm com professores das escolas, mas em geral passam para as Comissões e vêm cá, outras vezes vêm com familiares, outras vezes são os próprios pais que as trazem...depende do que estamos a falar, de quem é o suspeito abusador...é muito variado.”</i>
	19- Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Neste momento estamos a desenvolver um estudo prospectivo para tentar perceber quem é que sinaliza, porque é que sinaliza, como é que sinaliza, mas não temos essa informação, tenho muita pena, mas por exemplo poderá encontrá-la junto da APAV, junto de outras que tenham quem faz a denúncia.”</i>
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais?	<i>“Claro que pode dizer «mas este fenómeno é transversal e as classes socialmente mais favorecidas também padecem dele», é verdade que sim, mas também aí continuam a ser estes problemas... o excesso de trabalho, o excesso de envolvimento nestas e naquelas funções sejam sociais, sejam laborais, mas é sempre a situação do stress, da pessoa levada ao limite que depois reage de uma forma que ela própria não controla.”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção e prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>“É assim eu acho que o trabalho deles tem sido importantíssimo no sentido de informar a comunidade, de a sensibilizar, não só ao nível da informação que efectivamente passam através de noticiários, mas</i>

		<i>também na inclusão desta problemática nas telenovelas.”</i>
	22- Na sua opinião, quais são os impactos das diferentes campanhas mediáticas na sinalização de casos?	<i>“Acho que tem sido importantíssimo [...] eles têm muito mérito nisso, tem passado muito, muito, têm batido muito no assunto e as pessoas acabam por se convencer...é como os reclames, nós não ouvimos os reclames com atenção [...] mas ouvimos tantas vezes aquele nome que quando chegamos à prateleira do supermercado qual é que vou escolher? É aquele nome que nos salta à cabeça e com isto acontece a mesma coisa...e os maus-tratos, «isto é abuso, é abuso», «isto é maus-tratos», «isto é violência doméstica»... «eu nem estava a dar muita atenção, estava a fazer crochet, ou outra coisa qualquer, mas de repente olho e penso epah a minha vizinha está-se a queixar disto... isto é abuso... eles diziam que era preciso ir falar à policia»...acaba por entrar, isto muda as mentalidades...devagar, mas acaba por entrar, acaba por marcar as pessoas.”</i>
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“Há coisas que faltam, mas se quisermos trabalhar bem já temos legislação mais que suficiente para nos apoiar, com essas excepções que no caso da memória futura é mesmo muito, muito importante repensar. O que se passa é que nós não conseguimos nos organizar ainda, nós estamos muito desorganizados, continuamos a trabalhar cada um para seu lado...agora já começámos a fazer uns protocolozinhos e eu estou muito feliz porque este ano já fizemos dois... já fizemos um com o DIAP e outro com o hospital e vamos fazer mais se Deus quiser, mas depois é preciso que os protocolos funcionem, que as pessoas os leiam e isso, por questões culturais não temos muito esse hábito. Pronto e não nos conhecemos uns aos outros [...] mas a maior parte não nos conhecemos, conheço o DIAP muito bem porque eles estão-nos sempre a chamar, mas não conheço assim à volta outros tribunais e se nós trabalhamos em conjunto era muito importante que nos conhecêssemos, era muito importante que as pessoas que trabalham nisso fossem sempre as mesmas, que não mandassem mudar magistrados, que não mandassem mudar policias, porque agora estão nos crimes sexuais e agora passam para o crime económico e a gente nunca sabe quem é quem, não temos referências e isto está a falhar muito mais que a legislação... a legislação era preciso uns ajustes, mas se nós a quisermos aproveitar podemos trabalhar com ela, precisávamos era de nos organizarmos e essa organização vai passar muito por ter uma entidade única, claro que vai ser sempre o Ministério Público a coordenar todo este processo, mas uma entidade que esteja sobre a alçada do Ministério Público e que condense nela todas as situações,</i>

		<i>porque de outra forma não me parece...isto está tudo pulverizado.”</i>
	24- Ao nível legislativo, que medidas poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“Está a haver um esforço grande para isso, a Direcção Regional de Saúde também está a trabalhar nesse sentido, já trabalhamos com eles ao nível da infância, agora vamos começar com eles um grupo de trabalho sobre a terceira idade [...] Temos que ter consciência que isto é uma abordagem muitíssimo complexa...complexa pelo fenómeno propriamente dito e complexa porque envolve muita gente e quando se trata de muita gente é complicado articularmos, mas vamos chegar lá.”</i>
	25- Por último, considera, ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“Temos que intervir mas com a consciência de que na maior parte dos casos o problema é um problema social, é resolver a questão da pobreza que não se resolve e cada vez está pior, é resolver a educação... preparar as pessoas com competências parentais, que ninguém os ensina a ser pais a resolver uma série de problemas sociais e se calhar funcionávamos todos muito melhor [...] Tentar perceber a génese do comportamento humano ao fim ao cabo e destes fenómenos... é muito importante trabalha-la porque muito da prevenção destes problemas passa por dotar a vítima de maior capacidade para se auto-proteger, para saber reagir, etc, mas passa também por trabalhar com estes indivíduos, evitar que eles se desenvolvam como indivíduos violentos.”</i>

2.3.9. Grelha de análise vertical da entrevista à fundadora da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópicos	Perguntas	Respostas
Perfil do entrevistado	1- Qual é a sua idade?	<i>“Tenho 53 anos.”</i>
	2- Quais são as suas habilitações académicas?	<i>“Sou licenciada em Serviço Social.”</i>
	3- Que funções desempenha neste momento na Câmara Municipal de Gaia?	<i>“Na Câmara sou directora do Departamento da Acção Social e Saúde.”</i>
	4- Há quanto tempo deixou de estar profissionalmente ligada à Comissão?	<i>“Eu deixei a Comissão sensivelmente em 2003 [...] vim a exercer funções de direcção aqui na Câmara novamente [...] e nessa altura foi uma colega minha que pertencia à divisão que foi para lá a tempo inteiro e portanto como são pessoas que lá estão e como hierarquicamente dependem de mim acaba sempre por haver uma ligação com a Comissão.”</i>
	5- Em que circunstâncias deixou de estar à frente da CPCJ de Gaia?	<i>“Em 2003 convidaram-me para eu vir para aqui para chefiar novamente, na altura era divisão, agora passou a departamento e eu vim para cá, portanto foi essa a razão que fez com que eu viesse para aqui.”</i>
	6- Qual a relação que ainda hoje mantém com a CPCJ?	<i>“Eu sou funcionária da Câmara há vinte e sete para vinte e oito anos e mais um ano que estagiei cá, portanto já ando por aqui quase há trinta anos, ou seja, quase tudo o que é acção social em Gaia nasceu um pouco comigo fruto de eu estar aqui na altura e de estar a iniciar todo o movimento das IPSS no concelho, cooperativas, etc. Portanto, acabo por estar ligada ao historial da maior parte dessas instituições.”</i> <i>“Total! Não diária, mas quase [...] deve ter-se apercebido que vamos criar agora a segunda Comissão, coisa que anda aqui também redonda e embaralhada, de qualquer forma ainda ontem tive a ver os espaços para a instalação da outra Comissão, portanto como quem tem as instalações e a logística é a Câmara então automaticamente sou eu que tenho que criar ou tentar propor as condições para a criação da segunda Comissão e estou imbuída disso [...] nós Câmara, como qualquer outra Câmara, acabamos sempre por estar muito ligados à Comissão. As Comissões sempre independentes das autarquias e da Segurança Social acabam sempre por estar mais acarinhadas e mais ligadas às Câmaras.”</i>
Contributo para a fundação da	7- Em que ano surge a CPCJ de Gaia?	<i>“Surge em 1995.”</i>

CPCJ de Gaia	8-Podia relatar-me, de forma sumária, em que circunstância surge a necessidade da criação de uma CPCJ aqui no concelho de Gaia?	<i>“Surge porque eu penso que é nessa altura que se começa a falar nas Comissões e que há apoio para alguns projectos-piloto [...] a Câmara de Gaia foi das primeiras no país, penso eu, fomos dos primeiros a mostrar a disponibilidade [...] Tinha a ver com o disponibilizar técnicos para estarem lá e técnicos administrativos também para criarmos um espaço [...] Um espaço que fosse a própria Câmara que o custeasse, quer o espaço quer depois os equipamentos que lá se põem.”</i>
	9- De que forma a Doutora Olívia Rito começou a colaborar nesse projecto?	<i>“Na altura houve muito empenho na Câmara e foi acolhido com muito interesse e foi um trabalho muito interessante e como lhe dizia foi muito importante essa magistrada do Ministério Público [...] porque aquilo tem muitos procedimentos digamos de âmbito dos tribunais, judiciais, administrativos, que não fazem parte do meu dia-a-dia, nem de uma Câmara [...] não havia formação, nem essas coisas, portanto quem tinha a sorte de ter uma pessoa do Ministério Público que se interessava, que estava presente e automaticamente também foi uma área pela qual me apaixonei, sinceramente.”</i>
	10- Quais são as motivações do ponto de vista ideológico e social que estiveram na base da fundação da Comissão? 11- Como é que os casos de maus-tratos a menores eram tratados antes da existência da Comissão?	<i>“Sociais é obvio que é dar resposta a um concelho como o nosso [...] porque como a Câmara era mais pequena no seu todo os problemas chegavam-nos de uma forma diferente [...] nós éramos aqui, entre aspas, meia dúzia de técnicos na altura, entre a Segurança Social, Câmara, etc, portanto as problemáticas do alcoolismo, maus-tratos que se passava mas que nós realmente não tínhamos resposta, porque as questões sociais eram mandadas para tribunal e no tribunal isso eram questões que ainda não eram pegadas da melhor forma porque eram assuntos que ou realmente havia um mau-trato claro da criança, ou seja, crime ou não sendo crime era muito complicado haver qualquer tipo de punição ou de cuidado [...] aí foi claro para nós que seria importante analisar estas problemáticas ligadas aos maus-tratos e às negligências graves e daí a nossa motivação por criarmos esta estrutura aqui no concelho.”</i>
	12- Aquando da fundação da Comissão, quais os recursos humanos e logísticos que tinha à sua disposição?	<i>“Olhe humanos eu penso que a tempo inteiro que não estava lá ninguém, estava lá uma administrativa, mas técnicos a tempo inteiro não tínhamos lá ninguém, só passado um ano de se ter criado a Comissão tivemos lá uma jurista, uma jurista que, pronto uma moça nova que aceitou ir para lá trabalhar e porque nós sentimos muito esse peso dos formalismos e que é importante e ela é que iniciou esse trabalho lá [...] estava a Segurança Social, estava o Ministério Público [...] eram pessoas que estavam muito sensibilizadas nesta matéria e</i>

		<i>conheciam bem a zona e também a dimensão, o número de processos era muito inferior em comparação com hoje em dia [...] Da parte das escolas, por acaso também tínhamos uma senhora que era psicóloga e que foi uma mais-valia éramos à volta disso...éramos três/quatro técnicos a meio tempo, nem meio tempo.”</i>
	13- Considera que a evolução da Comissão anda a par com o reconhecimento da problemática dos maus-tratos? Ou, então, a realidade supera a capacidade de resposta da Comissão que vai, paulatinamente, procurando adaptar-se ao volume de casos?	<i>“Hoje há uma maior sensibilidade e há muito mais por parte das escolas resultado de alguma sensibilização que tem sido feita ao longo destes anos que leva a que realmente as pessoas hoje em dia sem qualquer problema fazem a sua comunicação à Comissão, o que há uns anos não acontecia, só casos realmente mais graves é que apareciam [...] Repare, nestas áreas sociais é muito difícil medir resultados [...] De qualquer forma eu penso que quer os técnicos que vão hoje em dia para estas áreas quer a formação que se vai dando, a própria Comissão Nacional hoje em dia considero que é activa, tem o seu corpo técnico, tem um apoio estruturado, o que aqui há uns anos também não acontecia. Alguns instrumentos de trabalho...só há bem pouco tempo é que a Comissão Nacional conseguiu pôr uma ficha que está uniforme em todo o país, por computador, não é? Fora disso havia fichas [...] depois juntava-se aquilo tudo e fazia-se uma contagem no final do ano. De maneira nenhuma nos dava a fotografia daquilo que se passava, mas pronto pese embora a boa vontade das pessoas e do muito que eu penso que se trabalhou nesses concelhos todos e que se fez sempre com o tribunal, com quem se trocava algumas experiências, mas não há dúvida que quer a formação dos técnicos, quer a especialização, quer o número de técnicos, quer a abertura que há.”</i> <i>“Haver uma Comissão é importante, onde não há aquele peso institucional dos tribunais, agora as Comissões também estão a crescer de tal forma que já são serviços, não é? Eu própria me questiono muitas vezes se as Comissões com o objectivo que foram feitas e que na altura foi muito, digamos numa tentativa de mediação, é quase, não é? Mediação de conflitos, mediação familiar, era esse o grande objectivo para as coisas não chegarem a tribunal. Hoje em dia, fruto do número crescente e da forma como aquilo está meio institucionalizado, porque aquilo já não são as pessoas que pegam nos processos, são técnicos que intervêm, que estão ali presentes e eu não sei ate que ponto seria necessário pensar estas coisas e se assim fosse eu penso que se calhar que alguns temas que passam pelas Comissões e que se calhar não teriam necessidade de passar...tudo o que der origem a processo-crime [...] Portanto, abuso sexual, maus-tratos</i>

		<i>graves não deviam passar pela Comissão, isto automaticamente devia transitar para o tribunal, serem julgados e também nos tribunais há a Segurança Social que poderá depois trabalhar as famílias. Eu acho que aí está demasiado alargado. As Comissões deviam continuar no âmbito em que estão, desta mediação, protecção, mais promoção e protecção.”</i>
	14- Tanto na sua altura, assim como nos dias de hoje, quais considera que são os principais obstáculos que os técnicos encontram?	<i>“Olhe um dos obstáculos é precisamente esse, ser muito trabalho, é muito trabalho, é muito difícil trabalhar com estas pessoas e também muitas vezes há pouca colaboração das próprias pessoas, é um ambiente em que se mente muito, é um ambiente em que é preciso muita preparação para trabalhar nestes sítios e às vezes oiço pessoas a dizer «já tenho três anos de prática», tudo bem mas as pessoas mentem com muita facilidade, as próprias crianças também mentem.”</i>
Representações individuais face ao fenómeno em estudo	15- Considera que o número crescente de técnicos com diferentes formações académicas que actualmente integram a Comissão corresponde a um reconhecimento diferenciado, face ao seu tempo, das dimensões subjacentes aos maus-tratos?	<i>“Eu acho que a existência de equipas multidisciplinares é bastante importante [...] isso é fundamental e que este reforço que foi feito foi determinante para realmente se começar a trabalhar de uma forma diferente, porque no fundo muitos destes miúdos geralmente têm percursos de vida e histórias de vida tremendas, não é?”</i>
	16- Qual é a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos aos mais jovens aqui no Concelho?	<i>“É muito difícil porque se formos a ver cada vez temos mais processos [...] Eu penso que também hoje em dia as Comissões...as pessoas sinalizam com muita facilidade, o que não acontecia há uns anos atrás e realmente o que hoje em dia se diz e ainda no outro dia ouvia a Secretária de Estado a dizer «na dúvida sinalizem», eu também digo isso na dúvida sinalizem só que há aqui uns anos não era isso, portanto este número de processos a mim não me diz nada...se estamos melhor ou pior [...] também há uns anos atrás era aceitável certas coisas que hoje em dia não são, em termos de educação, em termos de regras, em termos de muitas circunstâncias que hoje em dia são quase impensáveis, mas também estava-se a chegar a outro tipo de extremos [...] começa a haver às vezes um certo ambiente de medo nas próprias pessoas, que leva a que as próprias pessoas sinalizem [...] ao passo que o vizinho não se metia e hoje já se começa a meter e a própria família já começa a denunciar e aqui há uns anos ninguém se queria meter, havia muito essa postura e hoje não, hoje em dia as pessoas sinalizam, falam, denunciam. A questão é que eu acho que valorizou-se muito o conceito de ser criança.”</i>
	17- Na sua opinião, que factores é que estão na origem	<i>“Eu penso que por um lado é haver muito mais informação e uma maior visibilidade das</i>

	dessa evolução?	<i>questões [...] é curioso porque eu penso que para a maior parte dos cidadãos a ideia será inversa porque se ouve falar muito mais em questões dos maus-tratos nos media, porque há uns anos só quando houvesse uma desgraça é que vinha e agora parece que quase todos os dias nos aparecem desgraças [...] que o cidadão comum pense «isto cada vez está pior», mas eu penso que não, eu penso que as coisas estão a melhorar e hoje em dia temos uma taxa de cobertura no concelho da rede pré-escolar que leva a que nós tínhamos hoje praticamente os indicadores que nos pedem... estão a ser cumpridos.”</i>
	18- Considera que tem havido alterações na família e na relação que esta estabelece com outras instituições sociais (como a escola, com a comunidade local, etc), que levam a uma maior identificação de situações de maus-tratos?	<i>“Perde-se muito tempo [...] quando há separações e divórcios as coisas são agrestes, mais no feminino, sejamos modestos, que depois acabam por não ter um acesso tão directo à criança porque depois as próprias mães zangaditas não querem e as pessoas começam a vir cá porque ela tem um namoro e é muito curioso e depois as pessoas vêm denunciar e depois há essas relações que são relações na família, não é? E depois as pessoas andam ali e perde-se muito tempo...os técnicos, mas temos que atender e depois há custo do mau-trato que não é mau-trato nenhum faz perder, mas também reconheço que quem é técnico e trabalha nesta área é uma responsabilidade muito grande mandar arquivar um processo e portanto muitas vezes a pessoa anda ali e perde-se muito tempo com essas questões, que são novas, que há uns anos não se punha.”</i> <i>“Há casos de mulheres sozinhas, eu acho que nos últimos anos têm-se sentido muito mulheres sozinhas, com filhos, até algumas com carreiras... professoras, mas que também fruto da sua vida, da sua vida profissional, dos miúdos, de estar sozinha, da casa, são também pessoas com depressões e que às vezes também têm problemas complicados com os miúdos.”</i>
	19- Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	<i>“Uma questão dos maus-tratos eu penso que é sem dúvida estas questões do alcoolismo, muitos problemas ligados também com a saúde mental [...] Depois aquela questão da negligência que tem a ver muito com a falta de formação, este é o grande problema pelo menos aqui do nosso concelho, há realmente muitas famílias que as pessoas não sabem como é que vão tratar dos seus filhos...a criação da «geração bollycao» e é muito complicado realmente alterar certas coisas, alterar este tipo de comportamentos e há as negligências e pronto e depois não há respeito, depois não se acorda a criança para ir para a escola e de uma pequena negligência que é o «não vais hoje vais amanhã» e depois deixa de ir e depois há uma série... .constata-se</i>

		<i>por exemplo que uma pessoa que não tome banho, não tem necessidade de tomar banho, quer dizer não sente... estas pessoas não têm e também não transmitem aos filhos e nós temos ali muitos casos na Comissão daquela negligência que não é uma negligência grave, mas essa negligência é que está a criar esta nova geração cheia de problemas.”</i>
	20- Considera que este é um fenómeno comum a todos os grupos sociais?	<i>“É comum, mas se calhar nas classes mais elevadas não há tanta negligência, mas o abuso emocional e psicológico é muito mais evidente e há casos realmente impensáveis e há casos dolorosos até de abusos sexuais em classes altas [...] Agora há outro tipo de problemática que as pessoas imbuídas na sua vida, nas suas carreiras profissionais... mas muitos desses casos também eu acho que não chegam à nossa Comissão, que é difícil, mas há essas questões de abandono de outra forma, porque a criança pode estar abandonada ou sozinha lá num canto em casa ou se calhar na rua com uns amigos, está porreira, está brincar ou pode estar isolada numa belíssima casa junto ao computador e também está isolada e se calhar a sentir mais a falta de alguém do que o miúdo que está na rua com os amigos, quase que uma família alargada que estas pessoas criam em meios extremamente pobres e que as crianças se sentem bem, se sentem felizes ali no meio daquilo tudo [...] mas a maior parte dessas questões que me apareciam ali de maus-tratos em classes médias ou médias altas muitas vezes vem também ligado a divórcios, problemas, aí é que as pessoas ficam mais sensíveis e também muitas vezes para chegar ao outro, mas também outras vezes devido a depressões.”</i>
Percepção individual face às modalidades de intervenção e prevenção	21- Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>“Olhe eu acho que os media em tudo o que é social só gostam da desgraça, se nós fossemos como eles não trabalhávamos nesta área. Há muita coisa que se faz nas Câmaras, por aí fora, actividades giras, coisas giras, ninguém vem, qualquer coisa de âmbito social é complicadíssimo darem promoção [...] Se há uma desgraçazinha eles vêm logo, portanto eu acho que tudo o que é social eles só sabem pegar da pior maneira, quase sempre da pior maneira.”</i>
	22- Quais são os impactos das diferentes campanhas de denúncia na sinalização de casos?	<i>“Muitas vezes têm sido negativos para os técnicos, o que eu acho que não deve ser porque tenho muito respeito por todas as pessoas que trabalham na área do social (...)É uma área de tensão permanente, de desgaste emocional muito grande, é uma área muito difícil. Eu acho que as pessoas acima de tudo deviam perceber melhor o que é que as pessoas fazem nestes locais e portanto não há respeito, muitas vezes, qualquer pessoa é capaz de avaliar o trabalho dos técnicos, o que não devia fazê-lo e depois por outro lado não há dúvida que esse tipo de notícia</i>

		<i>agrada as pessoas, não é?”</i> <i>“É bom que se alerte as pessoas, que haja consciência, que se fale das coisas também penso que sim, mas também não há que também mostrar muitas vezes as coisas da forma que é mostrado, quer dizer eu acho que até há uma certa falta de respeito pelas famílias, às vezes um problema qualquer e a pessoa está a chorar e vão com o microfone «olhe mas diga» e a pessoa...quer dizer insistem para que a pessoa se exponha de uma forma...quer dizer a imprensa acaba por não respeitar minimamente a privacidade que cada um de nós terá direito a tê-la.”</i>
	23- Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	<i>“Acho que a legislação está adequada e penso que sempre esteve [...] A legislação eu acho que está bem desde que se cumpra como em tudo na vida.”</i>
	24- Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	<i>“Há estas prioridades, que é dada pela Lei depois é difícil pô-la em prática para quem não está lá a tempo inteiro, não é? Eu acho que aí devia, entre os Ministérios, entenderem-se e quem estiver nas Comissões estas têm que ser prioritárias ao seu trabalho. Há assuntos urgentes, reuniões que se tem que fazer e que as pessoas têm que estar disponíveis.”</i>
	25- Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	<i>“Eu penso que passa por trabalharmos as famílias no sentido de termos cidadãos de corpo inteiro. Há muitas pessoas que não o são, fruto de nomeadas questões, fruto da nascença, o meio ambiente, da falta de habilitações, há milhentos factores que nos levam a ter muitas pessoas que não são cidadãos de corpo inteiro, aí é preciso apostar-se muito em dar competências às pessoas, trabalhar as famílias, é importantíssimo e vai sendo feito. Vai sendo feito pelo RSI, pela Gaia Social, pelas empresas municipais, mas não há dúvidas que isso é a base, a base fundamental [...] esse trabalho vai sendo feito e que mesmo quando é feito é muito difícil.”</i>

Questões importantes levantadas pela entrevistada

- Importância do trabalho de articulação com outras instituições com cariz social:

“Nós próprios, a acção social, em termos da rede social do concelho e juntamente com a Comissão estamos a criar pólos junto das escolas de trabalho, para que realmente só chegue à Comissão aqueles casos que seja para abrir processo. Há muitos casos que nós pensamos que têm que ser trabalhados na comunidade e não adianta nada vir à Comissão porque depois não são suficientemente graves para seguir para tribunal, não são suficientemente graves para retiradas nem institucionalizações, portanto são casos em que a base é trabalhar a família e se é para trabalhar a família vamos já começar a trabalhar a família e não é preciso vir à Comissão porque esses casos muitas vezes, como sabe são conhecidos do RSI, são conhecidos da Junta de Freguesia, são conhecidos da escola, portanto há aquelas famílias problemáticas que nós vamos encontrá-las e quase que são trabalhadas por estas técnicas todas e depois acabam por serem

trabalhadas por mim porque todas têm dificuldades como nós sabemos no seu acompanhamento e nós em termos da rede social o que estamos a fazer é isso (...) Ao nível das juntas de freguesia, quando eles têm problemas é capaz de lá ir uma pessoa da Comissão ou daqui alguém da acção social que vão analisar, fazem um diagnóstico da situação e antes de vir para a CPCJ conclui-se vai-se fazer isto ou vai-se fazer aquilo e só noutros casos é que avança porque como sabe os números ali são assustadores e portanto há muita coisa que terá de ficar nas próprias Juntas de Freguesia para serem tratadas.”

- Complementaridade entre as equipas multidisciplinares e os processos de reflexividade sobre a sua acção:

“Se calhar estava na altura até em termos nacionais, concelhios, o que lhe quiser chamar, até pararmos para perceber quais são as nossas práticas ao longo...isto também só se pode fazer ao longo de vinte/trinta anos...às vezes era bom pararmos e pensarmos se são as melhores metodologias, não serão. É um bocado triste de estar com as pessoas, cada um faz o melhor que sabe e pode, mas se calhar é importante pararmos e avaliarmos que realmente as medidas que se tomou, os apoios que se deram ou não se deram, quer dizer como é que nós estamos a reproduzir segundas gerações nestas problemáticas? São deveras complicadas.”

2.3.10. Grelha de análise horizontal dos técnicos da CPCJ de Vila Nova de Gaia

Tópico	Pergunta	Corpo técnico da CPCJ de Gaia						
		Órgãos dirigentes		Psicologia		Serviço Social		Educação
		Presidente (Direito)	Vice-presidente (Ciências da Educação e Animação Sociocultural)	Psicóloga I	Psicóloga II	Assistente Social I	Assistente Social II	Professora
Perfil do entrevistado	Qual é a sua idade?	39	41	28	33	40	29	41
	Quais são as suas habilitações académicas?	“Sou licenciada em Direito”	“Tenho licenciatura em Animação Sócio cultural, licenciatura em Ciências da Educação e uma pós-graduação na área da exclusão social”	“Tenho a licenciatura em Psicologia e fiz o mestrado também em Psicologia na especialidade de avaliação psicológica”	“Eu sou licenciada em Psicologia”	“Eu sou licenciada em Serviço Social e tenho também uma licenciatura em Psicologia, mas não exerço, exerço a actividade de assistente social.”	“Licenciatura em Serviço Social”	“Tenho licenciatura no ensino de EVT”
	Há quanto tempo colabora com a CPCJ de Gaia?	“Fez em Janeiro três anos...quase três anos e meio”	“Na Comissão trabalho há sete anos”	“hum...eu penso que está mesmo a fazer três anos...desde 2007”	“Desde 2007, desde Junho de 2007, há três anos”	“Aqui na Comissão estou há quatro ano”	“Vai fazer três anos”	“Desde Outubro, sensivelmente, de 2009”
	Que funções desempenha para a Comissão?	“Sou presidente da Comissão”	“Na Comissão? Eu inicialmente era só técnica, uma técnica como nós costumamos aqui dizer, uma	“Sou elemento da restrita, no entanto não faço gestão de processos. Como eu trabalho numa	“Eu sou técnica gestora, sou elemento cooptado pela empresa municipal de	“Sou técnica da Comissão de Protecção, estou na situação de reforço técnico já há quatro anos,	“Eu sou reforço técnico”	“É assim eu na Comissão sou representante da DREN, portanto sou eu que tenho os processos

			técnica de reforço, de apoio. Desde 2005 que sou vice-presidente da Comissão”	equipa de RSI, normalmente todos os processos que pertencem a freguesias que eu também acompanho dou um suporte diferente mas não faço mesmo a gestão, embora o deve-se fazer, mas também como só estou aqui uma manhã por semana também não dá...portanto no fundo é aí...”	habitação, a Gaia Social e sou gestora de processos”	as minhas funções são como todas as funções dos técnicos das outras áreas, dos psicólogos [...] Às vezes o que fazemos é quando temos mais dificuldade numa matéria ou noutra pedimos a opinião de quem é mais especializado”		relativos às escolas... não a todas, portanto só a partir do 2ºciclo, portanto eu não apanho as crianças do 1ºciclo e mesmo as sinalizações feitas pelas escolas do 2º e 3º Ciclo nem todas vêm para mim porque se já houverem desvios de comportamentos ou até maus-tratos e negligências vão imediatamente com outras técnicas. Eu, basicamente, quando o processo vem para mim é só com o absentismo escolar”
	Anteriormente a esta experiência profissional, já colaborou com outras instituições ligadas à problemática dos maus-tratos?	“Não eu estava a coordenar a área social de uma empresa municipal ligada à habitação social. Estava destacada para as reuniões da Alargada em representação da Gaia social, digamos assim”	“Não, Não! Iniciei aqui o meu percurso em termos de Comissão iniciei aqui, mas trabalho na área social há dezoito anos”	“Sim...não com a CPCJ...em articulação com, mas não...”	“Sim! Como técnica da Gaia Social estava num patamar abaixo, é uma entidade com competências em matérias de infância e juventude, portanto organizei em termos habitacionais	“Trabalhei sempre mais na vertente das crianças e dos jovens. Já fui directora técnica de uma instituição, de um lar de crianças e jovens durante vários anos, entretanto trabalhei na zona	“Estive oito meses na Comissão do Porto Central”	“Nesta área? Não, não...foi um desafio que me colocaram e eu aceitei porque gosto sempre de desafios, coisas novas e acho que é muito útil até depois para dar as aulas e para encararmos os miúdos de outra

					alguns bairros sociais, portanto e aí é que são visíveis estes problemas e numa primeira instância acabámos por lidar com esta situação. Algumas sinalizei para cá, outras ficaram resolvidas por aí”	de Lisboa, Alverca, mais propriamente num centro de emergência social que também acolhia crianças e jovens, depois tive a trabalhar no gabinete de acção social, mas é assim os meus quinze/dezasseis anos de trabalho fomos mais ligados às crianças e aos jovens”		maneira, de outra forma e não vemos só como alunos”
Representações individuais face ao fenómeno	Qual a avaliação que faz acerca da evolução do fenómeno dos maus-tratos entre os menores? Na sua opinião, que factores estão na origem dessa evolução?	“Aliás todas as áreas ligadas à infância e à juventude estão a crescer e a evoluir e estamos todos muito mais sensíveis. Aqui em Gaia o número de processos aumentou a partir de 2005, mas isso eu acho que estamos todos a viver uma crise de valores, económica [...] O factor económico está a propiciar muita coisa, mas é como lhe digo eu não posso dizer que me debruço muito a pensar nestas questões e na causa propriamente dita, mas vejo muitas famílias disfuncionais e as coisas surgem	“Eu penso que não é uma questão de evolução quantitativa ...eu penso que as instituições e mesmo as pessoas individualmente tomam consciência de que podem denunciar e sabem a quem podem recorrer para denunciar porque nós temos proveniências muito diversas, desde particulares que telefonam, escrevem, cartas anónimas ou	“Olhe agora a sensação que eu tenho é que algo que era quase um tabu, que tinha pouca visibilidade, a dada altura também se confunde às vezes um conflito com um mau-trato [...] Acho que há mais conhecimento, mais informação e mais protecção para a criança, felizmente...que não havia, por isso é que parece que há um aumento de casos e se calhar já	“Noto que de mês para mês há situações muito, muito complicadas porque acredito que não estamos só a passar uma crise financeira e económica, mas uma crise de valores, uma crise na família, eu acho que chegamos ao ponto que há uma inexistência de valores considerados fundamentais para o equilíbrio de uma sociedade que começa na família, que neste	“Eu acho que os maus-tratos enquanto não for trabalhada a questão cultural da nossa população não será uma coisa que nós tão rapidamente vamos ultrapassar [...] o que eu sinto é que com a conjuntura que nós temos é que cada vez vamos ter mais situações de maus-tratos, as crianças acabam sempre por levar por tabela, às vezes sem culpa nenhuma. [...] É	“Eu acho que passa muito pelo... é cultural [...] Mas sim, eu acho que sim que tem aumentado, até porque nós estamos a passar uma fase complicada de desemprego e as pessoas perdem mais facilmente a cabeça, não têm paciência e nem tanta tolerância... e acho que é uma conjuntura. [...] Eu acho que isso acontece muito, ainda usar o castigo físico ou punir alguma asneira, ou ter	Eu acho que sim, mas isso é uma questão social. Eu acho que sim porque por um lado estamos, e ainda bem, a tirar os meninos às famílias, mas se calhar não se faz o principal que é educar as famílias e depois há aqueles, mas isso já é uma questão quase histórica, porque há aqueles que se eu fui espancado também vou espancar o meu filho porque não me fez mal nenhum e sou

		<i>daqui...falta de atenção aos filhos, falta de tempo, e porque se trabalha e também os que não trabalham são beneficiários do RSI e acaba por não haver o ambiente necessário para o desenvolvimento das crianças”</i>	<i>identificadas”</i>	<i>existiam”</i>	<i>momento não existe e quando não existe porque se calhar aquilo que existia antes, até há dez anos atrás, era muito frágil”</i>	<i>o stress, é a conjuntura económica, é a falta de paciência às vezes dos pais, é as conjunturas de vidas das famílias que também estão complicados, é a falta de tempo, acho que há um conjunto de factores muito grandes”</i>	<i>faltado às aulas, ou alguma coisa, ainda utilizam muito isso. Mas também acho que, realmente, a falta de paciência, as pessoas também estão esgotadas, com o dia-a-dia, com o trabalho e não têm tanta... não toleram tanto”</i>	<i>homem na mesma e lá está continuo a achar que os pais muitas vezes é que deviam ir à escola</i>
Considera que tem havido alterações na família, que levam a uma dinâmica diferenciada na sinalização dos casos?	<i>“Acho que hoje de uma maneira geral as pessoas estão mais atentas e sensibilizadas para esta questão. Portanto acho que as coisas surgem muito mais e ainda bem e acho que estamos todos mais sensibilizados para isso”</i>	<i>“Eu penso que sim, eu penso que sim, eu penso que sim. Porque se nós não falarmos das condições habitacionais e económicas que exclui os outros, em termos de práticas educativas, de alterações na família é muito normal as pessoas casarem-se uma, duas, terem filhos de várias relações e isso já começa a ser transversal”</i>	<i>“Acontece muito nos divórcios, agora se é verdade ou não [...] Porque é assim, a maior parte das vezes que nos chegam essas situações, isso são conflitos entre os pais mal resolvidos ou que não foram resolvidos e há uma manipulação das crianças...aí sim há uma violência psicológica enorme”</i>	<i>“A violência doméstica há quinze anos no nosso país era algo que era mais ou menos aceitável por todos porque «entre marido e mulher ninguém mete a colher», mas estas campanhas de sensibilização estão a ter frutos agora. A própria mulher em si criou esta ideia ou alterou a sua ideia porque não tem que estar sujeita a uma situação destas, nem ela nem os filhos. Estas pequenas</i>	<i>“É assim há um bocadinho de tudo, é como eu digo a questão cultural ainda está muito enraizada, agora normalmente são os familiares mais próximos que denunciam, não tem que ser o pai ou mãe, mas às vezes um tio, um vizinho, alguém que conhece a família mais aprofundadamente, a escola, por vezes, mas a escola também às vezes tem muito receio de ser ou não ser verdade, poder ou não poder estar aqui,</i>	<i>“De maus-tratos, eu acho que não. Eu acho que isso acontece mais quando há desavenças entre familiares, porque na realidade até nem se passa nada disso... é mesmo só para chatear [...] Entre famílias não me está a ocorrer nenhuma situação, mas quando acontece... já não falando tanto de maus-tratos físicos, é numa de desavenças”</i>	<i>“Isso eu não sei porque eu só trabalho com os processos da DREN. Os processos que estão na minha mesa já passaram pela triagem e só vêm com os elementos de escola portanto ... e é assim ninguém vem cá denunciar que o menino está a faltar à escola, portanto esse tipo de denúncia não aparece”</i>	

					alterações no seio da família fazem esta evolução que há dentro de portas”	a envolver-se e portanto também é complicado”		
Na sua opinião, quais são os fenómenos sociais que propiciam situações de maus-tratos?	“Alcoolismo, desemprego, os maus-tratos psicológicos passam muito por aqui, enquanto os maus-tratos físicos estão ligados a factores culturais”	“Eu penso que a problemática associada que mais se destaca é a violência doméstica, isso sem dúvida, a violência doméstica muitas das sinalizações até são feitas pelas entidades policiais ou porque as próprias vítimas fazem a participação ou então porque terceiros denunciam essa situação (...) Eu estava a lembrar-me que ultimamente nós não temos tido sinalizações de pais toxicodependentes e também situações de alcoolismo também temos tido poucas”	“Parece-me que é muito uma questão geracional, transgeracional, cultural”	“Alcoolismo, toxicodependência, não sei se podemos chamar fenómeno à falta de emprego, dependência de subsídios, faz com que as famílias depositem em instituições e em equipas a responsabilidade de educar, de criar alternativas para si próprias e isto tudo, umas coisas encadeiam nas outras e depois vão-se retirando apoios aqui e apoios acolá e há a falência total”	“É assim pode ser a toxicodependência, pode ser o alcoolismo, mas também pode ser a situação económica do agregado, pode ser a questão cultural, pode ser uma criança que é mais activa e que tem muita energia, portanto eu acho que há um conjunto de factores e depois tudo depende muito da maneira de ser quer dos pais quer das crianças, há um conjunto de situações que levam os pais a bater nos filhos”	“A toxicodependência e o alcoolismo. Eu acho que sim, o alcoolismo”	“Eu acho que pronto, a falta de emprego, a desmotivação que toda a gente tem hoje em dia e juntando o alcoolismo ... como lhe digo não é o tema que eu estou mais à vontade porque não o trabalho, mas quer dizer de uma forma empírica posso dizer-lhe que acho que é isto e os dados mostram isso e as pessoas hoje andam muito stressadas”	
Considera que este é um fenómeno	“Não lhe sei dizer se está mais..mas eu acho que está [...]	“Eu penso que o fenómeno dos maus-tratos que é	“É, mas com problemáticas diferentes!	“Claro que sim! Com toda a certeza. É claro	“Todos os estratos sociais! Não é exclusivo	“Eu acho que sim, que não é só nas camadas mais	“É evidente que nós aqui temos casos desde quem	

	comum a todos os grupos sociais ou não?	Mas nas outras famílias às vezes é uma violência mais escondida e é mais difícil, normalmente, de entrar e trabalhar, mas também há”	só espelhado nestes contextos socioeconómicos desfavorecidos são estes que são sinalizados, porque possivelmente nós temos situações de verdadeiros maus-tratos, nomeadamente se nós tivermos uma situação de mau-trato físico a criança possivelmente não dá entrada num hospital central nem num cento de saúde da rede pública que é o que acontece por exemplo com vítimas de violência doméstica da classe média alta, ou seja, essa situação do verdadeiro mau-trato físico não é sinalizada, nós não a vamos contabilizar de maneira nenhuma, o que significa que poderá haver situações de maus-tratos noutros meios que são economicamente	Embora aqui em Gaia o peso é diferente, há mais processos das classes sociais mais baixas do que altas, mas até o tipo de problemas são diferentes”	que é muito mais visível nas classes sociais mais baixas porque há técnicos de apoio social em tudo o que é esquina. Numa classe social mais alta acaba por as situações estarem mais escondidas durante mais tempo”	às classes com menos recursos económicos, de todos eles nós já tivemos aqui situações que acompanhámos de filhos de médicos batidos, já houve aqui casos que nós acompanhámos que o é pai médico, a mãe não sei quê ou a mãe professora e as crianças eram batidas e depois é assim é claro que esses casos não vêm tão ao lume, não é? São um bocado mais camuflados mas já tivemos situações dessas”	baixas, nós temos essa ideia, não é? (...) As camadas mais altas conseguem camuflar por mais tempo”	vive nas boas moradias até quem vive no barraco”
--	---	--	---	---	--	--	---	--

			<i>desfavorecidos e que não nos são reportados, isso nós sabemos que esses não nos chegam”</i>					
Percepções face às modalidades de intervenção e prevenção	Como avalia a representação sobre o fenómeno dos maus-tratos veiculada pelos media?	<i>“De forma nenhuma avalio de forma positiva. É assim eu acho que a comunicação social tem tido um papel muito importante nesta área no sentido que também apela, chama atenção para as situações, mas por outro lado as situações em concreto que têm vindo a público, nos processos em concretos não foram situações positivas, é impossível serem positivas”</i>	<i>“Não tem objectividade nenhuma, nenhuma na maior parte das situações que sinaliza porque nós sabemos que todas as situações que envolvem, que envolvam crianças e então se houver uma morte melhor porque a comunicação social o que gosta é de falar, alarmar, de falar de desgraças”</i>	<i>“Não acho correcta, não vejo assim nada, nada de positivo naqueles programas da manhã ou da tarde, aí até acho que é violento”</i>	<i>“Muito inflacionada, muito carnavalesca, muito novelesca”</i>	<i>“Os media contam aquilo que lhes convém a pensar nas audiências e expõe a criança e nunca se pensa no interesse superior da criança”</i>	<i>“É assim, eu acho que só trabalhado directamente com as famílias e com as crianças, é que se tem uma noção mais... porque, muitas vezes, julgamos sem ter conhecimento de causa, não é? E um diz que foi espancado e... mas acho que trabalhando diariamente aqui que se consegue, não é aceitar, mas perceber algumas motivações que tiveram na origem desse mau-trato”</i>	<i>“Lá está é o show-off, é a notícia para vender, só passa o que interessa, como é evidente, quanto mais escandaloso melhor e é o que o povo gosta é da novela, é o diz que disse e ninguém se preocupa porque bateu e expõem a criança ao ponto de que para onde quer que ela vá vai ter o dedo apontado e uma coisa defendida pela Comissão – o sigilo – fica todo exposto”</i>
	Quais são os impactos que os casos mais mediáticos têm nas representações sobre o fenómeno?	<i>“A comunicação social tem um poder muito forte”</i>	<i>“Um impacto muito negativo é sobre as crianças, que eu acho que tem um impacto ...nós ouvimos na abertura de um telejornal...nós no fundo estamos e há uma outra questão eu não</i>	<i>“A maior parte dos impactos são negativos porque não passam a informação verdadeira e normalmente até é assim, coloca em causa o próprio bem-estar da criança, que é</i>	<i>“Não tem nenhuns. Na sociedade por si só, não tem nenhum (...) Quem quer fazer uma denúncia, quem quer efectivamente trabalhar uma situação não se</i>	<i>“Eu acho que as pessoas ficam chocadas porque eles também contam as coisas à maneira deles [...] Aumenta, isso sim [...] Neste momento não apenas os meios de</i>	<i>“É assim, eu acho que já me deparei aqui em situações em que os pais me dizem «ah, eu sei que agora não posso bater, porque se não acontece isto e aquilo...». Sim, eu acho que sim,</i>	

			entendo como é que se passam imagens de crianças, porque é proibido, nós não podemos nem imagens, nem identificar de forma directa ou indirecta a criança, porque a criança vive em determinado local, que vai ser identificada e a partir daí então é que a criança vai ser, vai estar exposta a uma série de situações e que podem ser altamente traumatizantes para toda a vida”	esquecida...é o tema de conversa, mas esquece-se ali o verdadeiro interesse superior da criança”	deixa levar por uma notícia escandalosa que tenha rebentado na comunicação social”	comunicação social, mas chega muita informação, claro muita dela através dos meios de comunicação social, mas não só...chega muita informação de que é que as pessoas se podem recorrer para poder denunciar, são as linhas de apoio, são as estruturas, os infantários, as escolas. As pessoas acho que não vivem tanto na ignorância e sabem como fazer”	pelo menos ficam com mais, pensam se calhar um bocado antes de o fazer”	
	Como avalia a actual legislação disponível sobre os maus-tratos?	“Se for uma situação urgente, a Comissão não vai mandar a convocatória para consentimento...vai ao terreno, vai conversar com os pais e as coisas acabam por ser torneadas desta maneira...depois do consentimento a Comissão ganha legitimidade e aí vai recolher informações para fazer um diagnóstico da	“A legislação relativamente à protecção das crianças houve uma evolução muito, muito acentuada a partir de 99 [...] mas falta uma legislação, para além da Lei de Promoção e da Lei Tutelar”	“Eu acho que está bem porque o conceito das Comissões é trabalharem quando os pais querem ser ajudados e depois acho que sim que a legislação é minimamente exequível”	“Precisava de uns acertos, de uns ajustes, nomeadamente no que concerne à audição de crianças com menos de doze anos [...] Portanto, a idade poderá ser um factor favorável ou impeditivo”	“A Lei de Promoção e Protecção? A Lei de Promoção e Protecção tem que fazer alguns ajustamentos importantes, mas é a que temos. Tem algumas coisas que não estão muito correctas, mas o que é que a gente vai fazer?”	“Eu acho que sim.”	“Não estou dentro da legislação a 100%, não é o meu cargo, mas de uma forma geral acho que toda a justiça está muito, muito mal”

		<i>situação ...feito o diagnóstico da situação propõe a medida que considera adequada para afastar a criança da situação de perigo e nessa altura a Comissão Restrita delibera essa medida.”</i>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	Quais são os principais obstáculos que os técnicos encontram após a sinalização dos casos de maus-tratos?	“No caso de Gaia em concreto não vive sem reforço técnico, é impossível e temos mesmo assim no concelho a Gaia Social que é a empresa municipal de habitação que disponibilizou quatro elementos para a Comissão [...] Se calhar por aí teria que ser feito qualquer tipo de revisão.”	“Sinalizações de situações que não são situações de perigo, discussões entre vizinhos, mau relacionamento entre vizinhos, mau relacionamento entre pais, mau relacionamento entre pais e avós [...] Digamos que as próprias instituições ainda não se consciencializaram verdadeiramente qual é o seu papel”	“Depende do problema [...] Nós não sabemos se estamos a fazer o melhor, quando optamos por retirar e depois corre mal. É complicado quando temos mesmo que retirar lidar com isso...porque alguns pais aceitam outros nem por isso e dizem que as coisas não são assim e torna-se complicado para nós.”	“Por exemplo falta de meios, é estarmos quatro aqui, dois telefones, um computador para quatro, isso é um obstáculo. Eu preciso convocar mas se o computador está a ser utilizado eu não posso convocar à mão. Muitas vezes falta de automóvel para fazer as visitas, depois do consentimento tudo bem. Os principais obstáculos são efectivamente os obstáculos físicos, tem que ser resolvidos coisas como o espaço.”	“A falta de recursos, a falta de meios, às vezes um grande obstáculo é o grande volume processual que nós temos, cada um de nós tem muitos, muitos processos [...] Nós temos que acompanhar as situações de perto, as situações de maus-tratos neste momento até há situações que a nossa procuradora exige que sejam priorizadas.”	“Aqui, por exemplo, eu acho que somos muitas para o pouco espaço, não é? [...] Eu acho que é o tempo, acho que devíamos agir... isto é, fazer o acompanhamento muito mais rápido. Marcamos uma vez, eles não aparecem e é quase impossível convocá-los uma segunda vez logo a seguir... passa-se muito tempo e não estamos a intervir no tempo útil daquela criança. Para nós um ano para um adulto pode parecer pouco, mas para uma criança pode parecer muito. Eu acho que aqui o tempo é o principal obstáculo.”	“O papel da CPCJ não pode passar disto porque nós não podemos ir buscar o menino a casa de táxi e levá-lo à escola e acho que tinha que passar obrigatoriamente por uma penalização aos pais (isto é uma teoria que eu tenho que já foi muito contestada), acho que tinha que passar por tirar-lhes o abono (e não estou a falar de famílias de rendimentos, não é?), tirar-lhes o abono, tirar-lhes alguma coisa...porque eu acho que é no bolso que pesam as coisas...e se não vai a bem, vai a mal...”
--	---	--	--	---	---	---	---	---

Que medidas ao nível legislativo, do funcionamento interno da Comissão, ou entre os diferentes agentes institucionais envolvidos que poderiam ser adoptadas para melhorar a intervenção neste domínio?	“A questão de as Comissões serem asseguradas representantes de entidades que têm de designar os seus representantes ...o tempo que estão cá...um mandato são dois anos ...daqui a dois anos a pessoa vai ou é nomeada por mais dois anos ...no máximo seis anos...não podem trabalhar mais que seis anos numa Comissão de Protecção. Estas entidades nem sempre cedem um técnico a tempo inteiro... o problema da Comissão de Gaia e se calhar há coisas que se arrastaram muito aqui dentro e muito mal foi porque não tinham pessoal a tempo inteiro”	“A maior parte da nossa legislação eu penso que está bem pensada, bem concebida, o problema é depois a passagem à prática porque há alguns artigos da Lei de Promoção e Protecção que não são cabalmente cumpridos”	“Aqui em Gaia está prevista uma segunda Comissão e isso irá facilitar porque os técnicos da restrita é que podem ser gestores de processos, os técnicos de reforço não...eu acho que poderiam ser e que facilitava e depois acho que, honestamente, esta divisão já vai facilitar e depois penso que era importante haver mais respostas lá está da Comissão Alargada ao nível das instituições não acho que haja assim um trabalho tão perfeito de parceria”	“Por exemplo a questão do reforço técnico devia ser revista porque são técnicos que estão bem preparados, aliás melhor preparados do que nós porque tiveram formação específica para isto, creio que deviam ter outro tipo de enquadramento legal. Então se é o próprio Estado que lhes paga directamente através da Segurança Social para cá estarem e depois eu acho que nós devíamos ter, nós todo, independentement e de sermos técnicos de reforço ou não, um estatuto diferente...”	“As pessoas instrumentalizam e usam a Comissão para tentarem alcançar o objectivo que é ao ficar o pai ou mãe com a criança ou então fazer crer que a criança está em perigo quando efectivamente ela não está. [...] É claro que o técnico tem que acolher quem vem e tem que ter muita responsabilidade, isto são casos de muita, muita responsabilidade e perceber realmente se estão a manipular ou se efectivamente há uma situação de perigo. Por vezes é logo perceptível que a criança que está bem, que não está nada em perigo e que são os pais que querem infernizar a vida ao outro”	“Mas eu acho que é mais ao nível das entidades no concelho, porque muitas ainda não têm o real conhecimento da Comissão. Isto, a prevenção começa com as entidades que lidam diariamente com as crianças. Eu acho que devia ser feito um melhor trabalho na primeira instância antes de chegar à Comissão... e muitos passam imediatamente para nós antes de ser feito esse trabalho de esgotar todos os recursos e depois só passar para nós... E acredito que é isso, que entre aspas entope a Comissão, porque não há aqui um aproveitamento de recursos e é isso que aumenta o nosso trabalho”	“Se eu pudesse fazer a proposta à DREN em todas as escolas haveria um professor que seria meu intermediário...p ortanto eu aqui como DREN trato de todos os processos, mas às vezes torna-se difícil porque ligo para a escola e o professor não está, está em aulas ...tentar que na escola houvesse um intermediário, para tornar as coisas mais fáceis ou até antes de chegar esse processo aqui à Comissão esse intermediário tentava resolver as coisas na escola para que aqui chegasse apenas os casos mais graves”
--	--	--	--	--	--	---	---

Considera ou não que existem estratégias concertadas de prevenção do fenómeno dos maus-tratos infantis?	“Acho que a Comissão Alargada tem um papel fundamental na prevenção e divulgação do trabalho da Comissão, mas a Comissão Alargada são elementos que lá estão que são designados pelas suas entidades para ir a uma reunião de dois em dois meses...sejamos realistas...estas pessoas”	“Por exemplo o nosso concelho tem 300 e não sei quantos mil habitantes e nós temos uma participação que penso que não chega aos 2000 mil euros mensais...tudo o resto é suportado pela Câmara Municipal, tudo. Não temos outro tipo de financiamento, por exemplo se nós quisermos organizar uma iniciativa, se quisermos fazer um panfleto de divulgação nós não temos financiamento para fazer isso, que é o que às vezes se perde no trabalho que deveria ser feito na prevenção primária, nós temos que actuar na prevenção secundária e terciária. Se nós tivéssemos outro tipo de meios, nomeadamente meios financeiros porque também a Câmara não pode	“Tinham de ser estratégias muito bem pensadas. A prevenção essa sim não é a Comissão Restrita que a vai fazer, porque nesta Comissão não estamos na esfera da prevenção, mas a Comissão Alargada tem esse papel e essa função de prevenir [...] Chamemos-lhe Comissão Alargada, Rede Social que existe à partida em quase todos os concelhos, esses sim terão capacidade, cada um na sua área, saúde, polícias, educação [...] Muitas parcerias, mas uma parceria muito técnica, muito prática e pragmática, não é com reuniões de protocolos, é questões práticas”	“Olha o nosso país devia começar muitas coisas pela prevenção e não começa. O nosso país constrói a casa ao contrário, em vez de começar pelos alicerces vamos já nós lá quando as coisas estão a rolar e é um bocado nessa linha. A prevenção, a profilaxia é uma coisa que ainda não está muito enraizada e andamos todas a remediar e a pôr «curitas» (pensos rápidos) quando a gente devia ter tentado estancar a doença a fazer vacinação, andamos a pôr pensos rápidos naquilo que devia ter sido vacinas. É o que temos, mas o nosso país é mesmo assim, na minha opinião”	“No concelho, eu acho que não. Acho que não há esse tipo de trabalho, esse trabalho deveria passar muito pela Comissão Alargada (...) Eu acho que também era importante a educação parental, que aqui também são escassos. Acho que vai havendo mais nas equipas de RSI... mas isso também é só para beneficiários do RSI. (...) Por exemplo, a educação parental... por exemplo, os pais não estão preparados para lidar com os adolescentes de hoje em dia, porque não são os mesmos de há uns anos atrás. E os pais não estão preparados para lidar com determinadas situações da adolescência. E acho que, se calhar, se houvessem mais encontros com os	“A prevenção tem de passar pela casa, por educar os pais, o que é extremamente difícil...é muito mais fácil educar uma criança que está ainda em formação, que não tem grandes hábitos nem vícios do que quem já tem 20 ou 30 anos ou de viver na porcaria ou de que não é preciso tomar banho todos os dias, porque não é preciso comer sopa, não preciso ir à escola...«vivi sem saber ler e escrever por isso ele também há de conseguir» e às vezes é difícil mudar mentalidades”
---	--	--	--	--	---	--

			suportar tudo poderia ser feito outro trabalho de prevenção primária junto das instituições, nomeadamente das escolas no sentido de se estancar o número de sinalizações que chegam e para as escolas perceberem que elas próprias também têm que encontrar alternativas, porque todas as instituições são responsáveis pela protecção das crianças e jovens”				pais para discutirem esses assuntos, eu acho que era importante”	
Perspectiva técnica (de acordo com a área de formação ou função na	Como perspectiva o seu papel/contributo no seio da CPCJ de Gaia?	“É assim como presidente estou a coordenar essencialmente a equipa, a gerir o dia-a-dia da Comissão ...se me perguntar se é importante o jurista na Comissão...eu acho que sim porque a		“Aqui são técnicos de várias áreas, no fundo a grande vantagem dessas equipas multidisciplinares é a visão que se complementa [...] só faz sentido desta forma	“	“Como perspectivo? Com muito trabalho pela frente, cada vez mais, com a conjuntura que nós temos, com a conjuntura económica do país neste	“É assim quando entrei para aqui com o estatuto de reforço técnico, pronto acho que estava mais condicionada (...) No início havia funções que não podíamos	“Acho que é um papel muito útil (...) Lá está eu no meu caso oiço todos porque a partir dos 12 anos já se ouvem os menores e como é a minha fasquia quando

Comissão)		Comissão aplica uma Lei de Promoção e Protecção, lidamos com a lei todos os dias, portanto acho que sim que é útil, mas faço o trabalho que todos fazem aqui dentro...claro mais virado para uma formação que eu tenho diferente da área social obviamente”		mesmo, porque se complementa a visão dos técnicos com a visão dos outros. Aqui também não se faz acompanhamento psicológico porque não é possível. Portanto, é mesmo só esta visão complementar das várias especialidades”		momento cada dia com mais trabalho, mais, mais e mais...não apenas no que diz respeito a maus-tratos, mas a todas as problemáticas inerentes também à conjuntura que nós estamos a vive”.	desempenhar, por exemplo a recolha de consentimento, mas com o volume processual desta Comissão era impossível estarmos a fazer atendimento com as colegas, tivemos que dividir o trabalho e neste momento acho que tenho a mesma função que as outras colegas, estamos a gerir processos”	eles entram para o 2º ciclo portanto já os ouço, ouço e eles têm um acto de declarações e eles próprios podem opor-se à nossa participação e intervenção”
	Podia-me descrever sumariamente como se processa a intervenção de um técnico com a sua formação, na sinalização e acompanhamento de uma situação de maus-tratos?		“Honestamente na prática o psicólogo faz o mesmo que um outro técnico [...] Porque não se pratica aqui a Psicologia. Portanto, não sei se tinha essa noção...até porque um técnico que está na restrita não pode mesmo fazer a consulta psicológica, não pode...tem que encaminhar para outros serviços, mas é uma mais-	“Portanto, é aberto o processo, são convocados, o pai, a mãe ou o representante legal e a criança caso tenha mais de doze anos [...] a partir do momento em que nós convocamos essas pessoas e lhes pedimos consentimento para a nossa intervenção, esse consentimento pressupõe que a partir dessa data temos a liberdade	“Depois da sinalização têm de ser sempre convocados os pais ou os responsáveis leais, por norma os pais, se a criança tiver mais de doze anos também tem de ser convocada a criança, o passo seguinte é recolher o consentimento para a intervenção da Comissão porque sem o consentimento	“Nós quando recebemos a sinalização podemos fazer diligências sumárias junto da entidade sinalizadora para obtermos mais informação (...) Para avaliarmos a situação temos de recolher o consentimento dos pais ou de quem tem a guarda de facto da criança e partir daí se os pais nos prestarem o	“Felizmente porque estamos mais alerta e quase que somos obrigados e no caso do absentismo somos mesmo obrigados a transmitir aqui à Comissão, portanto tornamos mais cidadãos. E digo infelizmente porque temos cada vez mais um papel social e não de docente (...) É um bocado isso e noto que os professores são	

				valia mas penso que aqui não há grandes diferenças em relação aos outros técnicos”	para fazer uma avaliação diagnóstica da situação que nos foi sinalizada e muitas vezes essa avaliação diagnóstica vai permitir apurar que realmente aquela denúncia foi feita mas que para além disso também há outras situações pendentes também em redor daquela família contribuíram para a sinalização e que não estão propriamente sinalizadas”	nós não conseguimos actuar [...] O nosso objectivo aqui é arquivar o maior número de casos possíveis, é ultrapassar aquilo que é definido como perigo, ultrapassando o perigo o processo cessa-se, arquiva-se...é claro que isto é tudo muito linear, mas não é bem assim, às vezes tem contornos complicados ou porque a família não cumpre com o acordo de Promoção ou porque a criança não presta o consentimento ou porque as estruturas...o pai diz aqui que sim connosco ou nos mente ou nas estruturas as coisas não correm muito bem...isto não é muito linear”	consentimento podemos avançar e contactar as entidades”	cada vez mais menos professores e mais educadores, mais sociólogos, mais psicólogos, mais mães e mais pais, porque se calhar as crianças têm cada vez menos os pais e as mães em casa porque a sociedade também é um bocado disso e se calhar temos que estar um bocadinho mais alerta”
--	--	--	--	---	---	--	--	--

Qual a importância que atribui no sucesso de um caso à relação com a família e o menor?				“É óbvio que é uma realização, é um objectivo, agora isso acontece poucas vezes”	“Como técnica-gestora não consigo assumir o papel de psicóloga, vou intervir apenas numa pessoa porque não me acredito que a intervenção numa só pessoa, que faz parte de uma família desestruturada, não tem sucesso se eu não trabalhar todo o resto”	“É assim para mim ter sucesso é a razão para minha presença aqui, não é? Quando eu consigo arquivar um processo eu fico feliz, quer dizer que a minha missão foi cumprida, não é? Eu delinee algumas acções que os pais e as crianças têm que cumprir e se isso é cumprido quando eu chego ao fim a minha gratificação é grande”	“Acho que como profissional gostava de poder fazer mais, mas a quantidade não permite a qualidade, aqui e eu já tive a experiência noutra Comissão que tinha muito menos processos e o Porto está dividido em três Comissões e era muito mais simples termos um acompanhamento sistemático, por exemplo no Porto eu recordo-me que a criança tinha uma consulta eu podia no dia seguinte telefonar para saber se foi à consulta, aqui é de todo impossível (...) Mas, acho que apesar do volume de processos que fazemos um bom trabalho”	
Quais os instrumentos que tem ao seu dispor para intervir após a				“Assim, instrumentos técnicos normalmente temos quase sempre a Lei, que	“De vez em quando utilizo o desenho da família, utilizo todos os meus manuais que	“Às vezes eu acho que nós fazemos omeletas sem ovos, aqui há muito poucos recursos, mesmo	“Acho que uma coisa é atendermos aqui, termos a pessoa à nossa frente e outra coisa é	“Acho que nesses casos de abuso ou até mesmo de negligência mais grave, a meu ver, a escola e o papel

sinalização de um caso?			é quase aquele instrumento assim...que está sempre connosco e depois no fundo é mesmo aquela teoria...eu pelo menos não uso nenhum instrumento, lá está porque se não aí estamos a fazer avaliação psicológica e nós aqui não fazemos, embora o façamos de uma forma indirecta”	tenho para trás, isso é realmente uma vantagem que tenho em relação aos outros profissionais que cá temos dentro. É uma forma de às vezes chegar e de ir buscar determinadas informações, se calhar informações que nos são facultadas em termos projectivos e não em termos objectivos [...] Eu nem chamo a Lei de instrumento, a Lei aqui é o nosso chão”	os recursos económicos e os recursos logísticos são muito poucos [...] Na minha óptica o instrumento que mais me ajuda a chegar é ir ao terreno, é falar com as pessoas, é estar no contexto com as pessoas, isso eu acho que é um passo importante e que nos ajuda imenso...é ir lá e ver como as coisas são”	irmos conhecer a realidade, que muitas vezes nos surpreende. Acho que também aqui a Comissão Restrita, estarmos todas juntas para nos ajudarmos umas às outras, a discutir os processos, acho que também é importante, ouvir outras opiniões, não é?”	do director de turma deveriam encaminhar para aqui para uma CPCJ e o caso ficar aqui porque lá está muitos professores que acham que conseguem resolver esses problemas que não lhes dizem respeito”
Na sua perspectiva quais as principais necessidades das famílias e dos menores quando aqui chegam à Comissão?					“O que eu acho é que as famílias precisam muito de formação, então formação parental é uma coisa que elas precisam muitíssimo e que não há nada no terreno...nada, de nada, de nada. Há famílias que precisam de saber como fazer, há famílias que precisam saber	“É assim mesmo em termos habitacionais, a própria estrutura, a casa em si, muitas delas não têm condições, apesar de vivermos já no século XXI há casas que...a questão da humidade, nós entramos nas casas e não passa qualquer tipo de conforto, mesmo	

						como se orientar, há famílias que precisam de saber aquelas coisas básicas, como cozinhar, como tratar dos bebés pequeninos, a formação parental é uma das coisas que falha bastante e não há quem faça ou há muito poucas pessoas a fazerem e é um dos elementos principais”	visualmente é desconfortável. Depois, a falta de mobiliário (...) A higiene, a falta de higiene é uma coisa assustadora. É claro que depois vai contra os nossos princípios”	
Modalidades de funcionamento da CPCJ de Gaia	Como descreve o desenvolvimento da Comissão?	“A Comissão de Gaia é uma Comissão um bocadinho particular atendendo ao volume de processos, é uma Comissão que teve muito poucos elementos a tempo inteiro até há bem pouco tempo, portanto é uma Comissão que tinha alguns anos de atraso em termos de acompanhamento detalhado dos processos, portanto foi feito um grande esforço de organização e abertura de processos, de tudo...é claro que a gente nunca consegue chegar a todas as situações porque	“Fazendo uma retrospectiva destes sete anos que eu estou aqui na Comissão houve imensas evoluções, quer a nível do conhecimento que as pessoas têm do que é a Comissão...ainda há muito trabalho a fazer porque há muitas instituições que ainda não percebem muito bem qual é a competência da Comissão, mas penso que já há um grande conhecimento por parte da					

		<i>realmente é uma única Comissão para um concelho imenso (...) A gente trabalha com situações muito complicadas e as pessoas aqui dentro têm consciência plena da responsabilidade que é e vivem muito estas situações”</i>	<i>comunidade, do trabalho que se desenvolve na Comissão”</i>					
	De forma sucinta podia descrever-me as dinâmicas de funcionamento da Comissão?	<i>“Isto em termos práticos tem de haver uma gestão do espaço porque cada técnica tem uma média de meio-dia ou um dia para atendimento por semana (...)Claro que a equipa tem que funcionar muito bem porque nós só temos dois telefones disponíveis para tanta gente, não temos um computador por pessoa, portanto a falta de alguns recursos dificulta um bocadinho o trabalho”</i>	<i>“No fundo as colegas de Psicologia fazem praticamente o mesmo trabalho que outras pessoas da área do Serviço Social, da área da Pedagogia, do Direito, por exemplo se tivéssemos alguém de Medicina aí seria um bocadinho diferente, mas em termos de formações académicas as pessoas depois não se distinguem muito no trabalho de terreno, porque nós temos que fazer um pouco de tudo, não é?”</i>					
	Quantos profissionais e de que áreas de	<i>“Temos a Representante do Município a tempo</i>	<i>“Neste momento, eu acho que maioritariamente</i>					

	formação trabalham actualmente na Comissão?	inteiro [...] a Representante da Segurança Social; a Representante do Ministério da Educação, mas não está a tempo inteiro, está a meio tempo que são sete horas e meia; estou eu a tempo inteiro [...] a Gaia Social tem aqui quatro a tempo inteiro; e depois temos os cinco elementos do reforço técnico, que são as técnicas que estão neste momento a concurso com a segurança social”	temos psicólogas...foi uma coincidência porque são as instituições de origem, os serviços de origem que destacam as pessoas para a Comissão”					
	Quais são as principais parcerias institucionais que a Comissão estabelece?	“Articulamos muito com as equipas do RSI, temos com «Programas Escolhas», temos dois Programas Escolhas e temos parceria com «Programa Integrado em Educação Formação», que aliás é uma grande resposta para situações de jovens com comportamentos desviantes sinalizados na Comissão”	“Em termos de parcerias a própria Lei determina que todas as instituições, quer públicas quer privadas têm o dever de colaborar connosco e pela experiência que eu tenho aqui na Comissão nós temos sucessos em algumas situações exactamente porque existe muita articulação, muita parceria, nomeadamente com as forças de					

			<i>segurança, com as equipas que trabalham com os beneficiários do RSI, a escola é sempre um parceiro muito fraco”</i>					
	Do ponto de vista financeiro, quais são as principais modalidades de financiamento da Comissão?	<i>“A Câmara Municipal assegura apenas o funcionamento da Comissão, todas as despesas inerentes ao funcionamento da Comissão, todas as despesas do dia-a-dia. Em termos de dinheiro disponível na Comissão apenas temos o fundo de maneo assegurado pela Segurança Social [...] mas só é utilizado para despesas que surjam no âmbito do processo das crianças ou para as crianças ou para as suas famílias, portanto estamos a falar de despesas com refeições, deslocação de transportes, portanto são despesas pontuais que possam surgir e cada Comissão tem um fundo de maneo para gerir e para apoiar essas despesas”</i>	<i>“A Comissão é constituída por vários técnicos que são cedidos por várias instituições, ou seja, nós não temos um quadro de pessoal, nós não temos recursos humanos, são as próprias instituições que cedem os técnicos para a Comissão [...] nós não temos outro tipo de financiamento. Digamos que em termos logísticos é a Câmara Municipal que tem a obrigação, recebe uma comparticipação mensal do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social”</i>					

	Como avalia a realidade dos recursos face ao volume de solicitações em que a Comissão é chamada a intervir?	<i>“É importante que abra uma segunda Comissão e acho que isso vai ajudar muito e é assim os técnicos vão ser divididos, mas vai haver mais técnicos...cada Comissão tem que ter o seu representante da educação, da segurança social, os técnicos de reforço em princípio haverá uma divisão”</i>	<i>“Os recursos financeiros são mais ou menos poderíamos fazer outras coisas, mas também teríamos a limitação do tempo porque se nós quisermos fazer um trabalho de prevenção primária depois já não podemos fazer o outro trabalho, não nos podemos desdobrar, por isso os financeiros serão suficientes”</i>					
--	---	--	--	--	--	--	--	--

Nota: os campos a cinzento significa que não se aplica a pergunta ao entrevistado